

BB OO RR BB OO JL Æ TT AA
QQ UU Æ
TT Æ RR
RR Æ MM ∅ TT ∅
AA X AA Z ∅
F AA S O
JL Æ W Æ
TT
RR Æ MM Æ RR
DI Æ TT UU AA
F RR
AA OG I JL
AA Z AA
S



Percursos64

REVISTA DE PSICANÁLISE : ANO XXXII : DEZEMBRO DE 2020

TER REMOTO: PENSAMENTOS EM TEMPOS PANDÊMICOS

A análise, efeito do outro [Maurice Dayan] O patriarcado escravista, a masculinidade tóxica e a violência de Estado no Brasil [Mônica Guimarães Teixeira do Amaral + Diego dos Santos Reis + Janaína Ribeiro Bueno Bastos] Após o fim do mundo: como se orientar no pensamento e na vida doravante? [Plínio W. Prado Jr.] Crueldade vivida sob autoritarismo: testemunhos possíveis [Heitor Amílcar da Silveira Neto] Sustentar uma clínica psicanalítica em-linha (online)? [Lia Pitliuk] Psicanálise e escuta musical: variações sobre um tema a partir de C. Bollas [Inês Loureiro] A dimensão psíquica do mal, ou a barbárie de Eros: Incursão ao pensamento de Nathalie Zaltzman [Mara Selaibe] Entrevista: Mario Pablo Fuks [Tempos sombrios novos: desafios para a psicanálise] Debate: O que a era do Covid-19 pode legar à psicanálise e aos psicanalistas [Benilton Bezerra Júnior + Carla Penna + Lucas Simões Sessa + Suelena Werneck Pereira] Debate Clínico: Um corpo de angústia [Cristina Perdomo + Silvana Rea + Daniel Kupermann] Leituras: Caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao andar [Fernanda Fazzio] Mulher, o mal necessário da psicanálise [Fernanda Cristina Dias + Leopoldo Fulgencio] Alma migrante – travessias [May Parreira e Ferreira] Pandemia: de Londres em 1665 às Américas em 2020 [Fernanda Sofio] Decamerão, a literatura em tempos de pandemia [Vanessa Figueiredo Corrêa + Eduardo Noriyuki Yamada] A escuta do Oriente – o método psicanalítico em ação [Luciana Saddi] Entre fatos e conceitos: Freud sobrevive e revive [Munique Gaio Filla] “Debates clínicos”: em busca de uma conversa sem sectarismo [Claudio Castelo Filho] Luiz Palma, arte-pensador do contemporâneo [David Calderoni]

Instituto Sedes Sapientiae

Conselho de Direção do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae – gestão 2019/2020

Ana Lucia Panachao (Transmissão, Pesquisa e Intervenções Externas), Daniela Danesi Magalhães (Cursos), Elaine Armênio (Clínica e Instituições), Luciana Cartocci (Formação Contínua), Mabel Lidia Casakin (Eventos), Mara Selaibe (Relações Externas), Maria Cristina Petry Barros Martinha (Relações Internas), Nanci de Oliveira Lima (Administração e Finanças), Solange Maria Santos Oliveira (Comissão de Admissão)

Percurso

REVISTA DE PSICANÁLISE : ANO XXXII : JUNHO 2020

Conselho Editorial

Cleusa Pavan, Luciana Cartocci, Marcia R. Bozon de Campos, Maria Aparecida Kfoury Aidar, Maria do Carmo Vidigal M. Dittmar (Lila) e Maria de Lourdes Caleiro Costa.

Grupo de Entrevistas

Ana Claudia Patitucci, Bela M. Sister, Célia Klouri, Cristina Parada Franch, Danielle Melanie Breyton, Deborah Joan de Cardoso, Silvio Hotimsky

Grupo de Debates

Cristiane Curi Abud, Gisela Haddad, Vera Blondina Zimmermann, Thiago Majolo

Grupo de Debates Clínicos

Beatriz Mendes Coroa, Paula Peron, Sérgio Telles (coordenador)

Conselho Editorial de Resenhas

Camila Salles Gonçalves (coordenadora), Janaina Namba, Lia Novaes Serra, Sérgio Telles, Susan Markuszwover

Tesouraria

Elcio Gonçalves de Oliveira Filho

Conselho Científico, Consultores *ad hoc*

Abrão Slavutzky (Porto Alegre), Ana Cecília Carvalho (Universidade Federal de Minas Gerais), Ana Helena de Staal (Paris), Arthur Nestrovsky (São Paulo), Benny Lafer (Universidade de São Paulo), Daniel Orliovsky (Universidade de Buenos Aires), David Levisky (Sociedade de Psicanálise de São Paulo), Dominique Fingermann (Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano), Elias M. da Rocha Barros (Sociedade de Psicanálise de São Paulo), Gilda Sobral Pinto (Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro), Heitor O'Dwyer de Macedo (Quatrième Groupe), Inês Marques (Société Psychanalytique de Paris), João A. Frayze-Pereira (Universidade de São Paulo), Joel Birman (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), Luís Celes (Universidade de Brasília), Luis Cláudio Figueiredo (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Luiz Eduardo Prado de Oliveira (Quatrième Groupe), Marcelo Marques (Association Psychanalytique de France), Marcia Neder (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul), Maria Helena Fernandes (Instituto Sedes Sapientiae), Maria Rita Kehl (Associação Psicanalítica de Porto Alegre), Marlise Bassani (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Néelson Coelho Jr. (Universidade de São Paulo), Purificación Barcia Gomes (Instituto Sedes Sapientiae), Rosine Perelberg (British Psychoanalytic Society), Sergio Zlotnic, Urania Tourinho Peres (Colégio de Psicanálise da Bahia)

Linha editorial

Percurso é publicada pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. É uma revista científica dedicada ao avanço dos conhecimentos psicanalíticos em suas vertentes clínica, teórica, metodológica e epistemológica. Visando a estimular o debate entre as várias correntes da Psicanálise, aceitamos trabalhos de todas as orientações, tanto de membros do Departamento quanto de colegas de outras instituições brasileiras e estrangeiras. Pautamo-nos por um ideal exigente de qualidade científica, literária e estética, pela abertura às inovações consistentes, pelo respeito à complexidade da vida psíquica e dos fenômenos socioculturais, pela recusa do dogmatismo, da intolerância e dos reducionismos, pelo diálogo com as áreas conexas. Acreditamos que o pensamento crítico contribui para libertar o espírito das amarras que o prendem à ignorância e ao sofrimento. Como disse Freud, "a voz da razão é suave, mas termina por se fazer ouvir".

Revisão

Thereza Christina Pozzoli • thereza.pozzoli@gmail.com

Projeto e produção gráfica

Sergio Kon • A Máquina de Ideias • Tel.: (11) 9 9113-3243 • amaquina@aqlnet.com.br

Assinaturas

Angela Maria Vitorio • Tel./Fax: (11) 3081-4851 • percurso@uol.com.br

Capa

Augusto de Campos. "Ter remoto". In: *Outro* (2001), São Paulo: Perspectiva, 2015.

Coordenação editorial

Renato Mezan • Rua Amália de Noronha, 198 • 05410-010 São Paulo • Tel./Fax: (11) 3081-4851

Recepção de originais para publicação

Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae (Claudia Dametta) • Rua Ministro Godoy, 1484 • CEP 05015-900 São Paulo SP Brasil

Grafia atualizada segundo o Novo Acordo Ortográfico.

Site na Internet: <http://revistapercurso.uol.com.br> • e-mail: percurso@uol.com.br

Percurso é indexada na Biblioteca Virtual de Psicoanálise – BiViPsi.



Instituto Sedes Sapientiae
Rua Ministro de Godoy, 1484
05015-900 São Paulo SP
Tel.: (11) 3866-2730
Secretária do Departamento:
Claudia Dametta
deptodepsicanalise@sedes.org.br

Ter remoto
Pensamentos em tempos
pandêmicos

Percursos 64
REVISTA DE PSICANÁLISE : ANO XXXII : JUNHO DE 2020

Sumário

Table of contents

7	Editorial <i>Letter from the editors</i>	3
---	---	---

TEXTOS PAPERS

9	A análise, efeito do outro <i>Psychoanalysis, effect of the other</i> Maurice Dayan	
19	O patriarcado escravista, a masculinidade tóxica e a violência de Estado no Brasil <i>Slave patriachate, toxic masculinity and violence of the state in Brazil</i> Mônica Guimarães Teixeira do Amaral + Diego dos Santos Reis + Janaína Ribeiro Bueno Bastos	
31	Após o fim do mundo: como se orientar no pensamento e na vida doravante? <i>After the end of the world: how to find one's way in thought and life from now on?</i> Plínio W. Prado Jr.	

- 37 Crueldade vivida sob autoritarismo: testemunhos possíveis
Cruelty under authoritarianism: possible testimonials
Heitor Amílcar da Silveira Neto
- 49 Sustentar uma clínica psicanalítica em-linha (online)?
Sustaining an online psychoanalytic work?
Lia Pitliuk
- 61 Psicanálise e escuta musical
Psychoanalysis and musical listening
Inês Loureiro
- 71 A dimensão psíquica do mal, ou a barbárie de Eros
The psychic dimension of evil, or Eros' barbarism
Mara Selaibe

ENTREVISTA

INTERVIEW

- 79 Tempos sombrios novos: desafios para a psicanálise
New dark times: challenges for Psychoanalysis
Mario Pablo Fuks

DEBATE

DEBATE

- 95 O que a era do Covid-19 pode legar à psicanálise e aos psicanalistas
What the Covid-19 era can bequeath to Psychoanalysis and psychoanalysts
Benilton Bezerra Júnior + Carla Penna + Lucas Simões Sessa
+ Suelena Werneck Pereira

DEBATE CLÍNICO

CLINICAL DEBATE

- 107 Um corpo de angústia
A body of anguish
Cristina Perdomo + Silvana Rea + Daniel Kupermann

LEITURAS

BOOK REVIEWS

121

Caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao andar: a clínica viva de Olievenstein [*Toxicomania e adições: a clínica viva de Olievenstein*]

Walker, there is no path, the path is made when you walk: the living clinic of Olievenstein

Fernanda Fazzio

125

Mulher, o mal necessário da psicanálise [*Female sexuality: the early psychoanalytic controversies*]

Women, the necessaire malady of Psychoanalysis

Fernanda Cristina Dias – Leopoldo Fulgencio

131

Alma migrante – travessias [*Alma migrante*]

Migrant soul – crossings

May Parreira e Ferreira

133

Pandemia: de Londres em 1665 às Américas em 2020 [*Journal of the Plague Year: Illustrated Journal of the Plague Year*]

Pandemy: from London in 1665 to Americas in 2020

Fernanda Sofio

139

Decamerão, a literatura em tempos de pandemia [*O Decamerão*]

Decameron, literature in times of pandemy

Vanessa Figueiredo Corrêa – Eduardo Noriyuki Yamada

143

A escuta do Oriente – o método psicanalítico em ação [*Anotando a China: viagem psicanalítica ao Oriente*]

Llistening to the East – the psychoanalytic method in action

Luciana Saddi

145

Entre fatos e conceitos: Freud sobrevive e revive [*Manuscrito inédito de 1931*]

Between facts and concepts: Freud survives and ressucitates

Munique Gaio Filla

- 150 “Debates clínicos”: em busca de uma conversa sem sectarismo [*Debates clínicos vol. 1*]
“Clinic debates”: looking for a conversation without sectarism
Claudio Castelo Filho
- 155 Luiz Palma, arte-pensador do contemporâneo [*Arte e psique: um poder sem majestade*]
Luiz Palma, art-thinker of contemporary times
David Calderoni
- 160 Colaboradores deste número
Contributors to this issue
- 162 Normas para envio de artigos e resenhas
Rules for contributors
- 164 Onde encontrar *Percurso*
Where to find Percurso
- 167 Para assinar *Percurso*
How to subscribe to Percurso

Editorial

A perda de nossa querida colega de departamento Sandra Navarro, no dia 23 de agosto de 2020, nos comoveu profundamente, intensificando o pesar pela distância, quando só a proximidade poderia nos acalantar. Seu bom humor, sua alegria, generosidade e lucidez serão para sempre lembrados por todos nós que tivemos o prazer de tê-la por perto, em algum momento de nossas vidas. Sandra deixa muita saudade em amigos, colegas, pacientes e alunos.

Neste momento de tantas perdas, a delicadeza da poesia visual de Augusto de Campos vem ao nosso encontro. Do bater de asas da FR-ÁGIL BORBOLETA, um TERREMOTO abala nossos alicerces e expõe nossas entranhas.

Nada por acaso, mas a nos surpreender como se o fosse, e em movimentos centrífugos de abrangência cada vez maior, um pequeníssimo traço de informação genética se propaga entre nós e cria sucessivamente novos efeitos, cujas magnitude e consequências estamos ainda longe de conhecer. Vivemos uma espécie de realismo fantástico – em nosso cotidiano, não mais nos livros nem nas telas de cinema. E então, ao redor dos produtos de nossos conflitos e de nossa fria brutalidade, em torno da realidade de nossas dores, uma rede de fios começa a se tecer a partir de uma profusão de movimentos coletivos, revelando também nossa capacidade inventiva, a criar redes de solidariedade e mobilizar forças que configuram uma esperança possível.

Da mesma forma, com grande rapidez e sintonia, nós, analisatas, respondemos coletivamente, e passamos a apostar e investigar outras formas de proximidade e escuta, reinventando as possibilidades das telas e sustentando os encontros “em linha” – na denominação proposta por Lia Pitliuik. Diante do TERREMOTO, apostamos



na potência de outras formas de presença, algo como um TER – REMOTO.

Este número da *Percurso* traz artigos e contribuições escritos antes ou durante estes tempos pandêmicos. Alguns se debruçam sobre a crua realidade política que vivemos, sobre a barbárie de Eros; outros, sobre as sutilezas da clínica, criando aberturas, tecendo fios, respirando com Bollas e a música. A psicanálise engajada em seu tempo e cultura contribui para pensarmos na história, na marca patriarcal e escravagista, arraigada, cruel e autoritária, como vemos na política brasileira em momentos diferentes. Contribui também para a formulação de notas com as quais possamos pensar um depois do fim desse mundo.

A tradução do texto de Maurice Dayan, falecido em abril deste ano, nos chegou por Ana Helena de Staal. Junto a Dayan, alguns meses antes, Ana Helena empenhou-se para organizar a doação de uma parte significativa da biblioteca do psicanalista francês para o Instituto Sedes Sapientiae. Estamos agora mobilizando esforços para trazê-la ao Brasil. A Ana Helena, que também assina a apresentação do texto de Dayan, os nossos agradecimentos.

Lembramos também de Hugo Bleichmar, que esteve presente na formação de muitos de nós, e faleceu em 2 de abril de 2020. Parte de sua produção pode ser encontrada no site da revista *Aperturas Psicoanalíticas*, por ele fundada.

Boa leitura!

A análise, efeito do outro

Maurice Dayan

Resumo Este artigo propõe a reflexão sobre a prática analítica como uma experiência da palavra que é e continuará sendo um *efeito do outro*, no sentido imposto pelo próprio uso do falar quando não está efetivamente subordinado a nenhum outro fim além de se fazer escutar por um destinatário cuja presença e escuta sustentam a existência de alguma *outra* coisa em cada um dos interlocutores e na relação que se estabelece entre eles.

Palavras-chave processo psicanalítico, alteridade, fala, inconsciente, resistências

Maurice Dayan (1935-2020), psicanalista francês, foi professor nas Universidades Montpellier, Paris-XIII e Paris-VII, onde dirigiu, de 1995 a 2000, o Laboratório de Psicanálise e Psicopatologia, criado por Jean Laplanche. Autor de diversas publicações, entre elas *Les Relations au réel dans la psychose: critique de l'héritage freudien* (1985), *Le rêve nous pense-t-il?* (2004) e *Dire et devenir* (2014).

Tradução

Regina Orth de Aragão é psicanalista, membro efetivo do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro. Membro fundador da ABEBÊ-Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê. Professora do Curso de Especialização em Psicologia Clínica com a Criança, PUC/RJ

Renato Mezan é psicanalista, coordenador da revista *Percurso*.

Redefinir a experiência psicanalítica

Para desenvolver nossa problemática, não é supérfluo – sem no entanto negligenciar o que vem sendo escrito a esse respeito há mais de um século – definir novamente a experiência específica a partir daquilo que permite formulá-la. Trata-se (para utilizar uma expressão que teve sucesso em seu tempo) de uma “experiência de si”, de um exercício que responde ao desejo de se conhecer melhor ou ao de se transformar, de modo mais geral, de um “cuidado de si”? Seria redutor e falacioso classificar essa prática sob uma rubrica que tenha como centro o “si”, na vizinhança incerta de algo que já foi objeto de práticas mais antigas, que remontam a épocas diversas, como o cuidado e a cultura de si na Antiguidade, a confissão, a introspecção, o diário íntimo.

Que nessa experiência se trate *também* de si, da sua própria vida consciente e inconsciente, daquilo que for possível dizer ou modificar dela, não resta dúvida: a demanda individual que a inaugura basta para confirmar isso. Contudo, o essencial se refere a outra coisa, que já aqui implica a função inaugural da demanda para além mesmo do seu objeto explícito: a saber, que essa experiência da fala é e continuará sendo por completo um *efeito do outro*. Não no sentido trivial de que será feita *por* um outro, do qual o analisante seria o paciente, como é o doente para o médico. Mas no sentido imposto pelo próprio uso do falar, quando este se encontra subordinado exclusivamente à finalidade de se fazer escutar por um destinatário encontrado apenas e tão somente para isso – sejam



*colocar o problema
do outro tal como ele
se manifesta na análise
(e não de maneira geral)
é inevitavelmente instalar-se
na ambiguidade que essa
“outra-coisa” introduz
em relação ao outro
enquanto pessoa*

quais forem o conteúdo e o benefício esperado daquilo que lhe tivermos dito e daquilo que ele puder nos dizer.

“Efeito do outro” não significa então efeito produzido *por* um outro indivíduo, na qualidade de profissional que visa a satisfazer a demanda a ele dirigida; mas sim o efeito devido (seja ao que for que esta demanda vise) à presença e à escuta do seu destinatário, assim como à existência de alguma *outra coisa* em cada um dos interlocutores, e igualmente na relação que se estabeleceu entre eles.

Colocar o problema do outro tal como ele se manifesta *na análise* (e não de maneira geral) é inevitavelmente instalar-se na ambiguidade que essa “outra-coisa” introduz em relação ao outro enquanto pessoa. A alteridade analítica é, com efeito, ao mesmo tempo do destinatário individual das mensagens transmitidas pela fala – seja qual for a sua fonte – e da outra-coisa, que habita tanto em si mesmo quanto no outro, a quem se fala sem o conhecer realmente. Pois é essencial à relação de análise implicar ao mesmo tempo (1) dois falantes, que não têm nada em comum na realidade exceto essa relação e (2) uma divisão, inerente a cada um deles, entre o *eu* da enunciação e uma outra coisa subjacente, que reage em silêncio ao que esse *eu* se escuta

dizendo e ao que lhe diz o seu interlocutor, mas permanece na sombra do não-dito – e, numa proporção que não podemos determinar, fica no campo do indizível.

Explicitemos essas condições que se encaixam, insistindo de início sobre a primeira. Nada em comum na realidade além da relação de fala: nenhum outro interesse *efetivamente* compartilhado, nenhum pertencimento comum criando laços privilegiados. Desta exclusão radical de um real particular e comum – o único determinante passível de ser considerado objetivo na famosa “neutralidade” exigida do analista – é preciso lembrar que o próprio Freud e seus primeiros discípulos, mas também muitos outros epígonos depois deles, não tinham percebido a exata medida. E conhecemos as consequências lamentáveis, por vezes dramáticas, das interferências da realidade – familiar, sexual, profissional, política – na relação de transferência e no campo do agir.

A partir do momento em que a exclusão de um real comum (fora do enquadre espaço-temporal das sessões, geralmente fixo) é rigorosamente observada, e que uma relação exclusivamente de linguagem se mantém do começo ao fim da análise, percebe-se que nada é melhor que essa experiência para revelar o outro enquanto outro. Ou seja, e simultaneamente: o outro fora de si, como indivíduo, numericamente distinto e qualitativamente heterogêneo a si, e o outro dentro de si, o outro enquanto resto dos atos de linguagem, resto ignorado pelo *eu* que se dirige ao seu destinatário.

Por outro lado, em toda situação de efetivo compartilhamento de um real comum, por mais tênue que seja, a manifestação do outro, na dupla acepção que estamos considerando, é mediada e *obscurecida* pela relação partilhada com a “coisa terceira” – seja ela (para nos limitarmos a algumas categorias usuais que permitem identificá-la) de condições de trabalho e cooperação, de rivalidade, de inimizade ou ainda de relações amigáveis ou amorosas. É com efeito na função terceira e pela mediação de um ou de vários aspectos do

real comum que indivíduos e grupos se descobrem. Mas é também somente renegando ou ocultando outros aspectos (públicos ou privados) desse mesmo real que eles podem desempenhar papéis, encontrar-se, oferecer apoios uns aos outros, unir-se ou se combater, conhecer-se ou se ignorar.

Na relação analítica *stricto sensu*, a função terceira de um real comum, acessível por várias vias interferentes, está abolida; por isso, está da mesma forma ausente a ocultação seletiva, voluntária ou involuntária, de certos aspectos do real relativo a cada um dos parceiros. Eles só estão ligados um ao outro pela fala proferida e ouvida, da qual somente conta o seu alcance *hic et nunc*. Não sendo confrontados juntos e simultaneamente a um terceiro, nem a alguma coisa externa da qual se poderia esperar a verificação ou a anulação do seu dizer, ambos ficam reduzidos à escuta mútua e assimétrica das suas falas e dos seus silêncios. Cada um pensa então o ouvido (e o não-dito) vindo do outro como provindo somente das intenções dele – e não de uma observação comum, e também do efeito nele produzido pelo que escutou anteriormente do outro. Formalmente, é um diálogo sem testemunhas e sem referente observável em comum. Mas a situação de análise exclui justamente as condições de reciprocidade de um diálogo real, isto é, a simetria da conversação, pois se trata sempre do “dizer analisante” e da sua interpretação eventual, sejam quais forem os efeitos contratransferenciais suscitados por tal dizer.

Espantar-se

Revelar o outro enquanto outro não equivale de modo algum a desvelá-lo, a lançá-lo em plena luz. É, ao contrário, tornar manifesta sua alteridade

1 Segundo Freud, a experiência clínica “mostra que essa outra-coisa (*dies Andere*) se comporta como uma moção recalçada” (*O ego e o id*, GW XIII, p. 267). Lembremos que se trata, segundo esse texto, de um “outro quantitativo-qualitativo” que se torna consciente como prazer e desprazer (*als Lust und Unlust*) (idem, p. 249).

»
durante as primeiras entrevistas,
cuja incidência sobre o processo
ulterior é conhecida, a revelação
de uma nova ocorrência de
alteridade tem por objeto
preferencialmente –
ao menos na superfície –
o outro exterior a si, e isso
para ambos os interlocutores

singular e irreduzível. Suponhamos que fulano, o que ele diz e sua maneira de dizer, assim como o que carrega em si, sejam para mim ainda desconhecidos. “Ainda” pode ser tomado aqui em sua dupla acepção, aditiva e temporal: (1) eis *ainda* uma nova maneira de ser e de falar, vindo inscrever sua diferença entre muitas outras que já conheço; (2) esta pessoa eu *ainda* não conheço (estou prestes a descobri-la). Porém num sentido e no outro está aberto o devir de uma relação, sem que por isso se anuncie um desvelamento. O que me aparece como desconhecido vai continuar em parte a sê-lo: não se atinge, e menos ainda se vence, a alteridade do outro.

Durante as primeiras entrevistas, cuja incidência sobre o processo ulterior é conhecida, a revelação de uma nova ocorrência de alteridade tem por objeto preferencialmente – ao menos na superfície – o outro exterior a si, e isso para ambos os interlocutores. Pode acontecer que, inspirando-se no médico que vê chegar todos os dias novos pacientes, o analista banalize defensivamente o primeiro encontro, acionando de imediato rotinas cujo objetivo é propor um diagnóstico rápido. Essa atitude criptomédica tem por consequência reduzir, ou até impedir, a experiência do outro, ou pelo menos atenuar o seu impacto. Ao contrário, quando essa experiência é



*para o analista, espantar-se
é admitir – sem necessariamente
formulá-lo dessa forma –
que não compreende de início
o modo de pensar, de desejar,
de sofrer, de gozar, próprio
do indivíduo que vem lhe falar*

plenamente aceita, ela pode suscitar uma forma discreta de espanto, que às vezes chega a uma espécie de sideração.

O espanto não tem somente a virtude filosófica reconhecida por Aristóteles, que nos permite colocar à Natureza questões de ordem científica. Ele é igualmente a primeira condição da descoberta do outro enquanto tal. Quem não se espanta com aquilo que pode dizer de si alguém que nunca havia encontrado antes não se coloca em posição de descobri-lo.

Para o analista, espantar-se é admitir – sem necessariamente formulá-lo dessa forma – que não compreende de início o modo de pensar, de desejar, de sofrer, de gozar, próprio do indivíduo que vem lhe falar. Ao mesmo tempo (contanto que não se deixe o espanto degradar-se em simples curiosidade), é colocar em questão a si mesmo enquanto portador de normas e de uma história pessoal, na qual se apoia para ouvir o outro, Pois, se não consigo me representar adequadamente a esse outro, que não conheço a partir somente do seu discurso e da minha experiência, não é simplesmente porque ele não pode dizer tudo de início, nem porque não sabe se explicar. É principalmente porque não me é possível atravessar imediatamente a distância que percebo entre ele e mim: nem mesmo me é possível sair de

meus próprios limites para *ouvir* plenamente o que ele me faz pensar.

Por mais que se queira neutra, por mais que seja acolhedora em função da experiência adquirida, a disposição à escuta em função da experiência adquirida é ao mesmo tempo receptiva *a priori* a todas as diferenças suscetíveis de se manifestar e está ancorada numa esfera narcísica na qual *nos colocamos nós mesmos* como aquele que escuta. A característica um tanto paradoxal dessa ancoragem é que a indiferença ao outro, ao que ele é para si próprio, deve ser excluída. Certas singularidades não podem ser admitidas nessa esfera narcísica da escuta sem produzir um sentimento de estranheza radical (é frequentemente o caso, entre outros, dos discursos de esquizofrênicos), ou sem ferir preconceitos, o que provoca uma reação inicial de incompreensão, ou mesmo uma rejeição implícita e algumas vezes duradoura.

Espantar-se é, num mesmo movimento, reconhecer a alteridade inédita que surge e sair do abrigo familiar no qual habitualmente evolui o pensamento de si. Por temporária que seja, a quebra da casca invisível na qual se mantém aquele pensamento deixa um traço: desde que não seja julgado insignificante em razão de seu conteúdo ou segundo a maneira defensiva com a qual o ouvimos, o dizer do outro modifica imperceptivelmente a escuta, e até o modo costumeiro de pensar a si mesmo como agente dessa prática.

Lembro aqui de um homem que veio me consultar há mais de vinte anos, para expor o que o atormentava e perguntar se podia lhe propor uma ajuda terapêutica. A razão de seu tormento era uma compulsão quotidiana e incontrolável a se travestir. Solteiro, vivia sozinho e se vestia de mulher exclusivamente em casa; não saía à rua nessas vestimentas femininas variadas e não procurava seduzir ninguém trajado assim. Até então, eu jamais tinha recebido um travesti (e tampouco tido ocasião de encontrar um fora do consultório). A roupa masculina com a qual ele se apresentou era banal e os traços de seu rosto nada tinham de especialmente afeminado. Somente o que ele dizia demonstrava a perturbação

profunda da sua identidade sexual, perturbação instalada desde a adolescência e que parecia ao mesmo tempo expressa e contida pelo rito do travestimento solitário.

Sua mãe tinha morrido quando ele estava com uns dez anos. Último filho da fratria, pouco tempo depois ele adotara o hábito de dormir com o pai no leito conjugal. “Porque”, me explicou, “em casa não havia mais nenhuma mulher”. Essa promiscuidade noturna (sem relação sexual) durou mais de um ano. Seus irmãos foram saindo de casa, e ele acabou ficando sozinho com o pai até a morte deste, ocorrida alguns anos antes. Nesse meio tempo, já adulto, aconteceu de se apaixonar por uma mulher, mas rapidamente ela dirigiu seu desejo para outro homem.

Na “solução” sintomática e especular do travestimento protegido de qualquer olhar estranho, alguma coisa me pareceu ser um compromisso singular entre o luto inacabado pela mãe e a identificação a uma mulher que devia ficar, *secretamente*, dentro de casa. Percebi claramente que o caso desse homem desamparado (ouvido durante uma única entrevista) demandava uma modalidade de escuta na medida do espanto que ele suscitava em mim². Na época, eu não ignorava praticamente nada dos discursos freudianos tanto sobre a perversão quanto sobre a “inibição do desenvolvimento” na causação da neurose; também estava a par de algumas análises contemporâneas mais específicas sobre o travestismo³.

Mas essas abordagens principalmente teóricas não me permitiam em absoluto compreender, e menos ainda reduzir, a impressão produzida pelo devir singular resumido no relato que ouvira: a morte da mãe colocara aquele homem num intervalo identificatório do qual ele jamais

2 Na época, lamentei não poder propor imediatamente um tratamento que respondesse à urgência da sua expectativa.

3 Cf. especialmente os trabalhos de Robert J. Stoller. Em *La Perversion, forme érotique de la haine*, o autor aponta que “os travestis são em sua grande maioria heterossexuais, e buscam a heterossexualidade; devem resistir a uma tendência inconsciente de identificação com as mulheres. Como a intimidade com uma mulher é para eles atraente, mas perigosa, substituem as roupas inanimadas à carne viva.” (p. 115-116). Do mesmo autor, pode-se ler também *Masculin ou féminin?* (em particular o capítulo 8).



*essas abordagens
principalmente teóricas
não me permitiam em absoluto
compreender, e menos ainda
reduzir, a impressão produzida
pelo devir singular resumido
no relato que ouvira*

consequira sair. À diferença dos irmãos mais velhos, o menino tinha se aproximado do pai num simulacro conjugal em que sua fantasia o fazia assumir o papel de esposa substituta, enquanto conservava no mais profundo de si a imagem materna precoce. Muito mais tarde, ele precisaria ressuscitá-la numa espécie de encantamento mudo, envolvendo seu corpo masculino com roupas de mulher, e reservar essa aparência externa tão somente para o seu próprio olhar. Refletindo, deixo-me conta de que a fonte do meu espanto fora, mais que tudo, a revelação súbita do devir *fechado* inscrito nesse intervalo identificatório.

Do governo da fala pelo desconhecido

A experiência analítica é, a cada vez, uma maneira inédita de apresentar na linguagem, mas também de fazer evoluir, as singularidades constitutivas de um ser falante. Enquanto efeito do outro, como mencionei no início deste artigo, essa experiência só pode ter lugar – só pode encontrar seu lugar apropriado – na medida em que a palavra é “livre”, isto é, não está subordinada a nenhuma finalidade exceto a de se fazer ouvir. Assim é introduzida, desde o início, uma diferenciação no falar, pela qual o outro vai se constituir e se apreender a si



que o analista possa
ser considerado como
o respondente dessa coisa
desconhecida exclui que
ela pertença propriamente
ao autor da demanda, ao ser
que a formulou designando-se
simplesmente como
“eu” ou “mim”

próprio *enquanto outro*. Pela formação de um dizer sem objeto designado e sem resposta esperada, o falante vai se revelar *outro aos olhos de um outro*, a quem ele não se dirige para obter alguma coisa (assentimento, apreciação etc.), mas para *abrir lugar*, lugar falado, à outra-coisa da qual o analista é o suposto respondente. Sem esta referência, em geral tácita, à outra-coisa *desconhecida*, não há demanda de análise, ainda que ela possa ser formulada com objetivos expressamente designados (viver melhor ou livre de alguns sofrimentos, encontrar-se a si mesmo, resolver conflitos, sentir afetos etc.). À distância, o não-dito do desconhecido governa assim o dizer sobre o conhecido por onde a análise começa.

Sabemos, entretanto que o governo da fala pelo desconhecido se estende, desde o início, muito além desse dizer inicial sobre os sintomas e a história pessoal informados ao analista. O *eu* que se dirige a um outro, a um “semelhante” do qual não sabe praticamente nada, faz desse outro o respondente da outra-coisa ignorada. Seria inexato dizer que esta reside simplesmente *nele*, como se fosse um tesouro subterrâneo. Que o analista possa ser considerado como o respondente dessa coisa desconhecida exclui que ela pertença propriamente *ao* autor da demanda, ao ser que a formulou designando-se simplesmente

como “eu” ou “mim”. Se o analista a *ouve*, não é somente porque é “suposto saber” (para retomar a fórmula de Jacques Lacan quanto ao sujeito em questão); é também, e principalmente, porque deve saber do que se passa na esfera da “outra-coisa”, dado que ele mesmo está sujeito a ela, e que é somente devido a esse fato que pode responder propondo sua escuta.

De modo algum, porém, isso significa que o desconhecido que governa a relação de análise e seu devir seja *objetivamente* impessoal e desprovido de historicidade. A outra-coisa com a qual cada um se debate nada tem a ver com a transcendência de um “inconsciente coletivo” constituído por arquétipos; ao contrário, é uma composição singular imanente, diferente para cada indivíduo sexuado, pensante e falante. Mas essa outra-coisa é *subjetivamente* impessoal: age em cada formação individual inscrita no tempo como uma força indivisível, ainda que fragmentada, da qual é consciente apenas a unidade de fachada; seus elementos inconscientes (o recalçado, o Superego, o núcleo resistente do “eu”) seguem cegamente suas economias próprias frente ao que se opõe ou resiste a cada um deles na mesma vida na qual coabitam. Reduzida ao essencial, esta é a concepção freudiana de uma alteridade interna que funda a prática de *analysein*⁴, da análise que separa “quimicamente”, sem outra meta além de evidenciar elementos do desconhecido em virtude da dinâmica da transferência.

Resistência ao “dizer tudo” e tornar dizível a outra-coisa

Uma ligação notável aparece entre esse desconhecido na origem e no horizonte de toda análise e a regra de dizer tudo, que exige do falante que não afaste do seu campo de enunciação as ideias incidentais que ele é tentado a calar, sob o pretexto (ou o preconceito) de serem fúteis ou sem interesse. Essa ligação foi explicitada por Freud em termos que colocam em evidência a ação exercida pela resistência sobre a retenção

da fala, bem como o pressuposto de um determinismo psíquico inexorável: o recalcado termina sempre por se manifestar, utilizando as vias as mais incongruentes – as do refugio e do detalhe insignificante.

Mas a teoria freudiana negligenciou um outro aspecto dessa ligação entre o desconhecido e o dizer tudo: a pressuposição segundo a qual, no que tem de mais singular, a outra-coisa, deve se tornar dizível (na expressão que já utilizei em outro lugar), isto é, *apta* a uma formulação dentro do campo da interlocução, que é também o campo das interpretações e das construções no qual se desenrola a análise. Se esse outro “algo” não tivesse tal aptidão, a prescrição de dizer tudo, mesmo rigorosa e “conscientiosamente” aplicada, escorregaria sobre o inconsciente sem possibilitar que este se prestasse, ainda que indiretamente, a uma expressão verbal.

Em vez do *tornar dizível*, que a rigor corresponde à prática da escuta de um outro dizente, o fundador da psicanálise enunciou o postulado de um *tornar consciente* (*Bewusstwerden*). Diferença muito significativa, pois este último é um processo interno, não referido como tal à linguagem em cujo seio ocorre a análise (assim como qualquer interlocução, “assimétrica” ou não). Lembremos que esse processo do tornar consciente supõe-se que ocorra no interior de um aparelho psíquico articulado desde o início em sistemas específicos conectados. Define-se assim um sistema consciente (*Cs*) bem diferente da consciência como é entendida pela psicologia (tradicional ou não), embora no plano descritivo ele a inclua.

4 (N.T.) Em grego no original.

5 (N.T.) *Vorstellungsrepräsentanz*, por oposição a *Affektsrepräsentanz* (representante afetivo). À diferença do português, o alemão distingue a representação como imagem ou ideia (*Vorstellung*) da representação de alguém por um advogado ou mandatário eletivo (*Repräsentanz*).

6 “O trabalho psicanalítico”, lê-se em seguida, “nos faz ter quotidianamente a experiência de que essa tradução é possível. Para fazê-la, é preciso que o analista supere certas resistências, aquelas mesmas que anteriormente disse um recalcado, afastando-o do consciente” (*L’Inconscient*, p. 207).

»
uma vez o recalcado tendo assumido a posição de núcleo ativo do inconsciente, a primeira pergunta é: como chegar a conhecê-lo? Responde Freud: “naturalmente, só o conhecemos como consciente após ter sofrido uma transposição ou tradução em consciente”

Contudo, esse sistema *Cs* não é jamais considerado original ou primeiro. Não se confunde com o psíquico em geral, e temos bons motivos para opor a ele, desde o início, um ser psíquico não consciente, que, por sua vez, após o recalamento originário, subdividiu-se em dois outros sistemas, chamados pré-consciente (*Pcs*) e inconsciente no sentido dinâmico (*Ics*). A essência do processo de recalamento, segundo a elaboração dessa tópica na *Metapsicologia* de 1915, consiste não em eliminar (*vernichten*), mas em manter à distância do tornar consciente (*von Bewusstwerden abzuhalten*) “um representante representativo⁵ da pulsão”.

Uma vez o recalcado tendo assumido a posição de núcleo ativo do inconsciente, a primeira pergunta é: como chegar a conhecê-lo? Responde Freud: “naturalmente, só o conhecemos como consciente após ter sofrido uma transposição ou tradução em consciente”⁶. O que se convencionou chamar de segunda tópica – com a introdução importantíssima do Superego herdeiro do complexo de Édipo – não alterará em nada o objetivo da análise tal como decorre dessa resposta teórica: Freud a reafirma no segundo capítulo de *O Ego e o Id*, depois nas *Novas Conferências* e por fim no inacabado *Esboço de psicanálise*, sempre vinculando-a estreitamente à necessidade de superar as resistências, muitas vezes obstinadas e sutis,



*sob suas sucessivas variantes,
a tópica foi construída em torno
do Eu erigido em instância – e isso
a despeito da “apresentação positiva”
segundo a qual todo ato psíquico
começa por ser inconsciente
(pertencendo ao *Ics*), antes de ser
submetido ao exame de censura,
que o autoriza ou não a passar
para uma segunda fase*

que o paciente apresenta⁷. “Tornar consciente o inconsciente” continua assim, de uma ponta a outra da obra fundadora – e apesar dos obstáculos erguidos pela compulsão à repetição –, o único lema constante, revestido por formulações sucessivas das relações dinâmicas e econômicas entre os *topoi*⁸ da vida psíquica (Eu e libido; *Cs*, *Pcs*, *Ics*; Ego, Id, Superego).

Uma tópica edificada a partir
da autoanálise

Sob suas sucessivas variantes, a tópica foi construída em torno do Eu erigido em instância – e isso a despeito da “apresentação positiva” segundo a qual todo ato psíquico começa por ser inconsciente (pertencendo ao *Ics*), antes de ser submetido ao exame de censura, que o autoriza ou não a passar para uma segunda fase⁹. Esta posição central do Eu (do *Ich*, ao qual tudo acontece, que é o único a sentir os movimentos da vida, mas que só sobrevive dividido) não corresponde de modo algum à apresentação “objetiva” de um psíquico originalmente inconsciente, porém muito mais a uma experiência original do analítico: a da autoanálise, contemporânea da redação da *Interpretação dos sonhos*.

Não diminuiremos o interesse da prática clínica anterior (na primeira metade dos anos 1890) se reconhecermos que ela fica muito claramente aquém do método de exploração dos conflitos internos vivenciados pelo Eu freudiano em virtude da sua autoanálise. E sabemos a parte preponderante dos sonhos submetidos a esta prática pessoal, de certa forma monádica, na concepção do livro que pela primeira vez expõe publicamente o método de análise, e também a tópica. Esse Eu que se descobre na autoanálise, e que revela ao mesmo tempo algo do desconhecido existente nos confins da sua vida onírica cotidiana, quase não tem necessidade do outro. Claro, já foi dito e repetido que, durante o período inaugural da descoberta, Wilhelm Fliess foi suporte de uma transferência intensa – mas esse personagem, não podemos esquecer, não foi de auxílio algum no período da autoanálise freudiana.

O desconhecido que os sonhos revelam ou fazem suspeitar nessa espécie de ascese foi de início assimilado ao inconsciente, ao que escapa à luz do consciente, que o texto derradeiro – *Some Elementary Lessons in Psycho-Analysis*¹⁰ – continuará a designar como “a única luz interior que nos ilumina e nos guia na obscuridade da vida anímica”. Quer dizer: permanecemos dentro de uma mônada psíquica, uma esfera narcísica original capaz de, sob a ação interna do recalçamento ou de processos de defesa mais “primitivos” (projeção, negação, clivagem), cindir-se em duas e depois em três partes. No entanto, a prática inicial não é em nada introspectiva: é claramente clínica, e visa a elucidar os sintomas observados (hísticos, principalmente). É inegavelmente uma prática *do outro*, mas que só irá encontrar seus fundamentos pelo caminho autoanalítico, isto é, pela busca de uma *alteridade interna* pelo meio indireto de associações formuláveis na ausência de um interlocutor.

Portanto, a prática da segunda metade dos anos 1890 contém decerto as premissas da psicanálise, mas no essencial repousa sobre a autoanálise e sobre as intuições que dela decorrem quanto a uma representação tópica universal do

Referências

- Dayan M. (1985a). *Inconscient et réalité*. Paris: PUF.
- Freud S. (1900a). A interpretação dos sonhos. *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas de Sigmund Freud (ESB)*, vol. 4-5. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1915e). O inconsciente. *ESB*, vol. 14. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1923b). O ego e o id. *ESB*, vol. 19. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1932). Novas conferências introdutórias à Psicanálise. *ESB*, vol. 22. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1940). Some Elementary Lessons in Psychoanalysis. *Standard Edition of the Psychological Works of Sigmund Freud*, vol. 23. Londres: The Hogarth Press.
- _____. (1940a). Esboço de psicanálise. *ESB*, vol. 23. Rio de Janeiro: Imago.
- Lacan J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Stoller R. (1993). *Masculinidade e feminilidade: apresentação de gênero*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- _____. (2014). *Perversão, a forma erótica do ódio*. São Paulo: Hedra.

Psychoanalysis, effect of the other

Abstract This paper proposes a reflection on the analytical practice as an experience of the word that is and will continue to be an effect of the other, in the sense imposed by the very use of speaking, when the latter is not effectively subordinated to any other purpose in addition to being heard by a recipient, whose presence and listening support the existence of something else in each of the interlocutors and in the relationship established between them.

Keywords psychoanalytic process, alterity, language, unconscious, resistances

O patriarcado escravista, a masculinidade tóxica e a violência de Estado no Brasil

Reflexões à luz da psicanálise e do debate decolonial

Mônica Guimarães Teixeira do Amaral
Diego dos Santos Reis
Janaína Ribeiro Bueno Bastos

Resumo Este artigo busca refletir sobre a ação letal da polícia militar em um baile funk em Paraisópolis, em 2019, destacando a continuidade dos padrões mórbidos das relações étnico-raciais no Brasil. O objetivo é problematizar, com base nos aportes teóricos da psicanálise e dos estudos decoloniais, os modelos de civilidade forjados pelos signos da branquitude, como estruturadores das violências perpetradas pelos agentes do Estado.

Palavras-chave patriarcado colonial; masculinidade tóxica; violência do Estado; pacto narcísico; branquitude; negritude.

Mônica Guimarães Teixeira do Amaral é psicanalista, membro associado da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP) e professora livre-docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

Diego dos Santos Reis é pós-doutorando na Faculdade de Educação da USP. Doutor, mestre e licenciado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor substituto da Faculdade de Educação da UFRJ.

Janaína Ribeiro Bueno Bastos é pedagoga no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Mestra e doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da USP.

Machado de Assis, em seu conto “Pai contra mãe”, publicado em 1906, ao discorrer sobre as funções da máscara de ferro que era colocada nos escravizados, a fim de arrancar-lhes de uma só vez o vício de beber e o de furtar, evidencia a barbárie cometida durante o regime escravocrata, sustentada pelos princípios excludentes e autoritários com que se forjou o projeto de modernidade brasileiro. Depois de apontar suas funções práticas e coercitivas, observa: “Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco e alguma vez o cruel”¹.

Pouco mais de meio século depois, Theodor W. Adorno, em uma palestra transmitida pela rádio de Hessen, em 1965, e publicada sob o título “Educação após Auschwitz”, aponta que uma das maiores contribuições de Sigmund Freud, em *Psicologia das massas e análise do ego*, foi ter salientado o paradoxo imanente à civilização ocidental, que contém em si algo que “origina e fortalece progressivamente o que é anticivilizatório”².

Nesse artigo Adorno sustenta a ideia de que cabe aos educadores, diríamos nós, a todas as pessoas sensíveis e esclarecidas, incluindo entre elas os psicanalistas, revelar aos sujeitos os mecanismos conscientes e inconscientes que tornaram possível a barbárie – o único modo, segundo ele, de evitar algo semelhante ao horror do holocausto. O filósofo referia-se não apenas ao genocídio cometido contra os judeus durante a Segunda Guerra Mundial, mas ao perigo contido em todo e qualquer retrocesso nos padrões ético-culturais, até mesmo de civilidade, que impele os indivíduos a ações motivadas por um ódio primitivo, a serviço de interesses particulares³.

1 M. de Assis, “Pai contra mãe”, in *Os cem melhores contos brasileiros do século*, p. 19.

2 T. W. Adorno, “Educação após Auschwitz”, in *Educação e emancipação*, p. 119.

3 Lacan, em seus seminários sobre os escritos técnicos de Freud, é peremptório ao afirmar que “somos já imensamente uma civilização do ódio”. *Séminaire I*, p. 306.



*para compreender
esses fenômenos, é preciso
atentar-se, ainda, para uma mutação
no racismo no Brasil*

Na verdade, essas são questões que é preciso retomar na atualidade e analisar sua configuração específica no Brasil. Teremos cometido uma barbárie semelhante ao holocausto no Brasil? O regime escravista implantado no Brasil por mais de três séculos, imposto inicialmente aos nossos povos originários e, depois, às pessoas negras escravizadas, que foram traficadas de África para as Américas, e cujo maior contingente veio para o Brasil⁴, não teve a marca da barbárie? O que presenciamos hoje no Brasil, com ataques verbais espalhados na mídia digital por alguns governantes e seus seguidores contra os povos indígenas, os afrodescendentes e os jovens moradores das periferias, incitando a violência contra os mesmos, instigando à ira das massas contra os pobres e suas manifestações culturais – e o pior, chancelando a política de morte imposta a esses grupos –, não é prova incontestada de que a barbárie não passou?

A violência empregada pela polícia militar do Estado de São Paulo em um baile funk em Paraisópolis, na capital paulista, frequentado por jovens e adolescentes, resultou na morte de nove adolescentes e inúmeros feridos no dia 1º de dezembro de 2019⁵. Diga-se de passagem, contou com o apoio de alguns moradores da “região nobre” do Morumbi, vizinha a esta comunidade, e com aval do governador – e é mais um episódio de violência naturalizada ao longo de mais de 500 anos de fundação de nosso país, cujos rastros patriarcais e de práticas colonialistas ainda persistem.

Para compreender esses fenômenos, é preciso atentar-se, ainda, para uma mutação no racismo no Brasil. Se antes era velado, e muitas vezes tentava justificar o injustificável sob o manto do discurso ideológico da democracia racial, hoje deixa de sê-lo e passa a ser declarado. Tal mudança

denuncia o seu cerne de natureza etnocêntrica, racista e fascista, como tem ficado evidente na ação conjugada das políticas do governo federal adotadas para a cultura, a educação e a segurança pública, que há muito tempo não se encontravam tão amalgamadas.

Tomando em consideração todo esse debate, nós, como pesquisadores da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, ao nos dedicarmos aos estudos das culturas juvenis afro-brasileiras, gostaríamos de compartilhar com o(a) leitor(a) algumas considerações críticas sobre essa violência reiterada contra as “populações historicamente prejudicadas”, como sustenta o intelectual alemão Axel Honneth Honneth, a propósito daqueles a quem é subtraído o reconhecimento moral, jurídico e sociocultural⁶, que, no caso do Brasil, são os indígenas e afrodescendentes que habitam desde a Amazônia até as favelas de grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro.

A ideia de raça, a zona do “não-ser” e a violência do Estado

Não é de se estranhar que – a título de retorno compulsivo à cena traumática –, ao atualizar fantasias bélicas e cisuras raciais no corpo social, a barbárie tenda a se repetir, uma vez que as medidas de reconhecimento e de reparação à violência cometida contra a população negra e ameríndia de nosso país, simbólicas ou materiais, sempre foram pontuais.

Coube ao Movimento Negro exigir esta reparação com a regulamentação de diversas medidas, como: a Lei Caó⁷, que criminaliza o racismo decorrente desse processo de negação; a exigência de cotas raciais nas universidades e concursos públicos; a obrigatoriedade do ensino de história da África e das culturas afro-brasileiras (Lei 10.639/2003), a cuja exigência se acrescentou a obrigatoriedade do ensino das culturas ameríndias (Lei 11.645/2008).

A trajetória de luta do Movimento Negro e o engajamento da intelectualidade negra contra

os processos persistentes da colonialidade e da violência genocida racial e colonial no Brasil evidenciam que, apesar das recentes conquistas, os caminhos para a emancipação social e para a superação do racismo no país ainda são repletos de desafios. Em uma perspectiva crítica, como salienta Nilma Lino Gomes, “ao trazer o debate sobre racismo para a cena pública e indagar as políticas públicas e seu compromisso com a superação das desigualdades raciais, esse movimento social ressignifica e politiza a raça, dando-lhe um trato emancipatório e não inferiorizante”⁸.

Esse processo desvela as complexas relações de poder em cuja trama a ideia de *raça* foi construída, como pilar de sustentação da lógica colonial, que – ao conferir uma série de privilégios materiais, epistêmicos, ontológicos e simbólicos aos padrões informados pela branquitude – legitimou a inferiorização da população negra e

- 4 Segundo Lilia Schwarcz e Flávio Gomes, estima-se que, entre 1550 e 1860, 4,8 milhões de africanos tenham desembarcado no Brasil como escravizados. É importante ressaltar que, apesar do fim do “infame comércio”, o regime escravista ainda se estenderia por mais 38 anos no país, marcado pelas diversas lutas contra o sistema escravocrata e pelo abolicionismo. *Dicionário da escravidão e liberdade*, p. 21.
- 5 Referimo-nos a Marcos Paulo Oliveira dos Santos (16 anos de idade), Dennys Guilherme dos Santos Franca (16), Denys Henrique Quirino da Silva (16), Gustavo Cruz Xavier (14), Gabriel Rogério de Moraes (20), Mateus dos Santos Costa (23), Bruno Gabriel dos Santos (22), Eduardo Silva (21) e Luara Victoria de Oliveira (18), mortos durante ação da Polícia Militar de São Paulo em um baile funk, em Paraisópolis.
- 6 Honneth, em seu livro *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*, considera que a falta de reconhecimento nesses três níveis é experimentada pelo sujeito, ou mesmo por toda uma coletividade, como um desrespeito pessoal e moral, implicando uma “violenta limitação da autonomia pessoal” (p. 217). E, dada a depreciação cultural que a acompanha, bem como de seus modos de vida coletiva, são suscitados sentimentos de humilhação social capazes de desencadear sérios conflitos sociais.
- 7 Conhecida como Lei Caó, a norma é originária do PL 52/88, de autoria do ex-deputado Federal Carlos Alberto Caó de Oliveira. Falecido em fevereiro de 2018, o ex-parlamentar foi militante do Movimento Negro, tendo participado da Assembleia Constituinte que redigiu a CF/88. É de sua autoria o inciso XLII do artigo 5º da CF/88, que tornou a prática de racismo crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, promulgada um ano antes da edição da Lei 7.716/89.
- 8 N. L. Gomes, *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*, p. 21.
- 9 T. Pires, “Estruturas intocadas: racismo e ditadura no Rio de Janeiro”, *Revista Direito e Práxis*, v. 9, n. 2, p. 1057.
- 10 Cf. F. Fanon, *Pele negra, máscaras brancas*.
- 11 A. S. Carneiro, *A construção do Outro como não-ser como fundamento do ser*, p. 94.

»»

Achille Mbembe, filósofo de Camarões, defende a descolonização do modo de pensar europeu com base no respeito ao outro

ameríndia, bem como os efeitos violentos e desproporcionais sobre os corpos não brancos, hierarquizados e desumanizados.

No entanto, a “hierarquização de humanidade baseada na raça como um componente estruturante das violências perpetradas pelos agentes de Estado, sobretudo em períodos autoritários”, como sublinha Thula Pires, é tão contundente que dificulta a percepção do racismo em sua dimensão estrutural, “responsável por conformar brancos, não brancos e instituições racistas”⁹. Os processos radicais de desumanização desencadeados e a naturalização das violências dificultam que se pautem o racismo na agenda política e jurídica, além de obstaculizar o trabalho de luto público – um luto que permita o reconhecimento de corpos negros, enquanto *vidas enlutáveis*, posto que, ao lançá-los na *zona do não-ser*¹⁰, nega-se a humanidade dos mesmos e as engrenagens do terror racial que não cessam de inscrever a “negritude no signo da morte no Brasil”¹¹.

Achille Mbembe, filósofo de Camarões, defende a descolonização do modo de pensar europeu com base no respeito ao outro, acompanhada de uma ampla concepção de justiça e de responsabilidade social, para cuja efetivação haveria que se promover a reparação do racismo infligido aos povos africanos. E instaurar uma “política do semelhante” que permita partilhar as diferenças.

O exercício do poder colonial no Brasil, com base no modelo familista patriarcal, foi pautado na masculinidade branca hegemônica e no abuso sexual sistemático das mulheres negras escravizadas – tema abordado em *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freyre, no qual a violência foi, e continua sendo, não apenas naturalizada, como associada a uma suposta depravação sexual da



*ao lado da análise do modelo
familiarista patriarcal brasileiro,
é preciso retomar o debate
internacional feminista negro*

mulher negra. No entanto, a narrativa literária de autoras(es) negras(os) engajadas(os) em recontar a história de personagens negras tem apontado que, na verdade, tais mulheres procuraram, de diversas formas, subverter a ordem masculinista branca, e por isso mesmo, conforme foram ganhando autonomia nas ruas (sobretudo as quituteiras¹²), tornaram-se uma ameaça ao sistema hegemônico, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista de gênero¹³. E foram duramente castigadas por isso¹⁴. Hoje são as mulheres negras, herdeiras desse passado bárbaro, que lideram o movimento contra o genocídio da juventude negra e periférica.

Das quituteiras aos movimentos das mães de vítimas da violência do Estado, o que parece estar em jogo nesses movimentos de mulheres negras é a luta contra os efeitos nefastos do *racismo patriarcal cis-heteronormativo*, por meio de estratégias de enfrentamento, tanto do silenciamento imposto às narrativas negras, quanto das formas de subordinação impostas a essas populações, que estão na base do funcionamento da violência letal genocida, das violações sistemáticas dos direitos humanos e dos padrões mórbidos das relações raciais no Brasil.

Ao lado da análise do modelo familiarista patriarcal brasileiro, é preciso retomar o debate internacional feminista negro, representado, entre outras, por bell hooks, Maria Lugones e Ângela Davis, autoras que contribuíram para repensar as diferenças e hierarquias de poder entre homens negros e brancos, assim como entre mulheres brancas e negras. Seus estudos pioneiros abalaram a ideia universalizante de masculinidade hegemônica, demonstrando como as relações de gênero, raça e classe promovem rupturas em seu interior,

teses que foram corroboradas por autores como Robert W. Connell e James W. Messerschmidt.

Tal debate há de ser retomado pela psicanálise para que se possa romper com o véu epistêmico que encobre nossas reflexões e posicionamentos como analistas frente a situações como a que presenciemos no ano passado em Paraisópolis. Nesse sentido, é preciso ainda associá-la a estudos diaspóricos e, com isso, ampliar a leitura de mundo da sociedade brasileira, por meio de um olhar atento aos saberes e às práticas dos povos subalternizados pelo colonialismo euro-americano e tensionada por uma nova epistemologia, afrocentrada, ameríndia e feminista negra, a partir da qual revolveríamos o saber instituído, parcial e cego aos subterrâneos do tecido social brasileiro.

O massacre de adolescentes em Paraisópolis

Ao ler nos jornais e assistir na televisão as reportagens sobre a morte de nove jovens na ação policial em Paraisópolis, muitos de nós ficamos entre estarrecidos e apreensivos. Estarrecidos com a violência com que os soldados agiram contra os jovens, com seus coturnos, cassetetes, bombas de gás lacrimogênio e balas de borracha. E apreensivos quanto aos descaminhos de nossa frágil democracia.

E, depois, ao obter informações dos moradores sobre o estado em que ficaram os becos e vielas, com suas paredes banhadas de sangue, marcas deixadas por uma multidão de 5 mil pessoas, na sua maioria constituída por jovens entre 14 e 23 anos de idade, encurralada pela polícia militar de São Paulo durante a madrugada do dia 1º de dezembro de 2019.

Com base nos depoimentos dos familiares e dos moradores acerca da ação policial, não há como negar que estávamos perante um massacre deliberado, com amplo respaldo dos agentes superiores e do governo do Estado de São Paulo. E estes foram apoiados, quando não incentivados, por uma parcela da classe média dos altos do Morumbi, fato confirmado pela filmagem de uma cena grotesca, a reunião em uma delegacia

de polícia com alguns moradores dos condomínios de luxo do Morumbi, vizinhos de Paraisópolis, que para lá se dirigiram com o objetivo de “solicitar” uma intervenção militar para dar um “susto” nesses jovens, nem que fosse preciso recorrer ao exército. Muitos comentários lá feitos lembram discursos e práticas fascistas do período entre guerras, bem como as ideias das elites dominantes do período colonial brasileiro. Dentre os comentários, selecionamos estes:

Se tivesse o Batman, matava todo mundo! Não pode haver uma ocupação mais forte em Paraisópolis, limpar tudo

- 12 São inúmeras as menções ao papel das quituteiras, na sua maioria escravas de ganho, que saíam às ruas para vender produtos para seus proprietários, como sendo fundamentais para a resistência dos escravizados. No livro *Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*, os autores salientam o papel assumido pelas Casas Zungu, no Rio de Janeiro, mas também em cidades como Belém e Recife, sob a denominação de *Calogi*, onde negras e negros praticavam seus rituais religiosos e outras práticas culturais, como o jogo da capoeira. Eram também locais de refúgio e de refeição coletiva, onde se comia o angu, por exemplo, vendido também nas praias pelas quituteiras. Dirigidas no Rio de Janeiro por africanas da Costa da Mina, Congo e Angola, essas casas propiciavam uma verdadeira reconstrução simbólica e cultural da diáspora urbana, observada com o êxodo da Bahia para o Rio de Janeiro, resultante da perseguição dos líderes da Revolta dos Malês, em Salvador, em 1835.
- 13 Cf. G. Xavier, J.B. Farias e F. Gomes (Org.), *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*.
- 14 No livro *Mulheres negras no Brasil...*, há relatos segundo os quais, em Minas Gerais, no século XVII, pelo fato de venderem bebida e comida aos mineiros, algumas delas, sobretudo as que praticavam a cura de males físicos e espirituais, foram jogadas nas mãos da Inquisição portuguesa, onde sofreram toda sorte de tortura. Isto porque auxiliavam, segundo as autoridades, a burlar as regras do sistema colonial, pois era com o ouro escondido que os escravizados matavam sua fome e sede.
- 15 J. Lacan, “O estádio do espelho como formador da função do eu”, in *Escritos*, p. 96-103.
- 16 M. Merleau-Ponty, *O visível e o invisível*.
- 17 Como enfatiza W. L. Maar, “À guisa de introdução: Adorno e a experiência formativa”, in *Educação e emancipação*, p. 27.
- 18 Referimo-nos a três dissertações de mestrado: T. K. Rodrigues, “A metamorfose de jovens lideranças que querem ser professoras: como a escuta analítica propicia a potência crítica da práxis”; E. Y. Nakashima, “Reatando as pontas da rama: a inserção dos alunos da etnia *Pankararu* em uma escola pública na cidade de São Paulo”. E uma terceira, publicada como: M. S. Ferreira. *A rima na escola, o verso na história – um estudo sobre a criação poética e afirmação étnico-social entre jovens de uma escola pública de São Paulo*.
- 19 Pesquisa realizada no âmbito do Programa de Melhoria do Ensino Público da Fapesp, intitulada “Culturas juvenis x cultura escolar: como pensar as noções de tradição e autoridade no âmbito da educação” (Processo Fapesp: 2006/52034-2), sob a coord. de M. do Amaral, publicada como: M. do Amaral, *O que o rap diz e a escola contradiz*.

é preciso recorrer
a estudos e pesquisas que
elucidem a história dessa
população marginalizada

aquilo? Quem mora na favela... eles não têm dignidade, coitados, precisam de moradia... mas não morar no Morumbi! A questão é, ativamente, como nós, moradores do Morumbi, podemos equipar a polícia com carros blindados, carros com câmera, GPS? E para estes moradores, nós temos que dar tudo? Estudo de graça, uniforme de graça? Bolsa família? E eles não nos devem nada? Direitos humanos, você quer, então põe na sua casa!

Algumas das pessoas presentes na reunião prévia à “ocupação” militar do baile funk em Paraisópolis eram pessoas “de bem”, que estudaram nas melhores escolas de São Paulo. Mas é notório que não aprenderam o principal: o sentido de humanidade e a capacidade de reconhecimento, por meio dos quais nos tornamos capazes de ver no outro o Outro de si, como anunciaram Hegel em *A fenomenologia do Espírito*, e posteriormente Lacan, em seu conhecido artigo sobre o espelho¹⁵. Um olhar que escapa à visão e se deixa tocar pela reversibilidade do visível e do invisível, tema amplamente explorado por Merleau-Ponty¹⁶ e que inspirara Lacan em seus primeiros escritos. Um olhar, diríamos nós, que envolve um aprendizado aberto à “elaboração da história e ao contato com o outro”¹⁷.

De outro lado, diante das fotos das famílias estampadas nos jornais, do desalento da mãe abraçada à filha, chorando a morte do filho durante o ato ecumênico em homenagem aos jovens mortos por ação da polícia militar, é preciso não naturalizar a violência dessa cena, desse trabalho de luto *insuperável*. Por isso, é preciso recorrer a estudos e pesquisas que elucidem a história dessa população marginalizada, como os que foram feitos por nossa equipe na única escola da região¹⁸.

Nossas pesquisas em escolas das regiões de Paraisópolis e Real Parque¹⁹ demonstraram que



a branquitude, conforme evidenciado por Ruth Frankenberg, diz respeito ao lugar de poder ocupado pelo grupo branco

boa parte daqueles meninos e meninas, moradores das comunidades lá instaladas, são afroindígenas do grupo Pankararu, cujos antepassados habitavam o sertão do Pajeú, no interior de Pernambuco, região mencionada mais de uma vez nas músicas de Caetano Veloso. Presente na poesia e na literatura de cordel, este território traz consigo um passado não muito alentador. No final do século XIX, logo após a abolição, como parte da política higienista e de branqueamento da população, foram identificados aldeamentos forçados de diversos povos indígenas, negros forros e sertanejos pobres. Os povos Pankararu surgiram dessa mistura que lhes foi imposta²⁰. Na década de 1950, muitos deles foram trazidos para a região Sudeste como trabalhadores na construção civil, para construir o estádio do Morumbi e o Palácio Bandeirantes. Trata-se, portanto, de duas comunidades que estão situadas ao lado e à margem dos condomínios de luxo do bairro Morumbi. Segregados em suas comunidades, os moradores vivem sem poder circular pelo bairro, e muito menos passear em shoppings da região. Seus únicos divertimentos eram, na época de nossa pesquisa, sobretudo as manifestações de hip-hop e, hoje, os bailes funk. Aliás, manifestações execradas pela classe média, não apenas do entorno, as quais foram justamente objeto de nosso estudo. Ou seja, as culturas de rua, de resistência e de afirmação étnico-racial e de classe.

Pois, tomando em consideração esse histórico, como não se indignar com a ação da polícia militar? Como não se indignar com um governador que diz que tudo deve ser apurado, mas que as ações militares devem continuar ocorrendo nos bailes funk?²¹

Compreender a gramática do genocídio anti-negro na diáspora, bem como os mecanismos de

perpetuação das desigualdades e violências, que atingem historicamente com maior intensidade os segmentos negros da população brasileira, é imprescindível para que se elabore uma crítica radical à lógica colonial-racial, de modo a pôr em xeque um sistema pautado no “pacto narcísico da branquitude”, como descrito por Maria Aparecida Bento²². Este reproduz uma lógica racial hierarquizada, bem como suas correlatas dimensões de gênero e sexualidade, contribuindo diretamente para a aceitação tácita do genocídio do corpo negro, sobretudo jovem, no Brasil.

O pacto narcísico da branquitude

A branquitude, conforme evidenciado por Ruth Frankenberg²³, diz respeito ao lugar de poder ocupado pelo grupo branco, que envolve a concessão e o usufruto de vantagens estruturais para os sujeitos beneficiários do sistema racista decorrente do colonialismo europeu. Enquanto o branco é concebido como uma categoria universal do ser humano, os não brancos são vistos como seres racializados e inferiores.

Na pós-modernidade, apesar de comprovada a inexistência de raças humanas em um sentido biológico – mas não enquanto *construção social* –, a branquitude permanece intocada, valendo-se, na maior parte das vezes, de uma articulação silenciosa, manifesta por meio de discursos implícitos, conforme evidenciado por Liv Sovik²⁴. Nesse sentido, os privilégios raciais passam a ser compreendidos como conquistas meritocráticas, obtidas por sujeitos que, não por coincidência, guardam semelhança com o padrão imposto pelo colonialismo europeu, reunindo aparência fenotípica, poder econômico e *status* social.

O pacto narcísico da branquitude, de acordo com Bento, é oriundo desse silenciamento e da amnésia social produzida não apenas em relação à barbárie cometida contra a população negra e ameríndia de nosso país, mas em relação à herança branca da escravidão e seus privilégios. Promoveu-se, ao longo da história, um verdadeiro

apagamento das origens desta relação hierárquica entre humanidades que se manifesta por transmissão geracional, como bem observa Kaes²⁵, na subjetividade daqueles que se tornaram os beneficiários simbólicos e materiais deste silenciamento.

Não se pode deixar de observar que o pacto narcísico, como enunciaria Freud em *Psicologia de massas e análise do ego*, surge, de um lado, por identificação de uns com os outros em torno de um ideal (no caso, de branquidade, associado à perfeição), que é projetado no líder. E, de outro lado, surge pela projeção falsa, como dirá Adorno²⁶, de todos os impulsos condenáveis pelo sujeito nos *out-groups*. São ideias, é bem verdade, alimentadas pelo silenciamento da barbárie cometida e pelos privilégios concedidos apenas aos brancos, ou aos mais brancos, como salienta Lilia Schwarcz²⁷.

Para analisarmos as bases objetivas e subjetivas, seja do silenciamento em relação aos privilégios da branquitude, seja em relação à barbárie cometida no passado colonial e cujos rastros de violência se perpetuam até o presente, seria importante nos determos sobre o medo branco da ameaça negra, que se estendeu ao longo de séculos, desde o fim do período colonial até os tempos atuais.

De acordo com Bento, havia o medo branco das insurreições da população escravizada, agravado pela Revolução Haitiana e pelas revoltas que se espalharam pelo Brasil com maior força ao longo do século

»
o surgimento do Blues décadas
após a abolição da escravidão
foi a expressão musical de uma nova
ordem social e sexual

xix. Mas, também, como observa Fanon, o medo branco da sexualidade do corpo negro, representada no imaginário ocidental, paradoxalmente, como algo que atrai, mas que ameaça. Uma sexualidade ameaçadora para o mundo branco – tanto aquele dominado pelo catolicismo, quanto pelo puritanismo protestante –, mas que adquiriu valor de afirmação feminista e de contestação em relação às formas de dominação de raça e de gênero, particularmente entre as mulheres negras.

Angela Davis, em seu livro sobre o legado de três cantoras de *Blues*²⁸, no qual realiza uma pesquisa aprofundada acerca das músicas interpretadas por elas, ressalta que o surgimento do *Blues* décadas após a abolição da escravidão foi a expressão musical de uma nova ordem social e sexual encontrada por homens e mulheres afro-americanos livres, que passaram a usufruir de modo autônomo do direito de escolher os seus parceiros sexuais. Nesse sentido, segundo Davis, encontramos em suas canções os germes do movimento feminista e de emancipação dos anos 60.

Ora, com relação ao funk, particularmente ao funk carioca “de raiz”, como se praticou nas favelas do Rio de Janeiro nos anos 80, podemos identificar nos depoimentos das cantoras do gênero um movimento semelhante ao de suas irmãs do *blues* do início do século xx. O documentário *Sou feia, mas tô na moda*²⁹ evidencia justamente este aspecto salientado por Davis, de que se trata de um gênero musical que permitiu a emancipação das mulheres pobres e negras.

No horizonte de contestação a esse estado de coisas, e da “sujeição criminal”³⁰ a que está submetida a população moradora de favela – e, especialmente, os sujeitos racializados, transmutados em inimigos do Estado –, os jovens da periferia

20 J. M. Arrutti, “Os Pankararu em São Paulo”, in *Povos indígenas no Brasil*.

21 Cabe notar que, após as denúncias em diversos telejornais, rádios e jornais impressos, pressionado pelo próprio movimento dos moradores de Paraisópolis e organizações da sociedade civil, o governador João Dória recuou e afastou os 38 militares envolvidos na operação militar em Paraisópolis.

22 M.A. Bento, *Pactos narcísicos no racismo*, 2002.

23 R. Frankenberg, “A miragem de uma branquidade não-marcada”, in V. Ware (org). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*.

24 L. Sovik, *Aqui ninguém é branco*, 2009.

25 R. Kaes, *O grupo e o sujeito do grupo: elementos para uma teoria psicanalítica de grupo*.

26 T. W. Adorno e M. Horkheimer, “Elementos do antissemitismo: limites do esclarecimento”, in *Dialética do esclarecimento*, p. 157-194.

27 Cf. L. Schwartz, *Nem preto nem branco, muito pelo contrário*.

28 A. Davis, *Blues Legacies and Black Feminism: Gertrude “Ma” Rainey, Bessie Smith, and Billie Holiday*.

29 *Sou feia, mas tô na moda*, dirigido por Denise Garcia (2013).

30 M. Misse, *Autos de resistência: uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011)*.



a discriminação em relação
a estas manifestações da cultura negra
intersecciona dimensões de classe,
gênero e raça

desafiam o repertório de valores burgueses³¹, elaborando estratégias expressivas e performances coletivas de “dissidência subjetiva”³². De modo notório, no funk não se pode esquecer que “a dimensão estruturante do poder associado à sexualidade”³³ e ao erotismo do corpo feminino é marcada por uma estética corporal da provocação e da sugestão, para a qual os estilos dos corpos genderizados, não raro, contribuem para a encenação agonística das relações de gênero. Uma encenação que, longe de reiterar o lugar de objeto da mulher diante do desejo masculino, a coloca em cena como agente “empoderado” nesse jogo de sedução³⁴.

A discriminação em relação a estas manifestações da cultura negra intersecciona dimensões de classe, gênero e raça, com o agravante de que a dimensão sexual/sensual de suas letras e ritmos ocupa o lugar do *estranho, do lúgubre, do sinistro e talvez, inquietante*³⁵ no imaginário das elites. Mas, para quem se identifica com a riqueza deste amplo espectro cultural, é preciso opor à “projeção falsa”, como dizia Adorno, a “mimese genuína”, pois, enquanto a primeira “transpõe o interior prestes a saltar para o exterior e caracteriza o mais familiar como algo hostil”, a segunda acolhe em si o estranho, tornando-o familiar³⁶.

Portanto, “o medo branco da onda negra” – seja em razão da violência insurrecional, seja no campo da sexualidade – tem não apenas bases objetivas, mas sobretudo subjetivas, alimentadas por toda uma fantasmagoria ameaçadora, cuja “solução final” exigiria a eliminação dessa população. Ora, trata-se de um fantasma/fantasia que continua presente no imaginário das elites, como ficou claro na fala gravada dos moradores do Morumbi, que precedeu o episódio sangrento de Paraisópolis.

Por fim, como a psicanálise pode contribuir para o combate a uma masculinidade tóxica?

Na esteira das teses sustentadas por Monique Schneider, em seu livro *Généalogie du Masculin*, que identifica em Freud uma concepção binária e antitética do masculino e do feminino, apoiada na dualidade entre natureza/cultura³⁷ e na divisão tradicional dos papéis entre os sexos³⁸, é possível depreender uma outra concepção, que a precede e que aponta para uma divisão de natureza distinta, com base na qual remete à discussão da gênese do psiquismo ao campo da cultura. A autora refere-se ao momento em que Freud, em *O mal-estar na cultura*, para além do âmbito familiar, afasta-se da ideia de distribuição de lugares distintos ao feminino e ao masculino como uma lei do destino e aponta para o devir histórico, marcado por mutações³⁹.

Nessa mesma linha, Schneider salienta que, por trás da identificação oficialmente aceita do Édipo, que representa o masculino em sua verticalidade, há outro movimento identificatório: o medo da Esfinge, de ter seus segredos desvendados, com o qual se identificam Freud e todos os homens.

É sob o signo da negação que o masculino é concebido por Freud, como bem salientara Conrad Stein⁴⁰. Schneider conclui, com base nas ponderações deste último, que isso faz com que Freud fique prisioneiro de um pensamento binário, opondo força e fraqueza, dominante e dominado, além de conferir a marca da castração a toda e qualquer feminização. No entanto, ao atribuir uma relação originária e fundante da sexualidade humana à mãe, insistindo na ideia de que para se ter acesso ao objeto é preciso antes perdê-lo⁴¹, evidencia-se que a hipótese fálica está muito mais próxima da negação do que de uma realidade efetiva, hipótese investigada por Jacques André⁴². Diferentemente deste, esta autora recorre a Didier Anzieu⁴³ para sustentar que “a mãe representa menos uma origem reenviada ao passado e mais o paradigma de uma identidade

envolvente”⁴⁴. E é de acordo com essa linha de argumentação que a autora desmancha a ideia de que a sensibilidade epidérmica, associada à vulnerabilidade, deva ser feminina por excelência. Considera, portanto, que é sob os auspícios da negação que, no homem, se sobrepõe, à sensibilidade

é sob os auspícios da negação
que, no homem, se sobrepõe,
à sensibilidade epidérmica,
uma sensibilidade socializada

- 31 É curioso – e atual – o fato narrado por Nina Rodrigues, em 1902, ao descrever a repulsa ao batuque em Salvador, no começo do século XX, quando menciona um missivista do *Jornal do Commercio*, que o considera um aviltamento aos bons costumes (cf. N. Rodrigues, *Os africanos no Brasil*). Não teria hoje o protesto burguês contra o “aviltamento de nossos costumes” elegido, como alvos privilegiados de seus reclamos, os bailes funks e as manifestações culturais ligadas à negritude?
- 32 O. Pinho, “O círculo da morte e o materialismo estético”, in *Motim: horizontes do genocídio antinegro na Diáspora*, p. 182.
- 33 *Ibidem*, p. 182.
- 34 Cf. M. Mizhari, *A estética funk carioca: criação e conectividade em Mr. Catra*.
- 35 Traduções encontradas para a expressão *das Unheimliche*, termo empregado por Freud em seu artigo “Lo Ominoso”, in *Obras completas*.
- 36 T. Adorno; M. Horkheimer, *Dialética do esclarecimento*, p. 154.
- 37 A ideia de que a paternidade encontra-se sob o princípio da incerteza, tornando-se “triunfo da cultura”, um postulado edificado por dedução, enquanto que a maternidade permanece como evidência dos sentidos, foi depreendida do seguinte trecho: “[...] esta vuelta de la madre al padre define además un triunfo de la espiritualidad sobre la sensualidad, o sea, un progreso de la cultura, pues la maternidad es demostrada por el testimonio de los sentidos, mientras que la paternidad es un supuesto edificado sobre un razonamiento y sobre una premisa”. In: S. Freud, “Moisés y la religión monoteísta”, p. 110.
- 38 Uma discussão, portanto, que encerra a dualidade entre o masculino e o feminino no campo da anatomia (a diferença anatômica entre os sexos), concebendo-a como destino e, desse modo, define a psicanálise como um sistema de referências a-histórico. São ideias depreendidas de: S. Freud, “Moisés y la religión monoteísta”, in *Obras Completas*.
- 39 A autora, entretanto, insiste no fato de que o triunfo da espiritualidade sobre a sensualidade, de onde Freud deriva a ideia de sobreposição da paternidade sobre a maternidade, pode ser interpretada muito mais como resultante de uma decisão do que de uma diferença anatômica, resultante, portanto, de transformações históricas que são inseparáveis de “decisões interpretativas”, particularmente quando o autor se refere à passagem do matriarcado ao patriarcado, como uma revolução, cujos ecos se fizeram sentir em sua interpretação de *Orestia*, de Ésquilo, e cuja marca consistiu na renúncia ao pulsional.
- 40 C. Stein, “OEdipe le surhumain ou le désaveu du féminin”, in *Les Érynies d’une mère: essai sur la haine*, p. 17.
- 41 Ideia sustentada por Freud, desde os *Trois essais sur la théorie sexuelle*, p. 164-165 e em *Résultats, idées, problèmes* II, p. 287.
- 42 A autora menciona as teses de Jacques André, em seu livro *As origens femininas da sexualidade*.
- 43 D. Anzieu, *Le moi peau*.
- 44 O termo empregado em francês é *identité enveloppante*, cuja tradução mais precisa seria “identidade que encobre o sujeito, que é bem seu envoltório, sua pele”. In *Généalogie du masculin*, p. 43.
- 45 Trata-se do artigo “OEdipe superman”, republicado sob o título “OEdipe le surhumain”, in *Les Érynies d’une mère*, op. cit.
- 46 Sófocles, *Édipo Rei*, 2007.

epidérmica, uma *sensibilidade socializada*, ou seja, um invólucro exterior no seio do qual se enclausura o masculino. Em Freud, inclusive.

Ainda nesta obra de Conrad Stein, publicada ulteriormente como *Édipo Superhumano*⁴⁵, evidencia-se o modelo heróico e vertical do Édipo sustentado por Freud, quando este põe em relevo o momento em que o herói resolve o enigma proposto pela Esfinge, derrubando-a no precipício. Schneider, de modo a contestar esta versão tão inquestionável e certa da vitória de Édipo sobre a Esfinge, como símbolo da construção do masculino por identificação (não admitida) com a virilidade paterna, retoma o episódio relatado por Stein da entrega de uma medalha no aniversário de Freud de 50 anos. Nesta medalha, havia a inscrição do encontro entre Édipo e a Esfinge, com a seguinte frase, extraída da peça *Édipo Rei*⁴⁶: “quem adivinhou o famoso enigma e foi o primeiro dos humanos”. Ernest Jones relata que Freud ficou surpreso ao identificar a mesma frase que ele, ainda estudante de medicina, sonhara ver impressa em um busto em sua homenagem no pátio central da universidade. O episódio foi interpretado por Stein como um indício de que, por trás da identificação vertical do Édipo, havia em Freud uma outra, com essa figura bissexuada – a Esfinge –, que o fez temer ter seus enigmas desvendados.

Schneider, ao referir-se a essa mesma situação, supõe ter havido um verdadeiro descolamento da identificação de Freud com o herói verticalizado, deixando transparecer, por trás da máscara desta tela protetora do masculino sob a qual se refugia, uma identificação antagonica dirigida ao feminino, que pode ser lida na perturbação ressentida por Freud diante das inscrições na



os autores deste artigo gostariam de insistir para que os governantes escutem aqueles que conhecem essas comunidades

medalha que lhe foi entregue. Nesse sentido, segundo Schneider, com base no testemunho desse episódio envolvendo o pai da psicanálise, haveria uma identificação não admitida, em oposição àquela aventada por Édipo (ao pai), voltada ao feminino, que faz tremer todo corpo sexuado.

E tomando ainda como exemplo o *Hamlet*, salienta a atmosfera espectral na qual são mergulhados não apenas o pai mas também o filho, sendo reservada apenas à mãe a experiência de vida. Com base nessas obras, sustenta que a divisão estabelecida pelo pensamento idealista socrático-platônico, presente na abordagem dualista do feminino/masculino, atribuindo a cada um deles separadamente o sensível e o inteligível, finda por negar ao masculino a condição de ser sexuado, encarnado, vivo e incontrolável.

Essas ideias podem orientar estudos futuros no campo metapsicológico, qual seja, pensar o feminino como campo de passagem ao masculino, resgatando sua sensibilidade epidérmica, o que o distancia de toda masculinidade ereta, repressiva e violenta. De outro lado, tomando em consideração os recortes de gênero, raça e classe, como destacado pelo feminismo negro, não seria importante tomar as experiências coletivas de solidariedade e de comunidade experienciadas pela população negra, seja nas resistências ao regime da escravidão, ao colonialismo ou mesmo no período pós-colonial, como estratégias possíveis de construção de um “em-comum”, para além das estruturas de reclusão, controle e seleção, cujos pressupostos raciais, sociais, sexuais e de gênero são bem conhecidos?

Sobretudo hoje, quando o capitalismo neoliberal institucionaliza, enquanto padrão de vida, o *dever-negro do mundo*, como destaca Mbembe, reinventando hierarquias, assimetrias

e discriminações pela justaposição de lógicas coloniais, raciais e escravagistas. Ou seja, o estatuto que outrora era exclusivamente destinado aos negros doravante expande-se a todas as humanidades subalternizadas, como “nova norma de existência e sua generalização ao conjunto do planeta”, redimensionando “as lógicas de distribuição da violência em escala planetária”⁴⁷.

Nossos esforços, neste ensaio, foram no sentido de apontar a necessidade de se retomar esse intrincado debate para pensar como a psicanálise pode contribuir para se pensar questões relativas a gênero, raça e sexualidade em uma sociedade ainda muito marcada pelo que hoje chamamos de *masculinidade tóxica*. E o pior: com forte inclinação a apoiar discursos e práticas conservadoras e masculinistas de nossos governantes, que recorrem ao poder dos coturnos e das armas para reprimir e matar aqueles que ousam se divertir em bailes funk. Os contornos dessas questões apontam para um debate com múltiplas camadas, que exige não apenas um posicionamento crítico acerca da violência de Estado e do racismo no Brasil, mas também a respeito de como o “mal-estar” contemporâneo da masculinidade hegemônica se reflete nas políticas públicas de nosso tempo e na obstinada defesa de valores como agressividade, autoritarismo e invulnerabilidade.

Os “protocolos” seguidos pelo aparelho repressor do Estado, com apelo à violência e aos emblemas fálicos, reiteram um modelo subjetivo pautado pela dimensão heteropatriarcal e pelo *futuro de uma ilusão*: o de resguardar os interesses de um governo constituído por homens privilegiados e o desejo, de natureza narcísica, dos mesmos de oprimir e exterminar os indesejáveis. Com isso, acentuam-se as fronteiras intransponíveis das desigualdades.

Como pesquisadores das culturas afrodiáspóricas juvenis, os autores deste artigo gostariam de insistir para que os governantes escutem aqueles que conhecem essas comunidades, para que possam pensar em políticas públicas capazes de promover educação e lazer para a juventude, tomando em consideração suas culturas – ancestrais



a reivindicação dos líderes
de Paraisópolis foi
que se construiu uma
infraestrutura para o baile funk

e contemporâneas – e o histórico de seus antepassados⁴⁸. Aliás, esta foi a reivindicação dos líderes e moradores de Paraisópolis: que se construiu uma infraestrutura para o baile funk na comunidade. No mínimo, para que possam não mais basear suas ações em políticas repressivas e genocidas, com os padrões de letalidade e as múltiplas violações sistematicamente experienciadas pela população negra.

Referências

- Adorno T. W. (1995). Educação após Auschwitz. In Adorno T. W. *Educação e emancipação*. Trad. Maar W. L. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 119-138.
- Adorno T. W.; Horkheimer M. (1985). Elementos do antissemitismo: limites do esclarecimento. In *Dialética do esclarecimento*. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar. p. 157-194.
- Amaral M. do (2011). O rap, o hip-hop e o funk: a 'erótica' da arte juvenil invade a cena das escolas públicas nas metrópoles brasileiras. *Psicologia USP* (impresso), v. 22, p. 593-620.
- _____. (2016). *O que o rap diz e a escola contradiz: um estudo sobre a arte de rua e a formação da juventude na periferia de São Paulo*. São Paulo: Alameda/FAPESP.
- Amaral M. do; Reis R.; Santos E. C. M.; Dias C. (2018). *Culturas ancestrais e contemporâneas na escola: novas estratégias didáticas para a implementação da Lei 10693/2003*. São Paulo: Alameda.
- Amaral M. do et alii. (2006). *Culturas juvenis x cultura escolar: como repensar as noções de tradição e autoridade no âmbito da educação? Projeto de Pesquisa apresentado ao Programa "Melhoria do Ensino Público", da Fapesp*. São Paulo. (Processo: 2006/52034-2).
- André J. (1996). *As origens femininas da sexualidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Anzieu D. (1985). *Le moi peau*. Paris: Dunod.
- Arrutti J. M. (2010). Os Pankararu em São Paulo. In *Povos indígenas no Brasil*. São Paulo: Instituto Socioambiental. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/Pankararu/883>>. Acesso em: 22 nov. 2019.
- Assis M. de. (1906/2000). Pai contra mãe. In Moriconi I. (org.). *Os cem melhores contos brasileiros do século*. Rio de Janeiro: Objetiva. p. 19-27.
- Bento M. A. (2005). Branquitude e poder: a questão das cotas para negros. In: Santos S. A. dos (org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. p. 165-177.
- _____. (2002). *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. Tese de Doutorado em Educação. São Paulo: FEUSP.
- Carneiro A. S. (2005). *A construção do Outro como não ser como fundamento do ser*. Tese de Doutorado em Educação. São Paulo: FEUSP.
- Connell R. W.; Messerschmidt J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(1): 424, jan.-abr.
- Davis A. (1998). *Blues Legacies and Black Feminism: Gertrude "Ma" Rainey, Bessie Smith, and Billie Holiday*. New York: Vintage Books.
- _____. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- Fanon F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA.
- Farias J. B.; Gomes F. dos S.; Soares C. E. L.; Araújo C. E. M. de. (2006). *Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda.
- Ferreira M. S. (2012). *A rima na escola, o verso na história*. São Paulo: Boitempo.
- Flauzina A. L. P. (2014). As fronteiras raciais do genocídio. *Direito – UnB*, Brasília, vol. 01, n. 01, p. 119-146, jan./jun.
- Freyre G. (1933/2003). *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global.
- Freud S. (1919/2003). Lo Ominoso. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, v. XVII, p. 215- 251.
- _____. (1930/2001). El malestar en la cultura. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, v. XXI, p. 57-140.
- _____. (1939/2000). Moisés y la religion monoteísta. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, v. XXIII, p. 1-132.
- _____. (1991, [1920]). "Psicologia das massas e Análise do Ego", in _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, v. XVIII, p. 63-136.
- _____. (1987, [1905]). *Trois essais sur la théorie sexuelle*. Paris: Gallimard.
- _____. (1992, [1938]). *Résultats, idées, problèmes II*. Paris: PUF.
- Frankenberg R. (2004). A miragem de uma branquidade não-marcada. In Ware, V. (org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Garamond, p. 307- 338.
- Gomes N. L. (2017). *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Hegel G. W. F. (1807/1974). *A fenomenologia do espírito*. Trad. e notas de Henrique Cláudio de Lima Vaz. São Paulo: Abril Cultural, p. 11-81. (Os Pensadores, v. xxx).
- Honneth A. (2009). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34.

47 A. Mbembe, *Crítica da razão negra*, p. 18 e 309.

48 Como se pode depreender do livro *Culturas ancestrais e contemporâneas na escola: novas estratégias didáticas para a implementação da Lei 10.639/2003*.

- Kaes R. (1977). *O grupo e o sujeito do grupo: elementos para uma teoria psicanalítica de grupo*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- hooks b. (1984). *From margin to center*. Boston: South End.
- Lacan J. (1966/1998). O estádio do espelho como formador da função do eu. In *Escritos*. Trad. V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar. p. 96-103.
- _____. (1998). *Séminaire – livre I*. Paris: Seuil.
- Lugones M. (2008). Colonialidad y Género: hacia un feminismo descolonial. In Mignolo W. D. (org.). *Género y Descolonialidad*. Buenos Aires: Ediciones del Signo.
- Maar W. L. (1995). À guisa de introdução: Adorno e a experiência formativa. In Adorno, T.W. *Educação e emancipação*. Trad. Maar W. L. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Mbembe A. (2017). *Crítica da razão negra*. Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona.
- Merleau-Ponty M. (1971). *O visível e o invisível*. Trad. Arthur Gianotti e Armando M. D'Oliveira. São Paulo: Perspectiva.
- Misse M. (2011). *Autos de resistência: uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011)*. Relatório de pesquisa. Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NECVU/UFRJ).
- Mizhari M. (2014). *A estética funk carioca: criação e conectividade em Mr. Catra*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Nakashima E. Y. (2009). *Reatando as pontas da rama: a inserção dos alunos da etnia Pankararu em uma escola pública na cidade de São Paulo*. 2009. 255 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, USP, São Paulo.
- Pinho O. (2017). O círculo da morte e o materialismo estético. In Flauzina, A. L. P.; Vargas, J. H. C. (orgs.). *Motim: horizontes do genocídio antinegro na Diáspora*. Brasília: Brado Negro.
- Pires T. (2018). Estruturas intocadas: racismo e ditadura no Rio de Janeiro. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, 2018, p. 1054-1079.
- Rodrigues N. (1933/1977). *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Rodrigues T. K. (2008). *A metamorfose de jovens lideranças que querem ser professoras: como a escuta analítica propicia a potência crítica da práxis*. 2008. 212 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, USP, São Paulo.
- Schneider M. (2000). *Généalogie du Masculin*. Paris: Aubier.
- Schwarz R. (1997). *Duas meninas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Schwarz L.; Gomes F. (orgs.) (2018). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sófocles (2007). *Édipo rei*. Trad. Trajano Vieira. São Paulo: Perspectiva.
- Sovik L. (2009). *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- Stein C. (1987). O Édipo le surhumain ou le désaveu du féminin. In *Les Érynies d'une mère: essai sur la haine*. Paris: Calligrammes.
- Xavier G.; Farias J. B.; Gomes F. (orgs.) (2012). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro.
- DVD**
- Sou feia, mas tô na moda*. Direção: Denise Garcia. Imovision, Brasil, 2007. DVD (61min), color.

Slave patriachate, toxic masculinity and violence of the state in Brazil: Reflexions in the lights of Psychoanalysis and the decolonial debate

Abstract This article aims at reflecting on the lethal action taken by the military police at the funk dancing party in the Paraisópolis neighborhood in 2019, with emphasis on the continuing morbid patterns of the ethnic/racial relations in Brazil. The goal is the problematization of the civility models that were forged by the signs of whiteness as architect of the violence committed by State government agents, based on the theoretical contribution of psychoanalysis and decolonial studies.

Keywords colonial patriarchy, toxic masculinity, State violence, narcissistic pact, whiteness, blackness.

Texto recebido: 02/2020

Aprovado: 03/2020

Após o fim do mundo: como se orientar no pensamento e na vida doravante?

Nota A presente nota foi redigida sob as condições da pandemia de 2020, excepcionais e difíceis, sobre as quais ela, no entanto, se debruça. Do interior da falência geral, ela se esforça em projetar uma resposta à questão: como continuar?

Resumo Se a pandemia de Covid-19 dá o tom de nossa condição presente, ela é “apenas” o último revelador da falência da civilização moderna. O “mundo desenvolvido” está enfrentando em particular uma *virada regressiva* sem precedente: o profundo retrocesso político, ético, civilizacional que estamos vendo e vivendo; a destruição do humano em nós. Do interior dessa falência civilizacional, a presente Nota se esforça em projetar uma resposta à questão (beckettiana por excelência): como continuar? Como se orientar no pensamento e na vida doravante, após a ruína da fé no homem, postulada pelos humanismos? Um bom guia: a correspondência entre Freud e Einstein, *Por que a guerra?* Ela esboça uma anamnese dos pressupostos de todo humanismo. O humano carrega constitutivamente em si “algo” que o *excede* e que, como tal, não é humano. Esse excesso é ineliminável; ele requer antes um “trabalho”, o “trabalho da cultura, *Kulturarbeit*”, um “cuidado”, uma “cura” (a *cura sui*). Freud abre assim a via para o que nos preocupa realmente: um pensamento *do* após-humanismo. E lá nós reencontraremos o seminário de Lacan consagrado à “Ética da psicanálise”. Esta Nota faz, de passagem, algumas observações sobre a delinquência de Estado que está devastando o Brasil hoje. E deixa a questão: como explicar, numa República, a increditável *impunidade* de um genocida e ecocida notório colocado no cimo do Estado, abertamente envolvido com o crime organizado? O que concluir dessa banalização do mal? E da carência de indignação *consequente* das forças ditas progressistas? Isso atesta a falta estrutural, nesse “aparelho psíquico” chamado “civilização brasileira”, de um verdadeiro “trabalho da cultura”. E essa falta vai perfeitamente de mãos dadas com a propensão obscurantista e fascizante do neoliberalismo mundial em crise.

Palavras-chave civilização; coisa; cuidado (*cura*); desejo; excesso; humano; humanismo; inumano; obscurantismo; orientar-se; trabalho (da cultura).

Plínio Prado é *docteur d'État* em filosofia. Professor do Depto. de Filosofia da Universidade de Paris 8. Ensinou também na École des Hautes Études en Sciences Sociales e no Collège international de Philosophie. Publicou *Le Principe d'Université*. Um livro coletivo foi consagrado à sua prática e reflexão sobre o ensino: *De l'art d'enseigner. Essai sur le travail de Plínio Prado* (2018). Tem ministrado cursos e palestras em universidades estrangeiras.

Nota sobre e sob as condições presentes

Plínio W. Prado Jr.

1. A caracterização a mais imediata e a mais manifesta das condições presentes é dada pela atual crise biológica, sanitária, mundial: a pandemia em curso de Covid-19. Ela implica uma desordem geral, desorganizando até o detalhe do chamado “modo de vida ocidental”, com seus valores habituais de competição, desempenho, aceleração, rentabilidade e crescimento, regidos pela regra da troca econômica, estendida doravante a todos os aspectos da vida (natureza, corpo, saber, linguagem, afetos). E portanto à saúde também, como à educação, reduzidas igualmente ao estatuto de mercadoria.

Eis que de repente essa máquina, o sistema neoliberal, confrontado ao coronavírus, que ele não soube, não pôde ou não quis prever, é obrigado a fazer o que todos os *managers* e decisores afirmavam ser impossível: interromper a sua marcha. De súbito pôde-se descobrir então – não apenas, mas *também* – o avesso da catástrofe: a purificação do ar, a revitalização dos animais, as virtudes da acalmia, do silêncio e da reaproximação de si consigo mesmo.

Isso significaria que, após a pandemia, não haverá mais “volta ao normal”, à “normalidade” da ordem neoliberal mundial e de suas formas de vida, como desejam e apregoam os movimentos ecológicos e de emancipação os mais lúcidos? Nada é mais incerto. A dinâmica do sistema é programada precisamente para se reproduzir sem limite, alimentando-se de suas próprias crises. Como sempre, toda transformação do *status quo* dependerá da relação de forças, das frentes de luta.

Resta que, de imediato, na sequência da evolução da pandemia e de seus efeitos, muitos de nós encontramos-nos submergidos neste momento pela sobrecarga das demandas e a desordem geral



*o mal-estar dessa civilização,
se não o seu fracasso – a “crise
do neoliberalismo” –, vem entretanto
se agravando há tempos,
bem antes do advento da pandemia,
e claramente a partir da crise
financeira de 2007-2008*

de nossas agendas. É sob essas condições que estas linhas são escritas.

2. O advento da pandemia de Covid-19 dá o tom da condição presente, mas ela é “apenas” o último revelador da falência da civilização moderna. Ela não é estritamente biológica, evidentemente, mas antes um “fato total”, uma “doença do Antropoceno”, como foi dito, inseparável das condições industriais e sociais da civilização do “desenvolvimento” – gestão neoliberal da saúde incluída –, nas quais a emergência do vírus e seu modo fulgurante de difusão planetária puderam acontecer.

O mal-estar dessa civilização, se não o seu fracasso – a “crise do neoliberalismo” –, vem entretanto se agravando há tempos, bem antes do advento da pandemia, e claramente a partir da crise financeira de 2007-2008. O mundo “desenvolvido” (que já havia abandonado o termo “progresso”) está enfrentando em particular, desde o começo da segunda década deste século, uma virada *regressiva* sem precedente: “crise da democracia”, “autoritarismo furtivo”, “fascismo democrático” – qualquer que seja o nome que se dê ao profundo retrocesso político, ético, lógico e cultural, civilizacional que estamos sofrendo, à “desumanização” tecnocientífica e neoliberal em andamento, à destruição do humano em nós.

É o que mostra, entre outros, o quadro geral do estado atual da “organização do ódio” e das

“pequenas angústias”, do “microfascismo” ambiente e do neo-obscurantismo no mundo. Por exemplo, o “climato-negacionismo”, financiado por empresas petroleiras, pelo agronegócio e pelos *tech-billionaires* da Silicon Valley. Instala-se então a figura, quase inimaginável duzentos anos após o século das Luzes, de um obscurantismo neofascizante, ignorando abertamente, sem complexos, o imperativo moral elementar e as últimas veleidades de legitimidade das “democracias liberais”.

3. Expressão acabada do obscurantismo, o terraplanismo contemporâneo postula um relativismo: tudo é opinião (a ciência seria uma opinião entre outras, o imperativo moral também) e todas as opiniões são relativas e se valem, se equivalem. O conflito de opiniões nunca poderia, portanto, ser decidido por uma argumentação: desprezo pelo debate, pelo uso livre e público da razão. (Evidentemente essa postulação é de uma impostura gritante: cada vez que o terraplanista entra no hospital para fazer exames, ou sobe num avião, ele trai que confia fundamentalmente na ciência.)

O que faz então, na ausência do confronto de argumentos, com que uma opinião possa ganhar de sua oponente e prevalecer? A força, a violência; o poder, as armas. O terraplanismo reclama um mundo sem verdade, sem razão nem direito, regido unicamente pela lei do mais forte. (Tal é a significação última da abjeta insolência do chefe do Estado brasileiro: “E daí? Você pode até estar dizendo a verdade, e daí? Quem comanda sou eu!”)

Em suma: obscurantismo é ódio à cultura e a todo saber, ao saber de conhecimento como ao de espiritualidade (*cura sui*). Significa, sobretudo: esquecimento do trabalho de anamnese (a *Durcharbeitung* de Freud), renúncia às intimidades, renúncia à prática de si e do pensar por si mesmo (e, portanto, eliminação do ensino e da “relação de ensino”, desmantelamento da pesquisa e da Universidade). (O obscurantismo é profundamente imoral, no sentido rigoroso que Clarice Lispector conferia a esse termo, numa carta à sua irmã, que convém entender à luz dessa condição de demissão geral: “O que é verdadeiramente imoral é ter

desistido de si mesmo.”) O obscuratismo leva às suas últimas consequências e testemunha, de maneira flagrante, a falência da civilização moderna. Falência da qual – insistamos – a presente crise mundial da saúde, a sua possibilidade, assim como a sua gestão catastrófica em geral, constituem, sob vários aspectos, o mais recente revelador.

Esse desastre da civilização atesta definitivamente a obsolescência do homem e dos humanismos. Baudelaire havia antecipado tudo isso, à sua maneira, visionária, numa página célebre de seu diário: “*Le monde va finir...*” Daí a questão, à qual voltaremos: como se orientar no pensamento e na vida doravante, após a ruína da fé no homem postulada pelos humanismos?

4. É nessa conjuntura que o Brasil elegeu, e mantém na presidência da República, um desequilibrado notório, envolvido com o crime organizado e que, junto com um bando de ministros de rara incompetência, comete crimes contra o país praticamente todo dia. Essa deriva de um grande país, precipitado em poucos anos à beira do abismo, tem a triste “vantagem” de escancarar a verdade do neoliberalismo. Mostra de maneira brutal que, sob a fachada “democrática liberal”, o neoliberalismo, por suas figuras (elites, empresários, políticos, juízes), não apenas pode compactuar com a delinquência de Estado, mas a exige. Esse pacto essencial do neoliberalismo contemporâneo com a barbárie pressagia os tempos sombrios que estão vindo, e não apenas na periferia do sistema. É uma “vantagem” que tem decerto um custo altíssimo, inaquilatável (no momento em que estou escrevendo estas linhas, em 23/06/20, o Brasil registra oficialmente, segundo o Conselho Nacional de Secretários de Saúde, 52.649 mortos e 1.145.906 casos confirmados, sem que o governo tenha estratégia sanitária alguma, nem sequer um ministro da Saúde, nem mesmo consiga contar corretamente o número de mortos).

Isso dito, uma questão resta aberta, imensa, que ficará todavia pendente aqui: a da inacreditável *impunidade* do inquilino do Planalto, hoje e ao longo de toda a sua carreira. Ele que é responsável

as forças ditas democráticas,
progressistas, culturais, universitárias,
estudantis, de oposição, de esquerda,
mostraram-se até agora
de uma inoperância intrigante
e inquietante, e não se
constituíram realmente, na prática,
como vetor de resistência

doravante pela maior mortandade da história do Brasil (excetuando-se, por enquanto, a guerra do Paraguai), por dezenas de crimes de responsabilidade diários, por diversas ameaças, veladas e abertas, de golpe à República. Ele só não terá ido mais longe por causa do seu pior inimigo, que é “interior”: ele mesmo. Ao passo que as instituições da Nova República, assim como as forças ditas democráticas, progressistas, culturais, universitárias, estudantis, de oposição, de esquerda, mostraram-se até agora de uma inoperância intrigante e inquietante, e não se constituíram realmente, na prática, como vetor de resistência (com exceção da reação recente do STF).

Há antes uma tendência geral, difusa e permanente, a banalizar o mal, a minimizar a conduta de um desequilibrado reponsável por crime contra a humanidade, nas mãos de quem as elites julgaram todavia oportuno (para elas) entregar o governo do país.

O que concluir dessa inoperância, dessa banalização, dessa acomodação, dessa falta de indignação real e consequente? Que no Brasil o senso dos princípios e dos direitos, do respeito absoluto à dor e à morte exigido pela civilização, o sentimento da responsabilidade social, de solidariedade com os excluídos e oprimidos, a cultura do debate argumentado, as disposições democráticas, não são valores realmente consolidados? Que falta portanto um verdadeiro “trabalho da cultura”





“a maior infâmia é preferir a vida à honra, é abrir mão da razão de viver para salvar a sua vida, para sobreviver, servir ao ‘serviço dos bens’ simplesmente”

[Juvenal]

(no sentido freudiano do termo)? Que por conseguinte fracassamos efetivamente como país?

Em todo o caso, a perda da autoestima é sensível no país, e a depressão generalizada, observável.

A máxima da ética *selon* Lacan, “Não ceda quanto ao seu desejo”, reenvia ao imperativo: não ceda quanto à razão de viver. Lacan cita as *Sátiras* de Juvenal: a maior infâmia é preferir a vida à honra, é abrir mão da razão de viver para salvar a sua vida, para sobreviver, servir ao “serviço dos bens” simplesmente. E quando se vive endossando o que se condena, notava Thoreau, o sentimento de se autodesvalorizar é inevitável.

5. Eu tenho para mim que todos esses temas, acima evocados, estão presentes na correspondência entre Freud e Einstein a propósito da questão *Why War?* (1932). Na discussão que tivemos no *Sedes Sapientiae*, em setembro do ano passado¹, o acento foi colocado sobre o “trabalho da cultura”, justamente, a *Kulturarbeit*, e em particular o trabalho de Eros na construção do vínculo ao outro, de uma partilha em *commun* ou de um *sensu communis*.

Esse trabalho civilizatório constitui por si só uma elaboração que se opõe à guerra e à constelação de inclinações ligadas à ela: ódio, destruição, culto da morte.

Relembro apenas os dois grandes eixos que constituem aqui o pacto civilizatório. De um lado, o eixo da *relação* ao outro, da *communitas*,

reclamando uma regulação: a moral, a ética, o direito. De outro lado a relação objetivante à “realidade”, à natureza (externa ou interna), relação instaurada pelo conhecimento científico e dando lugar à transformação técnica ou tecnológica de seu objeto.

Seria tentador dizer: por um lado, o legado hebraico da ética (a ética psicanalítica da *escuta* e da *anamnese*, a *Durcharbeit*, incluída); por outro lado a tradição grega do saber e da ciência. Freud sempre entreteve uma dimensão *Aufklärer*, mesmo se o pensador do inconsciente profundo não poderia ser reduzido a ela.

Note-se, a propósito, como a barbárie, em andamento no Brasil, rompe com esses dois eixos da civilização. Do primeiro lado, pelo culto omnipresente do ódio e da morte; do segundo, mediante a promoção insana e irresponsável do obscurantismo e a destruição de toda cultura do debate, em prol das “redes” ditas “sociais”. Assim como o nacional-socialismo não teria sido possível sem a mídia, e em particular o cinema (Lacoue-Labarthe)², o neofascismo não seria possível sem o Twitter e as *fake news*, resultantes da combinação do poder econômico dos impérios financeiros com o poder tecnológico das “redes”. O neofascismo é um *falsismo* – que resta impune.

O “trabalho da cultura” evocado na carta de Freud nos reenvia a seus ensaios anteriores à correspondência, em particular *Massenpsychologie und Ich-Analyse* (1921), *Die Zukunft einer Illusion* (1927) e *Das Unbehagen in der Kultur* (1930). E sobretudo ao texto decisivo de 1920, concernente ao trabalho ou regime pulsional de “desligação”, de interrupção “para lá do princípio de prazer”, dito “pulsão de morte” (*Jenseits des Lustprinzips*). O ponto é capital, pois é aqui que Freud se desmarca de Einstein, indica sutilmente uma crítica do humanismo fácil do físico da relatividade, e abre a via para o que nos preocupa e nos interessa realmente: um pensamento após o humanismo, um pensamento *do* após-humanismo.

6. Na sua resposta a Einstein, Freud adota uma visão desconcertante à primeira vista, no contrapé

das críticas habituais à guerra. Ele desmonta igualmente o que o senso comum acredita entender por “pulsão de morte” (*Todestriebe*, e não “instinto de morte”, como dizem todas as traduções), pois *ela também tem um papel no trabalho da cultura*. A guerra não é “pulsão de morte”, mas encontro da pulsão de ódio e de destruição (*Trieb zum Hassen und Vernichtert*) voltada para um objeto exterior, com a violência inerente à lei e ao poder central da comunidade

Freud questiona o próprio conceito de *Kultur*, e o mal-estar que é *consustancial* a ela, e que cresce com o desenvolvimento dela. Ao fazer tudo isso, ele interroga a fé humanista e o desejo pacifista simples (que Einstein ainda parece encarnar). Afirmado-se ao mesmo tempo “*visceralmente*” contra a guerra. Ele esboça, em suma, uma anamnese dos pressupostos implicados no humanismo. O homem só pode ser colocado como um valor supremo, à condição de projetar para fora de si – como um produto de condições exteriores, que deveriam ser transformadas – o *excesso* que ele carrega contudo *em si*. Freud mostra que esse excesso, esse inumano, é antes *constitutivo* do humano. Seria vão querer eliminá-lo. Se obstinar a suprimi-lo, equivaleria a agravá-lo.

O *excesso* em questão é o que em nós sofre e nos faz sofrer *na* civilização e *da* civilização. Nosso mal-estar constitutivo. Ele pode ocasionalmente se manifestar sob o regime da pulsão de ódio e de destruição, mas esta não é obviamente o seu único destino. Ele é também o que nos faz pensar e escrever, amar, resistir (eticamente, politicamente).

E é aqui que essa carta de 1932 corrobora a nossa tese: alegando que o humano porta constitutivamente *em si* algo que o *excede*, ela assume resolutamente, à sua maneira, o após-humanismo. *Avant la lettre* de Heidegger sobre o “humanismo”,

1 “O trabalho da cultura contra o culto da guerra”, palestra de Plínio W. Prado Jr., Departamento de Psicanálise do Instituto no Sedes Sapientiae, 24 de setembro de 2019, com mediação de Nelson da Silva Jr. Sob a iniciativa de Nanci Lima, Cida Aidar, Sérgio Franco e a colaboração de Mabel Casakin e Maria Helena Fernandes: http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/index.php?apg=b_visor&pub=52&ordem=7

2 Ph. Lacoue-Labarthe *La Fiction du politique: Heidegger, l'art et la politique*, Paris, Bourgois, 1988.

»
*o desastre delineado aqui,
o do fracasso da civilização
moderna, lega ao pensamento
a sua tarefa doravante, mais
claramente do que nunca:
continuar a pensar
após o homem e após
os humanismos*

antes do texto de Adorno e de Horkheimer, e anunciando o seminário de Lacan.

7. Voltemos à nossa questão: como se orientar no pensamento e na vida doravante? O desastre delineado aqui, o do fracasso da civilização moderna, lega ao pensamento a sua tarefa doravante, mais claramente do que nunca: continuar a pensar após o homem e após os humanismos. Para lá de todo horizonte antropomórfico. E é lá que nós reencontramos o seminário de Lacan consagrado à “Ética da psicanálise”, construído em torno da figura de Antígona – aquela que não cede quanto ao desejo, que é fiel ao desejo incondicional. Desobediência civil; concepção trágica da ética.

A elaboração de uma ética trágica é preciosa e decisiva hoje, nas condições do niilismo contemporâneo (o que chamamos habitualmente de “neoliberalismo”). Ela testemunha a coragem de atravessar a linha da ética filosófica humanista, colocando a *coisa* inumana, estrangeira e íntima, *extima*, no coração da ética. E fazendo ao mesmo tempo dela o que está em jogo, por excelência, na própria obra de arte (“Só há ética apoiada numa estética”).

O que *no* humano todavia o *excede*, eis precisamente o núcleo, *la chose*, a coisa da qual é preciso absolutamente *cuidar* doravante. E tal é a última instrução que os humanismos nos legam em sua derrocada.

(Paris, 23/06/2020)

Referências

- Lacoue-Labarthe, Ph. (1988). *La Fiction du politique*: Heidegger, l'art et la politique. Paris: Bourgois.
- Einstein, A. *Why war?* (1932). A letter from Albert Einstein to Sigmund Freud. Unesco. Disponível em: <https://en.unesco.org/courier/may-1985/why-war-letter-albert-einstein-sigmund-freud>.

After the end of the world: how to find one's ways in thought and life from now on? Note on and under present conditions

Abstract If the Covid-19 pandemic sets the tone for our present condition, it is “only” the last revelator of the failure of modern civilization. The “developed” world is facing, in particular, an unprecedented *regressive turn*: the profound political, ethical, civilizational setback that we are seeing and living; the destruction of the human in us. From within this civilizational bankruptcy, this Note strives to project an answer to the question (Beckettian question par excellence): how to continue? How can we orient ourselves in thinking and in life from now on, after the ruin of faith in man, postulated by humanisms? A good guide: the correspondence between Freud and Einstein, *Why war?* It outlines an anamnesis of the assumptions of all humanism. The human constitutively carries *within* himself “something” that *exceeds* him and that, as such, is not human. This excess is inescapable; rather, it requires a “work”, the “work of culture, *Kulturarbeit*”, a “care”, a “cure” (the *cura sui*). Freud thus opens the way for what really concerns us: a thought of after-humanism. There, we will find Lacan’s seminar on the “Ethics of psychoanalysis”. This Note makes, by the way, some observations on the State delinquency that is devastating Brazil today. And it leaves the question: how to explain, in a Republic, the unbelievable *impunity* of a notorious genocide and ecocide placed at the top of the State, openly involved with organized crime? What to conclude from this banality of evil? And the lack of *consequent* indignation of the so-called progressive forces? This attests to the structural lack, in that “psychic apparatus” called “Brazilian civilization”, of a true “work of culture”. And this lack goes perfectly hand in hand with the obscurantist and fascinating propensity of global neoliberalism in crisis.

Keywords civilization; thing; care (*cura*); desire; excess; human; humanism; inhuman; obscurantism; orientate yourself; work (of culture).

Texto recebido: 04/2020

Aprovado: 05/2020

Crueldade vivida sob autoritarismo

testemunhos possíveis

Heitor Amílcar da Silveira Neto

Resumo Alguns daqueles submetidos à crueldade pela violência extrema – como a de regimes ditatoriais ou pela política de extermínio instituída no Holocausto –, conseguindo a ela sobreviver, se dispuseram a dar testemunho dessa vivência. Ao dizerem do ocorrido *a posteriori*, rompem o circuito de silêncio próprio à manutenção da cena cruel. A decisão de testemunhar, inerente ao ato da escritura, garantiria o endereçamento da voz daquele capturado pela cena cruel, desativando mesmo seus efeitos? É o que o presente texto investiga a partir de três testemunhos que tiveram seu registro em suporte livro.

Palavras-chave crueldade; silenciamento; testemunho; escrita; trauma; voz.

Heitor Amílcar da Silveira Neto é psicanalista, membro do Instituto Vox de Pesquisa em Psicanálise (São Paulo).

Não é humana a experiência de quem viveu dias nos quais o homem foi apenas uma coisa ante os olhos de outro homem.

Primo Levi

Esta pesquisa no campo da crueldade se vale dos depoimentos nos livros *Memórias do esquecimento – os segredos dos porões da ditadura*, de Flávio Tavares (1999); *É isto um homem?*, de Primo Levi (1947), e *O que os cegos estão sonhando?*, de Noemi Jaffé (2012). Com tais registros, busca-se identificar, em cada caso, as particularidades do destino dado à memória, quando, na interrupção do silenciamento imposto aos capturados pela crueldade, a cena cruel que lhes deu origem se faz desvelada e a temporalidade que sustentava sua permanência pode ser interrompida.

Recortes de testemunhos iniciais

O jornalista e professor universitário Flávio Tavares atuou contra o regime ditatorial instaurado em 1964 no Brasil. Preso em 1969, é submetido a sevícias nos porões dos órgãos de repressão. Posteriormente, nos anos como exilado, um sonho o acompanhou de modo contínuo até conseguir retornar ao país.

Meu sexo me saía do corpo, caía-me nas mãos como um parafuso solto. E, como um parafuso de carne vermelha, eu voltava a parafusá-lo, encaixando-o entre minhas pernas, um palmo abaixo do umbigo, no seu lugar de sempre.



« Ao longo dos meus dez anos de exílio, um sonho acompanhou-me de tempos em tempos, intermitente. Repetia-se sempre em pequenas variantes. Meu sexo me saía do corpo, caía-me nas mãos e eu me sentia solto. E, como um parafuso de carne vermelha, eu voltava a ser enfiado entre minhas pernas, um palmo abaixo do umbigo, para sentir o frio. Sonhei no México, em 1969, com meu pênis saindo-me do lugar e caindo na palma da mão esquerda, com os dedos da mão direita buscando sentir, aflitos, se ele ainda pulsava, se o sangue nele corria, se meu sexo ainda vivia. [...] Mais terrível que o pesadelo era lembrar-me, na dúvida, naquelas frações de segundo entre aberturas e fechamentos e o amanhecer, sem saber se fora apenas um sonho mesmo ou o despertar de alguma realidade cloroformizada pela vida. Meu



[...] seguro na palma esquerda, com os dedos da mão direita buscando sentir, aflitos, se ele ainda pulsava, se o sangue nele corria, se meu sexo ainda vivia. [...]

Meu sexo saía do lugar sem mais nada, como uma espécie de folha caída. Só isso. Mas a angústia disso foi uma dor que me perseguiu quase constantemente pouco depois que, no México – ao final dos meus primeiros 45 dias de liberdade –, começaram a desaparecer os anéis escuros, de um tênue marrom filigranado, com que meu pênis tinha sido marcado pelos choques elétricos no quartel-prisão no Rio de Janeiro, em agosto de 1969.¹

Nos dez anos de exílio, esse pesadelo só se fez suspenso no período em que Tavares voltou a ser preso e torturado, dessa vez no Uruguai, pela Operação Condor, então vigente em países da América do Sul. Em julho de 1977, vivendo em Buenos Aires, estive em Montevideú a trabalho jornalístico. Sequestrado pela polícia uruguaia, foi torturado, submetido a falsos fuzilamentos e ficou seis meses seguidos em solitária. Com isso, a proximidade da morte venceu o pesadelo.

Eu voltava a ser um prisioneiro que devia habituar-me a não ser nada, a não ver nem mover as mãos, e cuja única atividade era ser torturado e ameaçado. [...] Paradoxo de si próprio, o pesadelo só aparecia em vida e em liberdade.²

* * *

Em 1943, aos 24 anos, o químico italiano Primo Levi é preso, dada sua condição de judeu, e deportado no ano seguinte para Auschwitz (Polônia). Nesse livro, em que registra aquilo passado nos horrores do Campo, ele diz da “fome crônica que os homens livres desconhecem”: “Como poderíamos pensar em não ter fome? O Campo é a fome; nós mesmos somos a fome, uma fome viva”.³ De tal forma, nada mais compreensível que sonhar com comida fosse algo corrente entre os prisioneiros.

Mas um outro tipo de “sonho cruel”, na expressão de Levi, também se fazia rotineiro. Variavam as cenas, mas em todas elas as narrativas dos presos sobre o sofrimento atroz ali sofrido não recebiam ouvido dos parentes e amigos de fora. Nesses sonhos fala-se da fome, é claro, e ainda do frio, do controle de piolhos, das agressões brutais, dos trabalhos forçados... Escreve Levi: “Me apercebo de que eles não me escutam. Parecem indiferentes; falam entre si de outras coisas, como se eu não estivesse. Minha irmã olha para mim, levanta, vai embora em silêncio”. E angustia-se: “Por que o sofrimento de cada dia se traduz, constantemente, em nossos sonhos, na cena sempre repetida da narração que os outros não escutam?”⁴

Abordagem

Se de fato nos estágios finais do totalitarismo surge o mal absoluto – “absoluto, porque já não pode ser atribuído a motivos humanamente compreensíveis”, nos termos da filósofa política Hannah Arendt –, por outro lado, sem ele, “poderíamos nunca ter conhecido a natureza realmente radical do Mal”. O contraponto dessa observação, referindo-se ao nazismo no prefácio de seu *Origens do totalitarismo*, possibilita a ela concluir ser assim que o antissemitismo, o imperialismo e o totalitarismo demonstraram – “um após o outro, um mais brutalmente que o outro – que a dignidade humana precisa de nova garantia”.⁵ A autora surpreende ao concluir que o fenômeno totalitário produziu algo novo: a trivialidade da falência dos valores morais. E questiona: *como pessoas comuns são capazes de praticar o mal ilimitado?*

Sobreviver à expressão desse Mal sob arbitrariedades de regimes ditatoriais ou no suplício regulamentado nos campos de extermínio nazistas; sobreviver à violência mais extrema contra outro ser humano, que é a tortura – e dessas vivências fazer registro; testemunhar a inenarrável submissão pela crueldade institucionalizada quando o Estado de exceção se torna regra; e dar conhecimento a isso movido por o quê? De que recursos se valer e com que fins escrever, *publicare*, levar a público – dor, desespero, iniquidade, testemunhos de situações para além da compreensão humana, a sistemática do horror em ato? Seria uma busca por alguma nova garantia à dignidade humana mencionada por Arendt?

No caso de Flávio Tavares, ele se viu submetido a um aniquilamento como sujeito na crueza de uma ditadura que, com o golpe militar de 1964, violou salvaguardas jurídicas e de

»»

*anulado como sujeito
no horror gerado pelo nazismo,
Primo Levi tinha 24 anos
em 1943, e já há quatro vivia
à margem da sociedade,
dada a exclusão dos judeus
no norte da Itália*

cidadania. Clandestinamente, Tavares levava uma militância política e em função dela é preso em três oportunidades, conhecendo, então, os calabouços da tortura.

O choque elétrico é a primeira dor profunda, mas a grande humilhação, símbolo da derrota e do ultraje, é despir-se. [...] “Não me bota a mão. Deixa que eu tiro”. É o momento da mútua corrupção entre a vítima e o algoz. Na crença de que se defende, o prisioneiro obedece e se despe. Nunca chega a tirar as cuecas ou as calcinhas e o sutiã (que são arrancados depois), mas de fato se desnuda, na ilusão inconsciente de tentar corrompê-lo e atenuar a tortura seguinte, que desconhece mas intui. E o carrasco corrompe mostrando poder, para que se saiba que ele comanda a vida do prisioneiro e pode torturar mais ou torturar menos.⁶

Anulado como sujeito no horror gerado pelo nazismo, Primo Levi tinha 24 anos em 1943, e já há quatro vivia à margem da sociedade, dada a exclusão dos judeus no norte da Itália. Finda a guerra, ele escreverá *É isto um homem?*, sobre sua passagem pelo campo de concentração, um clássico entre a literatura de registro. A reflexão sobre a frágil condição humana, tanto nas figuras dos opressores quanto nas de suas vítimas, é a espinha dorsal da sua narrativa, como compor a imagem de si mesmo por meio do que afere dos demais prisioneiros.

1 F. Tavares, *Memórias do esquecimento – os segredos dos porões da ditadura* (2017), p. 15-6.

2 Tavares, *op. cit.*, p. 17.

3 P. Levi, *É isto um homem?* (1947), p. 106.

4 *Idem*, p. 85-6.

5 H. Arendt, *Origens do totalitarismo. Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo* (1973), p. 13-4.

6 Tavares, *op. cit.*, p. 33.



*um amigo do escritor,
perguntado sobre o que
de fato teria ocorrido, questionou
a relevância disso.
“Só um inocente para acreditar
que ele tenha morrido no poço
do elevador. Ele morreu
no campo de concentração.”*

Não há espelhos, mas a nossa imagem está aí na nossa frente, refletida em cem rostos pálidos, em cem bonecos sórdidos e miseráveis. Estamos transformados em fantasmas [...].

Condição mais miserável não existe, não dá para imaginar. Nada mais é nosso: tiraram-nos as roupas, os sapatos, até os cabelos; se falarmos, não nos escutarão – e, se nos escutarem, não nos compreenderão. Roubarão também o nosso nome, e, se quisermos mantê-lo, deveremos encontrar dentro de nós a força para tanto, para que, além do nome, sobre alguma coisa de nós, do que éramos. [...]

Ficará claro, então, o duplo significado da expressão “Campo de extermínio”, bem como o que desejo expressar quando digo: chegar no fundo.⁷

Outra vivência sob a crueldade, e com diferente desdobramento de testemunho, é a da judia sérvia Lili Stern. Em 1945 ela foi resgatada de Auschwitz. Tinha 19 anos de idade e havia permanecido prisioneira por 11 meses. Levada pela Cruz Vermelha para a Suécia, passou a redigir, feito um diário, aquilo sofrido no Holocausto – da prisão de sua família pelos nazistas à posterior volta à sua cidade natal. Nesse escrito, feito em sua língua materna, os acontecimentos são relatados no presente, como no instante em que foram vividos. Em 2011 esse material é recuperado por sua filha, a escritora e crítica literária Noemi Jaffe, que a partir dele publica o livro *O que os cegos estão sonhando?*

O testemunho de Lili Stern não dá lugar a compaixão, nele não elabora nenhuma teoria da memória. Ela escreve para esquecer – simples assim. Tendo concluído a redação dessas memórias, nas décadas seguintes não mais tocou em tal assunto. No livro, sua filha comenta que Stern sempre se lembra das mesmas coisas. “Se tentamos fazê-la lembrar de algo diferente, além das histórias que ela sempre conta, não se lembra de nada. [...] Provavelmente, ela fixou a memória do que escreveu. Ou melhor, fixou porque escreveu.”⁸

Stern não deixa dúvidas: “Eu não tinha medo de morrer. Não tinha medo de jeito nenhum, mas fiz de tudo para viver”. E sua filha reforça: “Ela não sente medo de nada até hoje. [...] não teme a velhice, a doença, a decadência nem a morte. Vive cada dia como se fosse o único, o último, ou simplesmente como mais um dia.”⁹

Aquilo que resta

O sobrevivente do Holocausto pode não ser considerado necessariamente um sobrevivente. O caso de Primo Levi, com o mistério que envolve a sua morte, em 1987, é emblemático disso. Não se sabe se, por acidente, ele caiu num poço de elevador ou se nele se jogou... Um amigo do escritor, perguntado sobre o que de fato teria ocorrido, questionou a relevância disso. “Só um inocente para acreditar que ele tenha morrido no poço do elevador. Ele morreu no campo de concentração.”

O aniquilamento do sujeito como tal é, antes de tudo, a razão de ser da prática de sevícias. Nas palavras de Flávio Tavares, “primeiro se tortura ou se ameaça. Depois se interroga. A lógica é precisamente esta: destruir o prisioneiro e tornar natural o medo. O interrogatório guiado pelo terror e pelo medo é que não tem lógica humana”.¹⁰ Ele conta que o choque elétrico não era aplicado nos porões da ditadura com intenções assassinas, “mas para triturar o prisioneiro, esmigalhá-lo, reduzindo-o a uma condição de inferioridade e impotência absoluta, física e psicológica”. E mais: “Eles não são assassinos, apenas torturadores, o estágio mais alto

do sadismo. Torturar é a dinâmica desse purgatório perene, onde tudo se sofre e nada se purga”. A razão do emprego da tortura seria o aniquilamento em vida: “destruir-nos vivos como uma fogueira em que Joana D’Arc queimasse e queimasse sem jamais se extinguir nas chamas, para sofrer ainda mais com a dor multiplicada”.¹¹

No livro *O que resta de Auschwitz – o arquivo e a testemunha*, o pensador italiano Giorgio Agamben busca entender justamente as dimensões da produção escrita dos que sofreram o Holocausto. Investiga as dificuldades do testemunho quando este envolve a perda de referenciais básicos num espaço marcado pela total ausência de normas, em que o esforço pela identificação de algo próximo a uma lógica de funcionamento não só se mostrava vão, como também podia significar a não sobrevivência.

Esse “resto”, empregado por Agamben no título do livro, pode ser entendido como aquilo que, no testemunho, solapa a própria eficácia do dizer e, por isso mesmo, institui a verdade de sua fala. Ele aborda essa dificuldade do testemunho: narrar “o que aconteceu” e afirmar, ao mesmo tempo, que “o que aconteceu” não faz parte do narrável. O paradoxo postulado está em não ser possível haver verdadeira testemunha nem verdadeiro testemunho, porque os únicos que poderiam ser foram mortos, no que a presença do resto se faz como presença da ausência.

Primo Levi fala disso em um outro livro, *Os afogados e os sobreviventes*:

Não somos nós, os sobreviventes, as autênticas testemunhas. [...] Nós, sobreviventes, somos uma minoria anômala, além de exígua: somos aqueles que, por

»
aquilo acontecido na fase final do extermínio, se é conhecido em detalhes sob a ótica histórica, para Giorgio Agamben continua sendo singularmente opaco quando realmente se quer compreendê-lo

prevaricação, habilidade ou sorte, não tocamos o fundo. Quem o fez, quem fitou a górgona, não voltou para contar, ou voltou mudo; mas são eles, os “mulçumanos”,¹² os que submergiram – são eles as testemunhas integrais, cujo depoimento teria significado geral.¹³

A narrativa do sobrevivente repousaria sobre essa impossibilidade de autenticidade e sobre o reconhecimento de tal impossibilidade, sobre a consciência aguda de que aquilo que pode – e deve – ser narrado não é essencial, pois o essencial não pode ser dito. A seguir o pensamento de Agamben sobre o paradoxo de Primo Levi, a testemunha não pode dizer isso que mereceria ser dito, porque esse “isso” pertence à morte. Nos termos do filósofo italiano, essa falta, essa lacuna, esse deslocamento *resta* de Auschwitz, essa marca dolorida que desmancha qualquer plenitude discursiva.

Segundo Agamben, “não enunciável, não arquivável é a língua na qual o autor consegue dar testemunho da sua incapacidade de falar”.¹⁴ Nela coincide uma língua que sobrevive aos sujeitos que a falam com um falante que fica aquém da linguagem. Aquilo acontecido na fase final do extermínio, se é conhecido em detalhes sob a ótica histórica, para o pensador italiano continua sendo singularmente opaco quando realmente se quer compreendê-lo: os que sobreviveram não testemunharam a experiência integral. Os que o fizeram, por definição, não puderam testemunhar.

7 Levi, *op. cit.*, p. 32-3.

8 N. Jaffe, *O que os cegos estão sonhando?* (2012), p. 196.

9 *Idem*, p. 160.

10 Tavares, *op. cit.*, p. 208.

11 *Idem*, p. 29.

12 Prisioneiros que perderam sua condição de homens e foram reduzidos a cadáveres ambulantes. São os presos sem rosto que abdicaram da luta, que não podem nem ser mais chamados de vivos nem ter uma morte que merecesse esse nome.

13 P. Levi, *Os afogados e os sobreviventes* (1990), p. 47.

14 Agamben, *O que resta de Auschwitz?* (2008), p. 161.



a autoridade
da testemunha não
dependeria de uma verdade
fatural, mas, sim, “da relação
imemorável entre o indizível
e o dizível, entre o fora e
o dentro da língua

A dificuldade apontada por Agamben refere-se à própria estrutura do testemunho. O que houve nos campos de prisioneiros, por um lado, aparece aos sobreviventes como a única coisa verdadeira e, como tal, absolutamente inesquecível; por outro, essa verdade é, exatamente na mesma medida, inimaginável: se faz irredutível aos elementos reais que a constituem. “A aporia de Auschwitz é realmente a própria aporia do conhecimento histórico: a não-coincidência entre fatos e verdade, entre constatação e compreensão.”¹⁵

Assim, seria apenas através de uma impotência que haveria lugar para uma potência de dizer. A autoridade da testemunha, dessa forma, não dependeria de uma verdade fatural, da conformidade entre o dito e as circunstâncias, entre a memória e o ocorrido, mas, sim, “da relação imemorável entre o indizível e o dizível, entre o fora e o dentro da língua. *A autoridade da testemunha reside no fato de poder falar unicamente em nome de um não poder dizer, ou seja, no seu ser sujeito*.”¹⁶

Mas desde onde escrevem?

A fala produz nos humanos um modo de consciência qualitativo que carrega consigo não só o que diz e reconhece no exterior e no interior – o consciente –, mas também todas as energias que essa fala traz em si e que se mantêm inconscientes.

Daí a fala dizer muito mais do que pensa ou quer dizer. Ela traz em si o sujeito. Nos termos de Lacan, “o que fala no homem vai muito além da sua fala, penetra nos seus sonhos, no seu ser e mesmo no seu organismo”.¹⁷

A crueldade, quando em curso, tem como característica impingir o silêncio no apagamento da verdade, silêncio esse que tende a permanecer no posterior ao ato. Se, para que a crueldade permaneça, é preciso que o circuito do silêncio seja conservado, o que se rompe no caso de se fazer testemunho da crueldade? Dito de outra forma: se a verdade for vista, o que é feito com ela?

Nas três narrativas selecionadas aqui, a decisão de testemunhar está explicitada no próprio ato da escritura. Em que pese o fato de, por ocasião do trauma, essas pessoas terem sido suprimidas de elementos humanos básicos – como a linguagem e a capacidade de ter expectativas com o futuro –, ainda assim o testemunho delas, cada qual a seu jeito, adveio da vontade original de transmissão, de dar endereçamento ao relato do ocorrido.

Flávio Tavares lança *Memórias do esquecimento* em 1999, três décadas após os acontecimentos narrados terem se dado. Posteriormente, como jornalista, ainda produzirá outros títulos de tema histórico, mas em nenhum revisitando sua experiência nos cárceres da tortura. Na Introdução do livro ele resvala nas razões ou na necessidade que o levaram àquela escrita.

Pouco me ri e muito sofri neste tempo todo. São 30 anos que esperei para escrever e contar. Lutei com a necessidade de dizer e a absoluta impossibilidade de escrever. A cada dia, adiei o que iria escrever ontem. A ideia vinha à memória, mas, logo, logo, se esvaía naquele cansaço imenso que me fazia deixar tudo para amanhã e jamais recommençar. Tornei-me um esquizofrênico da memória ou de mim mesmo: o que queria e desejava agora me impacientava em seguida e me cansava e aborrecia logo adiante. [...]

Tendo tudo para contar, sempre quis esquecer.

Eu me lembro tanto de tanto ou de tudo que, talvez por isso, tentei esquecer. [...] o que meus olhos viram às vezes tenho vontade de cegar. [...]

Esquecer? Impossível, pois o que eu vi caiu também sobre mim, e o corpo ou a alma sofridos não podem evitar que a mente esqueça ou que a mente lembre. Sou um demente escravo da mente. Rima? Rima [...], mas não é uma solução. A única solução é não esquecer.

E por não esquecer te conto [...]. Como um grito te conto. Ouve e lê.¹⁸

Em *É isto um homem?*, por sua vez, Primo Levi coloca-se diretamente como testemunha e condiciona sua sobrevivência à premência de contar essa história. Resgatado pelos russos no início de 1945, escreve o seu livro entre dezembro daquele mesmo ano e janeiro de 1947, em urgência para se libertar do peso da terrível experiência. Ele assinala no Prefácio:

[...] o livro já nasceu nos dias do Campo. A necessidade de contar “aos outros”, de tornar “os outros” participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares. O livro foi escrito para satisfazer essa necessidade em primeiro lugar, portanto, com a finalidade de liberação interior.¹⁹

Com essa publicação, Levi propõe-se também a “fornecer documentos para um sereno estudo de certos aspectos da alma humana”. Ainda publicará contos, poemas e novelas, sem obter maior notoriedade por eles. Mas foi ao conjunto dos vários títulos sobre suas lembranças do Holocausto, com que esteve envolvido até morrer em 1987, que realmente seu nome ficou atrelado.

Já a maior particularidade da história de Lili Stern reside exatamente no fato de que, tendo posto no papel a amarga experiência, ela passou a apagar qualquer forma de sofrimento. Mortes na família, problemas financeiros, até o incêndio da própria casa – tudo lhe tem um peso irrisório.

15 *Idem*, p. 20.

16 *Idem*, p. 157 [destaque original].

17 J. Lacan, *Escritos* (1996/1998).

18 Tavares, *op. cit.*, p. 11-3.

19 Levi, *op. cit.*, p. 7-8.

20 Jaffe, *op. cit.*, p. 125.

21 *Idem*, p. 196.

»
*a maior particularidade
da história de Lili Stern
reside exatamente no fato
de que, tendo posto no papel
a amarga experiência, ela
passou a apagar qualquer
forma de sofrimento*

Mesmo a respeito daquilo sofrido sob o nazismo, nem mais uma palavra, nada mais a dizer. Comenta sua filha:

Talvez esta seja a questão mais difícil de todas. Aceitar que ela é o esquecimento. Que o esquecimento é o eixo constitutivo da sua personalidade. É difícil que tudo se justifique pela guerra. Mas, por outro lado, tudo se justifica, sim. Como alguém pode penetrar na moralidade de quem passou pelo campo? Que cobranças morais podem ser feitas desses sobreviventes? Nenhuma? Pode-se exigir que ela lembre, não de lá, mas de outros problemas que ela viveria depois? [...] Pode-se aceitar que ela tenha criado um procedimento interno e automático de esquecimento de todos os problemas? [...] A memória é o mestre da morte?²⁰

Sobre os eventos no Campo, quando forçada a falar, Stern invariavelmente se remete às mesmas coisas. “Se tentamos fazê-la lembrar de algo diferente, além das histórias que ela sempre conta, não se lembra de nada. [...] Provavelmente, ela fixou a memória do que escreveu. Ou melhor, fixou porque escreveu”.²¹

Enredados por teias distintas
e a questão da voz

A experiência dos campos de concentração teve como característica uma devastadora falta de



*aqueles que resistiam
ao comércio – das ínfimas
rações de comida, dos farrapos
em forma de roupa, do menor
e mais insignificante objeto
que se pudesse obter –
dificilmente sobreviviam*

normas. Os prisioneiros eram entregues a um arbítrio implacável pela *administração* nazista a partir do estabelecimento de uma ordem tão rígida quanto aleatória. Perdiam tempo e energia buscando compreender aquilo que lhes acontecia, em entender o sistema que regia o campo, em vez de focar no único esforço válido: sobreviver a qualquer custo, isto é, ao custo do entendimento e, também, da comunicação com os outros.

Em condições sub-humanas, questionar-se sobre o nexos das coisas representa alto risco de perda de resistência física. Nos campos de extermínio, onde tudo, mesmo naquelas condições, virava comércio, eram os intelectuais os que mais sofriam. Aqueles que resistiam ao comércio – das ínfimas rações de comida, dos farrapos em forma de roupa, do menor e mais insignificante objeto que se pudesse obter – dificilmente sobreviviam. Desgastando-se por uma compreensão para além de um entendimento possível, a perda de vigor daí resultante tinha consequências mortais.

A supressão de sentido fica anotada no relato de Primo Levi quando, assaltado pela sede de dias seguidos no transporte de trem, colhe um pedaço de gelo que pende do telhado e este lhe é arrancado por um guarda. Diante da brutalidade, a pergunta banal balbuciada em seu pobre alemão: *Warum?* (*por quê?*). A resposta, nada usual, é assustadora: “Aqui não existe por quê!”, vocífera o guarda, empurrando-o para trás. E Levi conclui:

“A explicação é repugnante, porém simples: neste lugar tudo é proibido, não por motivos inexplicáveis e sim porque o Campo foi criado para isso”.²²

Sobre essa falta de nexos, Tavares comenta:

A um torturador não se pode exigir compreensão. Ele está feito para não entender. Não indaga como um juiz. Quebra, desmantela ossos, fende crânios. Esbofeteia. Nas orelhas, sobre os tímpanos, aplica ‘telefones’ que nos levam à surdez momentânea, porque não lhe interessa que escutemos o que nos pergunta. Tudo é sadismo”.²³

Em um universo em que reina a mais radical imprevisibilidade, tudo é possível em matéria de horror. Diante de um mundo cuja simbologia, sob essa crueldade, se faz como indecifrável, a linguagem ordinária mesma decai. Não à toa Levi afirma: “nossa língua não tem palavras para expressar esta ofensa, a aniquilação de um homem”.²⁴

Uma decisão posterior em dar testemunho a tal vivência antes de tudo se depara com essa impossibilidade de encontrar sentido no cotidiano imposto pelo nazismo ou por ditaduras, quando frente à crueldade em estado puro. Transpor essa incapacidade para conseguir endereçar a voz, e obter sua necessária escuta, será dificultado também pela passividade e o silenciamento: por meio deles, a subjugação ali produzida busca fixar a cena cruel na memória daquele por ela capturado, mantendo-a dessa forma ativa.

Se a “experiência integral” desse indizível escapou aos sobreviventes, restou a esses sujeitos o imperativo da lembrança, contra todos os limites que se interpõem ao conhecimento. Em suas subjetividades, cada testemunho carrega a certeza de que nenhuma palavra será suficiente para relatar aquilo vivido. É fácil compreender por que, nesses casos, a língua se esforça tanto para alcançar o mundo – e ainda assim perece. A indiferença à morte e à fome, aos corpos dilacerados pela tortura, ao frio ou ao trabalho forçado e sem sentido, todos esses aspectos trazem ao escritor um desamparado contraste com a língua ordenada, descritiva e esclarecida. E alguns deles, a despeito disso, ainda operaram seus testemunhos.

As três vivências sob a crueldade aqui tratadas têm o testemunho como eixo comum, enlaçadas que estão pela disposição – consciente ou não – dos sujeitos no resgate da voz e de seu endereçamento à escuta-leitura de um outro. Contudo, resulta que esse endereçamento cumpre funções distintas caso a caso, não revertendo em um mesmo tipo de efeito. Na diferença dos contextos em que tais expressões escritas se deram, o que mais sobressai é *de onde fala* cada narrativa: a forma com que os sujeitos se viram apreendidos no despedaçamento humano em que foram subjugados e, a partir daí, como suas posições particulares se manifestaram sobre o trauma.

Flávio Tavares participou da resistência à ditadura no Brasil e desse modo convocou o sistema a olhar para ele. Era um prisioneiro ideológico, ciente dos riscos que suas ações suscitavam naqueles tempos de arbítrio. É justamente por sua condição de falante que o prendem, com a finalidade, em última instância, de abafar tal fala. Mesmo sob tortura ou assistindo ao sofrimento aplicado a outros, ele mantém a perspectiva da opção histórica que havia feito. Em nenhum momento se apresenta como simples vítima. O equilíbrio que perpassa seu relato e suas reflexões, não obstante a insuficiência de palavras para descrever o horror em que se viu emaranhado, dá conta disso.

Já Primo Levi e Lili Stern se diferenciam nesse lugar da fala. Foram um e uma entre milhões de enredados no insano plano do III Reich pela construção de uma grande Alemanha. Como prisioneiros escravos em um campo de extermínio, não eram sabedores da dimensão do que lhes ocorria nem tinham inteiração do processo em curso que justificasse ali a sua condição. Sem nenhuma ciência, se viram engolfados no despropósito de um horror cuja única razão de ser, para eles, estava no fato de terem nascidos judeus.

»
considerando-se o conceito de crueldade como o “nome da voz da completa indiferença ao reconhecimento do sujeito” articula-se com isso a concepção de Jacques Lacan de “discurso” como a teia invisível pela qual os homens se enlaçam uns aos outros

Podem ser emblemáticos desse quadro os insistentes sonhos, mencionados por Levi, nos quais ele reencontra parentes e amigos e lhes diz dos horrores do Campo – mas as pessoas se esquivam e não o escutam. A “cena sempre repetida da narração que os outros não escutam” indicaria uma não mudança de posição em relação ao trauma. Inexistiria superação desse trauma, apontada pela permanência numa condição de não falante. Do mesmo modo, seria possível entender o paradoxal lugar de Levi, a publicar livros sobre o Holocausto, na condição de eterna testemunha.

O caso é que, considerando-se o conceito de crueldade como o “nome da voz da completa indiferença ao reconhecimento do sujeito”, conforme expressa Mauro Dias,²⁵ articula-se com isso a concepção de Jacques Lacan de “discurso” como a teia invisível pela qual os homens se enlaçam uns aos outros. Por ser pelo campo discursivo que a crueldade faz exercer seu circuito, a anulação subjetiva do sujeito pode ser entendida como a ausência da sua voz. Não se trata, para a psicanálise, do elemento sonorizável, e sim da condição do sujeito se dirigir a outro de forma invocante. O ato cruel busca, exatamente, anular o endereçamento dessa voz, inviabilizando em definitivo a condição de um Outro na posição de escuta, que complete a linha discursiva.

Assim, a cena da crueldade é marcada pelo fato de, para o sujeito nela enredado, não existir

22 Levi, *op. cit.*, p. 60.

23 Tavares, *op. cit.*, p. 245.

24 Levi, *op. cit.*, p. 32.

25 M. Dias, *As vociferações e seus tratamentos possíveis* (2018/2019).



*o exercício da
crueldade inclui uma
prática de tamponamento
da verdade, promovendo
uma cristalização da condição
subjéctiva da vítima
na cena cruel*

um Outro a quem ele possa estabelecer endereçamento. Ao empregar essa estrutura invisível, a crueldade se faz permanente, mantido o silêncio e impedida a vinda de um terceiro que interrompa esse processo.

Para lá da teia, deslocamento

“O encobrimento da verdade e o silenciamento”, nas palavras de Daniele Sanches, “assinam as obras da crueldade humana. O exercício da crueldade inclui uma prática de tamponamento da verdade, promovendo uma cristalização da condição subjéctiva da vítima na cena cruel.”²⁶ É desse modo que a função de máscara, encobridora da verdade, tem o efeito de paralisia e estagnação subjéctiva. Segundo Lacan, a verdade fala, e obriga o sujeito a se reposicionar diante do seu próprio saber inconsciente.²⁷ Entretanto, observa Sanches, “quando a verdade é impedida de falar, impede-se também o movimento de reposicionamento do sujeito”.

Após o ato de crueldade, para que esta não se perpetue é necessário que o circuito do silêncio seja quebrado. O depoimento escrito vem romper esse silêncio, esse tampão que se faz por excelência “assinatura das experiências de crueldade”, na expressão de Sanches. Mas, se o sujeito for levado

a se posicionar a posteriori pela verdade que fala, tornar público o testemunho basta? É suficiente a ruptura do silêncio para que a vítima se desloque do acobertamento do véu intransponível aplicado pela crueldade?

Enquanto o militante Tavares lutava pelo restabelecimento do Estado de Direito – portanto, se deixava mover por uma razão –, os dois registros de vítimas do projeto nazista não possuíam esse lugar de fala na entrada da situação de trauma. Levi e Stern não tinham acesso a um porquê de serem ali vitimados, posto que a justificativa residia na mera condição de judeus. Já o jornalista dispunha de um propósito de ação. Se de um lado, foi esse lugar no falar que o levou ao emaranhamento nas teias da tortura, é precisamente por esse comprometimento que a ela resistiu, ainda que com traumas.

Do que contei, tentei não tirar conclusões e preferi que a narrativa concluísse por si mesma, nessas histórias que não inventei e que foram tão só refeitas, cosidas no tempo e no espaço, numa fiação paciente e dolorosa. Vivida – não inventada –, essa história deixou marcas, cicatrizes, neurose, patologias de alma e corpo, às vezes diagnósticáveis até no olhar das vítimas – uma mirada atormentada, medrosa e deslumbrada. Ou tímida, recolhida e encap-sulada em si mesma.²⁸

Primo Levi parece ter restado preso à escrita sobre o Holocausto, como que em um *continuum* a “fornecer documentos para um sereno estudo de certos aspectos da alma humana”. Ao se fixar a essa temática, teria ficado no trauma? Seu falecimento em 1987 foi um acidente, suicídio ou precisamente a morte de um ser já há muito sem vida? Levi conservou certa condição de testemunha em sucessivas obras em torno do Holocausto, ao mesmo tempo em que não alcança posição tão importante em outras frentes (como autor de teatro e poeta). Quem sabe isso seja a indicação de que, em seu caso, o próprio dizer não se fez eficaz na quebra do silêncio para um deslocamento da cena traumática. Ou simplesmente haveria encontrado, apenas assim, garantias à condição de sobrevivente?

A escrita de Lili Stern a ajudou a passar pelo trauma ou ela teria nele se enredado justamente pelo silêncio que, em vários níveis, foi incorporado em sua vida? Haver registrado sua vivência logo após o trauma parece, por si, ter lhe bastado. Pós testemunho, refugiar-se em um calar sobre esse passado não deixa de indicar um deslocamento em relação à crueldade: Stern como que *escreceu* – escreveu e autorizou-se a esquecer. Por haver dito, nada mais a forçava a recordar (ou sofrer) a tal respeito. Seu registro proporcionou que se retirasse para um silêncio memorativo quase existencial, no qual resguardou seu percurso. Nisso, o silêncio talvez constituiu uma saída – e quem sabe caiba à psicanálise respeitar que o *nenhum saber* poder recobrir esse real.

Em outras palavras: não é fato que o *falar sobre* seja curativo. Para cada um que recorre ao escrever para externar seu testemunho sobre uma vivência sob a crueldade, a escrita tem uma função própria e acomete ao sujeito com peso distinto – nem sempre envolvendo uma função de elaboração de trauma. A percepção deste estudo é a de ser um mito afirmar-se que escrever, por si, cura. Escrever possui, isso sim, potência para deslocar: *pode* propiciar algum nível de cura.

Para situações de submissão à crueldade, nem sempre a escrita do ali ocorrido entrará nesse lugar de cura, ainda que possa se prestar a lugar de deslocamento. Nos três casos houve exposição a cenas cruéis, os três disso deram testemunhos pela escrita, mas para cada um esse testemunhar teve função distinta e se deu com pesos diferentes. Cada qual saiu numa dada posição e, ao mesmo tempo, para nenhum deles se pode afirmar que se trata de uma elaboração, de uma cura.

26 Sanches, *Notas sobre silêncio e passividade* (2019).

27 J. Lacan, “A coisa freudiana” (1955), in *Escritos* (1966/1998).

28 Tavares, *op. cit.*, p. 244.

29 M. A. de Almeida Teles, Youtube.com: /watch?v=o6dZWbkXwro e watch?v=BNob8Kc3xwQ (acesso: 23/jul./2019).

»
*Amelinha possui
uma definição sucinta,
e quem sabe definitiva,
sobre aquilo a que ela e sua
família foram submetidas naqueles
anos de chumbo: “Tortura é para
sempre. É algo que não
se tem como apagar”*

A título de posfácio:
“Tortura é para sempre”

Em 1972, a então militante política Maria Amélia de Almeida Teles foi presa em São Paulo junto com a marido. Em seguida foram à casa dela e sequestraram seus dois filhos e sua irmã. A filha tinha cinco anos de idade, o menino, quatro. Durante duas semanas, enquanto ela recebia choque elétrico, nua, amarrada na cadeira do dragão, urinada, com fezes e vômito pelo corpo, as crianças eram obrigadas a assistir àquilo tudo. Além de testemunhar o assassinato do marido, a presa política teve sua irmã, grávida de sete meses, barbaramente torturada.

Amelinha, como é conhecida, é ela própria autora de livros e, aos 74 anos, continua atuando como ativista política. Com tal trajetória, Amelinha possui uma definição sucinta, e quem sabe definitiva, sobre aquilo a que ela e sua família foram submetidas naqueles anos de chumbo: “Tortura é para sempre. É algo que não se tem como apagar”.²⁹

Possivelmente também sejam para sempre os traumas de qualquer crueldade. Quer a essas vítimas enredadas em suas teias tenha sido possível fazer registro testemunhal dessa vivência, quer não.

Bibliografia

- Agamben G. (2008), *O que resta de Auschwitz. O arquivo e a testemunha*. São Paulo: Boitempo.
- Arendt H. (1963/2017) *Eichmann em Jerusalém. Um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Cohen M. (2013/2017). *A cena interior. Fatos*. São Paulo: 34.
- Dias M. M. (2018). *Seminário sobre o supereu*. (Vídeos). Instituto Vox de Pesquisa em Psicanálise. In: voxinstituto.com.br/instituto-vox-tv/.
- ____ (2018-9). *As vociferações e seus tratamentos possíveis*. (Vídeos). Instituto Vox de Pesquisa em Psicanálise. In: voxinstituto.com.br/instituto-vox-tv/
- ____ (2019). *Oficina da voz*. (Vídeos). Instituto Vox de Pesquisa em Psicanálise. In: voxinstituto.com.br/instituto-vox-tv/.
- Jaffe N. (2012). *O que os cegos estão sonhando?* São Paulo: 34.
- Jasper K. (1946). *A questão da culpa. A Alemanha e o nazismo*. São Paulo: Todavia.
- Levi P. (1947/1988) *É isto um homem?* São Paulo: Rocco.
- Sanches D. R. (2018). *Fundamentos psicanalíticos para um estudo da crueldade*. (Vídeo). Instituto Vox de Pesquisa em Psicanálise. In: <https://voxinstituto.com.br/instituto-vox-tv/>.
- ____ (2019). *Notas sobre silêncio e passividade ou Luto e Melancolia: falências da demanda*. Instituto Vox de Pesquisa em Psicanálise. Fev./2019. In: voxinstituto.com.br/biblioteca-instituto-vox/.
- Tavares F. (1999/2017) *Memórias do esquecimento. Os segredos dos porões da ditadura*. Porto Alegre: L&PM.

Cruelty under authoritarianism: possible testimonials

Abstract Some of those subjected to cruelty by extreme violence – such as dictatorial regimes or the Holocaust extermination politics – having managed to survive, were willing to testify to the experience. When conversing about what happened “a posteriori”, they break the circuit of silence which is inherent to the maintenance of the cruel scene. The decision to testify, inherent to the act of writing, would guarantee the addressing of the voice of the one captured by the cruel scene, even disabling its effects? This is what this article investigates from three testimonies that had their record in book support.

Keywords cruelty; silencing; testimony; writing; trauma; voice.

Texto recebido: 04/2020

Aprovado: 06/2020

Sustentar uma clínica psicanalítica em-linha (*online*)?

Lia Pitliuk

Nota Trabalho apresentado em encontro em-linha promovido pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae em junho de 2020, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=jhl-aNNIUZM&t=135>.

Resumo Na busca de desassociar a clínica em-linha das circunstâncias particulares que a cercam atualmente (pandemia e confinamento social), este artigo retoma o desenvolvimento do atendimento psicanalítico em-linha praticado pela autora antes da migração maciça e compulsória do trabalho clínico. Em diálogo com Winnicott, Birman, Stern e Rodolfo, discutem-se possíveis bases para a sustentação de modalidades em-linha na psicanálise.

Palavras-chave psicanálise online, psicanálise em-linha, enquadre, *setting*, método psicanalítico, psicanálise mediada por tecnologias de comunicação.

Lia Pitliuk é psicanalista, membro dos departamentos de Psicanálise e de Psicanálise com Crianças do Instituto Sedes Sapientiae. Professora e supervisora do Curso de Psicanálise com Crianças. Coordenadora do grupo de estudos A Perspectiva Relacional na Psicanálise, desse mesmo Instituto. Docente no Instituto Gerar de Psicanálise e no Instituto Singularidades.

Por menos que queiramos atribuir efeitos positivos à pandemia de covid-19, no que tange à clínica psicanalítica temos de dar a mão à palmatória: o isolamento social acabou nos convocando para, enfim, tratarmos coletivamente da clínica mediada por tecnologias de comunicação – tema com que viemos nos confrontando nas últimas décadas, avançando nele sempre com muitas dúvidas e cuidados. Não que o assunto estivesse totalmente no silêncio: embora sempre cercado por pretextos e reticências, lentamente vinha surgindo em publicações que respeitamos e em alguns espaços de debate de muitas associações psicanalíticas no mundo. Impossível que não fosse assim, dadas as velozes transformações existenciais e subjetivas que atravessamos. Não se trata apenas (como se fosse pouco!) de que as pessoas viajem muito, mudem de país ou não tenham tempo para os engarramentos nas cidades; com o desenvolvimento e os novos usos de dispositivos tecnológicos, vão mudando nossos próprios modos de pensar, sentir e viver, e a clínica analítica, obviamente, não se manteve à parte desse movimento.

O que é totalmente novo, agora, é a pronta resposta dos analistas ao confinamento, migrando em conjunto para as práticas de *atendimento em-linha*¹, o que nos oferece uma oportunidade única de pesquisa, compartilhamento e debate. Impossível negar o frescor trazido pela necessidade de reinvenção importante de *settings*, implicando uma retomada e uma revisão – sempre saudável – dos fundamentos da nossa clínica.

Por outro lado, temos o fato de que essa experiência coletiva de agora foi implantada de forma repentina, massiva e compulsória, em situação de ameaças violentas (sanitárias e políticas) e de isolamento social. Pandemia, calamidade sociopolítica, confinamento e

¹ Minha proposta de nomeação para essa modalidade clínica, que discutirei mais à frente.



*nosso esforço coletivo
para metabolizar e teorizar
o que encontramos/produzimos
nessa nova clínica pode obter
um importante apoio na pesquisa
sobre a clínica psicanalítica
em-linha que vinha sendo
praticada antes desta
crise monumental*

atendimento em-linha se implicaram e se complicaram inteiramente neste nosso momento, sendo impossível separá-los neste verdadeiro ‘experimento universal’.

Penso que nosso esforço coletivo para metabolizar e teorizar o que encontramos/produzimos nessa nova clínica pode obter um importante apoio na pesquisa sobre a clínica psicanalítica em-linha que vinha sendo praticada *antes* desta crise monumental, nas indagações sobre quanto e como, nela, se sustentam, se transformam ou se deterioram o campo transferencial e os trabalhos simbolizantes da dupla analítica. É a esse horizonte que este artigo visa, compartilhando as linhas de reflexão que embasaram meu percurso nesse campo.

Os primeiros *fiões* de uma clínica em-linha

Para tratarmos da sustentação de uma clínica em-linha, retorno a 1995 quando uma moça – que chamei de Silvia nos artigos que publiquei sobre ela² – iniciou comigo um processo analítico, inteiramente na modalidade tradicional. Mas, durante sua análise – e ao longo de muitos anos – ela se relacionou com um companheiro, convivendo com ele só pela internet: uma relação muito rica e muito intensa, com algumas características muito parecidas com as que acontecem numa análise.

Acompanhando aquela verdadeira aventura internética, fui apreendendo usos possíveis das tecnologias digitais como uma espécie de “pontes elásticas” que permitiam experiências, construções e reconstruções sutis e essenciais. Experiências com seu próprio corpo, por exemplo, e com suas imagens corporais, num clima fortemente brincante com seu parceiro internético – uma verdadeira “análise de criança com um adulto”, como diria Ferenczi. Aliás, foi a partir dali que me aproximei de Ferenczi, Winnicott, Balint, Bollas, Rodolfo – algumas das minhas referências mais caras.

E, também, fui me surpreendendo muito com as experimentações de Silvia – na relação com ele e na relação comigo – ligadas a muitas questões fundamentais de o que seria o processo maturacional de uma criança: os *imbróglis* de presença/ausência, proximidade/distância, posse/perda, realidade/ficção... a lista seria imensa. Na análise trabalhávamos intensamente, nomeando aqueles afetos, aqueles movimentos, sofrimentos e descobertas; e na relação internética a dupla ia construindo e reconstruindo *settings* em que cuidava delicadamente desses problemas.

Em paralelo, descobri Ricardo Rodolfo, um autor argentino que, na esteira de Winnicott, desenvolve em profundidade a questão dos espaços onde se vive. Um parágrafo, em especial, me serviu de chave:

Quando o paciente é capaz de se alojar no divã, ou na folha de papel, ou na mesa onde brinca, ocorre uma espécie de efeito de substituição: o analista como corpo tende a se eclipsar; o paciente não precisa estar no colo dele ou do seu olhar. Divã, folha etc. funcionam como equivalentes que substituem o colo – como sua metáfora, se quisermos³.

Era o que tinha acontecido: Silvia tinha se alojado na conexão digital – e depois telefônica – com seu parceiro, e a potência daquela composição acabou me inspirando para uma primeira experimentação, com outra analisante, já na modalidade em-linha: parecia então ser possível que uma relação transferencial intensa, mediada pelo

fiio dos dispositivos tecnológicos de comunicação, pudesse se conjugar com um trabalho elaborativo fecundo numa relação analítica em-linha.

A literatura apoiava essa iniciativa. Já em 1951 encontramos um artigo sobre a utilização do telefone como um modo de contornar a impossibilidade da análise na modalidade presencial, pelas reações transferenciais intensas que a proximidade física do analista produzia na analisante⁴. A partir dos anos 1980 as publicações sobre o assunto começaram a aparecer com alguma frequência, proliferando de fato a partir da entrada no novo século.

Foi neste contexto então que, em 2003, aceitei Rosa em análise: a moça vivia numa cidadezinha brasileira longínqua, pertencia a uma família tradicional da cidade e mantinha relações pessoais e sociais com os poucos terapeutas de lá. Suas tentativas de trabalhar com dois deles tinham sido desastrosas. Assim, depois de algumas consultas presenciais, começamos um trabalho por telefone que se estendeu por onze anos, com frequência de três vezes por semana na maior parte do tempo, quatro vezes em alguns períodos, duas em outros. Inicialmente intercalávamos séries de sessões presenciais a cada dois ou três meses, mas estas, com o tempo, foram sendo espaçadas, pela nossa sensação de que iam ficando menos necessárias.

Foi uma análise intensa e rica, bem difícil em vários momentos. E não que Rosa se apoiasse primordialmente em seu próprio jogo associativo, e no meu: numa transferência muito intensa, idealizada, agressiva e regressiva, ela precisava até dramaticamente da minha atenção e do contato comigo. Só que a ligação telefônica parecia equivaler ao encontro presencial; inclusive, quando vinha ao consultório, tinha sempre um cumprimento com um abraço, um rápido período de

»»

*sublinho aqui a questão
do fio porque nesse contexto
não há nada mais sugestivo,
e com tantas ressonâncias, do que
a ideia de ligação por fio ou cabo
(de telefone, de internet,
de fones de ouvido)*

reconhecimento visual um tanto desconcertado e, logo, ela se deitava e trabalhávamos em continuidade com as sessões por telefone. Parecia que a análise acontecia numa espécie de canal entre nós duas, um fio que não se abalava muito na alternância consultório-telefone.

Sublinho aqui a questão do fio porque nesse contexto não há nada mais sugestivo, e com tantas ressonâncias, do que a ideia de ligação por fio ou cabo (de telefone, de internet, de fones de ouvido): o cordão umbilical... o cabo que liga um astronauta à nave-mãe... o barbante do carretel do neto de Freud⁵... o cordão do famoso menino do cordão, atendido por Winnicott⁶... os brincos das crianças com os telefones com fio, como o das latinhas unidas por um barbante... Brincos que vão se desdobrando e vão se simbolizando, ao longo da vida, em telefones sem fio das mais variadas formas e distâncias, na construção da capacidade de se separar e de ficar só. Telefones sem fio, sim, mas lembremos: sempre ligados por ondas – sonoras, elétricas, eletromagnéticas; ou seja, ligados, sempre, por pontes de alguma natureza, mesmo que não visíveis.

E é a força dessa referência ao fio que me faz propor que adotemos a expressão traduzida *atendimento em-linha*, como fizeram os analistas de língua espanhola. Com isso evitamos mais um termo de outra língua – como *self*, *setting*,

2 L. Pitliuk, 2001, 2003, 2014.

3 R. Rodolfo, *Desenhos fora do papel: da carícia à leitura escrita na criança*, p. 51.

4 L. J. Saul, "A note on the telephone as a technical aid", *The Psychoanalytic Quarterly*, n. 20, p. 287–290.

5 S. Freud, *Além do princípio do prazer*.

6 D. W. Winnicott, "Objetos transicionais e fenômenos transicionais", in *O brincar e a realidade*.



*temos o ganho da evocação
imediate da linha, do fio,
do cordão que simboliza e sustenta,
ao mesmo tempo, a união
e a separação. Este é o paradoxo
da transicionalidade, que permite
o afastamento da contiguidade
corporal por formas de ligação
cada vez mais simbolizadas*

*acting-out, après-coup etc. – mas, mais que tudo,
temos o ganho da evocação imediata da linha, do
fio, do cordão que simboliza e sustenta, ao mesmo
tempo, a união e a separação. Este é o paradoxo
da transicionalidade, que permite o afastamento
da contiguidade corporal por formas de ligação
cada vez mais simbolizadas. Então fica a sugges-
tão: clínica psicanalítica em-linha.*

Afetações em-linha

Como aconteceu com muitos analistas, aos poucos fui achando possível continuar trabalhando, pelo fio do telefone, com analisantes que se mudavam de cidade ou de país, analisantes em pós-parto, um analisante que se acidentou e passou meses em hospital e depois dentro de casa, uma artista com viagens e horários incomuns.

Fui experimentando, sempre com muitas dúvidas – ainda mais que esse universo era visto com muita desconfiança pela comunidade analítica. Joel Birman, naquela época, escreveu um artigo contundente defendendo a ideia de que, nas relações por telefone e computador, acontecia uma exclusão dos afetos, do corpo e da alteridade. Em suas palavras: “Nos novos contatos mediatos de terceiro grau entre as individualidades, estas perdem parcelas significativas da sensorialidade

direta e das paixões provocadas pelo impacto dos outros”. E ainda: “... a carne, enquanto superfície e profundidade vibrátil, deixa de existir”⁸.

Estava colocada a questão que hoje, passados mais de vinte anos, tanto nos toca na questão dos atendimentos psicanalíticos em-linha. Mas não era o que eu vivia naquelas experiências, que não se reduziam ao sentido de comunicações verbais, não eram unidimensionais e empobrecidas. E o que mais me surpreendeu, na época – e continua me surpreendendo, sempre que leio ou escuto algo assim – é o contraste dessa ideia com a convicção, sempre presente em todo o campo psicanalítico, sobre os efeitos da arte sobre nossos afetos e nosso corpo, mesmo quando a arte está alojada em suportes inanimados.

Mais surpreendente ainda foi encontrar exatamente isso nesse mesmo texto de Birman, quando o autor trata do que se passa com o espectador frente a um filme, objeto do artigo:

O corpo é colocado em movimento pelo ritmo alucinante da montagem. [...] o posicionamento do espectador na cena do olhar é provocado eminentemente pela via da afetação. [...] É na imanência absoluta da afetação e da sensorialidade, circulando pelo corpo e pelos humores a partir dos canais visuais e auditivos de entrada, que a narrativa nos toca e nos pega em cheio. É apenas posteriormente que um trabalho do pensamento se impõe ao espectador, que busca dar conta da narrativa que transformou seus humores e sua sensibilidade corpórea⁹.

De fato, sensorialidade, paixão e o outro não deixam de existir frente a uma tela de cinema, ou mesmo a uma transmissão sonora. Conhecemos, por exemplo, a emoção, ou mesmo a grande comoção promovida pelas novelas de rádio antes da TV; ou os efeitos da transmissão, via rádio, de *Guerra dos mundos*, criada por Orson Welles, em 1938. Impactos imensos, produzidos pela via dos canais auditivos.

A questão fundamental, então: se todo o nosso conjunto somatopsíquico é fortemente afetado frente a uma obra de arte, ou a personagens de ficção numa tela de cinema ou numa novela de rádio, como supor que isso não aconteceria

numa relação com outro ser humano, por computador ou telefone?

Acontece. Vejamos uma situação clínica: Fernando, “garotão alternativo” que mora numa cidadezinha de praia e se analisa comigo só por áudio há quase dois anos, numa sessão me dizia que estava contente por ter mudado, na pandemia, de sua minúscula casinha alugada no centro da cidade para a casa de praia de sua família, num condomínio fechado luxuoso e afastado. Comentava que lá era mais seguro, não tinha casos de covid, a casa era só para ele. Lembra de muitas cenas de férias vividas ali na adolescência, cenas infantis no mar com o pai quando velejavam só os dois etc.

Eu ouvia, imaginando paisagens praianas bucólicas, sensação de tranquilidade e de liberdade... e comecei a sentir muito calor, falta de ar, opressão. Olhei para minhas roupas, buscando ver se eram sufocantes... toquei minha cabeça para ver se eu tinha colocado algum prendedor de cabelos que me apertasse... nada. Ele seguia falando daquele paraíso, que estava surfando, andando de bicicleta, o condomínio praticamente vazio. Contava detalhes da casa, do cotidiano, dos dias lindos com cenas deslumbrantes de por-de-sol e lareira à noite... E me peguei pensando que, ao contrário dele, eu estava presa onde moro e não sabia quando poderia sair novamente. O sentimento de aperto aumentava. Lembrei do gesto masculino de afrouxar a gravata em situação de opressão. Lembrei de uma cena central de um filme que eu tinha visto naquela semana, em que um personagem seria enforcado. Tudo estava bem aflitivo. Só quando senti um cheiro estranho de mofo é que me ocorreu, enfim, que isso devia estar vindo da sessão, mas era totalmente enigmático.

Fernando disse então que seus pais estavam mantendo todas as despesas, que o portão automático tinha quebrado, mas os pais já tinham contratado o faz-tudo da casa que iria consertá-lo no

7 J. Birman, *Entre o gozo cibernético e a intensidade ainda possível*, p. 216.

8 J. Birman, *op. cit.*, p. 219.

9 J. Birman, *op. cit.*, p. 212.

10 J. Birman, *op. cit.* p. 221.



“contudo, às vezes,
a tecnologia pode também
possibilitar o imprevisível.
Somente quando alguém ainda
pulsa e deseja ser afetado,
a tecnologia pode se inscrever
num outro registro”

[Joel Birman]

dia seguinte. E que só faltava encontrar uma “gatinha” pelo aplicativo de encontros, e tudo ficaria perfeito. Eu então pensei: “ele nunca mais vai sair dessa casa” – e percebi que isso fazia eco às minhas sensações corporais e às minhas associações.

Perguntei-lhe, então, se ele estava preso lá. Fernando fez um silêncio de vários minutos, que me fez imaginar que estávamos num bom caminho; depois, abalado, começou a falar do seu medo de ficar capturado, mais uma vez, pelos laços da família, e mais uma vez perder a autonomia que tinha conseguido construir... voltar a engordar de novo... voltar a ser o *nerd* da adolescência... reencontrar sua impotência sexual... Acabou dizendo, bem angustiado, que não sabia qual perigo era maior: o covid-19 ou o risco da prisão familiar.

Coisas assim aconteciam todo o tempo, nesses anos: os corpos sempre participaram muito das análises – às vezes o meu, às vezes o do analisante. Aliás, ainda neste mesmo texto de Birman, encontramos uma passagem que parece mesmo antecipar o que hoje transpira nos atendimentos em-linha que todos estamos experimentando: “Contudo, às vezes, a tecnologia pode também possibilitar o imprevisível. [...] Somente quando alguém ainda pulsa e deseja ser afetado, a tecnologia pode se inscrever num outro registro”¹⁰.

Tratava-se, então, de compreender *como* isso podia acontecer.



*de fato, estamos bem
habitados às dissociações
entre as vias expressivas,
o que não significa que sempre
saibamos o que fazer
com nossas sensações
e percepções discordantes*

A sensorialidade e suas transmutações

Foram os estudos de Daniel Stern sobre o que ele chamou de percepção amodal que mais me alicerçaram no desenvolvimento da prática em-linha. Stern, estudioso dos processos precoces de subjetivação, atribui a bebês uma capacidade de transferências modais de informação das mais variadas espécies:

[...] os bebês parecem ter uma capacidade geral inata, que pode ser chamada percepção amodal, de tomar a informação recebida em uma modalidade sensorial e de alguma maneira traduzi-la para uma outra modalidade sensorial¹¹.

Isto nos remete ao campo das deficiências de funções de órgãos de sentido, como Winnicott bem ilustrou, referindo-se à função de espelho da mãe: “[...] crianças cegas precisam refletir-se por meio de outros sentidos que não a visão¹²”. Parece, também, lançar luz sobre a fluidez que eu percebia nas alternâncias entre as modalidades clínicas presencial e em-linha, quando aconteciam num mesmo processo analítico.

Fui pensando que isso não se restringe aos bebês e à constituição subjetiva, mas que essa espécie de transmutação de qualidades entre diferentes modos sensoriais permite conceber meios

de engajamento e de sintonia relacional que dependem pouco de modos particulares de apreensão e de contato. Mas Stern vai mais longe, num caminho mais interessante ainda:

A informação provavelmente não é experienciada como pertencendo a qualquer modo sensorial particular. Mais provavelmente, ela transcende o modo ou canal e existe em alguma forma desconhecida supramodal. Não é, então, uma simples questão de uma tradução direta entre as modalidades. Ao contrário, envolve uma codificação em uma representação amodal ainda misteriosa, que então pode ser reconhecida em qualquer um dos modos sensoriais¹³.

É nesta mesma linha de pensamento que se inscreve uma fina observação de Ricardo Rodolfo, apontando para a “indiferença do inconsciente com respeito a *preferências* por um ou outro tipo de materialidade”¹⁴. De fato, com o tempo – e nisso é fundamental a dimensão da experiência ao longo do tempo –, fui tendo a impressão de “enxergar” cada vez mais cada analisante, por uma espécie de transporte privilegiado das trocas para o universo da sonoridade e de suas tonalidades afetivas, compondo toda a atmosfera clínica. Não seria, portanto, de espantar que recentemente eu tenha dito a um analisante com quem trabalho só por áudio: “quando você fala disso, seus olhos brilham!”.

Claro, podemos nos perguntar como seria se, sentado à minha frente, seus olhos me parecessem mortiços e pesarosos. De fato, estamos bem habituados às dissociações entre as vias expressivas, o que não significa que sempre saibamos o que fazer com nossas sensações e percepções discordantes: nosso trabalho não implica em sustentar algum tipo de *foco* no que é visto, no que é cheirado, no que é dito ou mesmo no modo de dizer.

Retomemos nossos fundamentos: somos todos divididos, num jogo permanente de mostrar-encobrir-disfarçar-desviar, e os jogos de ilusão são absolutamente vitais para o psiquismo e as relações. Qualquer modalidade de contato é, necessariamente, uma mistura complexa de comunicação e compreensão com adiamentos e

impedimentos da comunicação e da compreensão: como tão bem aprendemos com a histeria, a visão, a audição e todos os nossos meios de expressão tanto mostram quanto encobrem. Nenhum movimento humano, em si mesmo, manifesta alguma verdade mais “primária” do sujeito, que poderia ser apreendida de forma direta e precisa.

A esse propósito, lembremos que nosso método toma a atenção flutuante justamente como estratégia para escapar da captura das imagens – visuais, auditivas ou narrativas. A um analisando deitado no divã, em função do conteúdo que ouvia dele, Winnicott diz: “Estou ouvindo uma menina. Sei perfeitamente bem que você é um homem, mas estou ouvindo uma menina e estou conversando com uma menina”¹⁵. Isso teve um efeito transformador de grande alcance, e ilustra muito bem o que pode se dar quando um analista consegue se desviar da sedução de uma imagem para ouvir, ver ou sentir o que mais está presente ali.

Um exemplo recente, de minha clínica: quando o confinamento começou, Marcio tinha vindo a uma primeira consulta – um rapaz jovem, bonito, inteligente e delicado. Em sua opinião, seu problema central era ser hiperadaptado às exigências do mundo, com um grau insuportável de tensão interna, principalmente frente a autoritarismos e agressividade dos outros: descrevia-se como submisso, e mesmo covarde.

Com o início do confinamento, fizemos mais três consultas, todas com imagem – como sempre faço em consultas avulsas – e decidimos começar uma análise. Sugeri que passássemos a usar só áudio, mas, como ele não quisesse, seguimos usando imagem. Foram dois meses de muitas histórias de submissão e medo em casa e com os meninos na escola, relatos sobre a descoberta da homossexualidade e sobre o pavor de que os outros descobrissem, histórias de chefes um tanto sádicos... Trabalhávamos.

11 D. Stern. *O mundo interpessoal do bebê*, p. 45.

12 D. W. Winnicott. “O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil”. In *O brincar e a realidade*, p.179.

13 D. Stern, *op. cit.*, p. 45.

14 R. Rodolfo, *op. cit.*, p. 88.

15 D. W. Winnicott, “A criatividade e suas origens”. In *O brincar e a realidade*, p. 121.

até que, em certo momento,
Marcio sugeriu passarmos
a trabalhar só por áudio,
e já na primeira sessão nessa
modalidade, eu me surpreendi
captando um tom e estilo enérgicos,
provocativos, até um tanto belicosos
comigo, muito diferentes da
imagem que eu tinha dele até ali

Até que, em certo momento, Marcio sugeriu passarmos a trabalhar só por áudio, e já na primeira sessão nessa modalidade, eu me surpreendi captando um tom e estilo enérgicos, provocativos, até um tanto belicosos comigo, muito diferentes da imagem que eu tinha dele até ali. Os temas também mudaram muito: surgiu sua desconfiança em relação a mim e à minha competência... uma boa dose de competição... e o tema do medo, que até então aparecia como medo dos outros, enveredou por fantasias de agredir e machucar.

Começamos a tratar dessas diferenças. Intrigado, Marcio se pôs a explorar como se porta e se sente quando se comunica por e-mail, nos encontros em-linha e na convivência presencial. A certa altura pediu que recolocássemos o vídeo para testarmos isso, e me surpreendi muito com o que me pareceu uma grande transformação em sua imagem: eu já não via seu modo infantil, doce e tímido de ser.

Eu não pensaria que algum deles é o “Marcio verdadeiro”: trata-se de uma dissociação bem importante, como modos de ser depositados em formas diferentes de expressão. Em outra pessoa esses modos, dissociados, poderiam aparecer em sonhos *versus* expressões da vida desperta, por exemplo. Vivemos sempre no jogo de mostrar-encobrir-disfarçar-desviar.

Este me parece ser o ponto central: nossa maior luta é manter o valor do *desfocado*, do





logo antes da pandemia,
em paralelo aos processos
presenciais, eu trabalhava em-linha
com seis analisantes: dois que
viviam nos EUA, um na Alemanha,
um paulistano vivendo provisoriamente
numa outra capital e dois que moram
em pequenas cidades onde
não há analistas

impreciso, justamente para haver jogo, ou seja, trabalho psíquico que faz abertura¹⁶. Penso que os momentos de abertura e de fechamento acontecem no divã, na poltrona, no telefone, no aplicativo. Não das mesmas maneiras e intensidades, não nos mesmos tempos, mas entendo que isto não varia tão diretamente em conexão com as modalidades, mas num entrecruzamento complexo entre modalidade, *setting* e funcionamento singular de cada par analítico. Trata-se, sempre, de que analista e analisante consigam ser *tocados* pelo encontro e possam abrir fissuras no literal. O literal é sempre insuficiente para lidar com a vida – é por isso que se busca o analista –, e é sobre essa capacidade de devanear, de encontrar/produzir aberturas ou linhas de fuga, que uma análise se desenrola.

Setting e sustentação subjetiva

O avanço na pesquisa me fez aos poucos ir aceitando iniciar um ou outro processo mesmo sem encontros presenciais prévios. Logo antes da pandemia, em paralelo aos processos presenciais, eu trabalhava em-linha com seis analisantes: dois que viviam nos EUA, um na Alemanha, um paulistano vivendo provisoriamente numa outra capital e dois que moram em pequenas cidades onde não

há analistas. Com o confinamento, além de todos os outros processos analíticos, também duas análises de casal passaram à modalidade em-linha, o que tem sido verdadeiramente novo.

Um elemento importante: nunca atendi de forma exclusivamente em-linha nenhum analisante clinicamente psicótico, autista, com adicção grave ou que me parecesse em algum tipo de risco de *actings* importantes, de risco psicossomático ou suicida, e também nunca atendi nenhuma criança por essa via. Meu critério para a aceitação de cada uma das experimentações em-linha era que fossem pessoas sobre as quais eu tivesse a hipótese de uma estruturação psíquica suficientemente sólida para que, em momentos regressivos da análise, pudessem se sustentar subjetivamente, assim como a uma parte maior do *setting* do que habitualmente lhes caberia.

Estamos no campo do que Winnicott formulou como *capacidade de estar só* – a capacidade de autossustentação subjetiva que é alcançada, em graus variáveis, através da experiência de *estar só na presença de alguém*¹⁷. É muito diferente quando o analisante se aloja primordialmente no seu próprio jogo associativo, e nos do seu analista... na atenção e voz do analista... em elementos concretos do ambiente promovido pelo analista (sala de espera, divã etc.)... ou em elementos tais como o olhar, o rosto e o gesto do analista. Temos aí as equivalências, mais ou menos possíveis, que dependem dos processos de subjetivação de cada analisante e, também, do desdobramento do processo analítico em andamento.

Dependendo das possibilidades de alojamento subjetivo do analisante, as tecnologias de comunicação em-linha de que dispomos, os cabos e os sinais de telefonia e de internet, podem ser suficientes ou não para a sustentação, por parte de muitos analisantes, de um si-mesmo e de um vínculo transferencial potente. Nesse panorama, a noção winnicottiana de *uso do objeto*¹⁸ ganha lugar de honra: é muito evidente como não apenas os possíveis elementos intermediários, mas também a própria proximidade física analista-analisante produz efeitos muito diferentes em cada

analisante. A questão do *uso* é central em todos os dispositivos: o divã, por exemplo, pode ser tomado e utilizado como equivalente de um colo, como oportunidade de ficar só em presença do outro, como concretização de uma relação de submetimento e idealização, ou ainda como representação de distância e mesmo de ausência. O mesmo se passa com o uso do telefone, da internet, da poltrona, e assim por diante, que sempre serão experimentados a partir de perspectivas singulares.

Setting e sustentação metodológica

É assim que, apoiada na ideia do supramodal, e considerando cuidadosamente as possibilidades subjetivas de quem me buscava como analista, fui propondo e afinando o novo *setting* em-linha. E entre os muitos pontos de sustentação para isso, escolho neste momento indicar quatro: o modelo clínico, a consideração pela complexidade do *setting*, a singularidade do analista e a afinidade com o dispositivo.

O primeiro, o mais primordial, é o do modelo clínico do trabalho. “[...] o enquadre não tem valor senão como metáfora de um outro conceito”¹⁶ diz Green, referindo-se aos modelos com que o analista trabalha (a hipnose, o sonho, os cuidados maternos, o brincar etc.), que incidirão em cada detalhe das montagens que inventamos – e, claro, das que recusamos.

Apenas como exemplo: há uma questão importante nos atendimentos em-linha, referente ao movimento corporal dos analisantes durante as sessões. Não há como processar o tema sem partir da referência ao modelo que o analista utiliza em sua clínica. No modelo freudiano do sonho, é pela inibição da motilidade que a excitação, impedida de se dispersar pela descarga corporal, é

será a referência
clínica do analista que
dará sentido e valor a cada
elemento do *setting* (divã ou
poltrona, frequência e
duração das sessões,
áudio com ou sem
vídeo etc.)

compelida ao espaço psíquico, onde poderá seguir vias elaborativas. Já no modelo do brincar, por outro lado, pensamos uma atividade corporal – a da ordem do *gesto* – combinada, justamente, com os processos elaborativos. Então, será a referência clínica do analista que dará sentido e valor a cada elemento do *setting* (divã ou poltrona, frequência e duração das sessões, áudio com ou sem vídeo etc.). Em suma, mantenhamos que a sustentação da clínica – inclusive a da em-linha – se dá sempre e necessariamente na rede conceitual com que cada analista trabalha.

Em segundo lugar, no que se refere à sustentação dessa clínica, sugiro que não isolemos demais os componentes do *setting*. Pelo caráter abrupto e compulsório da migração para a modalidade em-linha, esta virou foco e capturou nossos debates, deixando de lado o conjunto das condições da clínica contemporânea. Por exemplo, hoje em dia considero bastante a possibilidade de que a variação da frequência de sessões semanais tenha tanto peso no trabalho analítico quanto o fato da modalidade ser presencial ou em-linha.

Por múltiplas razões, até o momento do confinamento o modelo de uma sessão semanal presencial vinha se difundindo e se firmando cada vez mais na clínica psicanalítica, com efeitos muito grandes no desenvolvimento dos processos; na modalidade em-linha, em contraste,

16 Cf. T. Rivera, T. “A Tela e a Outra Cena Ou Como Piscar nas Sessões Virtuais de Análise”.

17 Cf. D. W. Winnicott, “A capacidade para estar só”, in *O ambiente e os processos de maturação*.

18 D. W. Winnicott, “O uso de um objeto e a relação por meio de identificações”, in *O brincar e a realidade*.

19 A. Green, *Orientações para uma psicanálise contemporânea*, p. 59





minha preferência pelo uso do divã sempre esteve muito ligada à proteção da minha liberdade de escuta e de associação. Por isso, decidi só aceitar para análise em-linha pessoas com quem o trabalho só por áudio parecesse uma boa indicação

tem sido possível retomar o trabalho com mais sessões semanais, o que tende a sustentar mais qualidade de presença, de liberdade associativa, de capacidade de escuta e até mesmo de apreensão de processos corporais.

Não há como propor que “perdas” e “ganhos” sejam equivalentes, não temos recursos de medida dos pesos relativos dos fatores; mas, de qualquer modo, é bem importante que não deixemos de considerar, sempre, a dimensão de complexidade envolvida no debate.

Em terceiro lugar, penso que o *setting* da clínica em-linha precisa estar fortemente apoiado na singularidade do funcionamento subjetivo do analista, como Freud tão bem formulou, em suas sugestões a quem fosse iniciar uma clínica analítica:

[...] o que estou asseverando é que esta técnica é a única apropriada à minha individualidade; não me arrisco a negar que um médico constituído de modo inteiramente diferente possa ver-se levado a adotar atitude diferente em relação a seus pacientes e à tarefa que se lhe apresenta²⁰.

Trata-se, então, de cada analista descobrir/inventar os melhores modos de sustentar o método analítico. A prática me fez compreender que, *em mim*, o olhar frente a frente tende a ter um efeito de captura particularmente obstaculizante; e que, por outro lado, tendo a não ser muito capturada

pela concretude das narrativas ou das descrições de contexto: mesmo frente a analisantes muito desafetados ou racionalizantes, tenho bastante facilidade em permanecer numa escuta mais oniroide, mais devaneante e flutuante. Deste modo, minha preferência pelo uso do divã sempre esteve muito ligada à proteção da minha liberdade de escuta e de associação, e foi esse o critério de base que sustentou minha decisão, prévia à pandemia, de só aceitar para análise em-linha pessoas com quem o trabalho só por áudio parecesse uma boa indicação.

Assim, centrando minha clínica em-linha na utilização exclusiva de áudio, fui tendo a experiência de trabalhar com a voz e os sons – emanações dos corpos do analisante e do analista – de modo muito mais sutil do que se dá no *setting* tradicional. Usando fones de ouvido, fui me dando conta de o quanto ficavam muito mais presentes as hesitações, as pausas, os tons, as correções súbitas do que se começa a dizer, os quase-choros e quase-risos, as reticências, a lentidão e o apressamento etc.

Claro, nunca duvidei de que dessa forma eu deixava de receber comunicações expressivas de peso, enquanto, por outro lado, conseguia me ater mais às modulações da voz, da fala e da atmosfera geral de cada encontro; e, talvez mais que tudo, certamente eu conseguia um contato bem maior com minhas próprias associações, afetos e estados de corpo.

Finalmente, indico um quarto ponto de sustentação da clínica em-linha: temos de considerar sempre que, junto com a experiência, vem a *confiança* em relação a essa modalidade, o que vai fazendo toda a diferença na firmeza com que propomos e sustentamos o trabalho, no nosso alojamento no novo *setting*, na nossa qualidade de entrega ao processo – e, portanto, nas nossas capacidades de acolher e processar o que nos chega por esses fios e cabos e ondas.

Claro que, junto com a arquitetura metapsicológica que sustenta a clínica do analista, aí estão envolvidas sua experiência em seus percursos analítico e de formação, suas considerações sobre suas características singulares e sobre a estruturação

subjetiva do analisante e, sempre, um sem-número de fatores sociais e culturais que rodeiam a dupla e a empreitada. Mas é importante sublinhar a importância da inclinação e afinidade maior ou menor do analista em relação ao dispositivo que usa – no caso, em relação ao telefone e aos recursos digitais – lembrando que, como em outros pontos, também neste é fundamental considerar a dimensão do tempo de experimentação.

Pensemos em quanto é estranho e difícil, no começo da clínica, utilizar o divã; como, com o tempo, sentar atrás dele se torna um modo natural de trabalhar; e não é difícil compreender que pessoas sem experiência analítica achem muito estranho este modo de proximidade. Sem viver a experiência, não é possível conceber o grau de intimidade e a qualidade da comunicação que pode se dar com uma das pessoas, deitada de costas, falando para uma outra, e menos ainda se pode imaginar sua posição subjetiva em relação a si mesmo, ao seu corpo, ao que diz e sente.

O que dizer, então, do universo em-linha? Os caminhos da tecnologia de comunicação tem feito com que corpos em lugares diferentes se mantenham psiquicamente *cada vez mais próximos*. Assim o rádio, o cinema, o telefone, a tv, a secretária eletrônica, o computador, o celular – com Whatsapp, com Skype, com Zoom, com Youtube. Claro que isso produz uma forte dissonância psíquica, muita vertigem e muito estranhamento: o longe e o perto, acontecendo ao mesmo tempo – um dos maiores paradoxos com que Winnicott trabalhou – agora nos toma até o pescoço.

Sustentação... da psicanálise

É bom que nos preparemos: em breve viveremos a superrevolução das projeções holográficas e/ou da chamada Realidade Virtual, com efeitos impossíveis de imaginar sobre nossas noções de proximidade e de afastamento, sobre o que é vivido como

»»

*nosso desafio –
tão difícil quanto apaixonante,
como foi o de Freud e
de todos que admiramos –
é sustentarmos a atenção
aos fundamentos e aos processos
mantendo, ao mesmo tempo,
a abertura ao novo
e à alteridade*

presença, como ausência e, fundamentalmente, como formas alternativas de presença.

Mas, futurismos à parte, na minha opinião isso tudo não tem retorno – e não só pelo congestionamento no trânsito e nas agendas, pelas mudanças de país ou pelo covid. Não tem retorno pelas próprias transformações subjetivas e relacionais que isso tudo produz: o uso intenso e repetido de qualquer dispositivo necessariamente aciona complexos sensoriais, mnêmicos, intelectuais, afetivos e relacionais diferentes, com efeitos muito radicais sobre a subjetividade humana, sobre a nossa percepção, o nosso funcionamento somatopsíquico global, nossos modos de relação.

A comunidade psicanalítica tem estado bem à altura dos desafios, tem experimentado e se reinventado com muita garra, podemos ter muito orgulho disso. Nosso desafio – tão difícil quanto apaixonante, como foi o de Freud e de todos que admiramos – é sustentarmos a atenção aos fundamentos e aos processos mantendo, ao mesmo tempo, a abertura ao novo e à alteridade. Alteridade em nós mesmos e alteridade no encontro com o analisante e com as transformações socio-culturais que nos envolvem e nos impulsionam.

Para seguirmos vivos e juntos.

Referências bibliográficas

- Birman J. (1997). Entre o gozo cibernético e a intensidade ainda possível. *Estilo e modernidade em psicanálise*. São Paulo: Ed. 34.
- Freud S. (1912/1976). *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1920/1976). *Além do princípio do prazer*. Rio de Janeiro: Imago.
- Green A. (2008). *Orientações para uma psicanálise contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago.
- Pitliuk L. (2001). Subjetivações e informática: uma perspectiva psicanalítica. In: Safra G. et alii: *A criança na contemporaneidade e a psicanálise: mentes e mídia: diálogos interdisciplinares, vol II*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pitliuk, L. (2003). Modos de ser: compondo com Espinosa e Rodolfo. In: Ferraz F. C. et alii (org.). *Psicossoma III: Interfaces da Psicossomática*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- _____. (2014). Brincando na internet: notas sobre o modo borderline de viver. *Rabisco – Revista de Psicanálise*, vol. 4, no 2.
- Rivera T. (2020). *A tela e a outra cena, ou como piscar nas sessões virtuais de análise*. Psicanalistas pela Democracia. Disponível em <http://psicanalisedemocracia.com.br/2020/03/a-tela-e-a-outra-cena-ou-como-piscar-nas-sessoes-virtuais-de-analise-tania-rivera/>. Consultado em 26/06/2020.
- 60 Rodolfo R. (2004). *Desenhos fora do papel: da carícia à leitura escrita na criança*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Saul L. J. (1951). A note on the telephone as a technical aid. *The Psychoanalytic Quarterly*, n. 20, p. 287-290.
- Stern D. N. (1992). *O mundo interpessoal do bebê: uma visão a partir da psicanálise e da psicologia do desenvolvimento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Winnicott D. W. (1983). *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- _____. (2019). *O brincar e a realidade*. São Paulo: Ubu.

Sustaining an online psychoanalytic work?

Abstract In an attempt to disassociate online clinical treatment from the particular circumstances that currently surround it (the covid-19 pandemic and resulting social confinement), this article continues the development of online psychoanalytic care as practiced by the author before the mass compulsory migration from in-person clinical work. It establishes a dialogue with Winnicott, Birman, Stern and Rodolfo, discussing possible bases for sustaining online modalities in psychoanalysis.

Keywords online psychoanalysis, remote psychoanalysis, communication technology in psychoanalysis, setting, psychoanalytic method.

Texto recebido: 04/2020

Aprovado: 05/2020

Psicanálise e escuta musical

Variações sobre um tema a partir de C. Bollas

Inês Loureiro

Resumo O artigo apresenta alguns conceitos do psicanalista Christopher Bollas que podem ser úteis para a continuidade da reflexão psicanalítica sobre a escuta musical.

Palavras-chave Psicanálise e música; escuta musical; objeto transformacional; idioma pessoal; Christopher Bollas.

Inês Loureiro é graduada em Ciências Sociais (USP, 1985) e em Psicologia (PUC-SP, 1990), mestre em Psicologia Clínica (PUC-SP, 1994) e doutora em Psicologia Clínica (PUC-SP, 2000). Professora do curso de especialização em Teoria Psicanalítica no Cogea (PUC-SP). Autora de, entre outros, *O carvalho e o pinheiro: Freud e o estilo romântico* (2002)

A música muda tudo
E tudo muda você
Você é você porque muda
A música ajuda a ser
Arnaldo Antunes, *Kaira*

I.

Extensa literatura que aborda o tema psicanálise e música contém marcos obrigatórios. Os primeiros textos surgiram a partir da década de 1910, escritos por nomes que gravitavam em torno de Freud, como Max Graff e George Grodeck. Os anos 1950-1970 também foram pródigos em ensaios que se tornaram clássicos, como os de Kohut (1950; 1957) e Reik (1953), só para ficar em poucos exemplos. Coletâneas mais recentes (Feder, Karmel and Pollock, 1990; 1993; Wilson, 2018) atestam a proficuidade das publicações nesse campo.

De modo sintético, é possível discernir vários tipos de abordagem em tal literatura. Um primeiro grupo é constituído por monografias que tomam certas obras (peças musicais) ou autores (musicistas) como objeto de análise, no mais das vezes recorrendo a elementos biográficos do compositor. Um segundo conjunto abrange as investigações sobre os processos metapsicológicos envolvidos em três dimensões, a saber: na criação (composição), na escuta/apreciação (recepção) e na interpretação/*performance* musicais. Por fim, há um amplo segmento de estudos que consideram os aspectos musicais tal como comparecem na clínica psicanalítica, isto é, como se manifestam



encontramos reflexões psicanalíticas sobre as qualidades do som (altura, timbre, intensidade e duração), as particularidades da linguagem musical (ritmo, melodia e harmonia) e as convenções historicamente consolidadas (como tonalidade e forma)

no setting e no âmbito transferencial. No cruzamento dos estudos clínicos com os metapsicológicos, um tema se destaca: a voz materna, seus efeitos sobre a constituição psíquica e vicissitudes daí decorrentes. Ademais, perpassando todas essas abordagens, encontramos reflexões psicanalíticas sobre as qualidades do som (altura, timbre, intensidade e duração), as particularidades da linguagem musical (ritmo, melodia e harmonia) e as convenções historicamente consolidadas (como tonalidade e forma).

Ao longo do tempo, o campo configurado na intersecção entre psicanálise e música também tem sido explorado por diferentes “escolas psicanalíticas” e tendências interpretativas. A revisão bibliográfica realizada por Richard Sterba em 1965 já sublinha que os trabalhos então examinados “[...] refletem a sequência de teorias dominantes no pensamento analítico no período em que [cada artigo] foi escrito”¹; teoria da libido, narcisismo, inícios do desenvolvimento do ego, compulsão à repetição e agressividade são alguns temas freudianos que, à época e sucessivamente, inspiram as abordagens da música no universo da psicanálise anglo-americana.

Ensaio recente de Samuel Wilson (2018) também repassa as temáticas que os psicanalistas preferencialmente associam à música: primeira infância, organização corporal, aspectos

primitivos da mente e da sociedade (sentimento oceânico, ego incipiente, primeiras inscrições psíquicas, gratificações libidinais e narcísicas etc.), instrumento de domínio simbólico sobre aspectos do mundo e do eu/self (linguagem, socialização, sublimação, partilha do universo cultural) e assim por diante. Esse panorama sobre a literatura sugere, pois, que o eixo psicanálise e música possa ser empregado como uma espécie de lente temática para a (re)leitura histórica das tradições teórico-interpretativas do campo psicanalítico.

A mim interessam as questões – há séculos tratadas pela Filosofia – ligadas aos *efeitos* que a música exerce sobre o sujeito. Particularmente, as que giram em torno de uma compreensão psicanalítica da *escuta musical*: a predileção por esta, a proveniência do prazer (ou desprazer) suscitado no ouvinte, a natureza cognitivo-emocional da afetação e sua caracterização metapsicológica, as especificidades desses efeitos em relação aos obtidos com outras linguagens artísticas, e assim por diante.

Tais preocupações levaram-me ao encontro das contribuições trazidas por Heinz Kohut (1913-1981) nos dois trabalhos seminais acima referidos. O primeiro deles tem a coautoria do maestro Siegmund Levarie, um vienense emigrado para os EUA e em companhia de quem Kohut testemunhou as reações negativas do público universitário a concertos que apresentavam obras inovadoras, como as de Bela Bartók. As reflexões conjuntas sobre a hostilidade à novidade musical foram o ponto de partida para as principais teses de Kohut, comentadas em artigo anterior².

Muito resumidamente, para Kohut o prazer na escuta musical deriva da capacidade egoica de dominar estímulos auditivos complexos. No início da vida, o ego incipiente luta para organizar e dar sentido aos eventos sonoros (ex.: ruídos) que invadem o bebê e que são por ele vivenciados como altamente ameaçadores. Aos poucos, o ego vai ganhando recursos para identificar e lidar com esses estímulos, tornando-os menos perturbadores. Ora, a música é dotada de uma organização interna que facilita a tarefa egoica de reconhecer

e dominar os eventos sonoros. O uso de tonalidade, convenções de início/fim e ritmo regular são exemplos de parâmetros que lhe conferem alguma previsibilidade. Daí que o prazer obtido com a escuta musical adviria, segundo Kohut, dessa possibilidade de exercer um domínio ativo sobre uma situação originalmente, e sempre potencialmente, traumática. Não é difícil perceber que o paradigma teórico subjacente é o da célebre brincadeira do *Fort-Da* (descrita por Freud em 1920 e por meio da qual seu neto tentava conter/simbolizar a angústia sentida com a ausência da mãe).

Claro que é possível fazer ressalvas à abordagem de Kohut³. À luz de autores que o sucederam, como Didier Anzieu (1923-1999) e outros, vê-se que o ego é ali descrito como uma espécie de mero processador de estímulos perceptivos – um aparelho alheio a determinações intersubjetivas e variantes ambientais. Kohut parece não conceder maior relevância ao papel desempenhado pela dimensão sonora na conformação da própria arquitetura psíquica; é como se o progressivo domínio obtido sobre os sons fosse um simples correlato do desenvolvimento egoico.

II.

Um interessante contraponto à visão de Kohut pode ser encontrado nas contribuições derivadas do chamado Grupo Independente – organizado em torno das ideias de Donald Winnicott (1896-1971). Os autores ligados à chamada “escola das relações objetais” tendem a enfatizar o papel ativo do ambiente (e dos objetos que o compõem) na formação do psiquismo; realçam também a importância dos aspectos qualitativos

- 1 R. Sterba, “Psychoanalysis and Music”. *American Imago*, 22(1-2), 1965: 96-111, 1965, p. 109-110.
- 2 Cf. I. Loureiro, “Prelúdio sobre a fruição musical”. In: Mouammar, C. e Campos, E.B.V. (orgs.): *Psicanálise e questões da contemporaneidade*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.
- 3 Cf. I. Loureiro, “Música e Psicanálise: (com)passos de uma pesquisa”. Publicação com as palestras do Colóquio Filosofia, Arte e Psicanálise, UFBA, 2017 (no prelo).

um interessante
contraponto à visão de Kohut
pode ser encontrado nas
contribuições derivadas
do chamado Grupo
Independente – organizado
em torno das ideias de
Donald Winnicott (1896-1971)

deste ambiente/objetos que circundam o bebê. Trata-se, assim, de uma abordagem que abre espaço para pensar tanto a incidência dos sons e da música na configuração do psiquismo, quanto a importância das peculiaridades do objeto-música nesse processo.

A obra de Christopher Bollas (nascido em 1943), psicanalista e escritor americano radicado em Londres, traz uma concepção de inconsciente bastante original, forjada a partir de *A interpretação dos sonhos* (1900) e da noção freudiana de associação livre. Aí se fundam os alicerces da visão bollasiana sobre o caráter criativo e comunicativo do psiquismo. Muitos conceitos de sua lavra – como os de inconsciente receptivo, genera e idioma – além de seu olhar sutil sobre as nuances do mundo objetal (objetos transformacionais, aleatórios, evocativos, transsubstanciais, generacionais etc.), mostram-se especialmente fecundos para a compreensão psicanalítica da escuta musical.

Na impossibilidade de apresentar cada um desses conceitos e, por extensão, boa parte da obra de Bollas, tomemos como ponto de partida a afirmação de Sarah Nettleton segundo a qual a teoria do autor sobre nossas interações com os objetos externos é inovadora em três aspectos:

Primeiro, sua teoria do inconsciente receptivo propõe que as percepções do mundo objetal sejam fundamentais





começamos pela
observação de óbvia
importância para pensar a cultura
e as artes: objetos inanimados
são capazes de exercer, como
os demais, função ativa
sobre a configuração
e transformação
do psiquismo

para a formação e o funcionamento da mente. Em segundo lugar, ele trata amplamente da nossa experiência do mundo inanimado – algo incomum no pensamento psicanalítico. Em terceiro lugar, ele explora a ideia de que os objetos são significativos, não apenas por causa do que projetamos neles, mas por suas próprias qualidades intrínsecas ⁴.

Mantendo como baliza esta citação de Nettleton, ela mesmo musicista e autora de um artigo sobre música e experiência interna (2004), começamos pela observação de óbvia importância para pensar a cultura e as artes: objetos inanimados são capazes de exercer, como os demais, função ativa sobre a configuração e transformação do psiquismo.

A noção de inconsciente receptivo, por sua vez, enfatiza a relevância da percepção no recebimento e na captura de aspectos desses objetos externos, bem como dos estímulos internos. As representações gráficas do aparelho psíquico, tal como esboçadas no capítulo VII da *Interpretação dos sonhos* e em *O ego e o id*, parecem justificar esta ênfase, já que os perceptos ali figuram com nitidez e associados a sistemas/instâncias diferentes. Aquilo que Freud denomina de Percepção-Consciência (Pcp-Cs) seria alçado ao primeiro plano por Bollas, seja como receptáculo permanente das impressões sensoriais, seja num

papel mais ativo de “varrição” (*scanning*), seleção e apreensão de tais impressões. Porém, tal ênfase não descarta a existência dos conteúdos inconscientes mantidos sob repressão; segundo Bollas, a teoria da recepção é *complementar* à teoria da repressão⁵.

Bollas postula que o indivíduo possui um idioma inato, que se refere ao “núcleo único de cada indivíduo, uma figuração do ser, parecida com uma semente que pode, sob condições favoráveis, evoluir e se articular”⁶. A esta imagem da semente soma-se outra ainda mais sugestiva – a do idioma como “correlato psíquico da impressão digital humana”⁷.

Haveria um impulso (“pulsão do destino”) para articular e elaborar o idioma pessoal – uma força de vida que impele à procura e coleta de elementos do mundo “afinados” com o idioma de cada um de nós. Desde o início, o bebê sinaliza que certos estímulos/objetos são preferíveis a outros. Nas palavras de Sarah Nettleton, que aqui também lança mão de uma metáfora sonora, as “crianças ressoam com formas particulares de experiência”, de modo que uma mãe sensível a tais preferências – poderíamos dizer, uma mãe “sintonizada” – irá oferecer objetos com os quais o bebê “ressoará”⁸. E assim seguiremos ao longo da vida, selecionando objetos e formas de experiência que “timbrem” com nosso idioma pessoal e que promovam seu aperfeiçoamento. Quando se diz que duas vozes “timbram” ao cantarem juntas, está-se dizendo que elas se ajustam tão bem que conseguem potencializar os harmônicos uma da outra, otimizando as qualidades sonoras que singularizam cada voz.

O poder mutativo que os objetos exercem sobre nós tem nos cuidados maternos sua principal matriz e modelo. Aqui nos deparamos com aquele que talvez seja o principal conceito de Bollas, a saber, o de objeto transformacional. Em poucas palavras, “a mãe é vivenciada pelo bebê como um processo de transformação”⁹, um processo que modifica a experiência do self. Nesse estágio primitivo, a mãe ainda não é representada como um “outro”, de modo que ela é perceptualmente

identificada com sua função e com as metamorfoses que provoca na dimensão ambiente-somática do bebê.

A propósito das modificações ambiente-somáticas produzidas pela mãe, cabe abrir um parêntese. Os cuidados maternos fazem parte de um “banho” de sensações no qual está imerso o recém-nascido, riquíssimo em estímulos visuais, sonoros, olfativos, táteis e cinéticos, que se associam, por sua vez, a estados de maior ou menor bem estar. Apesar de óbvio, este lembrete é importante porque, quando prestamos atenção à fenomenologia da experiência musical, deparamo-nos com aspectos que facilmente podemos atribuir a essas primitivas vivências cenestésicas.

Leonard Ratner é um dos estudiosos que se dedica à descrição dos aspectos estésicos envolvidos na escuta musical⁴. Segundo ele, muito além das percepções auditivas, o ouvinte é tomado por sensações visuais (o “contorno” dos “desenhos” melódicos, o “colorido” dos timbres – “escuros”, “brilhantes”...), táteis (a “textura” das vozes, a “densidade” de uma instrumentação, uma ressonância “áspera” ou “aveludada”...) e até gustativas (um timbre “ardido” ou “doce”...). Ratner enfatiza, sobretudo, os aspectos cinéticos, ou seja, nossa escuta musical registra *movimentos*. Dotado de várias qualidades (amplitude, intensidade e duração), o movimento pode ser figurado como “gesto” – para cima ou para baixo, horizontal ou vertical, reto ou sinuoso, contínuo ou fragmentado, forte ou suave etc. O autor se detém principalmente sobre o movimento de “chegada” [*arrival*] – a preparação e o acúmulo de tensões

»
a experiência primordial
com essa mãe-ambiente
torna-se, assim, a origem de
uma estética pessoal, que
doravante irá nortear
toda a busca de objetos
transformacionais por parte
do indivíduo

que se resolvem em momentos de repouso. Engolfados por esta massa de impressões, cujas variações e contrastes despertam nossas respostas internas, somos conduzidos no fluxo da fruição musical. É como se a escuta musical nos lançasse em uma “onda”, talvez equiparável à experiência do recém-nascido manejado pela mãe, e nos envolvesse em “climas” peculiares, tal como as ambiências cambiantes que circundam o bebê. Fecha parêntese.

A experiência primordial com essa mãe-ambiente torna-se, assim, a origem de uma estética pessoal, que doravante irá nortear toda a busca de objetos transformacionais por parte do indivíduo: “A memória desta relação objetual precoce se manifesta na busca da pessoa por um objeto (uma pessoa, lugar, evento, ideologia) que promete transformar o self”¹¹.

A noção de inconsciente receptivo também aponta para a formação dos *genera* – complexos de impressões objetais investidas libidinalmente, ou ainda, nódulos de diferentes intensidades, “texturas psíquicas altamente condensadas, marcas de nossos encontros com o mundo dos objetos”¹². O contínuo incremento e complexificação dos *genera* irão realimentar a busca de objetos nos quais, e pelos quais, possam adquirir forma e expressão.

O terceiro e último aspecto ressaltado por Nettleton é o foco nas qualidades inerentes aos

4 S. Nettleton, *A metapsicologia de Christopher Bollas – uma introdução*, São Paulo, Escuta, 2018, p. 72 (grifo da autora).

5 Cf. C. Bollas, *Sendo um personagem*, Rio de Janeiro, Revinter, 1998, p. 55.

6 C. Bollas, *Forças do destino*, Rio de Janeiro, Imago, 1992, p. 236.

7 C. Bollas, *apud* S. Nettleton, *op.cit.* p. 39.

8 S. Nettleton, *op.cit.*, p. 40 e 41.

9 C. Bollas, “O objeto transformacional”, in *A sombra do objeto – psicanálise do conhecido não pensado*. São Paulo, Escuta, 2015, p. 50.

10 L. Ratner, *The Musical Experience*, New York, W.H. Freeman and Company, 1983.

11 C. Bollas, “O objeto...”, p. 50.

12 C. Bollas, *Sendo um personagem*, p. 43.



“o idioma ficcional de Melville
não está nos conteúdos
temáticos de suas novelas
e sim em sua maneira específica
de escrever: em como dá forma ao
conteúdo [in the forming
of the content]”
[C. Bollas]

objetos. Bollas nos convoca a investigar as especificidades dos objetos culturais – como música, pintura, literatura, arquitetura – naquilo que têm de próprio em termos de linguagem e materialidade. A concepção bollasiana do inconsciente favorece, aliás, a reflexão sobre artes que carecem de “conteúdo”, como a arquitetura e a pintura não-figurativa, pois, como ele explicita, “[...] muito do que escolhemos para processar o self é não hermenêutico”¹³.

São muitos os textos em que Bollas insiste nesta tônica, a começar pelas páginas de abertura de uma de suas principais obras. Logo na “Introdução” de *Sendo um personagem* (1998), ele menciona a música como exemplo de objetos capazes de evocar (cognitiva, emocional e corporalmente) uma experiência antiga do self. Tais objetos permitem-nos reviver aspectos dessa experiência, e disso decorre seu potencial transformativo. Ouvir uma melodia que marcou certo momento de nossa vida reativa em nós “[...] não unicamente uma lembrança, mas uma constelação psíquica interior carregada de imagens, sentimentos e percepções de nosso corpo”¹⁴. Os objetos que selecionamos (objetos evocativos), bem como os objetos que nos chegam por acaso (objetos aleatórios) são usados para trazer à tona essas experiências e têm o poder de impactar o self, na medida em que despertam e transformam vivências passadas.

Bollas explicita que cada tipo de objeto – literário, arquitetônico, pictórico ou musical, por exemplo – permite a projeção e a elaboração de experiências de acordo com as peculiaridades de sua estrutura. A opção por um ou outro tipo de objeto não é indiferente: de algum modo, está em jogo a preferência por uma *textura* psíquica do/para o self¹⁵.

É assim que Bollas nos convida a explorar o “potencial de processamento” da música em sua especificidade. A proposta de uma “filosofia da integralidade do objeto” situa-se no extremo oposto às análises reducionistas que “atropelam” as particularidades materiais e formais dos fenômenos sobre os quais se debruçam. Somente a música, por conta de suas características intrínsecas, seria capaz de produzir tais ou quais efeitos – e por isso é buscada (e usada) como objeto preferencial em meio a tantos outros disponíveis no mundo da arte e da cultura.

Apenas a título de exemplo, poderíamos mencionar dois dos traços distintivos da música: ela é por excelência a arte do tempo e da duração, assim como a da pura forma (não possui outro referente, externo ou subjacente, que não ela mesma)¹⁶. Nas palavras de Bollas, emprestadas de Stravinsky: uma ideia musical se torna “som e tempo, o material da música”¹⁷.

Talvez por isso Bollas recorra com tanta frequência a exemplos musicais; eles se prestam perfeitamente ao propósito de ilustrar a importância da dimensão formal (das percepções recebidas/buscadas) em relação à dos conteúdos (reprimidos). Claro que, em um idioma pessoal e/ou artístico, a forma e o conteúdo encontram-se articulados, mas me parece que Bollas está sempre tentando chamar a atenção para o potencial mutativo das *formas*. A esse respeito, vejamos uma de suas declarações inequívocas: “O idioma ficcional de Melville não está nos conteúdos temáticos de suas novelas e sim em sua maneira específica de escrever: em como dá forma ao conteúdo [in the forming of the content]”¹⁸.

Na sequência do trecho, mais um exemplo musical:

Uma analogia com a interpretação musical pode ajudar a esclarecer essa diferença entre forma e conteúdo. Uma composição musical é uma forma na qual as notas musicais são arranjadas de um modo muito particular. Quando a ouvimos, cada um de nós é processado por sua lógica particular. A experiência de ser processado pela música é talvez mais claramente captada quando pensamos nas diferenças em nossos estados subjetivos trazidas pelas interpretações de diferentes maestros. Bernstein e Giuliani tomam um objeto comum – digamos, a Quinta Sinfonia de Mahler – e cada um a interpreta de acordo com seu próprio idioma, transformando a forma; quando ouvimos uma ou outra das interpretações, somos tocados [moved] por esse objeto comum de diferentes modos. [...] cada um de nós será processado por ao menos duas formas: a própria música e a inteligência transmitida pela interpretação do maestro¹³.

Note-se, uma vez mais, a dupla direção das forças mutativas: o idioma interpreta e modifica a forma; esta, por sua vez e em sua singularidade, nos processa e, conseqüentemente, também nos transforma.

Se neste trecho Bollas realça a dimensão transformacional da escuta, em outros excertos encontramos pistas que ampliam nossa compreensão sobre a criação/composição musical. Ele concebe a obra como sendo um fragmento de realidade psíquica transposto para outra substância. Ainda com auxílio de Stravinsky, Bollas nos apresenta a noção de objeto transubstancial:

O termo objeto “transubstancial” permite-me pensar acerca da integridade intrínseca da forma na qual

»
*algo toma corpo em forma
de obra, ou na forma da obra;
mas essa transformação do objeto,
ou em objeto, é também, ou virá
a ser, transformação da psique.
A forma é entendida como
objetivação da inteligência
estética que (se) modela
(em) uma ideia e se
materializa em obra*

o indivíduo movimenta sua sensibilidade para criar: o pensamento musical, o pensamento em prosa, o pensamento pictórico. Esses processos poderiam ser vistos em parte como objetos transformacionais no sentido de que cada procedimento irá alterar a vida interna do indivíduo segundo as leis de sua própria forma. Mas um objeto transubstancial também enfatiza o “corpo” do objeto em transformação que recebe, altera, e representa a sensibilidade do sujeito que, por sua vez, aceita os seus termos e, agora, vive dentro dele²⁰.

A menção ao “corpo do objeto” não deixa de evocar um título de Anzieu sobre os processos criativos, *Les corps d'oeuvre*. Algo toma corpo em forma de obra, ou *na* forma da obra; mas essa transformação do objeto, ou *em* objeto, é também, ou virá a ser, transformação da psique. Mais do que interligadas, as noções de objeto transformacional e transubstancial talvez sejam modos de designar diferentes ângulos do mesmo processo. A forma é entendida como objetivação da inteligência estética que (se) modela (em) uma ideia e se materializa em obra; o objeto-forma resultante é capaz de, por sua vez, infletir sobre a própria ideia, transmutando-a.

Trabalhos da imaginação artística são objetos-forma, amostras do idioma pessoal tornado disponível para o outro. Cada objeto-forma demonstra a inteligência

13 Idem, p. 41, grifos meus.

14 Idem, p. 1.

15 C. Bollas, *op.cit.*, p. 2.

16 Apesar de antigos, os ensaios de Susanne Langer permanecem referências indispensáveis quando se trata do problema da significação na música. Cf. *Filosofia em nova chave* (1941) e *Sentimento e forma* (1953), ambos publicados no Brasil pela editora Perspectiva.

17 C. Bollas, “Criatividade e psicanálise”, *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, v. 43(78): 193-209, 2010, p. 200.

18 C. Bollas, *Cracking Up – the Work of Unconscious Experience*, New York, Hill and Wang, p. 24, grifos meus.

19 C. Bollas, *Cracking Up*, p. 24, grifos meus.

20 C. Bollas, “Criatividade e psicanálise”, *op.cit.*, p. 201.



*o objeto-música irá
se apresentar no terreno – no espaço
intermediário? – entre o idioma
inato e os genera historicamente
constituídos. Aí se implanta
a atração pelo objeto
musical que, por sua vez,
“alimenta” os genera e incita
o aperfeiçoamento
do idioma*

composicional de seu criador e sua estrutura estética sugere para seus subsequentes apreciadores uma peculiar integridade evocativa. Embora o leitor, o ouvinte e o espectador sempre recebam um objeto-forma de acordo com o idioma da inteligência receptiva do self de cada um, cada objeto-forma evoca uma resposta formal²¹.

“O self de cada um”: até aqui, as relações com objetos estão sendo inscritas na órbita do indivíduo e sua singularidade; no que se refere aos objetos, estamos no âmbito das particularidades (diferenças e semelhanças materiais, de linguagem, de estilo) e, ao mesmo tempo, da singularidade de cada obra (a música “x”, na interpretação “y”). Bollas, porém, não descuida da dimensão coletiva dos objetos culturais; afinal, certas produções tornam-se significativas para grandes grupos, e seu valor transformacional é, inclusive, transmitido e compartilhado por diferentes gerações. É a isso que diz respeito a noção de objeto transgeracional, tão bem exemplificada por fenômenos como os Beatles ou, nas bandas de cá, pelo Clube da Esquina ou os Novos Baianos. “Cada geração seleciona seus próprios objetos, pessoas e acontecimentos generacionais, coisas que têm um significado especial para a identidade de uma geração”²². São objetos que armazenam aspectos da experiência de uma época e que, assim, passam a identificá-la, assegurando nossa

sensação de pertencimento a uma dada geração. Com o passar do tempo, essas obras mostram que foram capazes de “plasmar” a interpretação e a consciência de jovens adultos sobre sua própria identidade.

Poderíamos prosseguir na apresentação das ideias de Bollas que nos parecem sugestivas para pensar a escuta musical, mas já dispomos de subsídios para esboçar algumas conclusões, cujo efetivo desenvolvimento extrapola os limites do presente artigo.

III.

O uso da música como objeto transformacional e como meio de elaboração do idioma pessoal; um meio cujas especificidades formais são responsáveis pelos efeitos também específicos que suscita. Textura do self tramada com som e duração. A partir de Bollas, o tema da escuta musical pode derivar em variações criativas, agora na clave das percepções inconscientes, para além (ou aquém) de representações reprimidas.

O objeto-música irá se apresentar no terreno – no espaço intermediário? – entre o idioma inato e os genera historicamente constituídos. Aí se implanta a atração pelo objeto musical que, por sua vez, “alimenta” os genera e incita o aperfeiçoamento do idioma. O apreço à música, a procura, seleção, uso e cultivo deste tipo de objeto – tudo isto é estritamente singular, embora entranhado na esfera intersubjetiva – na intimidade da estética materna e/ou no âmbito histórico-cultural mais amplo (diríamos, em modo menor ou maior...).

Como outras produções culturais, o objeto-música só adquire significação a partir do conjunto no qual se encontra inserido. A rede de relações que estabelece com os inúmeros objetos investidos por um indivíduo num dado momento é crucial para que possamos cogitar como, e em que medida, ele se articula com o idioma pessoal. Em outras palavras, os traços que tornam uma música ou todo um repertório significativo para

alguém hão de ser considerados (e interpretados) juntamente com traços significativos de outras escolhas objetais.

Bollas confere aos objetos uma função léxica, de modo que também é possível situar o objeto-música como parte integrante de um circuito comunicativo: ele “fala comigo” ao mesmo tempo em que “me traduz”, propicia que eu desenvolva minha língua, funciona como um endereçamento a outros, permite a enunciação coletiva das experiências de uma época.

À semelhança dos demais avatares dos cuidados maternos, a música poderá vir a exercer, alternada ou concomitantemente, as várias funções que Luís Cláudio Figueiredo divisa nos objetos primários: sustentação/contenção, reconhecimento/espelhamento, interpeção/convocação. Para este autor, as obras de criação – musicais, por exemplo – podem desempenhar diferentes tipos de cuidado, tanto para seus compositores, quanto para os ouvintes que delas desfrutam²³. Aqui também se abre todo um conjunto de questões a ser investigado posteriormente. Por ora, basta marcar que todas essas descrições da música como objeto giram em torno de uma mesma palavra-chave: *transformação*.



*Assim como Bollas,
o sempre genial Arnaldo Antunes
sabe que as modificações
operadas pela música incidem
sobre um plano fundamental –
o plano do “ser”*

Tempo de retomar a epígrafe, agora lembrando que os versos “A música muda tudo, e tudo muda você, você é você porque muda, a música ajuda a ser” – emendam no refrão: “bem melhor”. Assim como Bollas, o sempre genial Arnaldo Antunes sabe que as modificações operadas pela música incidem sobre um plano fundamental – o plano do “ser”; sabe também que essas mudanças são qualitativas – profundas (“tudo”) e benfazejas (“bem melhor”). Em meio às estradas terapêuticas e os caminhos “psi”, existem também as trilhas sonoras.

21 C. Bollas, “Criatividade...”, p. 203, grifos do autor.

22 C. Bollas, “Consciência generacional”, in *Sendo um personagem*, op. cit., p. 206.

23 Cf. L.C. Figueiredo, *Cuidado, saúde e cultura. Trabalhos psíquicos e criatividade na situação analisante*. São Paulo, Escuta, 2014.

Referências bibliográficas

- Bollas, C.** (1995). *Cracking Up. The Work of Unconscious Experience*. New York: Hill and Wang.
- _____. (1998). *Sendo um personagem*. Rio de Janeiro: Revinter.
- _____. (2010). Criatividade e psicanálise. *Jornal de Psicanálise SP*, v. 43 (78): 193-209.
- _____. (2015). *A sombra do objeto. Psicanálise do conhecido não pensado*. São Paulo: Escuta.
- _____. (1992). *Forças do destino. Psicanálise e idioma humano*. Rio de Janeiro: Imago.
- Feder S.; Karmel R.; Pollock G. (eds.)**. (1990). *Psychoanalytic Explorations in Music*. Madison: International Universities Press. Applied Psychoanalysis Series Monograph 3.
- _____. (1993). *Psychoanalytic Explorations in Music – Second Series*. Madison: International Universities Press.
- Figueiredo L.C.** (2014). *Cuidado, saúde e cultura. Cuidados psíquicos e criatividade na situação analisante*. São Paulo: Escuta.
- Kohut H.** (1957). Observations on the Psychological Functions of Music. In: *The search for the Self – Selected Writings of H. Kohut (1950-1978)*. New York: International Universities Press, 1978.
- Kohut H. & Levarie S.** (1950). On the Enjoyment of Listening to Music. In: *The search for the Self – Selected Writings of H. Kohut (1950-1978)*. New York: International Universities Press, 1978.
- Loureiro I.** (2013). Prelúdio sobre a fruição musical. In: Mouammar, C. e Campos, E.B.V. (orgs.). *Psicanálise e questões da contemporaneidade*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- _____. (no prelo). Música e psicanálise: (com)passos de uma pesquisa. Publicação com as palestras do Colóquio Filosofia, Arte e Psicanálise, UFBA, 2017.
- Nettleton S.** (2004). Music and internal experience. *Journal of the British Association of Psychotherapists* n. 42, iii, 3-18. Disponível em: www.limbus.uk/Music_and_internal_experience.doc
- _____. (2018). *A metapsicologia de Christopher Bollas – uma introdução*. São Paulo: Escuta.
- Ratner L.** (1983). *The Musical Experience*. New York: W.H. Freeman and Company.
- Reik T.** (1953). *The Haunting Melody*. New York: Farrar, Strauss & Young.
- Sterba R.** (1965). Psychoanalysis and Music. *American Imago*, 22(1-2), 1965: 96-111.
- Wilson S.** (2018). Introduction. In: _____. (ed.). *Music – Psychoanalysis – Musicology*. New York/London: Routledge.

Psychoanalysis and musical listening: variations on a theme from C. Bollas

Abstract The article presents some concepts of the psychoanalyst Christopher Bollas that can be useful for the continuation of psychoanalytic reflection on musical listening.

Keywords Psychoanalysis and music; listening to music; transformational object; personal language; Christopher Bollas

Texto recebido: 05/2020

Aprovado: 06/2020

A dimensão psíquica do mal, ou a barbárie de Eros

Incursão ao pensamento de Nathalie Zaltzman

Mara Selaibe

Nota Uma primeira versão deste texto foi apresentada em uma mesa, no X Congresso FLAPPSIP *Figuras atuais da violência*, em 26/05/2019, na cidade de Montevidéu.

Resumo Neste texto busco aproximar a problemática do mal ao campo epistemológico da psicanálise. Para tanto, adoto como base os desenvolvimentos propostos pela psicanalista Nathalie Zaltzman. Seu pensamento, expandindo-se para além da afirmação freudiana sobre a indestrutibilidade do mal, aponta para um paradoxo: o mal persiste justamente por se elidir, mesmo se submetido ao trabalho da cultura.

Palavras-chave mal; inumano; identificação primordial; libido narcísica; *Kulturarbeit* e regressão civilizatória.

Mara Selaibe é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto *Sedes Sapientiae*

[o mal] designa alguma coisa que não deveria ter lugar, um acontecimento em que um agente ativo é humano e que golpeia a vida, o corpo, o espírito de um indivíduo, de uma coletividade, de um devir da humanidade.¹

A questão

A temática do mal se inclui nas reflexões da teologia, da filosofia, da moral, do direito. Outros saberes são também convocados a pensar a respeito. A psicanálise está implicada nessa tarefa e não pode deixar de participar do debate atual. Diante da questão do mal, suas bases epistemológicas são diferentes daquelas dos outros saberes. As noções e conceitos que operam no campo psicanalítico implicam reconhecer a imanência do mal *no* humano, levando-nos a refletir amplamente sobre a expressão de Freud quando afirma o mal como um traço indestrutível.

As sociedades que se propuseram a eliminar o mal chegaram às raias do impensável nas práticas de realização de seus objetivos. O extermínio foi a marca de seus atos legitimados sobre argumentos da moral pervertida.² E, em decorrência, nos defrontamos com a História, que nos pergunta: como isso foi possível? Remete-nos a desdobrá-la na atualidade: como isso permanece possível? Sendo o mal um traço indestrutível, será transformável? Em que medida, em qual direção? Transformável individualmente?... Coletivamente?...

Tais perguntas ecoam no pensamento de Nathalie Zaltzman. Falecida em 2009, legou-nos um conjunto de textos que, em sua

1 N. Zaltzman, *L'esprit du mal*, 2007, p. 30. Todas as traduções neste artigo são livres e feitas por mim a partir do original em francês.

2 J.-B. Pontalis, "Argument", in *Le mal*.



*relembremos sua obra inicial:
A pulsão anarquista (1979).
Nesse trabalho está desenvolvida
a análise de um dos destinos
das pulsões de morte a serviço,
justamente, da vida*

complexidade e originalidade, seguem alimentando debates sobre essa importante temática psicanalítica. Relembremos sua obra inicial: *A pulsão anarquista* (1979). Nesse trabalho está desenvolvida a análise de um dos destinos das pulsões de morte a serviço, justamente, da vida. Tal destino se faz presente quando a atividade de desligamento, própria das pulsões de morte, age para desfazer, para romper o fechamento e o enrijecimento estabelecido pelo “Eros totalitário”, o Eros da “relação narcísica primária”, o Eros da psicologia das massas aglutinadoras, o Eros contrário à individuação – cuja medida é o Um, é a “Unidade-Identidade”. Essa ação da pulsão anarquista visa estabelecer condições básicas para uma saída vital diante de uma situação fechada sobre si mesma, imobilizada, e em conluio com a morte real.

O estímulo da morte reúne as forças da pulsão de morte. Numa relação de forças sem saída, somente uma resistência oriunda de suas próprias fontes pulsionais de morte pode enfrentar a situação de perigo mortal. Chamo essa corrente da pulsão de morte, que é a mais individualista, a mais libertária, de pulsão anarquista.³

A “dimensão de protesto vital” – desintrinsecamento pulsional e desinvestimento próprio da pulsão de morte em seu modo anarquista – pode responder mais efetivamente a certas formas de vida nas situações limite tratadas na clínica psicanalítica (“os fugitivos, os toxicômanos, os caracteriais, os ‘psicossomáticos’ e tantos outros...”), bem

como nas situações concentracionárias e totalitárias. Em todas elas, o investimento essencial tem de se manter na ordem da necessidade, uma lógica diferente daquela do desejo. Lemos, então: “[...] é a pulsão anarquista que, ao se apropriar da pulsão de morte a serviço da vida, fornece a energia necessária à luta.”⁴ A busca pela sobrevivência deve ser sustentada no nível da necessidade presente; isso para preservar a pessoa contra a morte real em decorrência da espoliação sofrida do mundo humano desejante. É condição *sine qua non* cortar as ligações com as lembranças, imaginações, buscas pelo passado, alimentação de desejos a serem realizados porque cada uma dessas possibilidades enfraquece o sujeito colocado diante da tarefa de resistir à absoluta ameaça à qual está submetido. Confrontado ao perigo de morte real – seja ele advindo de uma doença grave, seja de uma ameaça externa ao sujeito – é preciso apenas se sustentar pela força capaz de permanecer no presente da batalha exigida para se manter existindo e resistente. Nenhuma criação de objeto de desejo deve estar atuante, sob o risco de o sujeito psíquico fraquejar e, então, sucumbir em razão de Eros. Nada além de concentrar esforços para o aqui e agora de cada momento da resistência.

Já em seu livro *De la guérison psychanalytique* (1998), bem como no artigo “*Homo Sacer: l’homme tuable*”⁵, ela trabalha sobre a realidade material do assassinato do pai da horda primitiva. Tal como afirmado por Freud⁶, Zaltzman argumenta sobre o fato de que, ao longo da história humana, “a prática do assassinato” tem sido travestida, de maneira a ser circunscrita e regulada pela ordem humana: o sacrifício religioso, a defesa de si, da sociedade e da Pátria. Sob essas formas, o assassinato é legitimado como uma ação racionalizada ideologicamente, deslocada, simbolizada e, inclusive, interdita, condenada e punida dentro dos termos da lei.

Contudo, note-se, o assassinato jamais foi suprimido da organização humana e no século 20 alcançou a vida de milhões de pessoas fora de qualquer jurisdição: um tipo de ação assassina legitimada perversamente, que deixa às claras que

o homem pode excluir outros da realidade humana comum. Pior: o assassinato cometido pode não ser considerado assassinato. Tal feito aponta para questões radicais: “Como pensar doravante [a partir dos campos de concentração e dos *gulags*] o crime nu, a vida reduzida a um *bios* puramente degredável, e o homem definido como matável?” Ou, “Estaríamos atualmente imunes a essa cegueira? Como saber se em certas circunstâncias não praticaríamos a mesma política de avestruz?”⁷

E será, então, em seu último livro, *L'esprit du mal* (2007), que retomará direta e verticalmente alguns aspectos apenas assinalados em *A pulsão anarquista*. Agora aprofundará, em muito e de maneira especial, a problemática do expansionismo narcísico de Eros em conluio com a ordem social, que age sobre as pulsões sexuais em ressonância com essa ordem. Diante de tal perspectiva da libido narcísica, a autora formula perguntas a respeito dos nossos limites no enfrentamento do mal radical; o mal, cuja ação totalitária decide que a vida do outro é supérflua e a elimina; o mal que ao atingir a civilização ocidental no século passado conduziu “a um novo estado da civilização onde, desaparecendo progressivamente na massa, é a morte e seus ídolos que o homem reverencia e celebra. Essa reverência, essa celebração, [sendo] o mal absoluto.”⁸

Essa obra instigante aborda o trabalho da cultura (*Kulturarbeit*), o “progresso da vida do espírito”⁹ frente à dimensão psíquica do mal. Com ela somos levados a revisitar a obra freudiana com novas possibilidades reflexivas. Isso ela o faz examinando situações jurídicas instauradas no período pós Segunda Grande Guerra – em especial analisando o Estatuto do Tribunal de Nuremberg, de 1945, no momento no qual cria a noção jurídica de *crime contra a humanidade*.

3 N. Zaltzman, *A pulsão anarquista*, 1979, p. 55.

4 N. Zaltzman, *op. cit.*, p. 79.

5 N. Zaltzman, “Homo...” in *La résistance de l'humain*, 1999.

6 S. Freud, *Totem e tabu*, 1913.

7 N. Zaltzman, *op. cit.*, p. 14.

8 N. Zaltzman, *L'esprit*.

9 S. Freud, *Moisés e o monoteísmo*, 1939.

10 R. Antelme, *A espécie humana*, 1947.

em suas reflexões registra
para sempre a ideia
de que ninguém pode ser
colocado para fora da espécie
humana; ninguém tem direito
de negar, anular ou destruir
essa inclusão comum

A espécie humana

Em 1945, o Estatuto do Tribunal Militar Internacional de Nuremberg incluiu o crime contra a humanidade em seu artigo 6, parágrafo c:

Crime contra a humanidade: a saber o assassinato, o extermínio, a escravização, a deportação e outros atos inumanos cometidos contra todas populações civis antes da guerra ou durante a mesma; a perseguição por motivos políticos, raciais ou religiosos em execução daqueles crimes que sejam de competência do Tribunal ou em relação com os mesmos, violem ou não a legislação interna do país onde se perpetraram.

Em 1945, Robert Antelme fora resgatado por François Mitterrand do campo de Dachau, na Alemanha. Sobreviveu com muita dificuldade à tifo avançada, contraída no campo. Dois anos depois, lançou sua obra magistral *A espécie humana*¹⁰, em que narra como os seres humanos resistiam, em condições abjetas, ao pior da crueldade exercida por outros homens. Suas descrições apontam para a vida que se mantém por estar aferrada à defesa obstinada da sobrevivência. Em suas reflexões registra para sempre a ideia de que ninguém pode ser colocado para fora da espécie humana; ninguém tem direito de negar, anular ou destruir essa inclusão comum. Antelme dá precisão ao fato de que nessa concepção estão incluídos todos, mesmo o carrasco. O carrasco como semelhante e não como inumano. Não pode





*a introdução do crime
contra a humanidade, no escopo
jurídico internacional, opera
a inclusão ao nível da consciência –
instância psíquica e consciência
de maneira genérica –
do que estivera inconsciente
até aquele momento*

haver qualquer categoria de exclusividade no conjunto humano.

Nathalie Zaltzman¹¹, precisamente, destaca a palavra *inumano*, do Estatuto do Tribunal de Nuremberg. Esse termo fora aplicado para designar atos nefastos, cujas legislações de guerra, bem como legislações de crime comum de cada país, não os incluíam. E lança indagações ainda persistentes: se os crimes ali designados eram atos *inumanos*, quem responderia por eles? Quem estaria fora da espécie humana e, portanto, seria inumano? Possibilidade impossível! Na concepção de crime contra a humanidade o que está sendo defendido é o pertencimento inalienável de cada e de todo indivíduo à espécie humana. Se apenas a vítima estiver contida na espécie humana, o mal radical será dela suprimido, não terá fonte nem responsável. Um crime sem autor?

Sim, na análise da redação jurídica do Tribunal de Nuremberg a respeito do crime contra a humanidade, a autora deslinda o triunfo de uma concepção mais uma vez idealizada e sacralizada que busca eliminar a imperiosa força assassina do gênero humano. Isso corrobora para a concordância entre o eu e seus ideais, abrindo, portanto, uma brecha para escapar do princípio de realidade. Essa concepção lança na indeterminação a autoria do crime, por deixar fora da categoria de humanidade o assassino desfigurado.

Entretanto, a questão sublinhada tem linhas de complexidade. É fundamental o fato de se haver garantido num tribunal internacional o

estatuto jurídico assegurador de proteção à humanidade. Trata-se de uma conquista como um efeito do trabalho da cultura (*Kulturarbeit*) – conforme o desenvolvimento realizado por Freud¹². Nessa conferência, sabemos, ele concede especificidade à noção de *Kulturarbeit* a qual passa a nomear, desde então, os movimentos que ocorrem entre as instâncias, intrapsiquicamente, no transcurso de uma análise – *Wo Es war soll Ich werden* (onde era isso o eu deve advir). Assim, o processo civilizatório se diferencia do trabalho da cultura: aquele responde pelo recalçamento pulsional que opera mantendo estrangeiros, inconscientes, impedidos de serem pensados conteúdos psíquicos transgressivos à própria ordem civilizada. Já o trabalho da cultura se dá no processo que busca e permite tornar consciente o inconsciente, ratificar as trocas entre o isso, o eu e o supereu, tomar em conta o princípio de realidade interferindo no programa de prazer da realidade psíquica.

A introdução do crime contra a humanidade, no escopo jurídico internacional, opera a inclusão ao nível da *consciência* – instância psíquica e consciência de maneira genérica – do que estivera inconsciente até aquele momento. Pela via jurídica inscreve-se psiquicamente a categoria comum a todos os humanos. Essa inscrição implica uma relação essencial, afetiva e moral da espécie consigo mesma. O *Kulturarbeit* torna pensável, pela própria espécie, o acontecimento impensável das ações nos campos de concentração e nos *gulags*: nessas condições a representação de espécie humana foi destruída pela mesma e a inclusão jurídica do crime contra a humanidade recupera a representação da espécie como um possível para a própria espécie.

Lembra-nos a autora: “Essa nova *consciência da humanidade*, esse novo valor cultural, jurídico e moral, se inscreve no capital das ideias coletivas e individuais e, via instância do eu, pode modificar os limites instintuais, as condutas criminais.”¹³

Trata-se, nesse caso, de um ganho referido por uma categorização psicológica jamais nomeada até então: a espécie humana – aquela da qual ninguém pode ser excluído, e que legitima o

sentimento vital de todo humano. Se a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) veio definir um conceito de humanidade em que cada qual tem garantida, ao menos juridicamente, sua posição individual na coletividade, os crimes contra a humanidade foram responsáveis por criar algo como um “aquém da humanidade” em que milhões são radicalmente excluídos do direito de existir, por serem considerados integrantes de uma subespécie. Por isso, ao garantir o pertencimento à espécie humana o Estatuto do Tribunal de Nuremberg acarreta uma proteção diversa e mais básica da que passa a ser garantida pelos direitos individuais.

Contudo, o termo *inumano* marca uma falha da conquista do *Kulturarbeit* por tornar o próprio mal invisível em sua fonte humana.

O mal: traço indestrutível,
porém sempre elidido

Kulturarbeit é uma noção compósita que Zaltzman entende

[...] como uma entidade libidinal global comum a todos os humanos, organizada por uma identificação primordial inconsciente, essa do *pertencimento à espécie humana*. Essa identificação primordial é a herança filogenética condensada da história da humanidade lutando contra um assassinato inaugural que instaura os inícios históricos de uma filiação paterna e o início da história comum do conjunto humano.¹⁴

Nessa concepção de *Kulturarbeit* encontramos incluída a formulação freudiana¹⁵ de que as fantasias originárias presentes hoje no psiquismo dos sujeitos, nas quais os analistas reconhecem a realidade psíquica, foram parte da

11 N. Zaltzman, *L'esprit*.

12 S. Freud, 31ª conferência, 1932.

13 N. Zaltzman, *op. cit.*, p. 82.

14 N. Zaltzman, *De la guérison psychanalytique*, 1998, p.14.

15 S. Freud, 23ª conferência, 1916/17.

16 N. Zaltzman, *L'esprit...* p. 11.

17 S. Freud, *Totem...*

»
*se o trabalho da cultura
viabiliza uma transformação
dos pensamentos inconscientes em
representações de palavra,
o que permite que o mal
se mantenha como traço
indestrutível no humano?*

realidade material da família humana em tempos imemoriais da espécie. Assim, o trabalho da cultura, como “uma instância de lucidez psíquica”¹⁶, é capaz de subverter tabus e de não se restringir diante de qualquer interdito de pensar, não busca se prender a idealizações ou a qualquer idealidade consensual social, nem se ligar a falsos arranjos típicos da moral sexual civilizada.

Mas como, então, entender esse movimento regressivo, no interior do trabalho da cultura, precisamente no momento da elaboração do Estatuto do Tribunal de Nuremberg? Por que ele implicou uma elisão do mal, ao fazer uso do termo *inumano*, a ponto de o mal não vir a ser reconhecido como próprio de toda espécie humana? O termo *inumano* garantiu que o mal permanecesse exterior à espécie. E ela mesma resulta, pois, um conceito limpo, pleno, idealizado.

Se o trabalho da cultura viabiliza uma transformação dos pensamentos inconscientes em representações de palavra, numa organização linguística partilhável, pensável¹⁷, o que permite que o mal se mantenha como traço indestrutível no humano?

Todavia, o trabalho da cultura não tem linearidade. Tal como é preciso atentar no modelo do trabalho analítico – conflitos entre as instâncias, cada qual com suas leis de funcionamento e suas interdependências, níveis de recalçamento e de contra investimentos, maior ou menor intensidade das defesas... – o *Kulturarbeit* também não se resume a um ganho de consciência a partir do



*o trabalho da cultura
tropeça numa insuficiência
para pensar o mal no momento
mesmo em que se realiza como
trabalho da cultura. Um paradoxo
inultrapassável*

qual a humanização se acumula num crescente. Para além da “lucidez psíquica” é necessário não esquecer de que a ela se sobrepõem outros recalcamientos. E, de outra parte, o ganho de consciência diz respeito ao eu e o eu é, conforme Freud¹⁸, uma instância que se desenvolve no processo de humanização de modo dependente da história da humanidade. Assim, *O trabalho da cultura é, então, uma noção transindividual supra coletiva*¹⁹ de apropriação de um elemento do isso pelo eu – mesma apropriação reivindicada pelo trabalho de análise.

A problemática da realidade material, mais acima citada, encontra-se presente na base dos trabalhos de Zaltzman. Freud a entendia como acontecimento filogenético que sustentava o registro do traço mnêmico relativo ao assassinato do pai da horda primitiva. Zaltzman também reconhece o “assassinato como mal originário”²⁰. Do assassinato ao interdito encontramos o primeiro ato civilizatório. No entanto, esse mesmo ato civilizatório não se torna trabalho de cultura – progresso psíquico realizador de ganho de consciência sobre o recalçado – por ação de um mecanismo psíquico que, segundo a autora, não é propriamente nem recalcamiento, nem clivagem, nem recusa. “É o interdito [de pensar] que se encontra em seu lugar, o contrainvestimento do recalque originário.”

O trabalho da cultura tropeça numa insuficiência para pensar o mal no momento mesmo em que se realiza como trabalho da cultura. Um paradoxo inultrapassável. Há, dessa maneira, “um

fracasso em pensar o mal”. A evolução do trabalho da cultura ocorre no interior de uma zona obscura, zona de repetição sem pensamento possível. Zaltzman parece nos deixar diante de uma dimensão enigmática da vida psíquica.

O *Kulturarbeit* é capaz de modificar heranças ancestrais ao ampliar o território da vida psíquica realizando o trabalho de humanização. E, no entanto, mesmo havendo avanços persiste um impedimento ao pensamento, a zona obscura instaurada pelo recalque permanece apesar de sabermos *sobre* o recalque! Zaltzman atribui a manutenção dessa zona incógnita, fonte de repetição, ao fracasso de pensar exatamente o mal. Segundo ela, se a ampliação da consciência gerada pelo trabalho analítico permite reconhecermos a presença do mal, ela o reconhece no exterior de nós – nos fatos e nos atos – ou o deduz pelo sentimento de culpa inconsciente. Mas ela não designa o mal *no* psiquismo. E a autora afirma: “Tudo se passa como se a dimensão psíquica do mal pudesse ser reconhecida, mas que a representação de coisa dentro da qual se ancoraria a designação pela palavra se volatilizasse.”²¹ Assim sendo, a representação de palavra permanece esvaziada de sentido, aquém da possibilidade de elaboração e de reconhecimento do mal intrínseco a cada qual e à espécie. Podemos nos perguntar se isso se passa tal como acontece com a representação de cada um a propósito de sua própria morte.

Portanto, seguindo esse modo de entendimento, a civilização implica um trabalho de cultura que se freia diante da tarefa que, no entanto, já começou a realizar. Eis a fonte de sintomas, inibições e angústias: o mal-estar na civilização decorre, por consequência desse modo de pensar, dessa ordem filogenética do assassinato jamais tornado consciente. Em decorrência, no que diz respeito à esfera do mal, sustentada no assassinato primeiro e alienado nos confins do inconsciente, todo acréscimo de consciência e inteligibilidade implica, ao mesmo tempo, uma regressão do individual à massa, uma fusão efetuada pelo Eros narcísico indiferenciante ocupado em elidir o mal,

impedindo a consciência de saber e pensar, apropriando-se desse conhecimento.

A pergunta chave pode ser recolocada: se houvesse o reconhecimento elaborativo do parricídio recalcado, esse reconhecimento seria condição suficiente para que não mais se repetisse tal regressão civilizatória à barbárie? E é importante precisar: para Zaltzman, e de acordo com Freud²², a regressão civilizatória implica a criação de uma organização inédita, não uma pré-história da humanidade, mas uma pós-história humana, como essa vivida no século 20, na consumação dos campos de extermínio e dos *gulags*. Uma regressão narcísica da libido que leva a um modo de organização diversa da original. Ela escreve:

[...] nisso que nomeamos, por facilidade, as barbáries do século 20, algumas se caracterizam por uma emergência de satisfações pulsionais sem freio, mas mais ainda por uma regressão das instâncias egoicas individuais e coletivas. A libido narcísica individual tende a se indiferenciar em proveito de uma expansão narcísica coletiva, uma expansão da “substância comum” evocada por Freud como o material inicial de uma psicologia das massas.²³

Ou ainda de outra forma: se o trabalho da cultura, se “o alargamento do campo do Eu sobre as terras estrangeiras do Isso”²⁴ alcançasse o parricídio, tornando seu ato reconhecível e pensável, haveria como manter alguma esperança para o futuro humano depois dos descalabros do século 20, da ação real das forças de destruição e de autodestruição?

É preciso lembrar: o parricídio estrutura o complexo de Édipo. De geração em geração permanece a herança do assassinato primordial sendo vivido por cada um em sua própria



*é preciso lembrar:
o parricídio estrutura o
complexo de Édipo. De geração
em geração permanece a herança
do assassinato primordial
sendo vivido por cada um em sua
própria realidade psíquica*

realidade psíquica. Mas as elaborações dessa herança, que lida com a presença fantasmática de um pai terrificante e de intensidades pulsionais apaixonadas, busca transformar parte do mal absoluto ao visar outra posição de filiação, agora simbólica. Sim, mas também sabemos que se essa parte do mal originário pode ser transformável, ainda assim não será todo ele que será transformável. O interdito de matar (“Não matarás!”) pode validar o assassinato do pai da horda como sendo mito originário. Porém, o crime de Estado, a máquina fria concentracionária do assassinato que decide sobre a vida e a morte, implica a cruzeza do ato, e “faz do assassinato [...] o ato no interior da realidade humana.”²⁵ Aqui já não se trata mais de uma teoria especulativa ou de um mito de fundação.

Para os dias que correm, permanece seu alerta:

[...] o espírito do mal – não pertence exclusivamente às forças pulsionais de um sujeito, não mais que às células do organismo psíquico vivo que é a massa. Seu encontro, sob condições históricas particulares, produz um amálgama inédito. Ele afeta e modifica os eus individuais e seus ideais coletivos. Ele engendra uma neorrealidade psíquica e social que devém hermética a todo espírito crítico. O trabalho da cultura, a tomada de consciência se torna impotente para entrar em contato com isso que a neorrealidade recalca.²⁶

18 S. Freud, *Vue d'ensemble des névroses du transfert*, 1915.

19 N. Zaltzman, *op. cit.*, p. 59.

20 N. Zaltzman, *op. cit.*, p. 87.

21 N. Zaltzman, *op. cit.*, p. 69.

22 S. Freud, Considerações atuais sobre a guerra e a morte.

23 N. Zaltzman, *op. cit.*, p. 23.

24 S. Freud, 31ª conferência...; N. Zaltzman, *L'esprit...*

25 N. Zaltzman, “Homo Sacer:...” in *La résistance...*, p. 14.

26 N. Zaltzman, *L'esprit...*, p. 109.

Referências

- Antelme R. (1947/ 2013). *A espécie humana*. Trad. Maria de Fátima Oliva do Couto. Rio de Janeiro: Record.
- De Rosa B. (2009). La dimension du mal et le *Kulturarbeit*, *Bulletin du Quatrième Groupe*. 11/2011.
- Freud S. (1913/ 2012). Totem e tabu. *Obras completas*, 11. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (1915/ 1986). *Vue d'ensemble des névroses du transfer*. Paris: Gallimard.
- _____. (1915/ 2010). Considerações atuais sobre a guerra e a morte. *Obras completas*, 12. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (1916-17/ 2014). Os caminhos da formação de sintomas. Conferência 23, in Conferências introdutórias à Psicanálise. *Obras completas*, 13. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (1921/ 2011). Psicologia das massas e análise do eu. *Obras completas*, 15. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (1930/ 2010). O mal-estar na civilização. *Obras completas*, 18. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (1932/ 2010). A dissecação da personalidade psíquica. Conferência 31, in Novas conferências introdutórias à psicanálise. *Obras completas*, 18. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (1932/ 2010). Por que a guerra? *Obras completas*, 18. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (1939/ 2018). Moisés e o monoteísmo. *Obras completas*, 19. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras
- Golding W. (1945/2003). *O senhor das moscas*. Trad. Geraldo Galvão Ferraz. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de S. Paulo.
- Pontalis J.-B. (direction). (1988). Argument. In: *Le mal*. Paris: Gallimard.
- Zaltzman N. (1979/1993). *A pulsão anarquista*. Trad. Anna Cristina Ribeiro Aguiar; revisão técnica e da trad. Mônica M. Seincman. São Paulo: Escuta.
- _____. (1998). *De la guérison psychanalytique*. Paris: P.U.F.
- _____. (1999). Préface; *Homo Sacer: l'homme tuable*. In: _____ (org.). *La résistance de l'humain*. Paris: P.U.F.
- _____. (2007). *L'esprit du mal*. Paris: l'Olivier.

The psychic dimension of evil, or Eros' barbarism: an incursion into the thinking of Nathalie Zaltzman

Abstract In this text, I attempt to approach the problem of the evil in the epistemological field of psychoanalysis. Therefore, I adopt, as a base, the developments proposed by the psychoanalyst Nathalie Zaltzman on this subject. Her thought, besides the Freudian statement about the indestructibility of the evil, expands itself and points out a paradox: the evil persists exactly by supressing itself, even if submitted to the work of the culture.

Keywords evil; inhuman; primordial identification; narcissistic libido; *Kulturarbeit* and *civilizational regression*.

Texto recebido: 03/2020

Aprovado: 04/2020

Mario Pablo Fuks

Tempos sombrios novos: desafios para a psicanálise

Realização Ana Claudia Patitucci, Bela M. Sister, Cristina Parada Franch, Danielle Melanie Breyton, Deborah Joan de Cardoso, Silvio Hotimsky e Tatiana Inglez-Mazzarella

Com uma longa trajetória na psicanálise e na participação política, Mario Pablo Fuks, nascido na Argentina, é psiquiatra de formação. Desde os tempos de escola, se interessou pela psicanálise, que impregnava o ambiente cultural de Buenos Aires nas décadas de 1950 e 1970. Teve o privilégio de frequentar cursos e seminários de psicanálise, linguística e epistemologia ministrados por figuras proeminentes na Argentina, como José Bleger, Pichon-Rivière, Fernando Ulloa, Ángel Garma, Gilou Garcia Reinoso, Raúl Sciarretta, Isidoro Berenstein, entre outros.

Já formado, Mario trabalhou no Serviço de Psicopatologia do Hospital Dr. Gregorio Araoz Alfaro, na cidade de Lanús, que era dirigido por Mauricio Goldemberg, com um espírito pluralista e democrático, que constituiu um marco nas práticas ligadas à saúde e à doença mental. Lecionou Psicologia Médica na Faculdade de Medicina da UNBA e, posteriormente, na Faculdade de Psicologia; tais atividades lhe propiciaram experiências muito ricas, no plano teórico e pedagógico, mas foram interrompidas, em 1966, quando da intervenção militar na Universidade. Em 1968, assumiu o cargo de médico-chefe do Departamento de Adultos do Serviço de Psicopatologia do Policlínico de Lanús. Em 1974, coordenou o serviço de clínica psiquiátrica e Interconsulta da cátedra de Psicologia Médica da Faculdade de Medicina no Hospital-Escola General San Martín.

Participou indiretamente do movimento dissidente Plataforma, que questionava o autoritarismo e a centralização de poder da Associação Psicanalítica Argentina, assim como a formação elitista e desvinculada da realidade social e política que ela oferecia. Engajado no movimento dos trabalhadores da Saúde Mental, coordenou o Plano Piloto de formação do Centro de Docência e Investigação (CDI), da Coordenadoria de



Trabalhadores da Saúde Mental. Engajou-se também na luta política contra o golpe de Estado, de 1966, e, em 1976, contra o novo golpe que instalou uma ditadura militar ainda mais violenta que a anterior. Coagido pelas forças repressivas, Mario precisou exilar-se, às pressas, com sua mulher, Lucía, também psicanalista.

Chegaram ao Brasil em maio de 1977, onde a generosa e engajada acolhida de Madre Cristina, fundadora e diretora do Instituto Sedes Sapientiae, foi decisiva para o casal se estabelecer em São Paulo. Logo se integraram ao Curso de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica, que havia passado por uma grave crise. Um dos principais objetivos desse curso era democratizar o acesso à teoria e à prática psicanalítica, e, nele, Mario e Lucía, passaram a ministrar seminários teóricos e supervisões clínicas, individuais e em grupo. Atualmente, Mario é professor do Curso de Psicanálise e coordenador do Curso de Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea, do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Ainda nesse Departamento, integra a equipe editorial do Boletim On-line, o Grupo de Psicanálise e Contemporaneidade e supervisiona o Projeto de Pesquisa e Intervenção em Anorexia e Bulimia.

Com sua larga experiência no campo institucional, Mario pôde contribuir de maneira significativa na área da Saúde Mental, também aqui no Brasil, por meio de convênios entre o Instituto Sedes e a Prefeitura, e o Estado de São Paulo. Esse trabalho foi realizado junto a um grupo de colegas ligados ao Curso de Psicanálise e poderíamos dizer que foi a partir dele que surgiu o Departamento de Psicanálise, procurando ampliar o campo de formação e atuação dos professores, alunos e ex-alunos.

Sempre preocupado com as questões relativas à dimensão política da psicanálise, Mario escreveu inúmeros artigos dedicados ao tema, assim como a questões teórico-clínicas, apresentados em congressos e colóquios, e publicados em livros e revistas especializadas. Escreveu o livro *Histeria* (Casa do Psicólogo, 2004), em coautoria com Silvia Alonso, e organizou

sempre preocupado com as questões relativas à dimensão política da psicanálise, Mario escreveu inúmeros artigos dedicados ao tema

Atendimento psicanalítico da anorexia e bulimia (Zagadoni, 2015), com Magdalena Ramos.

O desafio trazido pelas novas formas de sofrimento psíquico decorrentes da cultura neoliberal é enfrentado como objeto de estudo, pesquisa e ensino pelo Curso de Psicopatologia. Neste momento, mais um desafio se coloca aos psicanalistas (esta entrevista foi realizada on-line, em maio de 2020, em meio à pandemia do Covid-19 e ao isolamento social): o de pensar as questões de enquadre e manejo trazidas pelo atendimento à distância, bem como as questões clínicas fruto do maior desamparo, solidão e impotência vividos tanto pelos pacientes como pelos psicanalistas. Etambém, como não poderia deixar de ser, os graves problemas da vida política do país e do mundo. Assuntos esses que fizeram parte de nossa conversa, em que tivemos o prazer de ter um interlocutor com tanta vivacidade e profundidade teórica.

Nesta entrevista, pudemos desfrutar da postura receptiva e respeitosa que caracteriza a relação de Mario com seus alunos e colegas, assim como de seu gosto pela reflexão e diálogo. Não por acaso, ele assinalou sua preocupação com a falta de distanciamento no tempo histórico que permitisse uma reflexão mais aprofundada sobre o que estamos vivendo no momento presente, como indivíduos e como sociedade. Estamos todos imersos na incerteza, nos receios e anseios que a pandemia e o pandemônio social e político brasileiro suscitam em nós.

Mario não hesita em dizer que é preciso muito estudo e elaboração para podermos pensar e criar. Cabe a nós, psicanalistas, lançar mão de todos recursos que temos a nosso alcance para intervir nesses tempos sombrios.



*ao trabalhar com grupos,
Bleger era um analista inovador,
como também o foram Marie Langer
e Emilio Rodrigué*

PERCURSO Gostaríamos que você nos contasse sobre sua trajetória na psicanálise e seu engajamento político como psicanalista, na Argentina. Como se deram essas aproximações?

MARIO PABLO FUKS A psicanálise impregnava o clima cultural de Buenos Aires. No secundário, quando a gente tinha um bom professor ou professora de história, no momento em que se falava de modernidade, se falava da psicanálise. Ela fazia parte até das paqueras, nas conversas sobre a sexualidade e desejo!

Além disso, minha entrada na Faculdade de Medicina coincidiu com a presença de analistas da Sociedade [Associação Psicanalítica Argentina – APA], que davam conferências no centro estudantil. Naquela época, José Bleger começou a lecionar como professor titular de Introdução à Psicologia, na Faculdade de Psicologia. Foi um acontecimento muito importante, que marcou a ida da psicanálise até fora da instituição psicanalítica. Eu estava no primeiro ano de medicina e aproveitava toda oportunidade para ir à Psicologia, assistir às aulas de Bleger. Foi muito mobilizador. Fiz Introdução à Psicologia como uma das matérias optativas que se podia cursar em outra faculdade. Gostei tanto que acabei pedindo análise para ele e, então, entrei em um grupo de terapia. Ao trabalhar com grupos, Bleger era um analista inovador, como também o foram Marie Langer e Emilio Rodrigué. Quando estava no Hospital Naval da Marinha, onde fiz o serviço militar, ia de ambulância buscar os pacientes e, no caminho, o motorista ficava me esperando, enquanto eu ia à sessão de grupo, vestido com o avental de enfermeiro da Marinha.

PERCURSO Você tinha interesse pela psicanálise e foi fazer medicina; por que não psicologia?

M. FUKS Naquele tempo, era impensável fazer psicologia! A Sociedade [APA, filiada à IPA] não permitia a entrada de psicólogos, somente de médicos. Havia algumas figuras eminentes, como Arminda Aberastury, que não eram da medicina, mas eram exceções. A abertura para os não médicos se deu após vários acontecimentos, entre eles a cisão na Sociedade.

Nos últimos anos da faculdade de medicina, entrei no Serviço de Psicopatologia do Policlínico de Lanús, localizado na área metropolitana sul da Grande Buenos Aires, que foi muito importante para a minha formação psicanalítica, tanto institucional como política. Lá, havia um serviço de psiquiatria no hospital geral, dirigido por Maurício Goldenberg, e era um dos primeiros serviços criados fora dos manicômios, uma inovação promovida pela Organização Mundial da Saúde, da qual Goldemberg era consultor. O serviço tinha uma enfermaria e um ambulatório. Pouco a pouco, diversos departamentos foram sendo criados. Eu entrei como praticante de psiquiatria, para fazer plantões noturnos. De um lado do corredor ficava a enfermaria das mulheres e, do outro, a dos homens. Um dos motivos para chamarem estudantes de medicina interessados em psiquiatria era para que, especialmente durante a noite, cuidássemos das emergências e tomássemos conta para que não acontecesse circulação entre as duas enfermarias.

Nessa época, também comecei a cursar a escola de Pichon-Rivière [Escola de Psicologia Social de Buenos Aires], que foi igualmente importante para mim. Pichon-Rivière era muito criativo no trabalho psicanalítico em instituições. Prestava especial atenção aos sintomas que emergiam à noite, quando as ansiedades e paranoias aumentavam. Aprendíamos a ter disponibilidade para uma aproximação com o paciente que se angustiava, ficava triste ou se descompensava no meio da noite. E, no nosso trabalho em Lanús, também tínhamos que tranquilizar os profissionais do hospital, inclusive os funcionários, e criar condições para a continuidade do atendimento de pacientes com problemas psíquicos, dentro de



um hospital geral. Tínhamos que mostrar que o atendimento era possível e que os doentes mentais não constituíam uma ameaça.

PERCURSO Em que ano foi isso?

M. FUKS Eu me formei em 1964 e, nessa época, fervilhavam experiências riquíssimas ligadas à psicanálise, extramuros da Sociedade. Uma das pioneiras foi a de Lanús, onde, por exemplo, Basaglia e Cooper apresentaram relatos sobre a anti-psiquiatria, que se fazia na Europa. E assim como eles, muitos outros. Foi lá que conheci Lucía, minha mulher. Ela tem um artigo sobre o trabalho em Lanús, publicado na *Percurso* [n. 52]. Foi aí que que se deu muito de minha formação: me tornei membro do Departamento de Adolescentes, depois chefe do Ambulatório de Adultos e, quando saí, fui para a Sociedade de Psicanálise.

PERCURSO Você se formou em psiquiatra?

M. FUKS Na época, era possível se tornar especialista em psiquiatria de duas maneiras, fazendo um curso de pós-graduação ou trabalhando durante cinco anos seguidos num serviço de psiquiatria. Optei por esta última, e em Lanús. Goldenberg era um psiquiatra de primeiríssima linha, muito aberto, que agrupava psicanalistas, neurologistas, psiquiatras de tendências variadas... Os psiquiatras da esquerda ortodoxa, naquela época, seguiam a reflexologia de Pavlov; a psicanálise era considerada por eles um pensamento burguês, conservador.

E ali predominava a psicanálise. As diferentes ideias circulavam livremente, conversavam umas com as outras. Partilhávamos nossas agonias para tentar entender o paciente e a nós mesmos. Sempre considerei interessante essa possibilidade de troca, e era uma época em que as diferenças teóricas e práticas estavam em gestação, ainda não tinham adquirido um lugar de mercado, tornando-se objeto de consumo e se cristalizando. Ao mesmo tempo, começávamos as nossas análises. Depois da minha experiência em grupo com Bleger, fui para uma análise individual.

em Lanús, Maurício Goldenberg era um psiquiatra de primeiríssima linha, muito aberto, que agrupava psicanalistas, neurologistas, psiquiatras

PERCURSO O engajamento político se deu junto com esse trabalho na saúde mental?

M. FUKS Sim, meu engajamento se deu no decorrer do meu percurso profissional e, em grande parte, junto aos profissionais da saúde mental. As pontes entre a psicanálise e a dialética materialista que Bleger fazia me inspiraram já nos primeiros anos da faculdade. Ele era uma figura importante politicamente e um analista reconhecido na Europa.

Quando me formei, fui convidado para ser docente auxiliar na cátedra de Psicopatologia na Faculdade de Psicologia e acompanhar os estudantes que vinham ver os pacientes no hospital. Uma das minhas alunas foi Ana Maria Sigal.

Nessa época, vivemos a primeira experiência da ditadura na própria carne. Aconteceu a intervenção na Universidade, “a noite dos *bastones largos*”, os cassetetes compridos, com a polícia invadindo a sede universitária e batendo nos professores. Goldenberg e outros renunciaram, não queriam continuar como professores naquelas condições. Eu e Sally Schneider, que éramos docentes auxiliares, oficialmente paramos o trabalho, mas, por longo tempo, nos reunimos com os alunos fora da faculdade. E isso já era uma posição política de resistência. À medida que a ditadura foi avançando, os compromissos e os engajamentos se estenderam para além do âmbito estrito da saúde. Julian, meu filho, conta autoficcionalmente alguma coisa dessa história em seu livro *A resistência*.

Seguiu-se um período muito importante, que foi o meu engajamento na Federação Argentina de Psiquiatras, a FAP, uma organização que tomou posições políticas muito claras contra a ditadura. Criou um Centro de Docência e Investigação,



*éramos psiquiatras, éramos analistas,
mas havia uma identidade coletiva
politicizada. Éramos todos trabalhadores
da saúde mental*

o CDI, onde se uniram diversas associações de profissionais, daqueles que começávamos a chamar de trabalhadores da saúde mental. O sindicato de psicólogos, a federação de psiquiatras, o sindicato de assistentes sociais, de psicopedagogos... Éramos psiquiatras, éramos analistas, mas havia uma identidade coletiva politicizada. Éramos todos trabalhadores da saúde mental.

Quando veio o governo peronista, se criou uma corrente política importante na universidade. A partir de meu engajamento, e em função de minha experiência institucional e docente, fui convocado, junto com outros colegas, para ser professor na cátedra de Psicologia Médica, que funcionava no Hospital das Clínicas de Buenos Aires. Foi um tempo breve, mas intenso. Eu era o diretor clínico da cátedra, e chamei pessoas que conhecia de Lanús para coordenar um número importante de equipes que trabalhavam de manhã, à tarde e à noite. Foram as primeiras equipes terapêuticas em instituição pública implantadas em horários noturnos, respondendo às demandas dos pacientes que trabalhavam durante o dia, e eram inspiradas também nas ideias de Pichon Rivière sobre as angústias que emergem à noite. Aí ficamos até a intervenção das forças do peronismo de direita, que nos mandaram embora à “ponta de metralhadora”.

Assim foi o meu processo gradativo de engajamento em uma organização da resistência. Primeiro, como dirigente do grêmio e como professor, na medicina e na psicologia. Depois, como militante político do que era, naquele momento, o peronismo revolucionário.

PERCURSO A vinda para São Paulo foi como exilado?

M. FUKS Claro, porque depois do golpe aconteceram muitas coisas. Tive que sair de casa por medida de segurança, mas Lucía tinha que ficar, porque foi nomeada chefe do serviço em Lanús. O chefe anterior, Valentín Baremlitt, tinha sido preso. Marta Brea, uma colega nossa muito próxima da Lucía, fora sequestrada ali, em pleno dia de trabalho. Ela era uma psicóloga muito valorizada e foi realmente uma heroína. O diretor do hospital retirou a guarda de segurança para que os paramilitares pudessem entrar livremente e sequestrá-la. Lucía fez de tudo para ajudá-la, foi atrás da família... foi falar com o chefe de polícia de Buenos Aires... Marta era filha de um médico importante e sobrinha de um dos juizes da Suprema Corte. Não mexeram um dedo! E ela foi morta. Tudo isso está no artigo da Lucía de que falei. Quando Valentín foi solto, na mesma noite, ele telefonou para nos encontrarmos. Ele tinha sido torturado e logo disse: “Vocês têm que partir, eles perguntaram muito de vocês... Vão embora já!”

PERCURSO Ele era parente do Gregório Baremlitt?

M. FUKS Era primo. Valentín é uma figura muito conhecida e reconhecida, por ter sido um dos consultores, na área da saúde mental, na Organização Mundial da Saúde. Conhecia bem o trabalho de Antônio Lancetti na intervenção do hospital Anchieta e chegou a visitar o Brasil como consultor da OMS.

PERCURSO Você chegou a ter alguma participação no grupo Plataforma?

M. FUKS Eu não fiz parte do grupo Plataforma, mas acompanhei a certa distância. Naquele momento, eu estava focado no meu engajamento político e na FAP. E queria também, de alguma maneira, preservar o espaço analítico com o meu analista-didata, Diego García Reynoso. Ele, junto com sua mulher, Gilou, foram uns dos didatas que romperam com a Sociedade, como membros da Plataforma.

PERCURSO Você saiu da Sociedade nesse mesmo tempo?



M. FUKS Sim. Eu ainda não era membro, era candidato em formação no Instituto da Sociedade, e fazia parte do movimento de candidatos surgido a partir da crise. Quando me chamaram para escolher outro didata para ser meu analista, resolvi sair, em apoio aos movimentos dissidentes Plataforma e Documento, e fui trabalhar no CDI, coordenando o plano piloto de formação dos trabalhadores de saúde mental. Entrar no Sedes, quando chegamos ao Brasil, foi uma maneira de levar adiante um projeto de psicanálise independente e politizada, que estava presente na proposta liderada por Regina Schnaiderman, principalmente, e por Roberto Azevedo, diretor do curso.

PERCURSO Como foi sua chegada em São Paulo e a aproximação com o Instituto Sedes Sapientiae?

M. FUKS Quando tivemos que sair da Argentina, em 1977, pegamos Emiliano, nosso filho de cinco meses, que tínhamos adotado, desistimos de uma viagem de avião para o Uruguai sem anular a passagem, subimos em um carro e fomos para a região de Entre Rios. Com a ajuda de um cunhado da Lucía, que era diretor de um jornal, atravessamos a fronteira. Entramos no Uruguai para chegar, por terra, ao aeroporto de Carrasco, em Montevideu. De lá viemos para o Brasil, que seria nossa primeira parada. Aqui morava o irmão da Lucía, que nos acolheu em seu apartamento. Discutíamos qual seria o nosso destino, se Espanha, se México... pensávamos em várias alternativas. Nesse meio tempo, encontramos Ana Maria Sigal, que já estava aqui, e ela nos falou do Sedes. Então, fomos até lá. Quem nos recebeu foi Madre Cristina, dizendo: "Vocês são muito bem-vindos! Sabemos o que a Argentina está passando nesse momento, porque em 1968 nós tivemos o A.I.-5... Agora o Brasil está no caminho da redemocratização, há uma brecha, fiquem conosco, vocês podem nos ajudar muito!". Imagina uma acolhida maravilhosa como essa, para quem estava começando um caminho de exílio. Foi uma coisa extraordinária! Ainda mais, considerando a ideologia do Sedes, que pouco depois se firmou com a Carta de Princípios. Claro que ficamos, ficamos até hoje!

entrar no Sedes, quando chegamos ao Brasil, foi uma maneira de levar adiante um projeto de psicanálise independente e politizada

PERCURSO Foi assim que se deu a entrada de vocês no curso?

M. FUKS Na semana seguinte nos reunimos com a equipe docente, e pouco depois já estávamos dando aula. Naquele momento, o grupo de professores do Curso de Psicanálise – que naquela época se chamava Curso de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica – sofrera um baque. A Sociedade de Psicanálise de São Paulo (SBPSP) fez uma pressão muito forte sobre os analistas filiados a ela para que não fossem mais professores do curso. Se continuassem, sofreriam consequências... Enfim, dos sete analistas que eram da SBPSP, cinco saíram e dois ficaram, Roberto Azevedo e Fábio Herrmann.

Tinha também o Isaías Melsohn, que não fazia parte oficialmente do curso, mas participava muito, era uma figura amorosa. Foi dele que escutei pela primeira vez uma expressão mística: "A chegada de vocês foi uma conjunção astral". O que é uma conjunção astral? Ele era uma figuraça! Ficamos muito amigos. Assim como da Regina e de Boris Schnaiderman.

PERCURSO Depois de um certo tempo aqui, vocês voltaram para a Argentina, não é?

M. FUKS Um certo tempo não, depois de dez anos aqui!

PERCURSO Como foi essa decisão?

M. FUKS Nós estávamos bem arraigados aqui, mas a verdade é que havíamos saído foragidos, à noite, muito de repente. Havia um sentimento de que tínhamos de voltar. Tínhamos um pedaço de história parado ali, uma série de coisas, nosso apartamento alugado... Houve o episódio das Malvinas, caiu a ditadura e subiu o Alfonsín, começou o movimento



em 1988, ao voltar, não encontrei a Argentina que tinha deixado, evidentemente. Depois, soube que isso é chamado de “síndrome do retorno”

de abertura e uma onda de retorno de exilados. Muitos analistas argentinos voltaram, inclusive do Brasil, nós entre eles. Nos dois anos que ficamos lá [entre 1988 e 1990], continuei vindo mensalmente para São Paulo para atender pacientes e também dei um seminário no curso. Tinha uma ligação muito forte com São Paulo. Mas chegou um momento em que uma decisão era necessária. Falei para a Lucía: “Bom, vamos encerrar em São Paulo, vender o consultório e ficar na Argentina de vez”. Lucía respondeu: “Deixa eu ir, quero ver meus pacientes lá, me despedir, etc.”. Ela começou a ir e não parou mais! Ao mesmo tempo, as coisas que começaram a acontecer na Argentina não nos convenciam. Eu não encontrei a Argentina que tinha deixado, evidentemente. Depois, soube que isso é chamado de “síndrome do retorno”, aparece nos que se exilam e voltam. Nossos amigos e colegas, com quem nos reuníamos e discutíamos, eram todos pessoas que também tinham se exilado, na Venezuela, na Espanha, aqui... Estávamos de volta, juntos, mas não era fácil. Logo quando chegamos, nos perguntavam: “Mas vocês, por que voltaram? Estavam mal lá fora?”, “Não, estávamos bem!”, “Mas então por que voltaram?”, “Voltamos porque é nosso país, sei lá!”.

PERCURSO Talvez fosse importante fazer a vinda para o Brasil como uma escolha.

M. FUKS Era um momento em que parecia que as coisas iam mudar, mas com a eleição do Collor... Porém, nós já estávamos prontos para voltar.

PERCURSO Você poderia nos falar sobre sua experiência como um dos coordenadores do trabalho institucional realizado na área de saúde mental, desenvolvido por profissionais do

Departamento com o Estado e com a Prefeitura de São Paulo?

M. FUKS Esse foi um momento de avanço extraordinário! Montoro era o governador e Ana Pitta, psiquiatra com formação psicanalítica no Sedes, era a diretora da Divisão de Ambulatórios da rede pública. Um grupo de psiquiatras progressistas estava começando a mudar o esquema manicomial em São Paulo. Até esse momento, a função “prática” dos ambulatórios era ser a porta de entrada para o sistema, destinada a encaminhar pacientes para os manicômios. Aí surgiu, em 1984, uma oportunidade de se fazer um convênio entre algo que ainda não era o Departamento de Psicanálise – era uma espécie de “protodepartamento”, um grupo de professores do Curso que se duplicou com a entrada de diversos colegas com experiência – e a Coordenadoria de Saúde Mental da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. A ideia era oferecer formação para os profissionais dos ambulatórios. Era um trabalho novo, que procurava introduzir o conhecimento psicanalítico como instrumento de compreensão dos pacientes e, ao mesmo tempo, promover a abertura de espaços democráticos dentro de uma instituição muito fechada, com um modelo psiquiátrico manicomial e uma rotina automatizada de diagnósticos e medicação, cristalizando um destino de cronicidade. Abrimos possibilidades alternativas, foi uma experiência riquíssima, em que nos envolvemos de corpo e alma. Acho que foi a Laura Sampaio, membro da Diretoria, quem se responsabilizou e assinou esse convênio, em nome do Instituto Sedes Sapientiae. Até onde eu sei, foi o primeiro convênio estabelecido entre uma instituição da saúde mental pública e uma instituição formadora de psicanalistas.

PERCURSO Isso aconteceu na época dos ERSAS [Escritórios Regionais de Saúde, subdivisões da Secretaria da Saúde]?

M. FUKS Previamente à constituição dos ERSAS, se implantaram equipes multidisciplinares nos ambulatórios. Era toda uma corrente de pensamento em saúde mental, que favorecia o trabalho



*o convênio com a Secretaria
do Estado possibilitou um
reconhecimento geral do Sedes
como instituição formadora na área*

grupal, a concepção do trabalho comunitário, o que representava um avanço. Ministramos seminários e supervisões clínicas no Sedes. Após a reorganização em ERSAS, fomos trabalhar no próprio espaço da instituição. Fiz uma supervisão institucional no Hospital de Agudos de Água Funda, e lembro que ouvia as queixas, muitas queixas... e comecei a chamá-lo de hospital de “Mágoa Funda”. Foi uma intervenção interessante. Só que saiu o Montoro, entrou o Quércia, as coisas começaram a mudar, a tomar ares burocráticos meio despolitizados e, bom...

PERCURSO E depois veio o Fleury no governo de São Paulo, e acabou. Foi um horror!

M. FUKS Sim. A psicanálise vinha tendo um desenvolvimento muito importante aqui no Brasil, aliada à reforma psiquiátrica, às lutas antimanicomiais, às “instituições explodidas” – conceito criado por Maud Mannoni no marco de experiências institucionais inovadoras na França. Valentín Baremlitt expressou, um tempo depois, grande admiração pelo que estava sendo feito aqui, nesse campo. Eu encontrei, não só no Sedes, mas também em outras instituições, um espaço fantástico para trabalhar, para criar e aprender. O convênio com a Secretaria do Estado possibilitou um reconhecimento geral do Sedes como instituição formadora na área, e chegaram muitas demandas.

Em 1991, teve início um novo período de grande mobilização no campo institucional, a partir das propostas avançadas da nova gestão municipal, a da Erundina, com a implantação de hospitais-dia [HD] e centros de convivência comunitários. Nessa época, me envolvi com atividades de supervisão e assessoramento na implantação de um HD para crianças, na Vila Prudente, que antes era um Centro de Psicologia da Educação do município. Trabalhei nesse projeto junto com Eliane Berger, que tinha estado com Mannoni, em Bonneuil, e trazia a experiência das invenções terapêuticas da França. E depois dei supervisão em um HD de Adultos, na mesma região. Ao mesmo tempo em que intervínhamos, aprendíamos. Uma forma de intervir na conversa com os profissionais

era explorar os significantes que apareciam. Me lembro de uma conversa em que alguém falou de algum bicho e, por alguma razão, foram surgindo outros bichos metafóricos nas falas das pessoas: gatos, leões... lutar como leão... Toda uma terminologia bastante simbólica.

Lembro quando começamos a trabalhar o conceito de elemento intermediário, por exemplo. No trabalho com as crianças, elas iam direto para um corpo a corpo com os profissionais, que passavam a abraçá-las, carregá-las no colo continuamente, ficando “sem tempo sequer para ir ao banheiro”. Era um sintoma. É mais “fácil” acolher corporalmente a criança. Nós insistíamos: “você têm que criar alguma intermediação por meio da fala, do brincar, do recurso a objetos, etc.”. Assim começamos a explicar o que era a separação, a constituição de um espaço transicional, o que eram os objetos transicionais. Eram profissionais da educação que foram aprendendo. Uma vez fiquei emocionado porque uma das terapeutas me telefonou: “Mario, quero te contar uma coisa. Lembra da fulaninha, a menina muda que não falava nunca? Ela está falando comigo!”, “Não diga, como isso aconteceu?”. “Está falando por telefone”. Foi incrível assistir à constituição desse objeto intermediário!

Todo esse trabalho institucional representou um momento muito importante do Departamento de Psicanálise e concentrou muitos esforços. Muitos de nós fazíamos parte do Setor de Saúde Mental e Instituições. Os pormenores de toda essa época estão descritos em um artigo que publiquei em 2015, “Psicanálise, saúde mental e instituições: história de um projeto”, no livro *A subjetividade nos grupos e instituições*, organizado por Cristiane Curi Abud.



durante a gestão da Erundina, demos supervisão também em um HD de adultos e em ambulatórios da mesma região

PERCURSO Como foi a criação do Curso de Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea?

M. FUKS Há um percurso para chegar até ele. Na implantação do HD infantil, na Vila Prudente, trabalhamos com muitos psicólogos educacionais e era preciso processar as diferenças entre o modelo pedagógico e o modelo terapêutico de intervenção. Recomendamos bibliografia, demos supervisão, fizemos intervenção institucional. Durante a gestão da Erundina, demos supervisão também em um HD de adultos e em ambulatórios da mesma região. Nessa mesma época começou um trabalho antimanicomial incrível, com a criação dos NAPS [Núcleo de Apoio Psicossocial], em Santos; neles percebíamos que os profissionais dos diversos equipamentos alternativos, nas diversas áreas, precisavam de uma formação mais consistente, que os habilitasse para o trabalho que faziam. Respondendo a essa demanda, criamos no Departamento, em 1993, um curso de aperfeiçoamento de um ano: Psicoses: Concepções Teóricas e Estratégias Institucionais, que teve muito boa acolhida. Nele, demos ênfase a alguns conceitos como recusa, forclusão e narcisismo.

Aí veio o governo do Paulo Maluf, que desmontou tudo, colocando no lugar o PAS. De um dia para o outro, tiveram de fechar os serviços, interromper as terapias, abandonar os pacientes, e nosso trabalho passou a ser ajudar os profissionais a processar tudo isso. Foi uma situação traumática comparável ao que vivemos com os alunos de psicologia com a intervenção militar de 1966 na Argentina.

Retomei essa história porque, nesse processo de desmonte do trabalho nas instituições, o curso sobre Psicose ficou interrompido, mas a equipe se manteve, foi se transformando e, em

1997, lançou o curso Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea. Os conceitos metapsicológicos que vínhamos trabalhando no campo da psicose, principalmente o de recusa, eram apropriados para o entendimento das chamadas psicopatologias contemporâneas, que começavam a aparecer na clínica ganhando cada vez maior importância.

PERCURSO Como vocês pensam essas mudanças nas subjetividades e nos quadros clínicos na contemporaneidade?

M. FUKS As psicopatologias contemporâneas estão ligadas às novas formas de vida, de funcionamento social... Mudanças como a globalização e o neoliberalismo, aliadas ao excesso de consumo, à intensificação da tecnologia e ao fascínio midiático, entre outras coisas, geraram novas formas de subjetivação e de patologias. E, para entendê-las, nós começamos a estudar as diversas abordagens no campo das ciências sociais e políticas que se propunham dar conta delas. Ao mesmo tempo, a psiquiatria começou a superinvestir essas patologias, propondo uma nova forma de pensá-las, com os diagnósticos dos DSMs, que, aliados à neurociência e indústria farmacêutica, inauguraram formas padronizadas e des-subjetivantes de abordar os sofrimentos psíquicos. Assim, abrimos espaço para o estudo das novas problemáticas e o acompanhamento de casos clínicos. Estudamos o que está sendo produzido na psicanálise nos dias de hoje, sem abrir mão da metapsicologia freudiana. E, como sempre acontece na minha vida, ensinamos e aprendemos ao mesmo tempo.

PERCURSO Quais são as questões que mais inquietam vocês atualmente? O que vocês têm trabalhado e pesquisado?

M. FUKS Um dos eixos é a problemática narcísica e o mecanismo de recusa. Nos textos “Neuroses e psicoses” e “A perda da realidade na neurose e na psicose”, de 1924, Freud já introduz o conceito da recusa para entender as neuroses narcísicas e as alterações do eu, o que é essencial para pensar o que se passa na contemporaneidade.



Sobre o momento atual, de imediato não poderia falar muito, porque o que aparece é a forma como as pessoas tentam se reestruturar diante da pandemia do coronavírus, e estamos atentos à nova forma de atender, com esses recursos mediadores peculiares, que são o celular e a internet...

No entanto, já antes disso, na minha clínica, eu propunha o uso do telefone como uma possibilidade a mais quando percebia, na sessão, que as coisas poderiam se desestabilizar no intervalo entre sessões. E, para mim, essa experiência se revelou interessante, principalmente com pacientes que entravam em uma fobia e ficavam em casa, morrendo de angústia, de depressão. Na chamada “síndrome do pânico”, o telefone é crucial. Desde o início, quando reconheço uma problemática desse tipo, em que a fragilidade subjetiva é patente e a pessoa é atravessada por angústias de morte, é muito bom que o paciente saiba que esse recurso existe.

PERCURSO Isso é bem interessante. Agora, com o Covid-19 e o isolamento social, o telefone ou outros dispositivos estão sendo usados para todos os atendimentos. Como tem sido a sua experiência?

M. FUKS Não sei como está sendo a experiência de vocês, mas por um ou outro dispositivo, as análises, as terapias estão acontecendo. E de modo interessante. Tivemos que fazer um importante trabalho de reenquadramento. Tive uma paciente que preferiu não continuar, quis se “manter fiel ao nosso método” e só retornar quando a pandemia passar, mesmo sabendo que pode demorar... Mas é importante lembrar que, ao longo da sua história, a psicanálise não optou por ser tão fiel aos seus métodos. Foi criando possibilidades novas conforme as circunstâncias, conforme os problemas surgiam.

PERCURSO Precisamos poder fazer isso, não é? Se não, ficamos parados no tempo.

M. FUKS Na nossa clínica, precisamos criar variações para que o trabalho aconteça. Sempre há um aspecto criativo numa análise e isso também interessa para se entender a psicopatologia

*quando a fragilidade subjetiva é patente
e a pessoa é atravessada por angústias
de morte, é muito bom que o paciente
saiba que [o telefone] existe*

contemporânea. Muitos pacientes, hoje, chegam para o atendimento sem saber “jogar o jogo” do método psicanalítico. É difícil promover, logo no início, um enquadre em que eles falem, tragam um sonho, associem livremente para se interpretar. São pacientes que às vezes esperam que você diga o que eles sentem, o que pensam, porque eles mesmos não conseguem dizer. A simbolização é muito difícil. É como se tivessem sido crianças que não conseguiram brincar com os seus companheiros, porque faltava a possibilidade de uma certa distância simbólica em relação ao jogo. Tem um artigo do Diego García Reinoso, “Jogo, criação, ilusão” em que ele parte da fala de uma criança que, no meio de uma sessão, diz: “Vamos brincar de cozinha? Mas você sabe, é de mentirinha”. Esse “de mentirinha” é o equivalente ao “como se” da situação transferencial, do que se diz, do que se escuta e do que acontece, em termos de uma dimensão lúdica no trabalho da análise. É e não é, é um “como se”, é de mentirinha... é preciso poder criar esse jogo. Com a patologia contemporânea isso não é fácil, porque o paciente, muitas vezes, não consegue pôr em palavras o que está sentindo, o que se passa com ele. Ele vem, conta que lhe aconteceu tal coisa, fica “colado” ao fato e espera que você lhe diga o significado daquilo. Sente que aquilo o tocou, que é importante, mas não sabe dizer algo a respeito.

Em certas circunstâncias, o cara a cara poder ser necessário para garantir a comunicação. Isso também se coloca no atendimento à distância. Em certos momentos, temos certeza de que a comunicação com o outro aconteceu, mesmo no silêncio, mesmo na ausência da imagem, e o outro, também, tem certeza que você o escutou. Isso porque há um elo estabelecido que te faz



as sombras de hoje têm certa particularidade. Nunca atravessamos e nunca fomos atravessados pelo que estamos passando agora

sentir que está sendo escutado e que, se você não escuta, é porque o outro não falou. Então, é possível sustentar o silêncio, que é um trabalho difícil. Isso não foi fácil no começo deste trabalho virtual... Falei “no começo” e parece que foi há muito tempo, mas começou há um mês! Você terminava o dia esgotado.

PERCURSO Exaustos, sim, exatamente.

M. FUKS Exausto. E eu me perguntava: o que tivemos de fazer a mais do que fazemos no trabalho presencial?

PERCURSO Sustentar a ligação, não é?

M. FUKS Sustentar a ligação, e sustentar o desligar de uma fala contínua. É necessário que o silêncio seja possível, a pausa, o corte...

PERCURSO Eu lembrei de duas coisas, Mario. Lembrei daquilo que Bleger chama de sincrético e lembrei de uma paciente, de oito anos, que falou na primeira sessão virtual: “Você sabe que eu posso te desligar, não é?”

M. FUKS Mas que poderosa! E você, o que disse? “Não, por favor, não me desliga!”

PERCURSO Falei, na brincadeira, algo assim: “Eu sei. É horrível, não é? Como é difícil você poder me desligar a qualquer hora!”. Existem também os silêncios que acontecem pela interrupção da internet, esses tempos em que não sabemos se é silêncio na análise ou interrupção da conexão.

M. FUKS Ah, às vezes, isso é insuportável!

PERCURSO O que poderíamos pensar como consequências subjetivas, e até sociopolíticas, dessa situação que estamos vivendo?

M. FUKS O que me ocorre dizer assim, de repente, é que são tempos sombrios novos. Os tempos se repetem, tempos sombrios reaparecem, mas as sombras de hoje têm certa particularidade. Nunca atravessamos e nunca fomos atravessados pelo que estamos passando agora.

PERCURSO Com a pandemia acontece uma entrada da realidade muito pungente com o risco de morte. Realidade violenta e invisível.

M. FUKS A realidade pode nos desligar, como dizia a sua paciente.

PERCURSO Exatamente. Poderíamos pensar essa realidade como repressiva, já que impede muitos encontros, os sexuais, os de amizade...? Impõe a todos ficarem dentro de casa, a usarem máscara para sair, o que também tolhe...

M. FUKS É realmente muito repressivo. Mas a autoexigência de sucesso que o sujeito neoliberal tem consigo mesmo é tremendamente opressiva e repressiva. Deixa de fora aspectos importantes da vida. Vocês viram o filme *Você Não Estava Aqui*, de Ken Loach? É terrível! É trabalho, trabalho, trabalho... não dá para parar de trabalhar. Em determinado momento, o sujeito consegue curtir a família, mas está quase o tempo todo ausente do contato com os filhos, com a mulher, que também trabalha sem parar. Se essa é a vida que deve ser interrompida, a gente se pergunta...

PERCURSO Se não é uma boa ideia, não é? Você acha que podemos sair dessa situação atual, de alguma forma, renovados em relação à vida que a gente vinha levando?

M. FUKS Sem dúvida! Vamos ter de repensar tudo, e o que não puder ser repensado pode nos prejudicar muito. Nesse momento, o que me preocupa é a recusa, presente entre nós, em se cumprir e respeitar o isolamento social como se deveria. Não atingimos nem 50% de isolamento. Me expliquem isso, que mecanismo é esse?

PERCURSO Temos uma divisão entre os governos. De um lado, o governo federal diz que tudo



bem sair para a rua, e de outro, os governos estaduais e prefeituras tentam dar conta da realidade. Uma recusa no país.

M. FUKS Estamos enfrentando a imposição de uma dissociação e uma recusa coletiva. E, com isso, o governo federal retira a possibilidade de podermos pensar na realidade que estamos vivendo e de fazer uma construção e sustentação coletiva da necessidade de ficar em casa. É urgente ficar em casa para se proteger e proteger os outros. Esse sentido de coletivo, da importância dos outros em cada um de nós, é crucial. É uma oportunidade para constituir uma comunidade de destino, um coletivo que pense no conjunto e não só no indivíduo, como vem sendo feito ao longo de todo este tempo.

Eu me lembro quando, anos atrás, mesmo com os grandes avanços no cuidado e prevenção da AIDS no campo médico, social e psicológico, as pessoas transavam sem camisinha. Vocês lembram como isso nos enlouquecia? Naquele momento, recorremos ao conceito de recusa para entender o que se passava, e agora temos que usá-lo de novo.

Temos um presidente fetichista que constrói um delírio de que temos que salvar a economia apesar das vidas, como se fosse possível pensar a economia de um país sem pensar na sobrevivência das pessoas. É o mecanismo de recusa que está em jogo e, com isso, se descuida de uma parte importante da população, dos idosos, dos pobres, dos mais vulneráveis. Parece que está difícil encontrar metáforas que nos ajudem a pensar e compreender o que está se passando.

PERCURSO Nesse sentido, você acha que a eleição de figuras como Bolsonaro e Trump tem a ver com essa pregnância da recusa?

M. FUKS Escrevi sobre isso no artigo “Reich e a relação entre psicanálise e política”, que apresentei no congresso da Flappsip, em Montevidéu, e foi publicado na *Percurso* [n. 63]. Sinto muita raiva e me pergunto como pudemos entregar o governo a esse sujeito fascista?! Artigos internacionais já falam em um julgamento futuro, equivalente ao de Nuremberg, pelos atos do nosso presidente.

esse sentido de coletivo, da importância dos outros em cada um de nós, é crucial. É uma oportunidade para constituir uma comunidade de destino

Precisamos ver quais caminhos podemos abrir para criar modos coletivos de pensamento e de ação, que permitam uma saída da situação em que estamos. Há uma desilusão, um processo de luto a ser feito, pois esperávamos mais da consciência e do pensamento das pessoas. Temos um governo que favorece a recusa e os grupos de seguidores fanáticos. E temos também os que não são seus seguidores, mas vão para a praia se divertir, e não levam as coisas a sério. É muito preocupante.

PERCURSO É um fanatismo de tipo religioso que fica mobilizado? Como você pensa o fenômeno Bolsonaro?

M. FUKS Os votos a favor do Bolsonaro dizem respeito a setores da classe média que já vinham se sentindo ameaçados pela possibilidade do empobrecimento e da proletarização. Se agarram a essa ideologia para recusar esse perigo e recusar as culpas que os ameaçam por possíveis fracassos pessoais em seu desempenho econômico, e que são derivadas de uma adesão ferrenha à ideologia neoliberal.

Antes do coronavírus já estávamos passando por uma crise econômica no país. Tínhamos uma quantidade enorme de desempregados e muitos projetos pessoais estavam ruindo. Os sujeitos moldados no neoliberalismo – que não dá importância às coisas em si mesmas e seus limites, mas somente ao que você faz, principalmente à garra e à disponibilidade total com que você faz – se apegam à possibilidade de serem empreendedores autônomos. Acreditam que podem ir em frente, sem depender de ninguém, e se tornam elementos fundamentais na sustentação do sistema. Escrevi sobre essas questões no texto mencionado



*a proximidade com a mulher
ameaça essa identidade,
sobretudo a identidade
masculina fálico-narcísica*

e também nas aulas inaugurais de Psicopatologia publicadas no *Boletim Online*. Isso não acontece só no Brasil mas no mundo inteiro. Para se salvarem, diante da realidade de colapso e ruína que os ameaça, se agarram de forma totalmente fanática a um líder messiânico, que os defende contra inimigos visíveis ou ocultos, principais responsáveis pelo estado das coisas.

Vocês viram como o novo Ministro da Justiça se referiu a Bolsonaro? “É um profeta”. E Bolsonaro chamou a população para um dia de jejum. Está tomando feições de profeta, de líder religioso. Ao mesmo tempo em que não assume nada do que tem que fazer como presidente do país e “lava as mãos” da forma mais grosseira.

PERCURSO “Não lava as mãos”. Aperta a mão de todo mundo!

M. FUKS E quando lhe perguntam das mortes, diz: “E daí?”

PERCURSO Poderíamos pensar que esses personagens bolsonaristas, homens violentos que usam armas, expressariam a superexigência que o neoliberalismo tem em relação à performance, que você mencionou anteriormente? Além disso, eles se enquadrariam na figura da violência do homem contra a mulher, que caracteriza uma nova sintomatologia histérica, como você e Silvia Alonso escreveram no livro *Histeria*, relacionado a um tipo de recalque na contemporaneidade?

M. FUKS Sim, é possível pensar, porque existe uma tendência ao machismo, à misoginia, que está presente na mentalidade do Bolsonaro e que ele sequer se esforça em esconder. Por exemplo, quando fala da filha, depois de ter tido quatro filhos homens, como uma “fraquejada”. Mas a

pergunta é: o que acontece agora, quando não é possível evitar a proximidade excessiva e ameaçadora com a parceira? Estou pensando nesse artigo sobre a histeria masculina e os processos contemporâneos, e em autores que consideram uma feminilidade primária, associada à identificação com a mãe, como parte do núcleo identitário original, que deve ser deixada para trás na construção de uma identidade masculina. Stoller, criador do conceito de gênero, diz que “o primeiro dever de um homem é não ser mulher”.

A proximidade com a mulher ameaça essa identidade, sobretudo a identidade masculina fálico-narcísica, construída sobre a base da rejeição de tudo o que pode ser feminino no homem. Ele tem que mostrar agressividade, desprezo, distância em relação à mulher, para não correr o risco de se fundir e se transformar nela.

Um colega argentino, amigo também, Juan Carlos Volnovich, diz que existe no comportamento machista, na agressividade com a mulher, uma formação reativa em relação a uma lembrança saudosa, a um desejo de estar colado ao corpo da mãe, dentro dela, como nos primórdios. Nessa perspectiva, teríamos um tipo de rejeição que garantiria um equilíbrio narcísico, e uma identidade de ser um homem entre os homens, que não se entrega ao feminino, que não se submete. Eu pensei por aí, mas teríamos que ver o que se passa na clínica com os pacientes que tratamos nesse momento.

PERCURSO Nessa semana, dois maridos de casais que atendo precisaram recorrer à medicação em função de explosões violentas com suas mulheres.

M. FUKS Claro, para tirá-las de dentro deles!

PERCURSO Exatamente! Você relacionaria a pornografia, o excesso imagético pornográfico, com esse processo que está nos explicando?

M. FUKS É bem interessante essa ideia, porque a pornografia se caracteriza por excluir a dimensão do desejo, do invisível. Tudo é visível, quantificável, mensurável. Para pensar um pouco sobre



isso, sugeriria o texto coletivo que escrevi com o grupo de professores do Curso de Psicopatologia, “A sexuação feminina da mulher na contemporaneidade”, que foi publicado em um livro [*Figuras clínicas do feminino no mal-estar contemporâneo*. Escuta, 2002].

PERCURSO A respeito de um filme, não é?

M. FUKS Sim, sabe como se chama o filme? *Uma Relação Pornográfica* [dir. Frédéric Fonteyne], que é um nome totalmente irônico, porque o que menos existe na relação que estabelecem é pornografia.

PERCURSO Você e Sílvia Alonso falam que, na contemporaneidade fálico-narcísica, o objeto terno fica separado do objeto sensual. E esse seria uma forma de recalque do momento atual.

M. FUKS Exatamente, e, poderíamos dizer que a progressão erótico-civilizatória, no campo amoroso e erótico, seria o aumento da aproximação entre o objeto de amor e de respeito e o objeto sexual e de desejo, que é uma criação dos tempos. Nem tudo é feminicídio e violência contra a mulher. Existem novos modos de ser homem e, também, de ser mulher. E que não são os “pornografizados”.

PERCURSO Puxando o fio do artigo em que você retoma o posicionamento de Reich, como você tem pensado a posição das instituições psicanalíticas frente ao grave momento político que estamos vivendo nos dias de hoje? E também como avalia o funcionamento e o posicionamento do Departamento de Psicanálise depois de trinta e cinco anos?

M. FUKS Comecei a escrever o que foi a primeira versão do artigo sobre Reich e a relação entre psicanálise e política por ocasião do Entretantos II: 30 anos de Psicanálise e Política [2016], que aconteceu logo depois do impeachment da presidente Dilma. Daquilo que nós chamávamos, e continuamos chamando, de golpe, o golpe que a democracia brasileira sofreu. Naquela versão, eu dizia que um acontecimento novo tinha ocorrido, que representava um passo à frente, muito

o Depto. de Psicanálise do Sedes é de grande sensibilidade diante do social e do político e de grande mobilização.

Foi assim desde suas origens

importante, na relação entre a psicanálise e a política. Esse acontecimento, realizado na Faculdade de Psicologia da Universidade de São Paulo, foi uma convocatória para um encontro amplo, com representantes de muitos grupos psicanalíticos, mais institucionalizados e menos institucionalizados, e que se chamou ATO: Psicanalistas pelo Apoio Incondicional à Democracia no Brasil. Membros do Departamento estiveram na mesa organizadora e também no público presente ou que acompanhou pela internet.

Acho que o Departamento de Psicanálise do Sedes é um lugar de grande sensibilidade diante do social e do político e de grande mobilização. Foi assim desde suas origens. E tem produzido muitas coisas nos tempos atuais, como o posicionamento político frente ao impeachment, ao golpe institucional, à morte de Marielle Franco, assim como frente a diversos acontecimentos que foram se desdobrando nesses tempos. Tempos realmente duros, de ações e discursos intoleráveis por parte do governo, frente aos quais o Departamento tem se posicionado muito bem. Tanto a Instituição Sedes da qual fazemos parte, quanto diversas instâncias psicanalíticas interinstitucionais nas quais participamos ativamente, com representação estável, como o Movimento Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras e a Federação Latinoamericana de Associações de Psicoterapia Psicanalítica e Psicanálise (Flappsip) têm denunciado, por declarações e manifestos coletivos, as graves afrontas à democracia e aos direitos humanos que vêm acontecendo no país.

PERCURSO Como você observa o posicionamento do Departamento frente à discussão do racismo e de outros movimentos identitários, tão marcantes nas sociedades nos tempos atuais?



*Freud traçou pontes
para pensar a identidade,
o racismo, o colonialismo*

M. FUKS Em relação aos lugares de produção política, importantíssima, dos movimentos identitários, o Departamento tem avançado muito. Tivemos o evento sobre o racismo [O Racismo e o Negro no Brasil: Questões para a Psicanálise, em 2012]) que foi muito marcante, assim como outros eventos igualmente importantes: Generidades [Generidades: Sexo, Gênero, Psicanálise, em 2019], Deslocamentos [2018] sobre migrações, com uma exposição muito significativa de Peter Pál Pelbart, o evento sobre as clínicas sociais na história da psicanálise [Questões Sociais e Políticas na História da Psicanálise: Ontem e Hoje, em 2018], entre outros.

Nessas atividades há muita produção e criatividade. No evento sobre “Generidades”, Mara Caffé, apresentou um texto em que mostra como a psicanálise torceu o nariz, durante muito tempo, para o conceito de identidade. Torceu mesmo. Esse conceito não faz parte do campo da psicanálise e isso não se deu por acaso. Freud o questionou. No último dos seus escritos, “Moisés e o monoteísmo”, que tenho trabalhado em seminário há três anos, Freud explode o conceito de identidade judaica. Ele inicia apontando que não era tarefa fácil despojar um povo de seu filho mais eminente, mas que era isso o que pretendia fazer demonstrando que Moisés, criador do povo judeu, não era ele mesmo judeu, era egípcio. Isso é uma verdadeira *chuzpe*, como se diz em iídiche, uma audácia, um atrevimento. Essa afirmação coloca tudo de ponta-cabeça e nos leva a uma história complexa sobre o núcleo inicial que constituiu o povo judeu. Na realidade, ele provém de diversos núcleos, sendo que um deles passou pelo Egito. Haveria, então, uma diversidade dentro do próprio judaísmo.

Isso é importante de ser dito porque a política do atual governo de Israel recusa essa constatação. Há uma tentativa de homogeneizar e transformar a identidade judaica em uma identidade praticamente genética. O que é um verdadeiro contrassenso para um povo que se sustentou na luta contra o antissemitismo, o racismo e o conceito de raça, que foram tão fundamentais para o nazismo. No curso, trabalhamos com um texto maravilhoso, “Freud e os não-europeus”, de Edward Said, um grande crítico literário e destacado líder palestino. Trata-se de uma conferência em que ele destaca todas as pontes que Freud traçou para pensar novas questões em relação ao conceito de identidade. É fantástico, porque ele faz pontes com a questão do racismo e do colonialismo. As teorias raciais foram ferramentas importantes de difusão cultural para sustentar o projeto colonial. E aqui temos a possibilidade de traçar pontes com muitos elementos dentro do campo psicanalítico.

PERCURSO E como você vê o papel da psicanálise no mundo pós-pandemia? Quais as contribuições que a psicanálise pode nos fornecer para compreender esse momento?

M. FUKS Existem muitos fios que podemos puxar e depois juntar, para falar sobre a posição da psicanálise em relação à pandemia e suas consequências, e sobre qual será nosso destino a partir dela. Algo muito importante a mencionar é a recusa, por parte dos governos de alguns países, em relação à pandemia, e que se soma à recusa sobre a gravidade da questão ambiental e do aquecimento global. Muitos artigos importantes apontam que os ataques feitos contra a natureza, por conta do modo de produção vigente, podem fazer parte daquilo que deu condições para a entrada e a ação desse novo vírus entre os humanos. É fundamental pensar na história que nos atravessa e qual é a história que virá. Freud fala da potência esmagadora da natureza como um dos fenômenos que tornam o homem frágil, indefeso, desamparado. Mas o homem tem esmagado a natureza e parece que vivemos algo como a vingança da natureza,

que se dá em alguns momentos, uma imagem terrível! Eu gostaria de ler um pequeno trecho do meu texto “Psicanálise, o futuro de uma des-ilusão” [disponível em <http://egp.dreamhosters.com/EGP/132-psicanalise.shtml>], que diz assim:

Apoiados no modelo fornecido pelo processo psicanalítico, podemos perguntar-nos se este processamento específico, que aqui se proporia como um “trabalho de des-ilusão”, consistiria em mudanças subjetivas operadas através de diversos recursos, tais como a historização. A respeito dos obstáculos e resistências que este trabalho comporta, um historiador da psicanálise comenta que a perspectiva histórica se lhe apresenta como portadora da quarta das feridas narcísicas infligidas ao homem e às suas ideologias: o homem não é imortal, e tampouco o são o psicanalista e a “Psicanálise”. Para muitos, a recusa radical do caráter efêmero (objeto da história que fixa a memória) de toda a criação humana... está relacionada a uma das mais perigosas atitudes dos psicanalistas a respeito da sua disciplina: sua idealização, sua inscrição dentre os sistemas religiosos de pensamento.

Escrevi isso por volta de 1997, época em que se falava na crise da psicanálise. Como encarar as novas realidades? Como encarar o mundo que mudou? Como criar um pensamento sobre a mudança? A psicanálise se apresenta como um pensamento forte, que encarou muitas situações novas e mudanças produzindo muitas ideias e modos de intervenção ao longo da sua história. Agora,

está diante de um desafio importantíssimo, porque o que está acontecendo é muito grave, é um momento histórico do maior significado. >>>

Imersos nesse momento, como compreender a ferida narcísica que ele provocou em nós? Como criar uma revolução do pensamento, como foi a revolução copernicana, a darwiniana e aquela provocada pela psicanálise, que mostrou que o homem não é senhor de si mesmo? É um momento de compreensão de uma ferida importante e de um desafio essencial para todos nós, porque diz respeito a toda humanidade. Estamos atravessados por essa realidade que atingiu todos os países, grandes e pequenos, ricos e pobres. Em todo o planeta há milhões de seres humanos fechados em suas casas. E o que virá depois? Como analisar o que favoreceu este desastre: o descuido do Estado com o sistema de saúde, de segurança? Temos no Brasil, um dos melhores sistemas de saúde do mundo, mas que foi abandonado, não recebeu investimento público. Os médicos e as equipes de saúde estão trabalhando muito, e aprendendo muito também... Vivemos um momento único, e temos que refletir sobre ele com todos os recursos que dispomos.

A psicanálise tem conceitos suficientes para pensar e trabalhar em larga escala. Como ela vai fazer? Não sei! Como vai juntar forças, promover debates, refletir sobre essas questões, pensar intervenções psicanalíticas específicas... tudo isso... não sei. Mas é tarefa nossa!

Benilton Bezerra Júnior
 Carla Penna
 Lucas Simões Sessa
 Suelena Werneck Pereira

O que a era do Covid-19 pode legar à psicanálise e aos psicanalistas

Realização Camila Junqueira, Cristiane Abud Curi, Gisela Haddad, Thiago Majolo e Vera Zimmermann

Benilton Bezerra Jr. é psicanalista, psiquiatra, professor aposentado do Instituto de Medicina Social da UERJ e membro do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro.

Carla Penna é doutora em psicologia clínica pela PUC-RJ, psicanalista do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro, membro da Group Analytic Society International e ex-presidente da Sociedade de Psicoterapia Analítica de Grupo do Estado do Rio de Janeiro. Publicou os livros: *Inconsciente social* (Casa do Psicólogo, 2014) e *The Crowd: Reflections from Psychoanalysis and Group Analysis* (Routledge, no prelo).

Lucas Simões Sessa é psicólogo pela PUC-SP, psicanalista pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e especialista em transtornos alimentares pelo Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. Tem experiência clínica no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), acompanhamento terapêutico, atendimento ambulatorial hospitalar e coordenação de grupos terapêuticos.

Suelena Werneck Pereira é psicanalista, mestre e doutora pelo programa de pós-graduação em Teoria Psicanalítica da UFRJ.

Podemos definir tragédia por aquilo que nos ataca de roldão, sem muito ou nenhum aviso, e para o que não temos ainda recursos subjetivos para lidar. A todo o resto, em maior ou menor grau, com mais ou menos capacidade, somos levados a enfrentar a partir de um repertório conquistado durante nossa trajetória, um arcabouço cultural coletivo e individual que carregamos. Mas, frente às tragédias, sentimos primeiramente uma espécie de susto da ordem do traumático, susto esse capaz de provocar uma ferida psíquica, algo que precisaremos tratar antes de uma hemorragia completa.

A capacidade de criar recursos, ou melhor, o fabuloso recurso de inventar recursos, é tudo com o que podemos contar para enfrentarmos os aspectos trágicos da vida, sobre os quais não temos escolhas. A manifestação de um novo vírus, que colapsa o sistema de saúde dos países, mesmo dos mais desenvolvidos, e nos obriga a um recolhimento em uma quarentena infundável, numa regressão narcísica compulsória, nos expõe a essa condição trágica da vida. Nessa nova condição disruptiva, parece que tudo se torna desamparo, falta de sentido e incapacidade imediata de respostas. Expostos de peito aberto a esse vírus, somos testemunhas da situação de vulnerabilidade comum ao humano. E, sendo comum a todos, cria-se uma certa simetria.

É esperado que nós, analistas, possamos remendar nossas feridas no processo de formação, o que nos permite não apenas escutar empaticamente a dor alheia, mas também nos instrumentaliza a desenvolver um pensamento clínico promotor da análise dos pacientes. É claro que nada nos garante que novas tragédias não voltem a nos interpelar: o adoecimento de um parente, a morte de uma pessoa amada, uma separação, ou qualquer coisa que nos exija novos remendos. Mas o que faz desse

momento uma realidade inédita é o fato de todos, analistas, analisandos, analistas dos analistas, supervisores, pares e familiares, estarem submetidos à mesma tragédia, numa simetria entre dores e desafios incomum ao conforto das poltronas dos analistas.

Ficamos submetidos a uma sensação de irrealidade, a agonias, insônias e pesadelos, que dividem espaço com gestos de solidariedade, compaixão e empatia. Somos levados a reinventar nossa vida e nosso fazer. Precisamos caçar novos recursos, ampliar técnicas e ferramentas, desenvolver espaços psíquicos que desconhecíamos. Ainda que as respostas possíveis ao trágico se modulem conforme as condições sociais, políticas e culturais de cada um e, assim, nos distingam em diferenças e desigualdades, o que essa pandemia carrega de ineditismo é similar mundo afora. Como lidar com esse desafio quando a novidade é, de fato, inédita a todos? E como lidar com a tragédia própria simultaneamente com a dos outros?

Se é verdade que a superação da tragédia costuma retribuir à humanidade com novos repertórios

Benilton Bezerra Jr.

O que a era do Covid-19 pode nos legar como sujeitos e em nosso fazer

“Tragédia”, como toda palavra, não tem um significado único, inequívoco. Na linguagem ordinária é frequentemente usada para aludir a catástrofes, desgraças, infortúnios, fatalidades, coisas assim. É uma maneira de apontar para o caráter indesejado, inesperado ou violento de um acontecimento que ocorre à revelia daquilo que seriam nossos desejos, expectativas ou decisões, e que traz consequências funestas – Brumadinho, um crime passionai, um acaso infeliz.

Na questão formulada pela revista aparece uma outra camada de significação, que alude não apenas a um fato, mas a um certo tipo de experiência do sujeito – que pode ou não emergir diante dele: o desamparo e a angústia frente a algo cujo alcance e significação nos escapam, que resiste a uma inscrição simbólica, que nos deixa



Nietzsche concebe a tragédia como uma maneira de conceber a vida, afirmando e acolhendo a totalidade de seus aspectos – a alegria e o sofrimento, a certeza e a ambiguidade, a coerência e a contradição, o determinismo e o acaso, o sombrio e o luminoso, a criação e a destruição.

concretos e simbólicos, estamos aqui nos perguntando, voltados à comunidade de psicanalistas, o que essa era do Covid-19 pode nos legar, como sujeitos e em nosso fazer. A seção Debate da Revista Percurso convida alguns debatedores para pensar o tema.

sem saber como agir, perplexos, engolfados pelo sentimento de impotência diante do destino.

Na pandemia somos atravessados por ambos esses sentidos. Mas vale a pena lembrar uma outra acepção de “tragédia”, fortemente associada ao pensamento nietzschiano. Esta não se refere a um acontecimento isolado, ou à experiência que ele pode precipitar no sujeito, mas à própria natureza da existência humana: a tragédia como uma maneira de conceber a vida, afirmando e acolhendo a totalidade de seus aspectos – a alegria e o sofrimento, a certeza e a ambiguidade, a coerência e a contradição, o determinismo e o acaso, o sombrio e o luminoso, a criação e a destruição. Talvez essa perspectiva seja a mais providencial neste momento.

Há perdas, retrocessos e incertezas no cenário atual, sem dúvida. Mas há também mudanças



estamos sendo violentamente empurrados para frente pela pandemia, e há algo de promissor nisso, porque que o vírus, tal como um espelho, escancarou a verdadeira crise civilizatória em que estávamos mergulhados

positivas se desenhando no horizonte. O vírus vem atacando não só os corpos, mas boa parte do arcabouço simbólico e do imaginário que emoldurava e dava consistência àquilo que percebemos como a nossa realidade social. Alguns insistem em acreditar que sairemos desta crise iguais ao que éramos antes – as esperanças recuperadas em V ou U. Mas tudo indica que de fato não seremos mais o que éramos no verão passado. Os pessimistas anunciam a famigerada retomada em K, com aumento brutal da distância entre privilegiados e excluídos. Mas, frente a uns e outros, é preciso lembrar Hannah Arendt: embora mortais, nós, humanos, não nascemos para morrer, e sim para recomeçar. Há muitos futuros possíveis em gestação nesse instante, e a hora é de fazer apostas.

Estamos sendo violentamente empurrados para frente pela pandemia, e há algo de promissor nisso, porque que o vírus, tal como um espelho, escancarou a verdadeira crise civilizatória em que estávamos mergulhados e para a qual, ao menos desde o fim dos anos 1980, parecia não haver alternativa. A pandemia não está provocando uma revolução, mas está mostrando que muita coisa considerada impensável pode se tornar realidade. Cinquenta anos depois, a bandeira de 1968 – “Soyons réalistes, demandons l’impossible!” – já não parece tão incendiária, mas razoável e necessária.

Slavoj Žižek escreveu num artigo recente que

A epidemia é em larga medida lida através das lentes de Chronós [o tempo linear] ou Aion [o tempo circular]: como um acontecimento no curso linear das coisas, como uma temporada ruim, um ponto baixo que cedo ou tarde será revertido. O que eu espero é que a epidemia siga a lógica de Kairós [o tempo oportuno]: uma catástrofe que nos impelirá a encontrar um novo começo (2020).

Construir esse novo começo exige reconhecer que não há estratégia segura para o enfrentamento desta pandemia – e isso vale também para as outras que certamente virão – sem o enfrentamento dos problemas que a tornaram tão dramática: a crise climática, a desigualdade econômica global, as várias faces do racismo, a economia do consumismo, a cultura do narcisismo, a fragilização da democracia como valor universal.

Impossível? Talvez não. Os ágeis movimentos de cooperação científica internacional, a crescente pressão internacional contra os desmandos na Amazônia e o avanço das propostas de garantia de renda mínima universal, feitas até por governos neoliberais, são exemplos de como o acontecimento da pandemia tem precipitado movimentos nessa direção – gerados pelo simples cálculo de sobrevivência. Serão duradouros e sustentáveis, ou transitórios, superficiais? É cedo para saber com certeza. Mas não tenho dúvida de que o extraordinário fortalecimento e ampliação da luta antirracista em muitos países, por exemplo, veio para ficar. No Brasil, isso significa nada menos que uma revolução.

Um dos movimentos mais decisivos do cenário atual, pelo alcance radical de suas consequências na experiência humana, é o entrelaçamento, a mescla – quem sabe, em algum ponto do futuro, a fusão – cada vez maior do mundo físico e do espaço digital. Esse processo já vinha crescendo, mas com a pandemia sua velocidade aumentou exponencialmente, e alterou para sempre a configuração e o funcionamento de nosso universo social.

Em apenas quatro décadas, a difusão da internet, a miniaturização dos dispositivos de acesso, a explosão da capacidade de processamento da velocidade de transmissão de dados,



o surgimento de redes sociais digitais e a introdução dos algoritmos, junto com ao aprendizado de máquina, transformaram completamente o ambiente humano. *Big data* e inteligência artificial já modificaram o jeito de se fazer política, a tomada de decisões econômicas ou médicas, as ambições científicas, a experiência da intimidade pessoal, o grau de acesso de qualquer um a qualquer tipo de informação, o poder de cada indivíduo de se fazer notar no mundo.

Elementos constitutivos da experiência subjetiva e das práticas de si que configuraram o sujeito da interioridade psicológica moderna vêm sendo rapidamente transformados, se não subvertidos – o cultivo da intimidade privada, a problematização dos sentimentos, a experiência de conflito no centro da vida interior, o alcance da palavra e da imagem nas relações eu-outro, o exercício da autonomia individual, a dinâmica das filiações simbólicas, as estratégias de construção de identidades. O mundo e os dispositivos digitais estão modificando até mesmo o modo como exercitamos certas funções mentais, como a memória e a atenção, por exemplo.

Cada vez mais hiperconectados, deixamos o tempo todo rastros de nossa vida social e psíquica. Capturados por dispositivos de inteligência artificial, esses dados são processados de forma sistemática e contínua, devassando sem reservas a esfera íntima de nossas existências: inclinações estéticas ou políticas, desejos ocultos, medos, fetiches, frustrações, tendências comportamentais.

O impacto desse fenômeno sobre o campo da saúde está apenas começando. Não por acaso, os últimos dez anos viram nascer noções como as de psiquiatria computacional, fenotipagem digital e tratamento matemático de estruturas da linguagem verbal. Seu efetivo sucesso em algumas

*o cultivo da intimidade
privada, a problematização dos
sentimentos, a experiência de conflito
no centro da vida interior, o alcance
da palavra e da imagem nas
relações eu-outro, o exercício da
autonomia individual [vêm sendo]
transformados, se não subvertidos*

pesquisas, como diagnóstico precoce de esquizofrenia com altíssimo grau de precisão (2019), é bem-vindo, mas também abre caminho para tentativas de uma positivação sem limites da vida mental, servindo de alibi para expectativas de uma clínica do sofrimento psíquico em que há pouco lugar para elementos axiais da abordagem psicanalítica do *pathos* humano, como o caráter essencialmente enigmático da vida psíquica, a irreduzibilidade da noção de sujeito às infinitas modulações das experiências do eu, a dimensão singular da experiência de cada um.

É certamente possível imaginar futuros próximos em que psicanalistas se tornem *vintage*. Mas ainda é cedo para isso. Os cenários que a pandemia nos está descortinando trazem desafios que precisamos abraçar. Sem máscara.

Referências

- Mota N.; Copelli M.; Ribeiro S. Early markers of thought disorganization. *Schizophrenia Bulletin*, v. 45, p. S128-S129, 2019.
- Žižek S. <https://blogdaboitempo.com.br/2020/07/20/zizek-a-diale-tica-paralisada-da-pandemia/>, publicado e acessado em 20 de julho de 2020.



o novo milênio apontava para o ápice do desenvolvimento científico e tecnológico contemporâneo, contudo também revelou o aumento das desigualdades, vulnerabilidade e sofrimento psicossocial. O descaso com o outro conduziu-nos novamente às dimensões do trágico

Carla Penna

A pandemia, a tragédia e a onipotência nossa de cada dia

Epidemias, pandemias e tragédias acompanham-nos desde tempos imemoriais. As raízes da tragédia como gênero literário encontram-se na Grécia Antiga e reúnem-se na palavra “tragosoiodé” as palavras gregas *τράγος*, *tragos* (“bode”), e *ὕδῃ*, *odé* (“canto”), algo similar a “canção dos bodes”, em alusão aos sátiros que cercavam Dionísio em suas orgias. Assim, deuses e homens, o transcendental e o destino, a cultura e a sociedade interligaram-se. A Praga de Atenas, ocorrida em 430-26 a.C., durante a Guerra do Peloponeso, foi o primeiro relato documentado por Tucídides de uma praga. A peste que acometeu a cidade de Tebas serviu de contexto para a tragédia *Édipo Rei*, tão cara à Freud. Desde então, tanto na história quanto na literatura e na arte, autores como Boccaccio, Shakespeare, Manzoni, Artaud, Munch e Camus nos introduzem a situações e estados de alma semelhantes àqueles hoje experimentados com a covid-19. Pandemias têm dizimado populações e sociedades, influenciado o desfecho de guerras, como a Gripe Espanhola durante a Primeira Guerra Mundial. Qual seria então o motivo de tanta surpresa diante de uma pandemia em pleno século XXI?

O novo milênio apontava para o ápice do desenvolvimento científico e tecnológico

contemporâneo, contudo também revelou o aumento das desigualdades, vulnerabilidade e sofrimento psicossocial. O descaso com o outro, pelo recrudescimento do neoliberalismo selvagem, da exploração desenfreada do meio ambiente ou da simples cegueira narcísica, conduziu-nos novamente às dimensões do trágico. A pandemia seria castigo dos céus ou, diante do descaso com a vida e ambiente, apenas fruto do “domínio violento e vergonhoso que a estupidez exerce sobre nós”, como Robert Musil já havia alertado! A morte de milhões de pessoas contaminadas por um vírus com nível zero de vida – a “zero-level life” *virus* (Žižek, 2020, p. 78) – e cura desconhecida é surpreendente. Sua “cruel pedagogia” (Sousa Santos, 2020) apresenta dimensões sócio-político-econômicas há muito conhecidas, que revelam a incapacidade dos Estados e das tecnologias mais avançadas de valorizar a vida e de responder às emergências com a eficácia outrora imaginada. Pensadores como Žižek e Sousa Santos expõem a olho nu as ilusões nutridas pelas massas contemporâneas, revelando nosso profundo desamparo diante da falácia de seus líderes (Freud, 1921/1974).

Estas trágicas revelações, dignas de sofisticados Édipos contemporâneos, remetem-nos à psicanálise, pois em desamparo e narcisismo somos “especialistas”, contudo como em termos de onipotência e ilusão ainda temos a aprender... Freud já havia alertado que, apesar das mais altas apostas terem sido feitas em relação às conquistas civilizatórias, o valor conferido à vida individual era pequeno. Com Freud aprendemos sobre o poder das ilusões e das desilusões, as transformações da pulsão baseadas em nossa susceptibilidade à cultura e especialmente sobre “a falta de insight demonstrada pelos melhores intelectos, sua obstinação... e sua credulidade destituída de senso crítico para com as asserções mais discutíveis” (Freud, 1915/1974, p. 324). Tais considerações remetem à importância conferida por Freud (1915/1974) à relação entre intelecto e vida emocional, e a constatação de que quando lidamos com paixões e afetos, as fontes de sofrimento e de reconhecimento influenciam, por

imprevisíveis desfechos, a vida e a tragédia em sociedade. Neste sentido, as experiências de desamparo, castração e a realização da inexorabilidade da morte fazem as feridas narcísicas pulsarem. Mesmo assim, como Édipo diante de suas paixões, permanecemos cegos frente aos enigmas da vida e da morte, decerto porque não há lugar para a morte em nosso inconsciente, a morte é sempre a “morte de outrem” (p. 327).

Acreditamos que havíamos dominado a natureza, eliminado seus perigos, onipotentemente triunfado, como Hinshelwood (2020) aponta:

Essa pandemia é uma enorme ruptura nessa confiança onipotente exagerada? Quando a onipotência se despedaça, a lei do inconsciente é substituída por impotência e perigosa vulnerabilidade. E foi isso que aconteceu globalmente – uma dose coletiva de onipotência destruída? O vírus trouxe para casa, bem debaixo de nossas gargantas, o fato de que a natureza pode reivindicar-nos como suas criaturas indefesas”.

As ideias de Hinshelwood vão ao encontro de palavras do debate proposto pela *Percurso*. De fato, a pandemia é um “susto”, não esperávamos por ela, fomos de uma hora para outra remetidos ao universo do intolerável e do conhecido não pensado de Bollas. Pelos excessos da ordem do traumático e do medo contagiante, a vida na pandemia rompeu escudos psíquicos protetores, levando-nos à proteção do confinamento e a novas vivências espaço-temporais. Experimentamos ininterruptamente um pesadelo em vigília, no qual sonho e realidade, fantasia e ilusão, espaço e tempo se misturam. Se não sucumbimos ao horror do desamparo e do medo, à orfandade de experiências extremas de falha na dependência básica em relação ao outro, ao ambiente e ao mundo, experimentamos coletivamente angústias psicóticas que acionam defesas poderosas como negação, cisão, desrealização e projeções maciças. Esses processos psíquicos fazem parte da fenomenologia de experiências traumáticas na vida inconsciente de grupos e sociedades presentes em situações de trauma (Hopper, 2003).



como psicanalistas, nossa atenção foi direcionada também à auto-observação e às transformações nos mundos interno e externo, cujos limites se confundiram, se fundiram ou se cindiram drasticamente

Diante da invisibilidade do vírus, bem como de sua inclemente e ilimitada expansão, fomos forçados a experimentar uma estranha e nova relação com nossos próprios limites. Resistimos e continuamos a resistir à sufocante invasão do vírus na alma e no corpo. Como psicanalistas, nossa atenção foi direcionada também à auto-observação e às transformações nos mundos interno e externo, cujos limites se confundiram, se fundiram ou se cindiram drasticamente, demandando um esforço maior de integração e uma valorização de áreas de transicionalidade acrescidas do estofo adquirido em nossas análises pessoais.

A prática clínica, inicialmente transformada em e pelo pandemônio, forçou-nos a romper com a sacrossanta continência do *setting* clássico, fazendo-nos mergulhar no ambiente selvagem, “não psicanalítico” dos atendimentos *online*. Se, por um lado, o universo virtual propiciou a continuação de nossos atendimentos, por outro lado, fomos confrontados com os excessos da tela plana, do contato visual ininterrupto com os clientes e com nossos próprios rostos. De forma inclemente como o vírus, nossas sessões foram invadindo espaços inusitados nos *settings* improvisados pelas duplas analíticas. Nossa “neutralidade” foi posta à prova, atravessada tanto pela presença do paciente em nossa própria casa (e nós na dele), quanto pela exaustiva horizontalidade imposta ao tratamento psicanalítico pelo trauma coletivo.



reduzidos por vezes
a um “setting mínimo”
renovamos a compreensão de
que as transformações de uma análise
provêm, acima de tudo e a despeito
das circunstâncias, de um breve toque,
de um encontro único entre almas

A psicanálise nunca mais será a mesma após a pandemia. Contudo, como psicanalistas, temos aprendido e criado como nunca! Fomos obrigados a deixar de lado a onipotência, a arrogância e as amarras do *establishment* analítico. O desamparo, o medo diante do desconhecido experimentado por nossos clientes e por nós mesmos transformaram a dor da “onipotência destruída”.

Lucas Simões Sessa
Pandemia(s)

O primeiro ponto que me ocorre levantar para ser debatido, a partir da proposta apresentada, tem a ver com a diferença entre tragédia e trauma. A primeira remete à própria condição humana, inerentemente trágica, uma vez que carrega em si determinações irredutíveis como a consciência sobre a finitude e a estrutura de impasse do desejo, na formulação de Lacan. Nomear a condição humana como trágica implica em dizer que ela é marcada por um destino inegociável, mas também aponta para a existência de um trabalho de produção discursiva acerca de uma experiência que é, portanto, da ordem da errância. A tragédia é uma estrutura narrativa capaz de encadear a contingência, do registro do real, na lógica do significante. Tragédia implica em um enredo de

Não sucumbimos à pandemia, ou à ferida narcísica perpetrada por ela, tampouco fomos derrotados pelo destino inexorável de uma tragédia grega. Inovamos, criamos, experimentamos diariamente novas formas de pensar, interagir, agir e sentir analítico. Reduzidos por vezes a um “setting mínimo” renovamos a compreensão de que as transformações de uma análise provêm, acima de tudo e a despeito das circunstâncias, de um breve toque, de um encontro único entre almas.

Referências

- Freud S. (1915/1974). Reflexões para os tempos de guerra e morte. In: *Edição standard das obras completas de Sigmund Freud*, vvol. XIV (p. 311-343). Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1921/1974). A psicologia de grupo e a análise do Ego. In: *Edição standard das obras completas de Sigmund Freud*. volume XVIII (p. 91-183). Rio de Janeiro: Imago.
- Hinshelwood R. (2020). *Pandemic, Panic and Pandemonium*. Political Mind.
- Hopper E. (2003). *Traumatic Experiences in the Unconscious Life of Groups*: London: Jessica Kingsley.
- Sousa Santos B. (2020) *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina.
- Žižek Z. (2020). *Pandemic Shakes the World*. London: Or Books.

sofrimento e na possibilidade de falar do mal-estar, inscrevendo-o no campo dos códigos socialmente reconhecidos e compartilhados de uma cultura e de uma época.

A noção de trauma nos indica o que está para além daquilo que o cobertor da linguagem consegue alcançar. Ao fracasso da representação psíquica, à angústia. A uma dor que não tem recursos para ser vivida nas nuances do significante, e assume a forma de algo que simplesmente acontece, sem que se possa dizer nada a respeito. Entre o trauma e a tragédia, entre o mal-estar e o sofrimento, o que existe é trabalho psíquico. A sustentação do desvelamento do caráter trágico da condição humana é traumática. Viver implica, então, em se alienar: à linguagem,

ao outro, a uma imagem de si. O imaginário é este campo de ilusões edificantes. Esquecemos da finitude, da distância impercorível que existe entre mim e o outro, da precariedade dos recursos de comunicação de que dispomos. Ignoramos que toda realidade é psíquica e que, portanto, no limite, só é possível dizer de si. Não contamos com o fato de que, até de nós mesmos conhecemos muito pouco, quem dirá do outro. Inadvertidos, podemos de algum modo dar conta de amar, trabalhar, investir, fazer planos, laços e apostas na vida.

Um acontecimento da dimensão de uma pandemia viral capaz de, no intervalo de um semestre, tirar a vida de milhares, infectar milhões e isolar bilhões de pessoas mundo afora traz um duplo potencial traumático: pelo que introduz e pelo que desvela. Introduce adoecimentos, mortes, confinamentos, prejuízos econômicos e toda uma sorte de privações que não existiriam em outro contexto e para as quais não estávamos preparados. Mas também desvela algo desse caráter inerentemente trágico da condição humana, que reiteradamente encobrimos como parte indissociável do esforço de viver. Faz lembrar a fragilidade dos nossos planos, a vulnerabilidade dos nossos corpos; aponta e abala a fundação narcísica das nossas certezas. Na cena contemporânea – com seus traços de hiperconexão, ideais de maximização produtiva, avanços tecnológicos e científicos que vendem promessas onipotentes de ampliação dos recursos de gestão da vida, de controle do tempo, da performance do corpo, e ofertam a possibilidade de colonização do futuro – é de se esperar que a queda seja especialmente significativa. Um golpe que é de natureza narcísica, na imagem que temos de nós mesmos, enquanto sujeitos e enquanto espécie.

Neste ponto é preciso lembrar que, desde Freud, a noção de adoecimento psíquico envolve uma importante dimensão quantitativa. Entre o traumático desvelamento irrestrito do desamparo inerente à condição humana, e uma alienação imaginária maciça a estes e outros ideais, o interessante talvez seja a possibilidade de habitar as



toda universalidade e toda experiência de compartilhamento são da ordem de uma ilusão imaginária. O trabalho analítico em meio a uma pandemia envolve o esforço de não ceder aos sedutores apelos da compreensão, do entendimento e da identificação

nuances, como quem deixa uma porta entreaberta, uma fresta.

E é nesse polimento artesanal dos grandes blocos que compõem o registro do imaginário que encontramos outro aspecto importante de ser debatido, e que diz respeito à ideia de que a pandemia é uma realidade que se apresenta a todos universalmente. Toda universalidade e toda experiência de compartilhamento são da ordem de uma ilusão imaginária. O trabalho analítico em meio a uma pandemia envolve, de maneira particularmente delicada e necessária, portanto, o esforço de não ceder aos sedutores apelos da compreensão, do entendimento e da identificação, no sentido de operar uma singularização dessa experiência. Ocupar uma posição de escuta implica essencialmente em um estranhamento da experiência do outro, ciente de que o único acesso possível a ela se dá pelo discurso desse que nos fala. De que a identificação e o entendimento encerram a singularidade da posição do sujeito e, com isso, a possibilidade de escutá-lo. Também demanda um trabalho ainda mais escorregadio de sustentar uma abstinência, que não implica na ausência do desejo nem na manutenção de um silêncio, mas em uma modalidade específica de posicionamento frente ao desejo e na especificidade de um dizer, que permitem o surgimento do sujeito do inconsciente.

A complexidade plural de respostas possíveis de serem construídas por um sujeito a



enquanto analista, me instiga experimentar a técnica em condições extremas, buscando conhecer o limiar em que ela se sustenta sem se descaracterizar. Essa reflexão proporciona recursos importantes para o sempre necessário e urgente empenho de ampliação do seu alcance

determinado contexto questiona e surpreende qualquer tentativa de antecipação, como a clínica nos lembra diariamente. Mas um parâmetro que me parece interessante para pensar manejos diz respeito ao grau de determinação do sofrimento. Frente a uma vivência de angústia, logo excessivamente indeterminada, é interessante trabalhar visando a construção de um discurso capaz de inscrevê-la em uma experiência de sofrimento possível de ser articulada nos termos, recursos e nuances da linguagem. Determinar tem a ver com passar a poder nomear como sendo medo de se contaminar, como luto pela perda de um ente querido pelo coronavírus ou como apreensão relativa ao futuro pós pandemia, por exemplo, e essa discriminação significativa modula encaminhamentos distintos. Isso é diferente de um caso em que o sofrimento do sujeito que nos procura se apresenta excessivamente determinado, por diagnósticos, explicações e causas. Alguém que deprimiu porque já sabe que vai morrer, já que toda desgraça sempre recai sobre ele e nem vale a pena tentar se prevenir, ou outro que desdenha da importância das medidas de proteção porque é imune a qualquer coisa e essa é só mais uma gripezinha. Cumpre aí o trabalho de operar um esvaziamento de algumas idealizações às quais aquele sujeito está excessivamente alienado, e que estão dificultando reposicionamentos que seriam importantes nesse momento.

Qualquer consideração acerca de o que essa pandemia nos lega enquanto sujeitos e psicanalistas, terceiro e último aspecto que eu gostaria de abordar, deve ter como ponto de partida a importância de não perder de vista a singularidade da experiência de um sujeito, o que inclui a singularidade de cada psicanalista também. Eis aí um legado aos analistas: somos sujeitos e estamos sujeitos. Dizer que a psicanálise é uma ética implícita, entre outros desdobramentos, em sustentar uma aposta de que o mundo não seria um lugar melhor de se viver se todos fossem iguais a mim. Enquanto analista, me instiga experimentar a técnica em condições extremas, buscando conhecer o limiar em que ela se sustenta sem se descaracterizar. Penso que essa reflexão proporciona recursos importantes para o sempre necessário e urgente empenho de ampliação do seu alcance.

Também é preciso diferenciar o que é da ordem do legado e o que são efeitos desta pandemia. Legado pressupõe transmissão e depende dos nossos recursos para construir algo a partir deste real que se impõe, indagando ainda nossas expectativas a respeito desse futuro já tão inflacionado de especulações. Parece-me evidente a existência de um efeito relativo a um trabalho de luto. Pelas perdas humanas sofridas durante a pandemia, pela perda de ideais e futuros que já estavam imaginariamente contratados. A intensificação dos cuidados, do gerenciamento dos corpos, das medidas de segurança, dos cálculos e proteções das fronteiras, tanto dos países quanto das peles. Inclusive, e talvez sobretudo, enquanto posicionamento de Estado, o que há de se traduzir em alguma redução das liberdades individuais, pretextos para o patrulhamento dos costumes e a exacerbação de conservadorismos diversos. Mas também uma urgência em reencontrar certos prazeres depois de tanto tempo de privação e renúncia.

Não deve ser desconsiderada, no entanto, a possibilidade de que grandes esforços sejam mobilizados no sentido de negar a dimensão e a importância dos impactos causados por esta pandemia, em uma tentativa maníaca de resgatar um

ideal de normalidade há muito insustentável e incompatível com o imperativo de cuidar dos efeitos e marcas dessa experiência nos diferentes âmbitos em que ela nos convoca. Cenário em que tudo o que está se passando seria tomado como aleatório infortúnio, sem que nenhum esforço no sentido de conhecer os fatores envolvidos na produção deste fenômeno fosse empregado, ao que permaneceríamos capturados em mortífera repetição.

A hiperinflação das idealizações da cena contemporânea tem um efeito importante de ser marcado, que pode ser atribuído a um trabalho da pulsão de vida, e que tem a ver com um aumento desenfreado de complexidades que caminham para uma indiferenciação massificante, como a reprodução celular em um processo tumoral. Nesse processo, a morte, enquanto pulsão, tem função imprescindível de operar um corte, uma ruptura capaz de instalar o vazio necessário à construção de novos arranjos. Dar voz à potência criadora do caos seria, no meu entendimento, um encaminhamento interessante de ser enfrentado neste momento que estamos atravessando.

Penso que seria interessante que o legado desta pandemia fosse da ordem de um redimensionamento narcísico capaz de operar um esvaziamento de idealizações de efeito libertador, em um giro passível de ser expresso pela diferença entre os termos “perder” e “prescindir”. Um legado de questionamento do peso paralisante de

Suelena Werneck Pereira

Tristes novos tempos

Muito difícil escrever sobre uma situação inteiramente nova e na qual estamos todos inseridos de modo inevitável. É uma condição que nos toma por completo, sem saída. Olhamos, como meros espectadores estarecidos, esse acontecimento, esse momento extraordinário, tentando entender não só a pandemia como os fenômenos de massa que a acompanham. A caotização política, que precariza ainda mais essa situação



*a caotização política,
que precariza ainda mais essa
situação limite, somou-se à pandemia
e, juntas, escancararam uma face
desconhecida da sociedade,
na qual o ódio opera como diretriz
política. O contemporâneo
se desvela tenso*

demandar tantas garantias, do cálculo fóbico que deriva de ter a felicidade como critério maior de valoração da experiência. De um aprendizado genuíno acerca da importância e urgência do estabelecimento de uma lógica coletiva de gestão da vida em sociedade, condizente com a função estruturante do outro na fundação de um sujeito e com a sustentação de um pacto civilizatório que assim possa ser chamado. Um legado capaz de nos sensibilizar para a determinação lógica da morte – enquanto acontecimento, pulsão e saber da própria finitude – na construção semântica da experiência da vida, análogo à relação entre silêncio e música e ao efeito de significação exercido por um ponto final.

limite, somou-se à pandemia e, juntas, escancararam uma face desconhecida da sociedade, na qual o ódio opera como diretriz política. O contemporâneo se desvela tenso, num conflito importante entre aspectos conservadores e progressistas; a fina epiderme que o encobria se rasgou, revelando uma bizarrice explícita e tóxica. Some-se a isso o fato de vivermos em um país com desigualdade social obscena e ausência



*o ato de inclinar-se
para escutar a fala dos analisandos,
a clínica propriamente, continua
em princípio a mesma, fundamentada
no mesmo edifício teórico. Só
que com outro grau de intimidade,
com outra familiaridade*

de um projeto coletivo: é cada um por si, sem pacto, sem acordo social.

Nossa prática se apresenta diferente da usual por questões impostas pelas novas regras de isolamento social. Entretanto, o ato de inclinar-se para escutar a fala dos analisandos, a clínica propriamente, continua em princípio a mesma, fundamentada no mesmo edifício teórico. Só que com outro grau de intimidade, com outra familiaridade. E deparando-se, de modo contundente, com o que esteve sempre na mira das análises: o desamparo e a castração.

Ao mesmo tempo, pela condição vivida por todos, sem exceção, com seu cortejo de restrições, medos, perdas, nos encontramos na mesma condição dos analisandos. Se antes podíamos dizer que havia uma assimetria entre os dois lugares, o do analista e o do analisando, ou melhor, uma dissimetria – baseada em, apesar de todo sofrimento humano ser universal, o analista se encontrar mais bem equipado, por sua análise pessoal e por seu estudo, a pôr em prática certa neutralidade e compreender melhor do que se trata aquela narrativa –, agora temos um sofrimento comum, para o qual estamos igualmente despreparados. Sim, o analista continuará mais apto a lidar de modo mais adequado com as demandas do vírus, posto que nosso treinamento nos deu ferramentas importantes, mas não estará fora dele, muito menos a salvo. Perdemos qualquer fantasia de

imunidade. Vivemos a mesma realidade, mas devemos acreditar que temos instrumentos que nos equipam melhor para enfrentar essa catástrofe.

A pandemia revela, ou manifesta, algo de que sempre soubemos. O que antes era uma verdade abstrata, a nossa finitude, torna-se uma ameaça concreta e compartilhada planetariamente. Temos como tarefa primeira a análise das percepções equivocadas compartilhadas por todos: a de que somos imunes às tragédias. Sempre alimentamos uma esperança descabida de que as desgraças acontecem só com os outros. Essa pandemia operou um concreto choque de realidade; as estratégias de sustentação estão falhando, perdendo o precário sentido então criado. Temos de reinventar táticas para enfrentar essa vulnerabilidade.

A experiência dessa dor compartilhada, ao quebrar uma suposta neutralidade do analista, cria nele uma sensação de impotência ao se deparar com novas e agudas formas de sofrimento psíquico. Nada ou muito pouco sabemos a respeito desse novo vírus. O vírus é um ser sem vida própria, que vive somente no organismo vivo que invade; ele se apropria da vida de um outro. São considerados parasitas, não podendo ser considerados propriamente seres vivos; seriam meros “ladrões” da vida alheia. Já que o vírus não é um organismo vivo, não nos cabe matá-lo, mas simplesmente evitá-lo e, com sorte, neutralizar sua potência de ataque. Ainda não há vacinas, não há medicamentos eficientes, não há hospitais suficientes, não há proteção de fato efetiva. Cada um se protege como pode e como entende que deve, já que não temos uma diretriz consistente. A característica traumática dessa situação nos invadiu com seu susto e agora temos de inventar novos modos de viver, cheios de temor. Em nossa experiência compartilhada, na comoção psíquica causada pelo trauma, não podemos desmentir a própria dor. Confinados, muitas vezes totalmente isolados, temos de dar conta de tarefas antes impensáveis. Ao fantasma da morte soma-se a situação de confinamento.

Temos de estar muito atentos para que o isolamento físico não acarrete um indesejável

confinamento psíquico, uma perda de território de pensar. E a toda hora as pessoas se perguntam como será o “novo normal”. Será que não se pode viver sem uma norma? Parece-me que se quer mais do mesmo quando se invoca esse novo normal. Apenas mais um faz de conta.

E há um fator inédito relativo à projeção do futuro: seu achatamento. Deparamo-nos com a impossibilidade de planejar, de fazer projetos. É inevitável o agravamento do sofrimento humano diante de um acontecimento que escapa totalmente de nossa intervenção e de nossa potência. Não apenas mudou o espaço do atendimento ou a amplitude da vida, dos horizontes: mudou o olhar sobre o tempo, a finitude não é mais passível de ser disfarçada. A morte sempre esteve presente em todas as análises bem conduzidas e era a marca de um fim de análise a admissão da morte, da castração. Mas a cara da morte mudou: nunca ela esteve tão presente, tão real, tão concreta, de modo tão brutal. Esse espetáculo midiático, contínuo e diário, fragiliza nossas defesas, a contagem macabra nos joga em mais desamparo; algo difícil de ser simbolizado passou a fazer parte das notícias do dia, instalando-se uma certa promiscuidade com sua presença. Contam-se os mortos diariamente, no noticiário. Já se sabia que a morte nos esperava logo ali, a qualquer momento, mas se fazia de conta que se tinha algum controle. Esse controle sumiu. Nunca nos sentimos tão vulneráveis, tão ameaçados, tanto nós, psicanalistas, quanto nossos analisandos. Houve uma banalização da morte. O vírus invisível tornou nossa finitude muito visível.

Paradoxalmente, passamos a nos alimentar de *lives*, de transmissões ao vivo, para compensar

esse excesso de morte, para nos ligar ao vital. Para driblar a onipresença muito incômoda dos óbitos, nos vinculamos às *lives* com frenesi, em um trabalho incansável de Eros. E nos voltamos inteiramente à potência de Eros para podermos continuar, para fazermos novas dobras. E somos cada vez mais afetados pela tecnologia, importante vetor de subjetivação; há uma intensificação de nossa dimensão maquínica, ficcional. Tivemos de nos atualizar também nesse campo, para muitos de nós inóspito.

Penso que a função clínica ganhou um novo aspecto, o de dar crédito, ser fiador da percepção do mundo. Tendo sido nossa tarefa trabalhar no sentido de uma ampliação dos espaços, nos deparamos, nesse momento, com uma infinidade de restrições. Cabe a nós, agora, a difícil tarefa de tentar dar algum sentido à vida. Cabe a nós, agora, reconhecer as perdas e atravessar, com nossos analisandos, o sofrimento, que é compartilhado. Não temos as respostas que são esperadas, não somos portadores de nenhuma garantia. Já havíamos entendido que a prática psicanalítica se funda no sem *álibi* e constatamos, a duras penas, que essa prática é também sem nenhuma garantia. Temos de nos haver com a terrível ruptura de certezas ilusórias. Nessa situação limite, trabalhamos com afetos de base: o isolamento social não deve vir acompanhado de um isolamento afetivo. Nesta era de excesso de conexão e ausência de pudor, nestes tempos mais que incertos e conturbados, de radicalização política e soluções populistas, penso que devemos apostar na delicadeza dos gestos, na crença nos vínculos, na potência do sentido.

Um corpo de angústia

Cristina Perdomo

Comentado por
Silvana Rea e Daniel Kupermann

Cristina Perdomo é psicóloga, psicanalista, coordenadora geral do Departamento Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae (gestão atual). Foi Membro da Diretoria do Instituto Sedes Sapientiae, gestão 2013-2018.

Silvana Rea é membro efetivo e diretora científica da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. Graduada em Cinema e Psicologia, Mestre e Doutora em Psicologia da Arte pelo IP-USP, autora de artigos e dos livros *Transformatividade: aproximações entre psicanálise e artes plásticas* e *Pelos poros do mundo*.

Daniel Kupermann é psicanalista, professor do Instituto de Psicologia da USP e presidente do Grupo Brasileiro de Pesquisas Sándor Ferenczi. É autor de vários livros, com destaque para *Transferências cruzadas: uma história da psicanálise e suas instituições* (Escuta), *Estilos do cuidado: a psicanálise e o traumático* e *Por que Ferenczi?* (ambos pela editora Zagodoni).

Camilo é experiente em análises, me conta logo, com certa suficiência, já na sua primeira entrevista. Vários analistas têm passado por ele (e não o contrário), uns por pouco tempo, outros por um pouco mais. Nenhum “conseguiu fisgá-lo”. Com quem esteve por mais tempo foi durante a sua infância, lá pelos 6 ou 7 anos. Sua mãe o levou para fazer “ludo-terapia”, assim como também levou a seu irmão, dois anos menor do que ele. “Mas essa analista não conta, não foi escolhida por mim”.

Possivelmente eu seria mais uma das analistas entrevistadas. O que motiva, no manifesto, seu pedido de consulta é que “não conseguem engravidar”. Várias tentativas e nada. A fala oscila do singular “ela” (referindo-se à sua mulher) ao plural “nós” sem que Camilo possa perceber a evitação do “eu”. Ele está fora, numa posição de relato no qual se inclui nas margens, mas se alguém não consegue algo (engravidar), certamente não é ele.

Muita arrogância e prepotência. As entrevistas prosseguem... Um dia Camilo chega descontrolado... Teve um acidente logo na esquina do consultório... “Vinha pensando sei lá em quê, possivelmente distraído”, e não viu o farol vermelho.

Pois é... E tinha certeza de que a distração fora dele... Esta vez não consegue encontrar a fórmula para dividir com alguém algo seu, a responsabilidade é toda sua. O mundo tem suas leis, e às vezes não se alinham com as dele. Iniciamos a análise.

Os primeiros meses transcorrem com o eixo preponderante da “tarefa de engravidar”. Suas falas carregam sempre arrogância e desprezo.

Oscila entre falar de seu desejo de filho, trocando pelo “desejo dela” de filho. Afinal, a quem imputar o desejo que lhe mostra sua

falha? Queixa-se dos procedimentos, “ter que transar por encomenda”, esse não é seu estilo e por isso às vezes falha. O fracasso não é dele, é da metodologia escolhida. “Onde já se viu ter ereções forçadas” ou “ter que transar quando a fêmea está em período fértil! Isso é para animais”.

Em transferência também aparece o “incômodo da metodologia”, ter que falar por encomenda, em dias e horários estipulados, onde a temperatura nem sempre é a ideal.

Sua vida sexual, com sua mulher e com outras parceiras, é intensa. Contada, por momentos, com excesso de detalhes. A intimidade de seus encontros fica posta num ato de exibicionismo. Exibicionismo de masculinidade, exibicionismo do Kamasutra, imagens de centenas de posições que parece conhecer à perfeição. Não há vínculo amoroso com essas mulheres, são “parceiras de prazer”, o importante é o prazer, “tudo está permitido, sempre e quando ela também goste”. Registro que, mesmo nas entrelinhas, há alguma consideração pela parceira de turno. São amigas ocasionais, funcionárias do jornal onde trabalha, mulheres que conhece na rua.

Não sai com prostitutas. Não aceita pagar para ter sexo. O sexo é sempre prático e muito técnico. Técnicas praticadas com esmero, mas não sem intensidade, e sempre com resultados admiráveis, tanto para sua parceira como para ele. “Gozar até a última gota”. Sua lista de mulheres é extensa e diversa: mulheres sofisticadas ou pobrezinhas, intelectuais ou superficiais, todos os gostos e tamanhos.

Os travestis são um capítulo à parte... Deboche, nojo, sadismo. Tinha na sua adolescência passeios de carro pelas avenidas de São Paulo, em companhia de colegas, onde simulavam parar o carro, e quando “esse fantoche se aproximava ríamos da cara dele e partíamos”. Os fantoches assistam, despertam curiosidade, desejo?

No começo de uma sessão disse exultante: “Bravo! Mulher prenha!!! Agora a curtir o mundo sem transas monitoradas.” Durante os meses de gravidez não há quase relações sexuais do casal. Mas Camilo continua com sua “sexualidade



sua vida sexual, com sua mulher e com outras parceiras, é intensa.

A intimidade de seus encontros fica posta num ato de exibicionismo.

Exibicionismo de masculinidade, exibicionismo do Kamasutra, imagens de centenas de posições que ele parece conhecer à perfeição

mundana”. “Só uma mentalidade burguesa exalta a família e a monogamia”.

Nasce seu primeiro filho, Antônio, o que é motivo de grande ambivalência. Se por um lado a missão foi cumprida com sucesso, por outro há uma criança que depende e dependerá dele por muito tempo. Isto o aterra pela amarração que significa, mas também pelo seu próprio desamparo. Demonstrações de ternura, mas muita rivalidade. “Quem manda sou eu, ele terá que obedecer”. Antônio é um nome interessante, “Il bello Antônio”, pena que fosse também o nome de seu sogro, já falecido.

Camilo não gosta da família da sua mulher... “Que tédio, são todos muito chatos!” Não gosta de ninguém. Sobretudo de um cunhado, roteirista de novelas com bastante sucesso, de quem fala que só escreve “merdas”, para um público “sem cérebro” que “baba ovo”. Esclareço que Camilo também é um escritor, com alguns prêmios conquistados.

E nasce Silvia pouco tempo depois. Se bem nos primeiros momentos se desconcerta com a chegada de uma menina, logo sente uma profunda ternura. Teme que Antônio se ressinta com a chegada da irmã. Camilo se pergunta se há algo, no fato de ter tido uma filha mulher, que o leve a gostar mais dela do que do Antônio.

Não gosta de trocar as fraldas de Silvia. Não gosta de higienizar e olhar a genitália. Tampouco gostava de trocar as fraldas de Antônio, sentia certo “rechaço por esse corpo exposto”.



estamos num processo em que a agressividade aparece sem disfarces. Banca o “supermacho”, briguento e destemido na rua, no trânsito, nos encontros sociais. Por momentos funciona, especialmente com sua mulher, em um mau-trato que beira a humilhação e o desprezo

Com Antônio o trato é rude, o educa muito severamente. “Nada de moleza. A vida é dura e mais vale que entenda isso logo”. À medida que Antônio cresce as exigências para com ele aumentam. Tem que ser brilhante, o melhor aluno, o mais forte, o mais popular.

Sua mulher, Mariana, é uma executiva com alto cargo numa multinacional, bastante dedicada à sua carreira e que deve ausentar-se, às vezes, por longos períodos, por encargos de seu trabalho. Camilo claramente critica a falta de dedicação ao lar, que mascara uma “medida comparativa” com seu próprio trabalho e seus rendimentos econômicos.

Se a casa funciona é pelas empregadas que ele fiscaliza. Sua mulher “não sabe fazer tarefas de mulher”. Não sabe cuidar da casa, não sabe se arrumar, não é bonita e não é boa na cama. Às vezes pensa em se separar... mas nunca com muita convicção. Não leva isso a uma forma mais profunda de questionamento sobre o casamento.

Os filhos o incomodam na sua “concentração”, já que ele trabalha a maior parte do tempo em casa. Decide-se então pela saída para um escritório. Nada acontece e sua “concentração” parece piorar a cada dia. Sua capacidade de produção está em declínio. A análise é diretamente involucrada como causante dessa descompensação. Pensa que, seguramente, essa descompensação será transitória, dando lugar a futuros grandiosos, com reconhecimento universal, tanto na literatura como na escultura.

Camilo, além de trabalhar semanalmente para um jornal, escreve contos curtos, alguns romances também. Seu estilo luxurioso tenta aproximar-se de João Ubaldo Ribeiro em *A casa dos budas ditosos*, onde vale o “faço tudo o que me dê na cabeça, não quero saber de limitações”, ou de Sade, a quem muitas vezes evoca. Sempre fica aquém, quando se compara com esses autores admirados, mas não sem um reconhecimento de editoras e algumas premiações. Seus contos têm pontos autobiográficos que o estimulam a continuar escrevendo. “É uma maneira de me narrar em pedaços”.

Também faz incursões na escultura, sempre com ferros retorcidos, arames farpados, pregos, latas. Algumas vendidas para empresas, que as colocam decorativamente à entrada de prédios, lhe rendem um bom dinheiro. São esculturas enormes, que demandam um grande esforço de criação e fabricação e têm em comum algo agressivo, que ele chama de “arrojado e inovador”. Certamente também formas de se narrar.

Estamos num processo em que a agressividade aparece sem disfarces. Banca o “supermacho”, briguento e destemido na rua, no trânsito, nos encontros sociais. Por momentos funciona, especialmente com sua mulher, em um mau-trato que beira a humilhação e o desprezo. Por momentos, abuso de álcool e, em ocasiões, maconha e cocaína. Cita Sade: “Os homens são déspotas quando estão em ereção. Eu sou um déspota em ereção permanente”. Enquanto reina o fantasma do super acho, os objetos são só objetos e o prazer é só narcisista.

Nesse momento Camilo está com 46 anos. Ele se organiza nesta agressividade (quase perversa), destituindo o lugar do outro, como forma compensatória no reequilíbrio temporário de seu sistema psíquico. A agressividade e o montante de sadismo para com o objeto funcionam como uma conduta evacuativa e defensiva, colocando um dique ao esvaziamento, mas que corre o risco permanente de colapso. Quando consigo deslocá-lo desta posição aparece uma depressão que pré-anuncia a catástrofe e sua inércia perante a catástrofe.

Seus relatos tomam outro rumo...

Camilo teve, em vários momentos da sua vida, dúvidas sobre sua identidade sexual, expressas de diferentes maneiras: tamanho de seu pênis, número de conquistas amorosas, rechaço intenso por homossexuais afeminados, curiosidade e deboche de travestis...

Ao entrar num banheiro sem compartimentos, não pode deixar de olhar para o pênis de outros e compará-lo “metricamente” com o seu. Teme ser descoberto e mal interpretado nesse olhar. Quando sua comparação milimetrada o favorece, experimenta um sentimento de triunfo voluptuoso, que o reconforta. O pênis é sua grandeza! O que por outro lado deixa evidente sua entrada temerosa e pouco confiante na competição por ele estabelecida.

Aos poucos vamos entrando no labirinto... Os temores de extravio, de quebra de articulações que reasseguram, de pensamentos que se amontoam sem ordem, elevam a “sua temperatura” e fazem com que coincidamos, a pedido de Camilo, em passar a três sessões semanais. É um momento fértil, embora angustiante. O aumento do número de sessões surge após um pedido explícito de medicação, seguido de uma pergunta sobre a necessidade de voltar ao psiquiatra para ser “adormecido”. Estar acordado e ver o farol em vermelho assusta. A travessia tem riscos, mas decide enfrentar, embora com um pé no freio.

Sei que não é fácil arcar economicamente com o aumento de sessões, mas Camilo pensa que é vital neste momento e eu concordo.

Também volta ao psiquiatra, mas resiste a tomar a medicação indicada por ele “para não atrapalhar, pois preciso ter condições de pensar”. Por outra parte ressurgem uma velha animosidade com o psiquiatra, “que não escuta quase nada e já vai receitando o veneno”.

O ponto mais difícil do manejo transferencial. A palavra funcionando em ato. A palavra degradada do comunicacional para o evacuativo, em puro processo de descarga, quase um grito. A posituação da presença do analista, a transferência agressiva erótica, a corporeidade de corpos.



o ponto mais difícil do manejo transferencial. A palavra funcionando em ato. A palavra degradada do comunicacional para o evacuativo, em puro processo de descarga, quase um grito. A posituação da presença do analista, a transferência agressiva erótica, a corporeidade de corpos

O discurso se endereça a mim, com clara referência a minha pessoa, sonhos e falas sem pudor, falas descarnadas, que operam do lado do Eu com a intenção de provocar intensas reações em mim, implodindo meu pensamento. O fundamental aqui é que não há uma percepção de que é o colapso de seu próprio pensamento que está em jogo.

O exercício de sua fala é vivido como uma demonstração de poder. Proclama que se eu não cedo a seus convites “é porque você fica agarrada a uma ética babaca e ultrapassada, mas seguramente morrendo de vontade”. Contenção explícita da minha parte, mostrando que se por um lado ele supõe que ganha, efetivamente ele perde. Desta forma não podemos pensar nem avançar no labirinto. O risco da travessia é grande, mas também necessário.

Os conteúdos eróticos sempre foram falados no divã. Nunca houve um olhar para trás ou um movimento corporal de aproximação. Terminada a sessão, Camilo levantava, evitava meu olhar e estendia sua mão falando até a próxima.

A transferência agressiva cede pouco a pouco... E se antes meu corpo e minha pessoa estavam em seu discurso violento, a violência volta agora contra si mesmo, em um corpo que denuncia o essencial: o excesso. Seu corpo que não é seu, o corpo que à revelia diz algo, numa tentativa enlouquecida de descarga.

A angústia segue agora um caminho diferente. O “buraco” difuso, amorfo, obscuro e, sem



proponho que, antes de dar um nome para o que lhe acontece, continuemos o trabalho. Não é homossexualidade reprimida o que se simboliza no ânus. O ânus evita o transbordamento que ele chama de loucura. O fantasma se transforma em marca no corpo

dúvida, temido. O espaço analítico agora pensado desde o vértice da reativação de elementos regressivos e eróticos; o espaço analítico produtor de autotraumatismos (J. Laplanche).

Aparece uma nova sintomatologia que o aflige enormemente: seu ânus lateja, são sensações anais desconhecidas, não experimentadas antes; seu ânus se contrai involuntariamente, à revelia. Isto o perturba ao extremo, estas sensações perturbam sua vida relacional e de trabalho. O importante é que Camilo pode transformar em indício esse signo e começar a interrogar-se sobre ele. A voltagem é elevada e o risco de curtos-circuitos também. Risco de fragmentação egoica expresso como “tenho medo de não parar e de ficar louco” e “Minha cabeça não para, é uma explosão”. Os pensamentos aceleram, não param, e o corpo sente uma necessidade imperiosa de movimento e evacuação. O ânus fala. Lembranças vagas e sofridas, fatos dos que não tem certeza, fiapos de trama simbólica tentando dar conta de um novo processo.

Rapidamente um fechamento: “Sou um homossexual, sou um homossexual reprimido, sempre fui um homossexual. Como não percebi isso antes!” Esta sentença que “aparentemente” desarticula suas convicções sobre si mesmo, penso que está ao serviço da defesa, fechando as possibilidades de avançar. Com a convicção de que o fantasma da homossexualidade obtura um processo que começa a se delinear, proponho que, antes de

dar um nome para o que lhe acontece, continuemos o trabalho.

Não é homossexualidade reprimida o que se simboliza no ânus. O ânus evita o transbordamento que ele chama de loucura. O fantasma se transforma em marca no corpo.

A violência vai se ligando às lembranças de intrusão materna, aos momentos em que sua mãe o invadia contando sobre as noites de alcova. O marido bêbado, o corpo rejeitado com nojo, o ato sexual consumado com os dentes apertados. Em Camilo sentimentos desencontrados de pena, de curiosidade, de ódio, de medo. Ela, Joana, o violenta pelos ouvidos, um orifício que não pode tampar. Como isto se processa nos nossos diálogos? Estarei violentando como revanche por ter sido violentada com sua fala? Os momentos de tensão transferencial foram difíceis, longos e intensos.

A mãe de Camilo, a quem ele se refere pelo nome, Joana, está hoje velha, dependente e demandante. Camilo lembra que sua mãe era uma mulher extremamente bela, sedutora, e por momentos provocativa com os homens. Ele a olhava... mas também a protegia, só estando a seu lado. Hoje o corpo da mãe lhe produz nojo, repulsa e por momentos a fantasia de morte e decomposição... “Um esqueleto com moscas e vermes”. Já não oculta o desejo de que ela morra. Talvez dessa forma possa “guardar a imagem do que ela foi”.

Ele soube, pelos relatos da sua mãe, que seu pai era um exibicionista. Camilo lembra a denúncia de uma funcionária, a polícia chegando na porta, o choro da mãe, os vizinhos... sua vergonha. Na piscina, ele e seu pai. Ele na água e seu pai sentado na beira... O calor, o sol e o calção largo. A curiosidade de olhar pelas fendas algumas partes que aparecem mostrando a genitália do pai. O pai mostra o pênis, ele mostra seu traseiro.

O olhar dos outros deixa de ser inócuo para Camilo e se transforma num olhar que “vê seu ânus”. Construções paranoicas pseudodelirantes entram em cena: outros homens, percebendo o movimento de seu ânus, reagem excitados levando

a mão ao próprio pênis ou olhando para ele de maneira especial, desejosa alguns, assustada outros. Sabem eles de seus desejos homossexuais?

Outros elementos que Camilo tenta encaixar neste complicado tecido. Aos 8 ou 9 anos, numa aula difícil de matemática, com um professor homem, enfia um lápis em seu ânus. “Sinto dor? Talvez prazer? Não posso saber...” Aos 10, uma outra lembrança, com colegas mais velhos. Na saída da escola, numa rua estreita, forçavam um colega da mesma turma de Camilo, “baixavam suas calças e lhe enfiavam os dedos”. Todos riam, Camilo também. Pensa que pode “ter sentido medo de que fizessem isso comigo. Ou talvez desejo de ser eu o penetrado”. Mas reconhece que, ao mesmo tempo, “queria pertencer ao grupo dos fortes, à turma dos fodões, dos penetradores”.

Elemento atual: Perda de matéria fecal na cueca... “sempre fica um resto que acaba sujando a cueca... deve de ser o cu laceado”. Assim, rapidamente, todos os caminhos conduzem a Roma... Homossexualismo... Não obstante insisto em que há algo que o transborda, algo que se dispara nele, e que precisa encaixá-lo de alguma forma, mesmo numa nomenclatura, para ter alguma explicação. Sem explicação sente que enlouquece.

A passagem do pênis ao ânus como lugar de exibicionismo, o ânus quebrando seu pensamento, a angústia no corpo, o corpo tomando a seu cargo aqueles elementos inscritos e a possibilidade de transformá-los em enigma. Quando estes elementos não metabólicos o atravessam, Camilo deixa de ser ele, para ser um ânus que palpita, que pulsa, que se mexe, que grita e que começa a falar. Ele é um ânus.

Há uma tentativa desesperada de dar um sentido que fixe e detenha o deslizamento energético. Que represente algo para ele e, como reforço, que represente algo também para os outros, embora ao preço de um pensamento paranoico. O transforma numa mensagem para ele e para os demais. Rigidez de tradução que opera claramente do lado defensivo, fazendo uma leitura sequencial do código: ânus – pênis – penetração – prazer homossexual.



podemos pensar, à maneira da compulsão, que há uma aniquilação do sujeito, algo arrasa o sujeito e o aniquila; só lhe resta um ânus como resposta, seu pensamento implode, só tem um ânus, que talvez possa vir a chamar de seu, para pensar

Seu ânus se encarrega (ou é carregado) de algo da ordem da angústia não metabolizável. Se faz necessário mobilizar um processo de apropriação e recomposição de elementos. Camilo fica capturado em um ato que remete a um posicionamento perante o irrepresentável. Podemos pensar, à maneira da compulsão, que há uma aniquilação do sujeito, algo arrasa o sujeito e o aniquila; só lhe resta um ânus como resposta, seu pensamento implode, só tem um ânus, que talvez possa vir a chamar de seu, para pensar.

Continuamos por estes caminhos para que Camilo pudesse pensar e pensar-se. Processo de análise como lugar privilegiado de ativação de representações propiciando também a emergência de elementos não metabolizados, não engastados na trama representacional. A análise se estende por uns nove anos. Momentos de muita angústia no divã, e também na poltrona.

Camilo investe mais em seu trabalho com esculturas, e consegue um espaço numa exposição no exterior. O sucesso o compensa narcisicamente. Trata de realizar, timidamente, aproximações carinhosas com seus filhos, muitas vezes em seu ateliê, propiciando momentos lúdicos para as crianças e para si mesmo. Se surpreende do sabor que têm para ele estas experiências.

Recupera algumas lembranças com seu pai, em que as brincadeiras eram desafiadoras, de adivinhar umas coisas muito complicadas, de caça



Camilo se apresenta em um jogo de sedução e de poder, que indica o medo e o desejo de ligação. E o faz por meio de uma inversão engenhosa, uma vez que é ele quem joga a isca, ele é um pescador disfarçado de peixe

ao tesouro, de contas e números que deviam resolver rápido. Uma outra imagem de pai. Decide a separação com sua mulher em termos amigáveis. Espera iniciar um relacionamento diferente algum dia, embora não descarte a possibilidade

de continuar sozinho pelo mundo. Se sente bem assim. Parte para morar no exterior. Tive, por algum tempo, notícias dele, em geral por cartazes de exposições de que participava e que ele me enviava, sem mais palavras.

Comentário de Silvana Rea

*Ó, pedaço de mim, ó, metade exilada de mim*¹

Qualquer processo de análise refere a múltiplas narrativas: aquela que o paciente traz como entendimento de si, as que ficam de fora e todas as outras que, no decorrer do trabalho, são construídas pela dupla. O psicanalista é convocado a escrever mais uma delas, pelas questões que surgem no campo transferencial. E, ao produzir uma escrita associativa e relacional como autor, ele também cria um campo transferencial com o seu leitor, estimulando associações e pensamento clínico². É assim, como leitora, que me insiro neste circuito.

* * *

Conhecemos Camilo nas primeiras entrevistas, apresentando-se como o centro pelo qual passaram vários profissionais sem sucesso. Chega por meio

de uma provocação: a analista conseguiria “fiscá-lo”? Outros falharam. Abalando o narcisismo da analista, ele busca deixá-la acuada pelo desafio ou seduzida pelo desejo de ser suficientemente interessante para tê-lo como paciente. E a posiciona em sua mira: está sendo avaliada. Afinal, a ludoterapeuta que não foi escolhida por ele nem conta, era um nada. Ser escolhido por ele não é para qualquer um. Camilo portanto se apresenta em um jogo de sedução e de poder, que indica o medo e o desejo de ligação. E o faz por meio de uma inversão engenhosa, uma vez que é ele quem joga a isca, ele é um pescador disfarçado de peixe.

A análise tem início quando, aproximando-se do consultório, é surpreendido pelo impacto violento da alteridade. Um acidente de trânsito faz com que se reconheça separado, responsável por ter ultrapassado o limite eu/outro que o sinal vermelho indicava. Um abalo que faz lembrar que o inimigo do narcisismo é a realidade do objeto³.

1 Versos de *Pedaço de mim*, de Chico Buarque.

2 Green, *El pensamiento clínico*, 2014.

3 Green, <>, 1988.

Aos poucos surge de forma ambígua a dificuldade para engravidar: de quem é a demanda, quem deseja um filho? E mais, de quem é a falha? Esta, a pergunta que não cala. Inevitável pensar que diferentemente do processo criativo da escrita ou o da escultura, simbolizante porém solitário, para gerar uma criança são necessários dois; um complementar à falta do outro. E como ele recusa ter falha e desejo, e reluta em abrir mão de se sentir ilimitado, localiza o problema no método que lhe impõe a castração no divã e na cama.

Portanto, Camilo se apresenta narrando-se a partir de suas defesas. A ele cabe jogar. Intelectualizar em posição de poder e de superioridade. E construir cenas exibicionistas para a analista, talvez tentando excitá-la com as suas qualidades de amante sem vínculos, mas de prazer garantido. São inúmeras as parceiras de sua “sexualidade mundana” voraz, que quer conquistar o mundo.

Aqui, trata-se do corpo. Há algo que busca falar pelo sensorial e motor que poderia indicar experiências arcaicas clivadas, não integradas, impedidas de se transformarem em um sistema representacional⁴. A longa lista de variadas e descartáveis amantes, neste sentido, poderia mostrar uma repetição em busca de integração, uma busca por apropriar-se de algo apartado, algo que ele não vê de si mesmo, mas no entanto, mostra⁵.

Talvez ele não tenha contado com um objeto cuja função simbolizante garantisse seus alicerces diante da intensidade pulsional que, sem contenção ou moldura, lançou mão da clivagem para dar um arremedo de contorno ao transbordamento. Uma defesa que cria a desconexão entre o psíquico (eu) e o não psíquico (outro), e também dentro da própria esfera psíquica, criando algo enquistado. Estratégia eficiente, mas que lacera a subjetividade entre parte representada e parte não representada. Assim, é possível que Camilo, aquele que se apresenta sem falhas, tenha sofrido falhas básicas no processo de construção de si. É possível que algo tenha ocorrido no processo de separação sujeito/objeto, prejudicando a instauração de um espaço simbólico “entre-dois”, dificultando a experiência de “terceiridade” que permite



é possível que Camilo, aquele que se apresenta sem falhas, tenha sofrido falhas básicas no processo de construção de si. É possível que algo tenha ocorrido no processo de separação sujeito/objeto, prejudicando a instauração de um espaço simbólico “entre-dois”

o caminho da dimensão especular ao acesso à alteridade⁶.

De fato, sabemos que o outro, por seu estatuto não-eu, é sempre traumático. Pela problemática de Camilo, a possibilidade desse encontro, com o reconhecimento do objeto e o desejo por ele, pode representar uma ameaça ao equilíbrio e exigir proteção. Outra estratégia é tornar o objeto funcional para seu exercício sexual quase aditivo. Assim, ele garante que haja relação, mas como ela é sem envolvimento, garante também que não haja falta. Um tipo de sexualização que mantém a integridade do eu porque o outro é um simulacro que não provoca imprevisto – como o acidente automobilístico que o surpreendeu ao se aproximar da analista –, uma vez que se está na dimensão do mesmo⁷.

Por isso também sua esposa, executiva em cargo de poder, fica prenha como um animal, desumanizada, dessubjetivada e desqualificada. Apresentada pelo negativo, ela não é mulher, não sabe ser mulher, na casa e na cama. Mas é ela quem dá à luz Antônio. Para Camilo, o *bell'Antonio*.

No filme de Mauro Bolognini, Marcello Mastroianni é Antonio, que deixa as mulheres “como gatas no cio”, convictas de que o poder sedutor de sua beleza o torna o amante perfeito. Mas trata-se de um ideal impossível de atingir; para ele, sexo só com prostitutas ou criadas. Com as “mulheres-anjo” ele é o menino vulnerável de contato físico casto, feito de beijos, e de dormir de mãos dadas.



*o seu Antônio tem que ser bello
para que Camilo mantenha-
se psicologicamente organizado.
Como o pai do filme, que cumpre
seu dever de maschio morrendo
nos braços de uma prostituta,
está encarcerado em
uma trama mortífera*

Sua fragilidade o aprisiona entre atender o desejo feminino que ele provoca e sustentar o lugar que lhe é exigido pelo pai, que precisa dos atributos do filho como suporte identitário.

Camilo se debate internamente entre aspectos dos personagens de Bolognini: Antonio e o pai. Talvez se identifique com seu filho recém-nascido, vulnerável na necessidade vital do outro, de quem ainda não pode se separar. Mas o contato com o próprio desamparo e dependência é insuportável e o leva a tomar a criança como alimento narcísico: ele deve ser “brilhante, o melhor aluno, o mais forte, o mais popular”. O seu Antônio tem que ser *bello* para que Camilo mantenha-se psicologicamente organizado. Como o pai do filme, que cumpre seu dever de *maschio* morrendo nos braços de uma prostituta, está encarcerado em uma trama mortífera, na qual a sexualização é usada defensivamente para sustentar o sentido de ser.

Aqui encontramos um espelho que só reflete uma imagem de eu ideal, depositário da idealização da onipotência e da perfeição infantil⁸. Impedido de abandonar o objeto e de efetuar o luto deste narcisismo sob pena de provocar uma perda

do eu, Camilo se encontra em clausura. Por isso, diferentemente do *bello Antonio*, ele não transa com prostitutas. Ao pagar reconheceria o estatuto separado e autônomo da alteridade, tendo recebido algo que desejava e não possuía. E se colocaria como desejante, lugar que evita ocupar a qualquer preço. Ademais, ao propor o jogo da sedução oferecendo-se à fantasia alheia, ela retira de Camilo o poder de atribuir as regras da encenação por meio da qual ele excita o desejo do outro. Ainda, o pagamento à profissional do sexo evidenciaria o aspecto clivado que o faz, como ela, mestre da prática sexual sem ligação, técnica e muito eficiente. Evidenciaria que há um menino em sofrimento na *performance* do *maschio* exibicionista.

Portanto, aquilo que aparece como o aspecto predatório voraz e sexualizado esconde, ao mesmo tempo que revela, a problemática narcísica: a ameaça de intrusão e de dispersão, o medo do abandono, da dependência em relação ao objeto, de se sentir vulnerável. Perigos que o impedem de ter relações próximas ou de intimidade, e o levam a se proteger em encontros com características masturbatórias⁹.

Inevitável reconhecer que há uma destrutividade neste jogo de dominação, mas ela fica mais explícita no período de crise criativa, uma inibição nas possibilidades simbolizantes e prenúncio do colapso que estava por vir.

É fato a eficácia da clivagem em deixar certas partes exiladas. Mas elas não se conformam e pressionam para se fazer integrar, exigindo um esforço defensivo extenuante, uma vez que o retorno do clivado pode ser desestruturante¹⁰. Em algum ponto do processo analítico as defesas se abalam. E pelas fendas surge o desamparo, trazendo com força o ódio à necessidade do objeto. Agora, Camilo não joga com a sedução; há a franca hostilidade no campo transferencial, momento difícil para a analista, a quem tenta invadir e violentar com palavras. Violenta antes de correr o risco de ser violentado? O funcionamento pelo qual centrava sua atividade no campo corpóreo e motor agora tem uma torção; a ação passa às palavras, palavras-ato provocando reações contra-transferenciais intensas¹¹.

4 Roussillon, 2012.

5 Roussillon, 2013.

6 Green, 1988; Roussillon, 2008.

7 Green, 2000.

8 Freud, 1923/1969.

9 Green, 2000.

10 Roussillon, 2008.

11 Green, 1988.

À beira do colapso, Camilo começa atuações “quase perversas”. Ataca a esposa, a analista, se excede no uso de drogas. Agarra-se em Sade na tentativa de se costurar narrando-se “aos pedaços”, de suturar o tecido roto que esgarça cada vez mais. Para salvar o seu sentido identitário, cola-se em Sade no elogio à ereção despótica, pura ilusão de poder. Em Sade, cujos atos, nas palavras de Roudinesco, “não traduzem senão uma trágica impotência de dizer”¹².

Certas defesas perversas podem se organizar em torno do interjogo de hostilidade e desejo sexual em relação ao objeto como meio de proteção à subjetividade ameaçada. São fantasias de vingança colocadas em ato ou em palavra-ato movidas pelo ódio e pelo medo, e que têm como função converter em triunfo adulto algo do traumático infantil que foi vivido passivamente¹³.

Mas Camilo reconhece que precisa: da analista, de mais sessões, do psiquiatra. Ele teme precisar, sofre, reluta em reconhecer o outro, tem dúvida se o protegerá ou será invasivo. Ele briga, denigre o objeto, tece fantasias persecutórias. As fendas se alargam e suas mal-edificadas fronteiras se rompem sob a pressão de fortes angústias de fusão, invasão e separação. A alteridade ameaça, “ver o farol em vermelho assusta”, como no acidente de trânsito que o fez iniciar a análise.

Marcado pelo funcionamento sensorial e motor, Camilo tenta organizar-se psiquicamente em torno de um ponto concreto: o ânus, buraco por onde seu frágil sentimento identitário escoar. É o lugar escuro do não-representável, do que está “fora de controle”; ele lateja de excitação e de dor. Pelo orifício anal vazam as lembranças esquecidas, os delírios, aquilo que estava sem lugar em sua narrativa: a violência da intrusão materna detalhando noites de alcova, o marido bêbado, o ato sexual consumado à revelia, o pai exibicionista, o choro, a polícia. Lembra da piscina, do calção largo, da curiosidade, do ódio, do medo. Situações que nos ajudam a entender a falta de uma moldura confiável, a falha na estruturação de si, a dificuldade de investir nos objetos, desobjetalizando-os, e a necessidade de exercer domínio sobre eles.



*pelo orifício anal vazam
as lembranças esquecidas, os delírios,
aquilo que estava sem lugar em sua
narrativa: a violência da intrusão
materna detalhando noites de alcova,
o marido bêbado, o ato sexual
consumado à revelia, o pai
exibicionista, o choro, a polícia*

Os conteúdos do traumático seguem: o lápis e os dedos no ânus invertem a posição penetrar e ser penetrado e se ligam à atividade de triunfo sobre as mulheres, algo que já mostrara no jogo de quem pesca e é pescado da primeira entrevista. Pelo orifício anal também escapa matéria fecal. Camilo escorre e tenta se segurar em uma forma identitária qualquer, uma narrativa que o contenha em algum espaço representacional para que não se perca por completo: sou homossexual, sou o fodão, sou... tudo.

Ao longo de anos de “muita angústia no divã e também na poltrona”, a narrativa de Camilo encontra outros caminhos. Faz as pazes com seu trabalho criativo e com a analista, compondo nova sutura. À medida que o sucesso profissional e o reconhecimento de seu talento o compensam narcisicamente, algumas ligações amorosas aparecem de forma tênue com os filhos, com o pai e com a esposa, agora ex.

Ele parte sozinho pelo mundo, exila-se por inteiro, concretamente, deixando a família e a analista. Agora, ter um relacionamento diferente do usual apresenta-se como uma possibilidade, ainda que débil. Mantendo a distância protetora, faz-se presente por meio dos cartazes das exposições, sem palavras – via *princeps* de ligação no processo analítico. Suas partes exiladas já estariam ditas por meio do processo de representação simbólica pela arte? Ou, enquanto hábil pescador, ele joga a isca certa para fisgar a analista?



[a autora] nos apresenta um caso de dificuldade diagnóstica, manejo clínico delicado frente à intensidade de Camilo e mesmo frente aos seus ataques no setting, tensão extrema do campo analítico, impacto da agonia e da presença ruidosa do corpo pulsional do analisando

Referências

Bolognini M. (1960). *Il bell'Antonio*. Filme com Marcello Mastroianni e Claudia Cardinale. Roteiro adaptado do romance homônimo de Vitaliano Brancati (1949).

Comentário de Daniel Kupermann *O testemunho de um ânus-boca*

1. *O pavor de Camilo*: foi a primeira questão que a leitura do instigante relato de caso intitulado “Um corpo de angústia” me despertou. Uso a palavra “pavor” (*Schreck*, diz Freud, referindo-se ao afeto traumatizante), e não “angústia”, entendendo que para o sofrimento de Camilo contribuem não apenas a “angústia sinal”, capaz de acionar defesas neuróticas, mas também a “angústia automática”, presente em suas compulsões – ambas discriminadas por Freud (1926) – bem como “angústias traumáticas” ou “impensáveis”, assim nomeadas respectivamente por Ferenczi (1933) e Winnicott (1958) em sua ampliação do campo da escuta psicanalítica para os sofrimentos de difícil diagnóstico, entre a neurose “grave” e a psicose inequívoca.

2. *A coragem da analista de Camilo* (nossa colega anônima, CA): Nossa CA aceita o convite da seção *Debates clínicos de Percurso* e nos apresenta

- Freud, S. (1914/2010). Introdução ao narcisismo. In *Sigmund Freud Obras completas* vol. 12. São Paulo: Companhia das letras. p.13-50.
- _____. (1923/1969). Luto e melancolia. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* Vol. xiv. Rio de Janeiro: Imago. p. 275-291.
- Green A. (1988). *Narcisismo de vida, Narcisismo de morte*. São Paulo: Escuta.
- _____. (2000). *As cadeias de Eros*. Lisboa: Climepsi.
- _____. (2014). *El pensamiento clínico*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Roudinesco E. (2008). *A parte obscura de nós mesmos*. Rio de Janeiro: Zahar. Ebook.
- Roussillon R. (2008). Traumatisme primaire, clivage et liaison primaires non symboliques. In *Agonie, clivage et symbolisation*. Paris: PUF.
- _____. (2011). *Primitive agony and symbolization*. Londres: Karnak.
- _____. (2012). As condições da exploração psicanalítica das problemáticas narcísico-identitárias. In *ALTER – Revista de Estudos Psicanalíticos*, v. 30 (1) 7-32.
- _____. (2013). Teoria da simbolização: a simbolização primária. In Sa-vietto B.B.; Figueiredo L.C.; Souza, P. (Orgs.). *Elasticidade e limite na clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta.
- Stoller, R. J. (2014). *Perversão: a forma erótica do ódio*. São Paulo: Hedra.

um caso bastante difícil – dificuldade diagnóstica, manejo clínico delicado frente à intensidade de Camilo e mesmo frente aos seus ataques no setting, tensão extrema do campo analítico, impacto da agonia e da presença ruidosa do corpo pulsional do analisando, exigindo grande trabalho de perlaboração da contratransferência. Trata-se, talvez, de um caso de análise interminável para ambos, que permanecem perlaborando as ressonâncias afetivas desse encontro anos depois de encerradas as sessões. Há algo do estilo de Camilo transmitido no relato de sua analista, como se se tratasse aqui de chacoalhar também o leitor/interlocutor. Há algo de ousado na condução dessa análise e também no gesto ético de exibição – e não de exibicionismo – da nossa CA (Marcuse, 1978), que convoca nosso pensamento teórico-clínico para além do conforto das concepções instituídas de psicanalisar. Esse testemunho que tivemos o privilégio de ler indicaria alguma coragem também da parte de Camilo?

12 Roudinesco, 2008, p. 728.
13 Stoller, 2014.

3. O *priaprisimo*: Camilo admira Sade: “os homens são déspotas quando estão em ereção. Eu sou um déspota em ereção permanente”. Em sua leitura do mito da Medusa, Freud (1940[1922]) interpreta o efeito de a Medusa transformar os mortais que a encaram em pedra como uma compensação viril, um consolo, o enrijecimento confirmando para o espectador que ainda se acha de posse de um pênis. Porém, se Camilo vive em estado de *priaprisimo* é porque vive a experiência intolerável de um horror que não se reduz à angústia de castração. Daí buscar, como indica Ferenczi (1926) em “O problema da afirmação do desprazer”, se livrar desse afeto gozando “até a última gota”. Afinal, a virtude diferencial sadiana não é exatamente a onipotência, mas a apatia (cf. Lacan, 1966); esta parece se acenar como ideal para Camilo, que experimenta o sexo como o bom emprego de uma técnica a serviço de um gozo catártico. Menos da *ars erotica* oriental, mais da compulsão sadiana. A apatia indicaria a Camilo o caminho para a terra prometida do anestesiamiento da agonia que dormita em suas entranhas.

4. Os “ataques”: em determinado momento da análise, Camilo dirige a sua analista investidas sexuais entendidas como uma intensa “transferência agressiva erótica”, e sua fala se torna despuddorada, crua. A analista se apercebe de que a violência de Camilo ameaça o *setting*, provocando uma arriscada contratransferência negativa que poderia impedi-la de pensar; fantasia o abandono do tratamento e o alívio decorrente. No entanto, tem sucesso em reassegurar, com auxílio de um efetivo enquadre institucional, – intercâmbio com colegas, leituras e supervisão – e da sobrevivência de seu “enquadre interno”, a continuidade da análise (cf. Green, 2000). Não seria isso, justamente, o que faltava a Camilo? Um enquadre ambiental que o possibilitasse pensar, sentir e agir, contendo o transbordamento do seu ódio preservando-o, assim, da saída projetiva que alimentou seu núcleo paranoico?

Imagino que a capacidade da analista em suportar os ataques de Camilo e em perlaborar seu



a analista se apercebe de que a violência de Camilo ameaça o setting, provocando uma arriscada contratransferência negativa que poderia impedi-la de pensar; fantasia o abandono do tratamento e o alívio decorrente

próprio ódio foi o que permitiu a Camilo confiar e suportar a despersonalização advinda da regressão em análise, responsável pelo aparecimento de seu eloquente ânus na cena analítica. Lembro da metáfora evocada por Ferenczi (1928) do psicanalista como “João-teimoso”, o boneco que suporta as trombadas das brincadeiras infantis, se enverga, mas não perde o prumo.

A última provocação à analista, dirigida ao fato de ela não ceder as suas interpelações eróticas, revela a confissão do desespero de Camilo: “é porque você fica agarrada a uma ética babaca e ultrapassada, mas seguramente morrendo de vontade”. Camilo sabe o que é a vontade de morrer. Não seriam seus “ataques” a expressão última das resistências do isso à regressão necessária ao seu processo de análise?

5. A *obscenidade*: Camilo transita pelos confins da experiência do inconsciente, bordejando seus limites. Limites da suportabilidade da angústia, limites do *setting*, limites da linguagem, limites do corpo. Ao mesmo tempo se empenha no trabalho de análise, aumenta as sessões quando preciso, busca a palavra capaz de dizer o que só seu ânus conseguiu manifestar, quando sua analista conquistou a confiança necessária para permitir sua regressão em análise. Sua boca-ânus evacuava as palavras obscenas que atingiam a analista, ferindo-a. Seu ânus-boca expressa a dor de viver em um mundo de interpenetrações sádicas. Mera catarse?



[para Ferenczi] haveria
no sofrimento psíquico uma
ruptura da ponte existente
entre a obscenidade e a ternura
que deveria ser suturada
pelo franqueamento
da associação livre

Em “Palavras obscenas”, ainda nos primórdios da aventura psicanalítica, Sándor Ferenczi (1911) forçava os limites da regra fundamental convidando seus pacientes a utilizarem os termos populares – ao invés dos termos técnicos usualmente empregados nas análises daquele tempo¹⁴ – para se referirem à sexualidade, acreditando assim atingir a potência expressiva máxima da associação livre. Seu projeto era convocar a “outra cena” oculta – *obscena* – ao espaço analítico, acreditando assim resgatar a potência criadora da “linguagem da ternura” (cf. Ferenczi, 1933). Mesmo sabendo não ser possível desenvolver aqui todos os elementos da teoria da linguagem implícita na sua obra, é suficiente dizer que, para o psicanalista húngaro, haveria no sofrimento psíquico uma ruptura da ponte existente entre a obscenidade e a ternura que deveria ser suturada pelo franqueamento da associação livre. Isso porque, na origem da expressão linguageira estaria o corpo pulsional, motor da constituição das relações simbólicas e do sentido de viver, em permanente expansão em direção aos objetos, caracterizando um processo nomeado de “sexualização do universo”, ou mais simplesmente “introjeção” (Ferenczi, 1912; 1913).

Exercitando nossa sensibilidade empática, podemos considerar que Camilo buscava palavras que lhe permitissem atribuir algum sentido ao

campo afetivo mobilizado pela experiência transferencial. E, graças à sobrevivência e à não retaliação da sua analista, foi possível a regressão – da boca-ânus efetivamente afásica ao ânus-boca capaz de testemunhar as intrusões traumáticas sofridas. Desse modo, Camilo pôde resgatar junto a sua analista a experiência da ternura vitalizante oculta sob a capa da sua pseudo genitalização.

É mesmo comovente a observação de nossa CA: “os conteúdos eróticos sempre foram falados no divã. Nunca houve um olhar para trás ou um movimento corporal de aproximação. Terminada a sessão, Camilo levantava, evitava meu olhar e estendia sua mão, falando “até a próxima””. Essa preservação do setting, que poderia aparentemente contrastar com o sadismo violento de Camilo e com diagnósticos que poderiam sugerir sua inanalizabilidade, parece mais revelar sua necessidade de regressão na transferência; e, também, a qualidade do suporte afetivo oferecido pela nossa CA.

6. *As intrusões*: na história construída por Camilo encontramos a matriz mais nefasta do acontecimento traumático, o “terrorismo do sofrimento” promovido por uma mãe incontinente (Ferenczi, 1933). Camilo foi eleito o confidente da miséria libidinal de Joana que, segundo perspicaz comentário da analista, “o violenta pelos ouvidos, um orifício que não pode tampar”. *Joana faz de Camilo a testemunha impotente que não tem como satisfazê-la, e não sabe como protegê-la*. Essa situação de inversão nas posições de cuidado nos permite considerar que Camilo sofreu experiências traumáticas precoces o suficiente para comprometer sua vivência primária de “amor objetal passivo”, obrigando-o a manejar um ambiente hostil e a identificar-se com objetos de tonalidade persecutória. Seu pai é exibicionista notório. Uma cena evocada na análise sugere que o pai lhe mostra sedutoramente o pênis. Camilo parece mimetizar esse sintoma na vida adulta (seu “priaprismo”), como tentativa de tornar ativa a experiência de passividade/impotência experimentada. Na infância, a saída parece ter sido introduzir objetos

¹⁴ Mesmo hoje muitos analisandos, ao contrário dos cidadãos que ocupam nossos ministérios, ainda pedem permissão para falar palavrões ou obscenidades durante as sessões.

no ânus – no seu e no dos outros – esse orifício que se pode tampar. As custas, porém, de um delírio paranoide de que os homens poderiam ver seu ânus por baixo das roupas. Sua homofobia parece, como indica sua analista, encobrir o horror à passividade primária, testemunhado por suas contrações e relaxamentos esfinterianos. Camilo vive com o “cu fechado”, como diz a expressão popular universalmente conhecida, camuflado pelo semblante de super macho priápico.

7. *A narrativa em pedaços*: a escrita libertina, bem como as esculturas grandiosas transformando objetos metálicos pontiagudos são consideradas por Camilo formas de se narrar “em pedaços”. Assim como a língua ferina e as emanções anais. Camilo e sua analista nos instigam a pensar o estatuto da narrativa na clínica, particularmente dos casos-limite, nos quais os fragmentos são o índice possível. Em contrapartida, nos recordam que é preciso considerar que, para além do primado das representações, uma escuta efetiva não se faz apenas com as orelhas, exigindo a participação de todos os poros que tornam o analista permeável ao testemunho daquele que sofre.

Referências

- Ferenczi S. (1911). Palavras obscenas. Contribuição para a psicologia do período de latência. In *Psicanálise I*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- _____. (1912). *O conceito de introjeção*. Idem.
- _____. (1913). Ontogênese dos símbolos. In *Psicanálise II*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. (1926). O problema da afirmação do desprazer (progressos no conhecimento do sentido de realidade). In *Psicanálise III*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- _____. (1928). Elasticidade da técnica psicanalítica. In *Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. (1933). *Confusão de língua entre os adultos e a criança*. Idem.
- Freud S. (1926/1980). Inibições, sintomas e ansiedade. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. 20. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1922/1940). A cabeça de medusa. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. 18. Rio de Janeiro: Imago.
- Green S. (2000). Le cadre psychanalytique et son intériorisation chez l'analyste. In Green, A.; Kernberg, O. *L'avenir d'une désillusion*. Paris: P.U.F.
- Lacan J. (1966/1998). Kant com Sade. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Marcuse H. (1978). *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Winnicott D. W. (1958/2000). Memórias do nascimento, trauma do nascimento e ansiedade. *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago.

Caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao andar

a clínica viva de Olievenstein

Fernanda Fazzio

Resenha de Diva Reale e Marcelo Soares da Cruz (orgs.), *Toxicomania e adições: a clínica viva de Olievenstein*, São Paulo, Benjamin, 2019, 190 p.

Em 1971, Claude Olievenstein fundou o *Centre Médical Marmottan* (Hôpital Marmottan), instituição francesa inovadora no tratamento de toxicomanias e adições, ponto central para a escrita deste livro, pelas mãos de quem acompanhou de perto os passos de Olievenstein, conhecendo Marmottan e suas práticas¹. Tendo por fio condutor as possíveis contribuições da psicanálise para a clínica da toxicomania, encontramos, na obra, ferramentas para analisar as políticas de drogas e refletir sobre os diversos modos de tratamento.

A leitura deste livro revela um pensamento clínico pulsante, em que transmissão e saber são atravessados pela experiência. Nesse inquietante encontro, nos deparamos com interrogações que se desdobram em novas produções. Assim, ganhou forma o livro do qual tenho o prazer de resenhar. A originalidade de Olievenstein está no seu pensamento vivo, que traz uma reflexão permanente, buscando sempre uma escuta sensível para a liberdade, autonomia e independência dos usuários. Frente a isso, o livro nos conduz a um exercício constante de pensar e (re)pensar

em proposições teóricas e métodos de tratamento diante de novos contextos sociais.

Apesar da estreita relação das drogas com a humanidade ao longo de toda a sua história, foi somente na Modernidade que as drogas começaram a ser combatidas. A associação de toxicomania com doença, num contexto social marcado pela rigidez, buscava controlar os corpos do sujeito, dando aos usuários o lugar de objetos. Diante desse contexto, ao desmontar a lógica panóptica de vigilância – que se dá pelo abuso de poder, respaldado pelo saber médico – Marmottan se configurou como um modelo de resistência.

Se voltarmos aos anos 1980, o tratamento de toxicômanos no Brasil acontecia, justamente, em comunidades terapêuticas permeadas por modelos de vigilância e moralidade, comumente compreendendo as adições na sua condição de desvio. Durante essa época, o pensamento de Olievenstein avançava em inúmeras instituições na França, defendendo a liberdade e tornando o paciente sujeito do seu tratamento, opondo-se, consequentemente, ao modelo opressivo anglo-saxão.

Diva Reale e Marcelo Soares, psicanalistas e organizadores do presente livro, mostram que o então chamado *modelo de cura francês* também adentrou no Brasil, influenciando a criação de centros de referência entre 1984 e 1994, que contaram com profissionais treinados em Marmottan. Não por coincidência, Olievenstein fez, ao longo dessa década, viagens frequentes ao Brasil, período no qual escreveu e publicou numerosas obras, dentre as quais um livro que aborda as relações sociais e a psicanálise na cidade de São Paulo. Mas, afinal, quem foi Olievenstein?

Claude Olievenstein fugiu ainda menino da Alemanha nazista. Judeu nascido em Berlim em 1933, encontrou em Paris o seu refúgio. Na Segunda Guerra Mundial, diversos familiares morreram nos campos de concentração e extermínio. O passado talvez o tenha aproximado intimamente das experiências avassaladoras de quem perde as suas raízes, seus laços familiares e se torna estrangeiro na sua própria morada. Aqui,

Fernanda Fazzio é psicanalista, mestre em psicologia clínica pela PUC-SP, especialista em semiótica psicanalítica pela PUC-SP e membro efetivo do Departamento de Psicanálise com Crianças, do Instituto Sedes Sapientiae.

são muitos os sentidos de exílio e, com isso, vida e obra se tornam indissociáveis.

Frente a isso, Olievenstein trouxe para a clínica das toxicomanias uma visão muito particular de quem sofreu na pele os efeitos de políticas simplistas, reducionistas e totalitárias que caminham lado a lado com abordagens mais repressivas e autoritárias. Como mostra Carlos Parada, psiquiatra radicado na França (1987) que foi pioneiro na difusão dos trabalhos de Psicoterapia Institucional no Brasil: “Olievenstein era extremamente avesso a tudo o que tolhe a liberdade de pensamento, de escolha e de circulação”².

Marmottan, *l'enfant terrible*, é bem filho de seu tempo. Nasceu da força dos protestos de 1968 e das reformas no setor educacional, que também tiveram aderência da classe operária, seguidos imediatamente por artistas e intelectuais. A instituição foi criada para receber, sobretudo, usuários de heroína. O caminho de Marmottan foi feito por uma história de lutas e negociações diante de pressões e represálias do sistema, como comenta Diva Reale:

O modelo de cura francês, construído no rastro do movimento antipsiquiátrico, adotou uma clínica psicodinâmica própria, igualmente marginal, e resistiu às incursões ‘pragmáticas’, identificadas à perspectiva de redução de danos³.

Com ousadia, Olievenstein abordava a problemática das drogas propondo novos modelos e técnicas de tratamento. A sua originalidade chegou a tal ponto que concebeu um autêntico vocabulário pautado na experiência dos próprios pacientes, mostrando como foi impactado pelas palavras e pelas vivências que o atravessaram. A experiência de Marmottan revela que os pacientes podem ser sujeitos da sua história, compreendendo o tratamento para além da cura por abstinência, mas, sobretudo, como restauração de uma vida psíquica e de redes de significações.

Conversando com pontos centrais da clínica viva de Olievenstein, a psiquiatra e psicanalista Zorka Domié bem nos lembra do poema do

espanhol Antônio Machado: “Caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao andar”⁴. Cada sujeito tem seus passos, o seu ritmo e o seu próprio percurso. Por esse motivo, o tratamento de toxicomanias e adições em Marmottan era adaptado às necessidades dos pacientes, exigindo sensibilidade dos profissionais para se adequarem às mais diversas situações, visando estabelecer, entre si, uma relação de confiança.

O laço costuma ser efêmero nessa aliança terapêutica com os pacientes. A fragilidade de vínculos caracteriza as adições graves: perda das relações afetivas, ausência de referências passadas, dificuldades de estabelecer e manter novas redes. Solidão, vergonha e desprezo são alguns elementos que deixam as relações fugazes.

O tratamento em Marmottan tinha características únicas e inéditas: era gratuito, anônimo e voluntário. Em resumo, era o Estado quem garantia os recursos para a manutenção e continuidade do tratamento, retirando a pressão financeira dos pacientes e suas famílias. Além disso, o anonimato preservava a segurança para o usuário, que se via protegido de potenciais consequências repressivas.

A adesão voluntária permitia que o paciente abandonasse o tratamento a qualquer momento. Assim, os profissionais, nessa conduta terapêutica que considera o sujeito em sua integridade, tinham a difícil tarefa de decidir entre aceitar ou rejeitar uma demanda de internação. Sim, Marmottan nos mostra que é possível que usuários sejam sujeitos e não objetos de um trabalho institucional, numa tentativa gradual de promover alguma responsabilidade pelo que lhes acontece. Logo, quando não há tratamento compulsório, a liberdade se torna o norte. Deste modo, no *modelo de cura francês*, a escuta sensível parece compor todo o tecido subjetivo, preservando os direitos humanos.

Olievenstein formula uma tríade para compreender os complexos fenômenos ligados à adição: (i) um encontro de uma personalidade, (ii) uma droga e (iii) um momento sociocultural. A clínica, então, se torna singular diante de cada

sujeito, de cada substância e de cada contexto social. Nesse sentido, há também um diálogo constante com outros conhecimentos advindos da antropologia, da sociologia e da psiquiatria, que dão contornos aos saberes para além da dinâmica psíquica dos sujeitos.

Um dos pontos altos discutidos no livro é como as drogas regulam as relações entre poder, violência e prazer. Assim, as ideias de Olievenstein se tornaram norteadoras para a compreensão do lugar das drogas no imaginário social, sendo referência para a criação, em 1996, do Projeto Quixote em São Paulo.

A rua tem a sua própria ordenação. Exilados de suas próprias histórias, os Quixotinhos urbanos, como são chamadas as crianças em situação de rua, são expostos às diversas faces de violência e de assédio, buscando, sobretudo, a sobrevivência. Como aborda o livro aqui resenhado, o Projeto visa a inclusão de crianças em estado de vulnerabilidade social em novas redes de afeto e sentido, possibilitando a criação de ancoragens subjetivas. As discussões são enriquecidas com depoimentos e memórias pessoais: Auro Danny Lescher e Graziela A. Bedoian mostram algumas doses necessárias de coragem e sonho para enfrentar os desafios gigantes de se aproximar desse circuito de violências que, de tão impactantes, não cabem nas regulações sociais.

Olievenstein demonstra que não há uma personalidade patológica toxicomaníaca. O uso abusivo de uma substância é irreduzível à patologia ou

a um distúrbio de personalidade. As adições não se restringem a uma estrutura específica, se apresentam nas neuroses, nas psicoses e nas perversões. Capaz de trafegar por diferentes vertentes teóricas, Olievenstein circula de modo inovador entre conceitos franceses e anglo-saxões. A sua criatividade se revela também na livre apropriação dos conceitos de *objetos transicionais* de Winnicott e uma variante do *estádio do espelho* de Lacan, que Olievenstein batizou de *espelho quebrado*, como contam os autores do livro⁵.

O psicanalista Decio Gurfinkel discute que o uso das drogas é uma possibilidade de alargar o espaço *entre* prazer e realidade, possibilitando que o sujeito estabeleça uma relação entre Eu e outro. Aqui, a compulsão à repetição aproxima os opostos, revelando o seu caráter elaborativo no uso:

O efeito ilusionista provocado pelo uso da droga não é necessariamente um afastamento ou repúdio da realidade, mas justamente um meio de se aproximar dela; do contrário, ela é percebida como uma objetividade mortificante, destituída de um mínimo de subjetivação exigida pela própria constituição pulsional humana⁶.

Entretanto, não subestimemos o que vamos encontrar nesse percurso: os fantasmas inconscientes, que surgem a partir de algumas experiências dos usuários, podem ser da ordem do pior e, assim, deixam marcas no psiquismo. Os sujeitos buscam no uso impulsivo ou compulsivo das drogas o seu alento ou tentativa de elaboração, seja para esquecer-los ou para reencontrá-los. Nesse sentido, Carlos Parada, em seu capítulo, discute o caráter traumático intrínseco à utilização de certas drogas, a então chamada experiência fantasmática.

Caminhando em direção às clivagens, Gurfinkel aborda também casos relacionados às psicoses ou à psicossomática. Segundo o autor, a droga também pode entrar na tentativa do sujeito completar as fendas de uma imagem narcísica. Assim, as falhas nos níveis primitivos de estruturação são, de um modo frágil e provisório, remendadas pelas drogas. Como diz o autor,

- 1 Os autores e entrevistados no livro foram: Ana Cecília Villela Guihon, Antonio Nery Filho, Auro Danny Lescher, Carlos Parada, Decio Gurfinkel, Diva Reale, Graziela A. Bedoian, Marcelo Soares da Cruz, Maria Teresa Vergara Gouveia, Mario Blaise e Zorka Domié.
- 2 C. Parada, "Claude Olievenstein, 'velho guerreiro' da toxicomania: Leitura e descoberta", in D. Reale e M. Soares da Cruz (orgs.), *Toxicomania e adições: a clínica viva de Olievenstein*, São Paulo, Benjamin, 2019, p. 93.
- 3 D. Reale, "A porta ao lado: AIDS, Marmottan e a redução de danos", in D. Reale e M. Soares da Cruz (orgs.), *op. cit.*, p. 77.
- 4 Z. Domié, "A casa Marmottan de Paris: Centro médico psicossocial experimental para toxicômanos", p. 43.
- 5 D. Reale e M. Soares, "Winnicott em Olievenstein: Transmissão psíquica, raízes inglesas", in D. Reale e M. Soares, *op. cit.*, p. 130-131
- 6 D. Gurfinkel, "Formas de toxicomania e manejo clínico", in D. Reale e M. Soares, *op. cit.*, p. 130-131

as drogas funcionam como continentes para o sujeito não ser engolido por oceanos de dor e angústias (im)pensáveis.

Essas proposições desaguam na questão de como a adição pode nos ajudar a compreender a perversão, levantando discussões sobre a função do terapeuta e o modo particular com que se estabelece a relação transferencial. As reflexões são atravessadas pelos dispositivos terapêuticos *transicionais* que ajudam o paciente a consolidar o seu Eu ortopédico rumo à independência psíquica do sujeito.

São muitos os desafios de se trabalhar a questão das toxicomanias e adições, em parte devido a preconceitos, interesses geopolíticos e econômicos. O discurso atual também se baseia em forte apelo midiático, em torno de uma verdadeira *guerra às drogas* e de um moralismo que domina a cena. Proibicionismo e abstinência parecem seguir hegemônicos no discurso social. Logo, visualizamos um ideal de segurança pública que busca o combate ao narcotráfico para se chegar a uma sociedade livre de drogas. Trata-se de uma concepção higienista em um imaginário reducionista, como se, enfim, fosse possível habitar um mundo sem as drogas.

Para concluir, no livro *Toxicomania e adições: a clínica viva de Olievenstein*, o leitor é convocado, a todo instante, a inquietar-se sobre a maneira com que as políticas públicas têm influenciado diretamente o modo, o contexto e as formas de uso de drogas na atualidade. Os autores se atentam também para as tendências institucionais místico-religiosas de nosso tempo: oferta de certa contenção ao usuário, mas ao custo de limitar a sua vida psíquica. Em um edifício psíquico frágil, a aderência sem questionamentos e uma rigidez de condutas não raro levam os sujeitos a uma pobreza simbólica e afetiva.

O presente livro faz reviver questões urgentes para o pensamento clínico e social do uso, abuso e dependência de drogas, seja nos consultórios ou nas instituições. As contribuições são inúmeras para que o pensamento de Olievenstein se mantenha vivo e relevante, inspirando pesquisas e saberes sobre as adições e toxicomania do século XXI. Ao fim do livro, nos deparamos com a agradável surpresa de acompanhar a Marmottan nos dias de hoje, com depoimentos que incluem os do psiquiatra francês Mario Blaise, seu atual diretor.

Mulher, o mal necessário da psicanálise

Fernanda Cristina Dias
Leopoldo Fulgencio

Resenha de Rusell Grigg, Dominique Hecq e Carig Smith, *Female sexuality: the early psychoanalytic controversies*, London, Karnac, 2015, 304 p.

O livro, cujo título em português poderíamos traduzir por “Sexualidade feminina, as controvérsias iniciais da psicanálise”, apresenta textos das primeiras gerações de psicanalistas que dialogaram com Freud sobre o tema do feminino e da mulher. Como o subtítulo sugere, os desenvolvimentos em relação ao feminino levaram a controvérsias teórico-clínicas no campo psicanalítico, apontando para um terreno fértil de produção do saber. Essa efervescência também acarretou em segmentações que levaram à formação de dois grupos: a escola de Londres, a partir de Karl Abraham com a temática das relações edípicas arcaicas da menina-bebê em relação à mãe; e a escola de Viena, que se posicionava em torno dos pressupostos freudianos.

Os artigos são apresentados em ordem cronológica, propiciando a localização das ideias no campo histórico da psicanálise. Porém o livro não

contém nenhuma publicação de Freud, ainda que, nesta análise, os textos principais do autor sobre a temática do feminino tenham sido relacionados cronologicamente às publicações, para apresentar como se colocam como oposição ou complemento do pensamento de Freud, fornecendo uma complexa cartografia psicanalítica sobre a mulher e o feminino, entre os anos 1920 e 1930.

Freud, em 1905, publica o texto “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905d), dando ênfase ao entendimento da sexualidade, corpo teórico nuclear da psicanálise freudiana. Após analisar a predisposição polimorfa perversa presente no desenvolvimento psicosssexual em direção à primazia genital, Freud já aponta para a dificuldade de entender esse processo no caso das meninas, que teriam de abandonar o clitóris para que a genitalidade em torno da vagina fosse instaurada. Nesse percurso, esboça o falo como o ponto central da diferença sexual, a partir da ideia de que o menino espera que todos sejam como ele, possuidores de um pênis.

Após um longo período, em 1924, o texto “Dissolução do complexo de Édipo” é publicado (Freud, 1924d) e Freud elucida o papel central da fase fálica como submersa no complexo de Édipo, de forma que a constatação anatômica de ter ou não um pênis torna-se norteadora para o estabelecimento da fase genital.

Porém, em 1917, sete anos antes, J. H. W. Van Ophuijsen, no texto *Contributions to the Masculinity Complex in Women*, bem como August Stârcke, com o texto *The Castration Complex*, publicado em 1920, ambos membros da Sociedade Holandesa de Psicanálise, já haviam apresentado formulações que seriam absorvidas diretamente por Freud, como o termo complexo de masculinidade.

No texto freudiano “Dissolução do complexo de Édipo”, as ideias de Van Ophuijsen e Stârcke exercem influência, quando fazem distinções entre o complexo de masculinidade e o complexo de castração, no entendimento da problemática feminina. Ambos conceitos são derivados de aquilo que Freud apresentou como angústia de castração, oriunda do abandono do clitóris para atingir a vagina, deslocamento que levaria à

Fernanda Cristina Dias é psicóloga e psicanalista, especialista em Psicopatologia e Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP e mestranda no Programa de Pós-Graduação do IPUSP na área de Desenvolvimento Humano e Aprendizagem. Dedicou-se ao estudo da mulher e do feminino em Winnicott.

Leopoldo Fulgencio é professor associado (livre-docente) do Instituto de Psicologia da USP. Pesquisador da psicanálise, tanto da estrutura epistemológica como dos desenvolvimentos pós-Freud; com foco na compreensão das propostas de Donald W. Winnicott, tem se dedicado, atualmente, ao estudo das teorias psicanalíticas do desenvolvimento.

maternidade e ao ápice da maturidade sexual da mulher adulta.

Na sequência, Karl Abraham, a partir do texto *Manifestations of the Female Castration Complex* (1922), amplia os trabalhos de Van Ophuijsen e Stärcke e constata que toda mulher encobre o desejo de ter nascido homem, a partir da inveja do pênis, e que na normalidade encontraria na maternidade uma gratificação fálica e narcísica. Tal ideia também está presente no texto “Dissolução do complexo de Édipo” (Freud, 1924d), publicado posteriormente ao de Abraham. Até este ponto, Abraham parece estar alinhado aos pressupostos da escola de Viena.

Já no seu artigo seguinte, *Origins and Growth of Object Love* (1924), Abraham aponta para novos desenvolvimentos que funcionaram como uma espécie de divisor de águas. O texto levanta a ideia de objeto parcial, a partir da relação direta entre o pênis e o seio, encontrando no desmame a primeira castração e apontando para casos em que outras partes do corpo, ao longo do desenvolvimento psicosssexual, podem relacionar-se a estes objetos, principalmente quando se analisam os casos de perversão. Como resultado dessa análise, Abraham propõe um quadro que relaciona os estágios de organização libidinal e seus respectivos objetos de amor, da fase oral à genital; da relação pré-ambivalente à pós-ambivalente; e do autoerotismo (sem objeto) ao objeto de amor. A ampliação proposta por Abraham foi a abertura necessária para que desenvolvimentos posteriores e decisivos em torno das relações iniciais entre mãe e bebê pudessem ser enfatizados na teoria desenvolvida por Klein e os chamados teóricos das relações de objeto.

Ainda em 1924, Helene Deutsch apresenta o texto *The Psychology of Women in Relation to the Functions of Reproduction* (1924), em que enaltece a vagina como um órgão genuinamente feminino, que acaba funcionando como uma espécie de “ego em miniatura” atrelando o feminino à passividade e ao masoquismo. A autora também entende que o abandono do clitóris

é natural para que o corpo da mulher possa receber o masculino a partir do pênis que se aproxima.

Em outra direção, o texto de Karen Horney, apresentado em 1925 e publicado em alemão e inglês em 1926, *The Flight from Womanhood: The Masculinity-Complex in Women, as viewed by Men and Women*, é inaugural na constatação do problema da transmissão do saber psicanalítico. Este texto tem uma importância histórica e política na psicanálise pelo fato de uma psicanalista mulher explicitamente abordar o tema da parcialidade masculina nas concepções até então elaboradas. Horney aponta o quanto as questões socioculturais devem ser levadas em consideração no desenvolvimento psicosssexual, principalmente a adaptação das mulheres à dominância masculina, que já está em curso desde a infância. A autora entendia o conceito de inveja do pênis mais apoiado na Biologia, incutindo efeitos psicológicos de inferioridade na mulher a partir de um órgão genital.

Ainda em 1925, Josine Müller apresenta para a Sociedade Psicanalítica de Berlim o texto *A Contribution to the Problem of Libidinal Development of the Genital Phase in Girls* (1925), publicado postumamente em 1932, por seu marido, devido a sua morte súbita em 1930. A autora, assim como Deutsch, mostra-se fiel à tradição freudiana, apontando que a ênfase na estimulação clitoriana, na fase genital, é sempre em decorrência da inveja do pênis e da repressão pulsional em torno da vagina, estando a sexualidade da mulher que segue por esta via, de certa forma, infantilizada.

As apresentações públicas dos textos de Horney (1925) e de Müller (1925) foram feitas no mesmo ano em que o texto de Freud “Algumas consequências psíquicas das diferenças anatômicas entre os sexos” (1925j) foi apresentado por Anna Freud no Congresso Psicanalítico Internacional de Homburg, em 3 de setembro de 1925, em nome do pai. Horney fez sua apresentação em 31 de outubro, e Müller, em 10 de novembro, aparentemente como desdobramento à recente publicação freudiana.

Na sequência, o próximo artigo apresentado é uma publicação de Carl Müller-Braunschweig, *The Genesis of the Feminine Super-Ego* (1926). Na direção de enfatizar a passividade, presente na primazia genital em torno da vagina, e a formação superegóica das mulheres, o autor aponta que, inconscientemente, as mulheres incorporam o desejo de serem dominadas por um homem na cena sexual, sendo esta posição passiva estendida ao caráter. Essa formulação mostra-se aliada às já apresentadas por Freud em relação à formação superegóica frágil observada nas mulheres.

No ano seguinte, Ernest Jones apresenta o texto *The Early Development of Female Sexuality* (1927), e também se alinha à Abraham (1924) ao verificar a importância da fase oral e das relações ambivalentes com os pais. Uma das objeções de Jones (1927) em relação à noção de castração é de que não haveria motivo para relacioná-la apenas às mulheres, uma vez que os homens também são acometidos por ela – há medo e desejo relacionados ao pênis tanto em mulheres quanto em homens.

Adicionalmente, o autor enfatiza o problema em atribuir à castração a repressão da sexualidade. Para Jones (1927), a perda do interesse sexual seria o verdadeiro alicerce das neuroses, e não a castração, sendo a fase fálica secundária, bem como o complexo de Édipo apresentaria a mesma resolução para meninos e meninas, já que ambos renunciam o objeto de amor ou seu próprio sexo em virtude da ameaça de castração.

No mesmo congresso em que Jones (1927) apresenta suas ideias, Melanie Klein expõe o texto *Early Stages of the Oedipus Conflict* (1927), que assume grande importância nas discussões sobre a sexualidade feminina. Primeiro, porque se baseiam na análise de crianças (especialmente entre três e seis anos) e não na infância expressa a partir da análise de adultos; e segundo, porque trazem os alicerces da sua teoria sobre o desenvolvimento psicosssexual da primeira infância, em que o complexo de Édipo arcaico ocupa papel fundamental.

A autora enfatiza a identificação primária com a mãe, em ambos os sexos, a partir da

incorporação, sendo nas meninas, a experiência de receptividade e passividade provenientes das fases oral e sádica, que levaria ao pai como objeto, peça central desta nova formulação. Klein não descarta, no entanto, a ameaça da castração e os sentimentos de culpa como aspectos importantes atuantes no complexo de Édipo. Porém, para a autora, todas as experiências pré-genitais que levam ao senso de culpa – seja na fase oral, seja na fase anal – já são produtos da formação do superego e operam antes do complexo de Édipo descrito por Freud, atacando diretamente a ideia de superego frágil nas meninas.

Klein aponta que o conhecimento sobre a vagina já atua em paralelo à fase oral, sendo que os impulsos relacionados às primeiras excitações nesse órgão, aliados aos da oralidade, reforçariam a função de receptividade, determinante para que o pai possa tornar-se objeto de amor futuramente. Este voltar-se ao pai é acompanhado de inveja e ódio em relação à mãe, que possui o pênis do pai, sendo fortemente percebido nos primeiros impulsos edípicos, levando à atração pelo sexo oposto. Para a autora, o que poderia prejudicar o desejo de ser mãe ou a capacidade para ter um orgasmo futuramente em uma mulher não é a insatisfação proveniente da lei do incesto, mas sim o senso de culpa advindo dos ataques feitos ao corpo da mãe, nas etapas anteriores. As formulações sobre os ataques destrutivos dirigidos à mãe são o ponto de ligação de Klein a Freud a partir do conceito de pulsão de morte.

Em 1928, Jeanne Lampl de Groot apresenta o texto *The evolution of the Oedipus Complex in Women* (1928) e, assim como outros autores, também enfatiza a relação primordial de apego à mãe, destacando que uma fixação no complexo de Édipo negativo (quando a menina fixa-se à mãe e não volta-se ao pai) é o fator determinante para alguns conflitos encontrados em mulheres, como a negação da sexualidade ou a frigidez.

No ano seguinte, Joan Riviere apresenta o texto *Womanliness as Masquerade* (1929), fazendo alusão ao sonho de uma analisanda, em que identifica como as principais causas de conflitos em

mulheres em relação ao pênis é o complexo de masculinidade, que, segundo Riviere (1929), seria a “feminilidade mascarada”, “um tipo particular de mulher intelectual, que é heterossexual em termos de desenvolvimento, mas marcadamente masculina”] (Grigg et alii, p. 172; tradução nossa).

Ainda nesse ano, Helene Deutsch apresenta o texto *The Significance of Masochism in the Mental Life of Women* (1929), destacando o masoquismo como constituinte do desenvolvimento psicosssexual das mulheres, estando presas ao sofrimento ligado às experiências sexuais, seja pela perda da virgindade ou pela reprodução.

Dois anos depois, um texto de Otto Fenichel é publicado em inglês, sob o título *The Pre-genital Antecedents of the Oedipus Complex* (1931); nele, apesar de colocar o complexo de Édipo como nuclear não apenas da neurose, mas do inconsciente, o autor se pergunta como se dá a troca de objeto nas relações pré-genitais das meninas, apresentando várias fases dentro do complexo de Édipo, com preocupação em entender como as mudanças de zona erógena são acompanhadas pela mudança de objeto, assim como analisou Abraham.

Também em 1931 Freud publica o texto “Sexualidade feminina” (1931b), em que retoma a importância do complexo de castração na constituição da sexualidade da mulher, presente nas etapas pré-edípicas. Tendo como foco, no entanto, a passagem, na mulher, do negativo (castração) para o positivo (resolução do complexo de Édipo), ressalta não haver um paralelismo nítido entre o desenvolvimento do menino e da menina, aspecto amplamente debatido por seus interlocutores, conforme a ordem cronológica sugere. É nesse texto que Freud também começa a dar-se conta da sua limitação como analista homem diante de suas pacientes mulheres: ao ocupar na transferência o papel de pai, não podia alcançar com maior precisão como se dava a constituição psíquica da mulher.

O próprio Freud pôde encontrar, nas contribuições de suas discípulas, consonância com algumas observações clínicas que obteve em casos de paranoia em mulheres,

em que há a presença de hostilidade na relação da menina com a mãe. Esta seria uma pré-condição para que o complexo edípico pudesse ser estabelecido nas meninas. Neste ponto, é clara a influência das discussões que estavam em vigor, principalmente no grupo de Londres.

No ano seguinte à publicação do texto de Freud, Helene Deutsch apresenta o texto *On Female Sexuality* (1932), retomando a questão do masoquismo como um traço basal na raiz da feminilidade e no entendimento da homossexualidade feminina. A autora, diferentemente de van Ophuijsen, não focaliza a homossexualidade como um complexo de castração, mas como uma inveja exacerbada do pênis, causada pela fixação na figura materna e por intensa rivalidade com o pai.

No mesmo ano, Karen Horney apresenta o texto *The Dread of Woman: Observations on a Specific Difference in the Dread Felt by Men and Women Respectively for the Opposite Sex* (1932), em que verifica que os homens tentam lidar com o medo de mulher ao procurarem por uma base mais objetiva para isso, fazendo esforços para mantê-lo secreto, mas que frequentemente eram observados nos sonhos de seus analisandos, com componentes homossexuais, fetichistas e às vezes até ocultos por meio de sonhos com o pai. Desta forma, ela postula que o medo da mãe ou do genital feminino é mais fortemente represado que o medo do pai, e está presente em todos os homens, mostrando-se como uma ansiedade narcísica, diferentemente do medo do pai, que não impacta a autoestima masculina.

Horney retoma o tema da negação da vagina, mas agora especificamente para as mulheres, no trabalho *The Denial of the Vagina: a Contribution to the Problem of the Genital Anxieties Specific to Women* (1933), em que se aprofunda na questão da suposta inferioridade da vagina em relação ao pênis nas fases pré-edípicas e verifica, a partir de alguns casos clínicos, que a vagina desempenha papel importante em termos de estimulação sexual – refutando a hipótese freudiana em torno da inveja do pênis, mesmo antes da constituição

da genitalidade. A autora se refere à negação da vagina como possível fonte de ansiedade nas mulheres, opondo-se à tese de que a vagina é descoberta apenas após o abandono do clitóris.

Segundo a autora as questões em torno da inveja do pênis parecem ter um sustentáculo sociocultural importante, tendo no casamento heterossexual e na maternidade um contorno praticamente institucionalizado de como as mulheres deveriam lidar com sua inferioridade em relação aos homens ou obter refúgio na masculinidade de seus maridos e no triunfo fálico de serem mães.

No mesmo ano, Freud publica o seu texto final sobre o tema “Feminilidade. Conferência 23. Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos” (1933a), anunciando poucos acréscimos teóricos, mas algumas evidências clínicas que o fizeram desenvolver observações adicionais a respeito do “enigma da natureza da feminilidade” com base na “pré-história da mulher”, ressaltando a importância das fases oral e sádico-anal, além da fálica no desenvolvimento psicosssexual das mulheres. Mas avisa que não poderia fazer apontamentos que seguissem além da resolução do complexo de Édipo, de forma que o enigma em torno da mulher permaneceria ainda, visto as observações acerca da alternância entre o masculino e o feminino no decorrer do processo de desenvolvimento sexual.

Neste texto Freud oscila entre constatar a dificuldade de ser ele próprio um homem na busca do entendimento das condições idiossincráticas a que a mulher está submetida pela via de seu desenvolvimento sexual e a reafirmação masculina de que as mulheres: são um enigma de difícil solução; apresentam uma formação superegoica falha, dificultando o senso de justiça; sentem vergonha diante da inferioridade de seus órgãos genitais; têm pouca contribuição para a história da civilização, a não ser por saberem “tecer e trançar”; obtêm na maternidade e na feminilidade “as inestimáveis tarefas sociais a seu cargo”; e são mais débeis em seus interesses sociais, com menor capacidade de sublimar seus instintos.

No final do texto, Freud conclui que caberia aos poetas ou ao desenvolvimento da ciência a continuidade no estudo da subjetividade da mulher, admitindo de maneira sincera e humilde que haveria outros aspectos

que não puderam ser tocados por ele e que, pelas contribuições de seus discípulos até então, seria possível encontrar um caminho para outros desenvolvimentos sobre o tema.

No ano seguinte, Marie Bonaparte apresenta o texto *Passivity, Masochism and Femininity* (1934), em que reforça o sofrimento ligado à perda da virgindade e à reprodução, entendendo ser o masoquismo fonte de prazer erótico para as mulheres. Aponta também para a maior aderência à bissexualidade devido à disposição anatômica: a cloaca feminina, ou seja, a região reto-vaginal, aliada ao falo atrofiado (clitóris) conferem à mulher uma natureza dupla. Desta forma, tornar-se mulher só é possível se a função maternal da vagina for alcançada, a partir da renúncia à reivindicação clitoriana, que não permitiria esta rede de identificações e o estabelecimento dos mecanismos de introjeção/ incorporação e expulsão, vivenciados no ato sexual e na possibilidade de ter bebês.

E finalmente, no texto *Early Female Sexuality* (1935), Ernest Jones inaugura um diálogo entre as escolas de Viena e Londres (sendo ele um representante desta última), momento em que começaram a aparecer as primeiras divergências entre os grupos (curiosamente a partir de um texto sobre a sexualidade feminina). Entre as principais discordâncias estão o desenvolvimento inicial da sexualidade (particularmente nas meninas), a gênese do superego e sua relação com o complexo de Édipo, a técnica de análise com crianças e o conceito de pulsão de morte. Jones verifica que a escola de Viena, ao enfatizar a inveja do pênis, se volta mais aos aspectos físicos do desenvolvimento psicosssexual da menina e menos aos aspectos intrapsíquicos. Ao final do texto, o autor faz a clássica afirmação de que não sabe se uma mulher nasce mulher ou torna-se uma.

Do ponto de vista sociocultural, os desenvolvimentos teórico-clínicos apresentados se apoiam diretamente da condição da mulher oriunda do período vitoriano, herdeira de fronteiras bem demarcadas sobre o papel social em que ocupava na

sociedade puritana. Neste sentido, o livro atende a este critério, explicitando as tensões entre homens e mulheres vitorianos, mesmo que a partir de personagens vestidas com o manto do saber psicanalítico.

A forma como o livro se organiza fornece insumos para a constatação de que a psicanálise se alimenta dos conflitos femininos para existir e continuar em transmissão. É a estória nos contando a verdadeira história.

Alma migrante – travessias

May Parreira e Ferreira

Resenha de Plínio Montagna, *Alma migrante*, São Paulo, Blucher, 2019, 400 p. Série Escrita Psicanalítica, coordenação Marina Massi.

A resenha de uma obra deve, a princípio, descrever e analisar outra produção textual. Pode ser descritiva ou opinativa. Escolhi a segunda forma para falar de *Alma migrante*, de Plínio Montagna. Já foi dito que o livro é uma obra de arte, e reforço, aqui, a ideia. A palavra “arte” deriva do latim *ars, artis*, “maneira de ser ou de agir; profissão, habilidade natural ou adquirida”, e, na cultura greco-romana, possuía o sentido de “ofício, habilidade”. A arte pode ser vista como conhecimento, visão ou contemplação. Numa outra definição podemos dizer a arte é expressão. Em todos os sentidos *Alma migrante* se encaixa. É o livro de um artista sobre o ofício que ele conhece. Por ser o artista quem é, busca na poesia, na pintura e na literatura, a essência para desempenhar o papel de psicanalista sensível que é.

Alma migrante se lê em três momentos que interagem e se completam.

Na primeira parte, “Reflexões”, Plínio Montagna nos leva sem esforço ao questionamento sobre a “Psicanálise e o conceito da resiliência”, pensados bem antes da pandemia e essenciais para a compreensão do momento atual. Em “O rapto das metáforas”, somos encorajados a enfrentar o

desafio que representa a intangível continuidade entre mente e corpo e os estudos de fenômenos psicossomáticos. Quais são as vias de derivação da angústia para o fenômeno psicótico ou psicossomático?

Muitas são as questões propostas em “Syntaxe do tempo nos tempos de hoje”, quantos de nós já repensamos “Sobre a dor de amar”; em “Finitude e transitoriedade” vamos percorrer o conceito de resiliência. Somos embalados nas muitas referências artísticas como Beethoven, Cyrulnik, Bauman, Montaigne e tantos outros. Pensar. Refletir. Analisar. Psicoanalisar.

A segunda parte, intitulada “Clínica”, nos permite entrar no cotidiano do atendimento clínico. No capítulo “Tropismos na clínica: tropismo de vida e tropismo de morte” temos um exemplo do questionamento: “O que era mais importante? O paciente ter a experiência de que o analista aceitava e suportava a angústia de suas identificações projetivas, ao mesmo tempo expulsivas e comunicativas, por meio do impacto emocional causado (ou recebido)? Havia um perverso convite à corrupção?” (p.134). No capítulo seguinte “Afeto, somatização e simbolização”, vamos discutir com o autor aspectos da transferência e contratransferência. Uma nota especial para o capítulo “Skype análise”, à época, incomum, hoje tão necessária. O artista adianta e pré-agoniza o que será. Há dez anos ele inovou a maneira de atendimento que, hoje, é uma norma mais que necessária.

Na terceira parte do livro, Montagna nos mostra as “Interfaces” de suas reflexões, pensamentos aprofundados, explicando o porquê do título, *Alma migrante*, uma vez que na psicanálise o termo *alma* quase não é mencionado. “Porque o inconsciente [...] é atemporal e ignora contradições. As coisas podem ser e não ser ao mesmo tempo, é possível ser um e muitos, em muitos lugares e em lugar nenhum” (p. 253).

Para quem conhece o autor não é difícil saber o quanto da arte, da filosofia e da sociologia estão presentes. Para quem não o conhece, fica a indicação necessária. Quem, senão o psicanalista receptivo e acurado, citaria o *Livro dos Haicais*:

não pises este lugar
ontem de tarde havia, por aqui,
vagalumes (p.65)

Para depois escrever: “Uma pessoa entra em minha sala de atendimento com passos curtos, decididos, sem pressa ou afobação, apenas deixando no ar a impressão de alguma ansiedade” (p. 68). Literatura. Sim, seus textos são literários. A literatura não é só inspiração, é raciocínio, elaboração. É um debate interno e externo. O autor discute consigo mesmo e conosco.

Em “Interação psicanalítica com paciente terminal”, temos um artigo sensível e corajoso por tratar de um assunto relativamente pouco explorado: “Vencendo muita hesitação, decidi dizer que, se ela estava viva, o que tinha para fazer da vida era viver. Viver para quê?, me perguntou. Ousei dizer que ela podia falar, pensar” (p. 199).

Aqui, neste livro, são vários os exemplos de trocas verbais e não verbais, desenroladas ao longo

de sessões fora do *setting*. Ainda sob o efeito dos textos posso dedicar, ao leitor, um *hai-kai* atribuído a Moritake (1452):

Penso: as flores caídas
Retornam aos seus ramos.
Mas não! São borboletas.

Assim nos sentimos depois da leitura de *Alma migrante*. Não somos flores caídas, não somos os mesmos depois da leitura, nos transformamos, saímos borboletas. É preciso atravessar todo o caminho para conhecê-lo. A travessia, neste caso, é feita de inúmeras maneiras, de muitos lugares, a todos e a nenhuns lugares. Eu poderia continuar num sem fim de exemplos do domínio psicanalítico e literário do Dr. Plínio Montagna. Mas prefiro encerrar com o convite: leia o livro, reflita e divague. Deixe-se levar pelos lugares etéreos do pensamento. Afinal, a alma é migrante.

Pandemia: de Londres em 1665 às Américas em 2020

Fernanda Sofio

Resenha de Daniel Defoe, *Journal of the Plague Year: Illustrated Journal of the Plague Year*, Orinda, CA, SeaWolf Press, 2020, 215 p.

2020 será lembrado como ano da pandemia do novo coronavírus. São muitos os que buscam pensar essa trágica situação e suas possíveis consequências. Já rascunhava relatos a partir de minha própria experiência, pois a pandemia se intrometeu de chofre no que seria “o meu ano”. Em março, estava prestes a aceitar uma vaga de professora efetiva na Antioch College (acabou sendo cancelada), fiz quarenta anos em junho (o mesmo mês em que escrevo este texto) e minha primeira filha nascerá em agosto ou setembro. Entretanto, me

vejo agora em quarentena absoluta¹ no bairro do Bronx, em Nova York.

Foi nessas circunstâncias que recebi o convite da *Revista Percurso* para resenhar *Um diário do ano da peste*, de Daniel Defoe.² Trata-se de um texto descritivo que detalha os efeitos da peste bubônica em Londres, em 1665. Nesse momento, segundo os dados oficiais³, morreram entre 70 e 100 mil pessoas, em um dos tantos episódios de uma mesma doença que, a partir de 1348, devastou cidades europeias por séculos. Não poderia deixar de aceitar o convite, nem seria possível excluir minha estória pessoal dessa leitura. O objeto de minha resenha, portanto, é sem dúvida o livro de Defoe. Mas a situação atual, de que compartilhamos o leitor e eu, invade o passado. Lendo o livro, percebo quanto pouco algumas coisas mudaram nesses quase 400 anos, principalmente no que se refere a reações e comportamentos de pessoas arremessadas de súbito a uma situação de epidemia, que chacoalha as certezas no mundo e para a qual, vemos no livro, jamais estivemos preparados.

Para pensar o livro, é fundamental considerar quem é o narrador. Trata-se de alguém cuja voz é adulta. Talvez seja bastante jovem ou alguém de meia-idade. Isto por si só confere à obra um caráter ficcional, já que Defoe nasceu provavelmente em 1660 – a historiografia é inconclusiva nesse sentido, datando seu nascimento “entre 1659 e 1662”, indicando 1660 como o ano mais plausível. Isto quer dizer que ele tinha por volta de 4 ou 5 anos de idade quando a peste chegou à cidade de Londres. Não poderia ter vivido as experiências do narrador, não da maneira como estão relatadas no livro. O narrador é detalhista, analisa o espaço público, levanta dados, observa e descreve as interações entre as pessoas.

O texto não se propõe como relato jornalístico, mas trata-se, segundo minha pesquisa, de um dos livros mais lidos em cursos de jornalismo norte-americanos, justamente devido ao estilo de escrita e à riqueza de detalhes com que pinta um quadro de o que foi a epidemia londrina. Por sua vez, o vencedor do prêmio Nobel de Literatura em 2006, Orhan Pamuk⁴,

1 Absoluta porque, ao que parece, existem graus da quarentena a que sou submetido, como moradores de Nova York, como os de São Paulo. No meu caso, só o pai de minha filha entrou na minha casa, nos últimos três meses.

2 Devido à atual pandemia, as bibliotecas em Nova York estão fechadas. Só consegui trabalhar com o livro na versão original, em inglês. Os trechos em português são minhas traduções livres.

3 No livro de Defoe, o narrador fala em 100 mil mortos (p. 85).

4 O. Pamuk, “What the Great Pandemic Novels Teach Us”, *New York Times*, 4 de abril, www.nytimes.com/2020/04/23/opinion/sunday/coronavirus-orhan-pamuk.html, acessado em 6 de junho de 2020.

Fernanda Sofio é psicóloga e psicanalista, doutora em Psicologia Social pela USP e mestre em Psicologia Clínica pela PUC-SP. Possui estágios pós-doutorais no Instituto de Psicologia da USP, em Columbia University e em Princeton University. É autora de *Literacura: psicanálise como forma literária* (Unifesp/Fapesp, 2015), premiado na terceira colocação do Prêmio ABEU e finalista do Prêmio Jabuti; e de *Psicanálise na UTI: morte, vida e possíveis da interpretação* (Escuta/Fapesp, 2014). É organizadora de *Anotando a China (Viagem psicanalítica ao Oriente): Edição Crítica* (Unifesp, 2019) de Fabio Herrmann.

descreve o livro como: “a obra-prima e o relato mais iluminador da história da literatura sobre o tema do comportamento humano em tempos de pandemia”⁵. Grandes feitos: um livro de memórias estudado por jornalistas americanos e, ao mesmo tempo, considerado grande literatura. Além disso, trata-se de um livro que atualmente informa o nosso presente, nossa luta contra a covid-19, e lembra que não estamos sozinhos. Pelo contrário, estamos acompanhados de séculos e séculos de história.

O inominado narrador de Defoe não deixa Londres, naquele tempo uma cidade amuralhada, à qual não seria permitido abandonar uma vez que a epidemia se alastrasse. Já nas primeiras páginas do livro, o narrador decide ficar, apesar da insistência do irmão, que o convida a partir consigo. Ou seja, nosso narrador não é como as demais personagens, que vão aparecendo e desaparecendo página a página: fica por opção. Opõe-se tanto aos *desertores* (como são chamados aqueles que escapam da cidade na primeira oportunidade, incluindo-se médicos e enfermeiros) quanto aos *pobres* (como são designados repetidas vezes os membros da população que sofrem as mazelas da epidemia e da fome, os que ficam em Londres por não terem para onde fugir). Nosso narrador *sui generis*, não: além de ficar por opção, ele jamais é infectado: não é *pobre* nem perde a compostura como ocorre à sua volta, seja por medo, doença ou fome.

É bonito o trecho em que um senhor mirrado, com quem o narrador se depara em suas andanças pela cidade, lhe conta dos quatro *shillings* que guardara para a mulher e os filhos. Impelido a dobrar esse valor, o narrador certifica-se de que o senhor de fato repassaria o dinheiro à esposa. A descrição da família faz pensar que, se não estavam infectados com a peste, certamente estavam doentes em algum outro sentido, personagens a provocar pena. Devemos lembrar, entretanto, que o gesto de nosso narrador é aquele de alguém que *pode fazê-lo*, alguém cuja situação, mesmo que precária, está em outro patamar, acima dos *pobres*. Esta situação especial do narrador criado

por Defoe lhe permite contar o que vê com “um pé dentro e um pé fora”⁶ da experiência dos londrinos. Ele participa da vida londrina, explora, observa, mas não se afunda nas mazelas, não fica doente, não morre, como as outras semipersonagens que vão pipocando pelo livro.

As funções desse narrador são de testemunha e registrador, apresentando tanto dados concretos da epidemia – imprecisos⁷, mas os dados disponíveis à época – quanto os detalhes do comportamento humano. Perambula pelas ruas, chega perto das pessoas, contempla cada interação e descreve minuciosamente o que vê. Visita a fossa comum dos mortos. Não é particularmente afetado pelo que vê à sua volta. Com o passar dos meses, vai detalhando fase a fase da epidemia. Calmo e ponderado, vai nos informando acerca de como ela se desenrolou desde o princípio: o burburinho inicial sobre a possibilidade de a peste ter chegado em Londres vinda da Europa continental, provavelmente da Holanda; a forma como a notícia corria de boca em boca, não havendo jornal impresso disponível e sendo o relato sempre parcial, insuflado de acordo com a perspectiva de quem o partilhasse; a apreensão de um punhado de pessoas que recebiam essas notícias, imaginando o que estava por vir. É pelo narrador também que, com o passar das semanas e dos meses, vamos sendo informados das infecções, das reações dos doentes, dos que imaginam ter contraído a doença, dos que sabem que não sabem se estão infectados ou não, da ameaça insubstancializada que vai se espalhando pela cidade.

Como nas Américas de hoje, na Londres do livro ninguém sabe ao certo se está doente ou não. Hoje, a confirmação por testes deixa quase sempre dúvidas. À época, certezas só se tinha quando o caminho certo era em direção à morte. Caso contrário, cada um vai especulando sobre sua condição, ou negando a realidade, ou torcendo para passar incólume. Também como hoje, a infecção podia ser contraída mesmo alguém estando *bem* (*well*), na palavra utilizada pelo narrador: são os perigosíssimos “pré-sintomáticos” e “assintomáticos” de 2020. Tal pessoa podia estar conversando

absorta num momento, e morta em poucas horas. A evolução da peste bubônica – aprendemos com o livro – era rápida e extremamente violenta. Passemos a alguns detalhes da vida londrina, conforme foram explorados nesse texto.

Um modelo de organização social (ou: regras, regras, regras)

O rei da Inglaterra em 1665 era Carlos II. Entretanto, no livro de Defoe, é o póstumo Rei Jaime que é citado pelo tampouco nomeado prefeito, ao publicarem-se as novas regras da cidade, apresentadas como solução para proteger a população da epidemia. A sensação é de uma série de normas impostas, sem autoria, como que advindas de uma autoridade etérea, não personalizada, pelas quais portanto ninguém poderia ser responsabilizado. Um texto prescritivo, ditando como seria a vida londrina durante a duração da epidemia. Regras, veremos, que seguem um modelo muito próximo àquele descrito por Michel Foucault⁸. São dois os modelos antecessores da medicina social, segundo Foucault: “dois grandes modelos de organização médica na história ocidental: o modelo suscitado pela lepra e o modelo suscitado pela peste”. Ele explica que, na Idade Média, quando descoberto, um leproso era imediatamente expulso do espaço comum e posto fora dos muros da cidade, num lugar apartado, onde “ia misturar sua lepra à lepra dos outros”. E explana: “A medicina era uma medicina da exclusão. O próprio internamento dos loucos, malfeitores etc.,

em meados do século XVII, obedece ainda a esse esquema”. O leproso e o louco são bodes expiatórios a serem retirados do espaço público, a serem exilados. Já o segundo grande esquema político-médico é aquele que foi estabelecido contra a peste, um modelo no qual os doentes não eram excluídos da cidade, mas permaneciam isolados em suas casas e eram vigiados. Parece ter sido uma espécie de predecessor da “medicina policial” alemã, tão bem descrita pelo mesmo autor: uma medicina cujo objetivo é identificar o doente e impedir que transmita a infecção aos cidadãos sãos.

Com essa descrição foucaultiana em mente, passemos à primeira regra apresentada no *Diário do ano da peste*: seriam nomeados *examinadores*, um por *paróquia* (*parish*) – pois os bairros consistiam de poucas ruas e eram designados a partir de suas paróquias: Saint Andrew’s, Saint Clement Danes etc. A quem fosse apontado como examinador não cabia recusar o novo cargo, pois ao fazê-lo a pena era a prisão, e permaneceria preso até aceitar o cargo. Os examinadores estavam incumbidos de encabeçar uma espécie de vistoria nas casas das suas respectivas paróquias (vistoria esta muitas vezes feita “nas coxas”, sem entrar nas casa, para evitar o contágio). Os examinadores deviam informar imediatamente quando em alguma casa havia uma pessoa enferma e rapidamente essa seria lacrada, de modo a que mais ninguém entrasse ou sáísse dela, evitando a propagação da doença. O pânico crescia, é claro, pois os familiares da vítima eram considerados condenados também, seu destino quase certo sendo a morte. E mais: tais casas eram marcadas com um xis vermelho e as palavras: “Senhor, tende piedade de nós”.

Segunda regra: uma vez a casa lacrada, apontava-se dois vigias (*watchmen*), um diurno e um noturno, cuja função seria sentar do lado de fora e assegurar que ninguém sáísse ou entrasse da casa marcada. O vigia também tinha outras funções – secundárias do ponto de vista de contenção da propagação da epidemia –, como a de auxiliar a família a fazer compras, ir apanhar uma enfermeira (aparecem sempre no feminino na narrativa

5 Tradução livre.

6 Maneira como o autor Fabio Herrmann descreve o psicanalista, ao longo de toda sua obra. É uma expressão que uso no meu livro *Psicanálise na UTI* para pensar meu lugar dentro e fora da UTI: eu vivia o seu cotidiano ao mesmo tempo em que a pensava. (Sofio, *Psicanálise na UTI: Morte, Vida e Possíveis da Interpretação*, São Paulo: Escuta/Fapesp, 2014).

7 Tais listas de dados eram notoriamente imprecisas. C. Hibbert, B. Weinreb et alii, *The London Encyclopaedia*. 4th ed. London: MacMillan, 2011. (Versão eletrônica, sem página. Trabalho original publicado em 1983)

8 M. Foucault, “O nascimento da medicina social. *Microfísica do poder*. Trad. R. Machado. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984. (Trabalho original publicado em 1979)

de Defoe), chamar um médico (que aparece no masculino). Muitas vezes, estes pedidos aos vigias eram estratégias para despistá-los, já que as tentativas de fuga eram inúmeras e às vezes obtinham sucesso.

O vigia de Defoe, na minha opinião, é uma personagem que habita o limiar entre ficção literária e realidade, espécie de figura kafkiana *avant la lettre*, já que Kafka nasceu em 1883. Como a vida Londrina de 1665, que tanto informa a pandemia da atualidade, o vigia londrino viveu mais de 200 anos antes dos escritos que melhor o descreveram, os livros de Franz Kafka. A figura do vigia está presente em toda a obra kafkiana, de *O processo* a *O castelo*, mas podemos tomar como exemplo a ficção filosófica “Diante da lei”⁹ – que aliás foi incluída em *O processo* – e já reconhecemos a personagem apresentada por Defoe.¹⁰

Descrevi duas regras impostas à população na Londres de 1665, conforme descritas por Defoe, mas contei ao menos 24 em sua narrativa. Não é necessário detalhar todas elas; as citadas até aqui são suficientes para capturar o clima da época e do livro. Talvez sejam as regras que melhor permitam, a partir dessa leitura, compreender o que foi a Londres daquele tempo. Decomo não encarar a epidemia de frente (ou: medo e negacionismo) Orhan Pamuk denuncia em seu artigo supracitado que o negacionismo frente à crise de saúde pública resultante de uma epidemia é uma espécie de marca histórica registrada. Para início de conversa, o narrador de Defoe quase não fala em peste, usa o eufemismo *destempero* (*distemper*) ao longo do livro. E descreve uma estratégia familiar para quem viveu março de 2020 e os meses seguintes: a tática de se mascarar dados epidemiológicos numa epidemia. Porém, se hoje quem manipula os dados são predominantemente as autoridades, e em geral sabemos que isso está acontecendo, na época da narrativa o faziam também familiares dos doentes, angustiados com a perspectiva de terem suas casas lacradas ao se descobrir que havia nelas alguém com a peste.

Assim como o autor das regras impostas à população não tem nome conhecido, como

vimos – e não se pode atribuir a responsabilidade pelas regras a alguém sem corpo – tampouco os números apresentados por Defoe vêm acompanhados de qualquer explicação quanto à forma como foram compilados: são redigidos como listas e tomados como fato. Por exemplo, numa dessas listas os mortos são quantificados como mortos da peste ou *outros mortos*. Mas podemos pensar que não há como saber se os dois grupos são realmente distintos, ou como é que se diferenciam. De acordo com a tabela do narrador, no ano de 1665, entre 8 de agosto e 10 de outubro, faleceram de peste 49.705 pessoas. Já no total, foram 59,870 mortes (p. 84). Mas, como já destacaram em Hibbert, Weinreb et alii¹¹, não há metodologia de compilação de dados.

Um caso ainda mais interessante é o da lista que cita as causas das mortes dos doentes, distinguindo mortos da peste daqueles de *febre, febre maculosa, aversão (surfeit) e dentes* (entenda-se infecção dentária numa era pré-antibióticos; p. 178). Aversão como *causa mortis* hoje achamos até engraçado. Em suma, não há como saber se esses mortos contraíram outras doenças *além* da peste, nem qual foi a verdadeira causa de seus falecimentos. Lembremos que os examinadores preferiam não inspecionar as casas de perto, para não se contagiarem, e os moradores não queriam ter suas casas lacradas.¹²

Outro fator que informa o negacionismo da época: as “profecias, conjurações astrológicas, os sonhos e as lendas”. Os *pobres* recorriam a estes, provavelmente como forma de explicar para si mesmos o que viam e para o que não encontravam explicação palatável. Os *profetas*, por sua vez, aproveitavam. Por exemplo, quando os *pobres* indagavam se a epidemia era grave, mesmo quando ainda não se sabia o que estava por vir, diziam os profetas sempre que era grave sim. Afinal, lucravam com a situação. Entre outras artimanhas, disponibilizavam “pílulas infalíveis contra a peste”, que podiam ser adquiridas por certo preço, e às quais a população se agarrava como última esperança e salvação (p. 18-23).

O narrador também fala de um *amigo seu*, cujo nome suspeito é *Dr. Health* (Dr. Saúde).

Esse amigo era da opinião de que se podia saber quando alguém estava doente a partir de seu hálito, embora ninguém quisesse fazer o experimento devido ao fato de o contágio ser quase certo. Havia também a hipótese de se fazer um teste para saber se se estava infectado: exalar num pedaço de vidro e, ao condensar-se a exalação, revelaria criaturas num microscópio, formas terríveis e assustadoras, monstruosas, como “dragões, cobras, serpentes e demônios” (p. 176). A certa altura, o próprio narrador resume: “os pobres se apavoravam com a força de sua própria imaginação” (p. 20-23).

Pandemia no mundo em que vivemos

Vimos que há muitas semelhanças entre a epidemia de 1665 e a pandemia de 2020. Mas e as diferenças, como pensá-las? Um autor da psicanálise brasileira que vem em nosso auxílio é Fabio Herrmann⁹: afinal, qual era o mundo de Defoe e como é ele diferente do nosso? Herrmann fala do *momento da Psicanálise*, o tempo no qual ela pôde surgir, pois já se havia compreendido que o mundo não equivale ao que vemos nele. O que

vemos e pensamos sobre o mundo diz respeito às *representações* que formamos a partir das informações que recebemos dele. Ao mundo *em si*, não se tem acesso direto.

O fato de se apresentarem as regras do isolamento como absolutas e de não serem questionadas na Londres de Defoe é sintoma de um mundo entendido como sendo caracterizado por fatos, não por representações. Embora os londrinos se desesperassem e tentassem burlar as leis, não se revoltavam, nem questionavam seu valor. Não perguntavam quem as escreveu, com que propósito, se eram justas. Foi determinado assim e a população acatava.

Hoje a situação é muito diferente. Herrmann descreve o século xx – a partir de Freud e cada vez mais – como um tempo no qual o mundo que se habita é um mundo no qual não se confia, do qual se está sempre a suspeitar. Um conceito central de Herrmann para isso é o da *crença*. Ele fala de crença não no sentido coloquial da palavra, mas de uma “função que sustenta as nossas representações” de mundo e da cultura. Crença forte é aquela que não questiona. Ele dá o exemplo do homem que senta na cadeira sem se perguntar se a cadeira vai se mexer ou, por um motivo qualquer, não vai sustentá-lo. No mundo em que vivemos, as cadeiras têm a função de nos segurar e isso não falha. Crença forte é também o que permite ao narrador de Defoe ler os números de enfermos e mortos nas tabelas e não se perguntar sobre a metodologia de compilação daqueles dados. Já crença fraca é a que temos hoje, quando tudo questionamos, investigamos, tomando a realidade como temporária e mutável. Porque o Estado é forte? Porque é fraco? Porque os dados da pandemia no Brasil estão subindo tão rapidamente? A quem isso beneficia? E assim por diante.

Se este é um processo que Herrmann data principalmente do início do século xx, e particularmente a partir de Freud e do nascimento da Psicanálise – pois foi nesse momento histórico que ela pôde nascer, não no tempo de Defoe por exemplo – com a pandemia, esse mesmo processo de descrença se desenfreou. Tínhamos

9 F. Kafka, *Before the Law*. In: *Parables and Paradoxes: in German and English*. Trad. C. Greenberg et alii. 1961 (Trabalho original publicado em 1948). F. Kafka, “Diante da lei, conto de Franz Kafka”. Trad. M. Carone, Trad. Folhetim, *Folha de S. Paulo*, 12 Acervo Digital. (Trabalho original de 3 de junho de 1983)

10 Desde o início do ano, tenho dado aulas de psicanálise a alunos chineses por Zoom. Não temos entrado em muitos detalhes nas nossas conversas um tanto picadas sobre a pandemia. Mas parece que lá também se lacraram casas e havia vigias controlando a entrada e saída de pessoas. A entrega de comida era feita por oficiais do governo e, segundo os meus alunos, as pessoas aceitavam essas regras, confiando na tomada de decisões do Estado.

11 C. Hibbert, B. Weinreb et alii. *The London Encyclopedia*. 4th ed. London: MacMillann, 2011. Versão eletrônica, sem página. (Trabalho original publicado em 1983.)

12 O governador Andrew Cuomo, de Nova York, nas suas entrevistas coletivas diárias, cita o mesmo problema ao detalhar dados epidemiológicos da pandemia no seu Estado, em 2020. Entretanto, o faz para analisar os dados disponíveis de maneira crítica. Já no livro, os dados não são questionados.

13 F. Herrmann, *Mal-estar na cultura e a psicanálise no fim do século*. In Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (org.), *Perturbador mundo novo: história, psicanálise e sociedade contemporânea*, São Paulo: Escuta, 1994, p. 305-333.

poucas certezas, mas tínhamos algumas. Achávamos que trabalhávamos em consultórios, ou escritórios; em suma, achávamos que devíamos sair de casa para trabalhar. Não é mais assim. Acreditávamos que, tendo dinheiro para isso, podíamos sair para jantar com os amigos, quando nos aprovasse. Essa certeza está suspensa. Pensávamos que, quando nascessem os nossos filhos, os avós estariam perto. Não estão. O mundo como o entendíamos não existe nesse momento. As regras que o regiam tampouco.

O que se manteve constante nessa reviravolta? O fato de ainda sermos homens e mulheres habitando o mundo em que vivemos. E ainda

tendemos a *rotinizar* tal mundo, aliás termo também cunhado por Herrmann. Queremos dar sentido à experiência, organizá-la, “entendê-la” de alguma forma, não importando tanto se tal entendimento se sustenta. Queremos poder explicar o que vemos com alguma coerência, criar novas regras. Um exemplo atual: se por um lado resistimos ao distanciamento social, por outro alguns de nós nos habituamos a ele. Dada a possibilidade, conseguiremos retornar ao mundo que conhecíamos? Ao trabalho nos moldes de antes? Faremos o mercado como em fevereiro deste ano? Não é o que preveem os economistas. Pois bem, criemos então um mundo novo.

Decamerão, a literatura em tempos de pandemia

Vanessa Figueiredo Corrêa
Eduardo Noriyuki Yamada

Resenha de Giovanni Boccaccio,
O Decamerão (recurso eletrônico), volumes
I e II, tradução Raul de Polillo, introdução
Eduardo Bizzarri, 3ª ed., Rio de Janeiro,
Nova Fronteira, 2018, 926 p.

Uma obra literária pode ter maior ou menor importância de acordo com as circunstâncias da época. Entretanto, dada sua relevância, alguns livros são continuamente retomados por diferentes gerações de leitores. Esse é o caso de *Decamerão*, escrito entre os anos de 1348 e 1353, e obra máxima de Giovanni Boccaccio, pai da prosa italiana moderna e pertencente à chamada *três coroas* juntamente com Dante Alighieri, pai da língua italiana, e Francesco Petrarca, pai da lírica moderna.¹

No cenário de enfrentamento da pandemia pelo Covid-19, sua leitura torna-se significativa. Além da importância histórica, o conteúdo do *Decamerão* oferece elementos para se pensar o momento atual, uma vez que foi escrito no período da peste negra, pandemia que teve início na Ásia Central e espalhou-se pela Europa, dizimando cerca de um terço da população.

À época, por não haver conhecimento sobre sua transmissibilidade, bem como da sua

evolução natural, qualquer tratamento – médico, religioso ou supersticioso – mostrava-se pouco eficaz. As mortes e o medo geraram o caos na sociedade medieval: colapso na estrutura política e judiciária, rompimento das relações familiares e reformulação dos costumes. Situações extremas tornaram-se mais comuns: violência e excessos luxuriosos, fanatismo religioso, isolamento social e autoflagelação. Essa também é a situação de Florença, cenário da narrativa:

Em meio a tanta aflição e a tanta miséria da nossa cidade, a reverenda autoridade das leis, tanto divinas como humanas, caíra e dissolvera-se. Os ministros e os executores das leis, assim como os outros homens, estavam todos mortos, ou enfermos, ou tinham perdido os seus familiares, de modo que não podiam desempenhar função alguma. Por decorrência deste estado, era lícito, a todos, fazer o que bem lhes agradasse (p. 33).

A peste impunha a supressão de projetos pessoais ou comunitários e a população passou a viver em função da morte, perdendo inclusive a capacidade de ritualizá-la:

Uma só conduta, sempre igual, era posta em prática pela maior parte dos vizinhos. Estes agiam movidos não menos pelo terror de que a corrupção dos corpos lhes fizesse mal, do que pela caridade que nutriam em relação aos trespassados. Sozinhos, ou com o auxílio de alguns portadores, quando conseguiam encontrá-los, tiravam das casas os cadáveres; punham os corpos diante da porta da residência, onde, principalmente de manhã, eram vistos, em quantidade incontável, pelos que andavam perambulando pela cidade, e que, ao vê-los, tomavam providências quanto ao preparo e à remessa dos caixões.

Eram tantos os mortos que, por escassez de caixões, os cadáveres se punham sobre simples tábuas. Não foi um só o caixão que recebeu dois ou três mortos ao mesmo tempo. Também não aconteceu apenas uma vez o fato de esposa com marido, ou dois ou três irmãos, ou pai com filho, serem contidos no mesmo féretro. (p.36)

Em contraste com os elementos tanáticos, paralisantes indissociáveis ao contexto da peste,

1 D. N. Cavallari, A palavra astuta: as estratégias discursivas e a modernidade do Decameron de G. Boccaccio, *Bakhtiniana*, São Paulo, v.1, n.4, p. 6-16, 2ª sem. 2010.

Vanessa Figueiredo Corrêa é médica psiquiatra, poeta, membro filiado ao Instituto da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo e membro do Grupo de Estudos Psicanalíticos de São José do Rio Preto e Região.

Eduardo Noriyuki Yamada é médico pediatra.

a obra segue requisitando a presença de Eros para que seja possível a criação de uma nova ordem, fazendo-se valer de narrativas marcadas predominantemente pelo erotismo (cerca de setenta por cento dos textos refere-se a relações sexuais ou amorosas de uma maneira geral).

Boccaccio avisa, no Proêmio do livro, que os eventos narrados não serão desagradáveis. Ao contrário, seu objetivo é demonstrar a gratidão, ofertar alívio e amparo, principalmente às leitoras, para quem dedica a obra:

E quem negará, por importante que seja, que convém dar este alívio, este conforto, mais às mulheres belas, do que aos homens? Elas conservam ocultas, dentro do seu seio delicado, as labaredas amorosas. Temem envergonhar-se; retraem-se. As labaredas escondidas têm mais vigor do que as ostentadas; e disto sabem os que já as provaram. Além do que, elas, as mulheres, constringidas pelos desejos, pelos caprichos e pelas determinações dos pais, das mães, dos irmãos e dos maridos, se mantêm a maior parte do tempo fechadas em seus aposentos; ali se ficam, ociosas, sentadas, querendo e não querendo; na mesma hora, alimentam pensamentos diversos, e não é possível que tais pensamentos sejam sempre alegres. (p. 23).

As mulheres, já mencionadas, que lerem estas novelas poderão colher leite e conselho útil, das coisas reconfortantes mostradas pelas narrativas. Elas ficarão sabendo aquilo de que convém fugir, e aquilo que, semelhantemente, se deve seguir. Não creio que leite, conselho e exemplo possam obter-se sem que se sofram aborrecimentos. Se forem conseguidos sem aborrecimentos (e Deus queira que assim seja), elas, aquelas mulheres, rendam graças ao Amor, que, libertando-me dos próprios vínculos, me permitiu que atendesse aos prazeres delas. (p. 24).

A trama acompanha dez jovens (sete mulheres e três homens) com idade entre 18 e 27 anos, de origem e educação nobres, que se abrigam em uma casa de campo, na esperança não apenas de sobreviver, mas também de manter a lucidez e saúde. Nesse ambiente bucólico, buscam conservar as rotinas e as práticas habituais. E, para se estabelecerem como grupo organizado, acatam, em comum acordo, duas regras:

1. Revezar diariamente a coordenação do grupo, definindo entre eles um Rei ou Rainha, de modo que todos comandassem por um dia;

2. Entreter os demais com uma história contada por cada jovem, respeitando o tema proposto pelo líder do dia.

Assim, além de acompanhar a história dos próprios narradores, tem-se um total de cem narrativas breves (denominadas Novelas), divididas em dez Jornadas, de onde provém o título *Decamerão* (de *deca*, “dez”, e *hemeron*, “jornadas”).

Em relação à forma, o livro apresenta preocupação com a simetria, própria das grandes obras literárias ligadas ao Renascimento (como a *Divina comédia*, dividida em cem cantos). E todas as Jornadas terminam com um poema. As Novelas são encadeadas entre si (recurso inovador para a época, pois até então as obras eram compostas por textos independentes que não se interrelacionavam). Em sua maioria, os textos apresentam ritmo ágil e linguagem acessível, bem próxima da oralidade, qualidade que Walter Benjamin atribui a uma boa narrativa.²

Apesar da denominação “Novela”, os contos possuem diferentes características entre si, ou por abordarem eventos históricos, ou por apresentarem narrativas fantásticas e fantasiosas. Também há aqueles com estrutura semelhante às fábulas, nos quais uma base de educação moral se faz presente³. Essa função educativa é atribuída à narrativa por Walter Benjamin, que define sua função utilitária em alguns casos:

Essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida – de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos. Mas se “dar conselhos” parece hoje algo de antiquado, é porque as experiências estão deixando de ser comunicáveis.⁴

Graças à troca de vivências os personagens de *Decamerão* não só sobrevivem à peste como mantêm viva a imaginação e acolhem uns aos outros, refugiando-se do terror da morte que os rondava. Os jovens podem se amparar dentro do

grupo sem abrir mão das singularidades: suas personalidades são delineadas por meio das escolhas do tema e da visão de mundo que transparecem nas narrativas de cada um. Boccaccio distancia a fantasia da realidade, deixando claro que contar histórias é um exercício de liberdade e nada tem a ver com as ações do contador na vida real. Pânfilo, por exemplo, considerado comedido e prudente, ao falar permite-se narrar de forma exagerada e engraçada.

O uso constante da ironia demonstra uma visão crítica ao tratar de temas como traição, casamento, a condição da mulher etc. Sagacidade, inteligência, perspicácia e esperteza são valorizados em detrimento da nobreza, pureza e hierarquia.

Em relação à temática, o Amor está ligado à Natureza, sem prescrição de que deva ser sublimado. A obra se afasta da tradição medieval agostiniana e se aproxima dos interesses mundanos, próprios da Escola Humanista. Além do erotismo, os temas muitas vezes exploram a comichidade, inaugurando o uso do riso de forma universal e alegre.⁵

Boccaccio em vários momentos deixa clara a importância que dá a uma boa narrativa. A novela de número 51, por exemplo, está exatamente no meio da obra, e é uma metanovela: relata a situação de um cavaleiro que se oferece para transportar uma mulher até seu destino e, para distraí-la, começa a lhe contar uma história. Mas ela, vendo ele era mau narrador, diz: “Senhor, este cavalo tem trote muito duro; por isto, peço-lhe que me permita pôr-me de novo a pé” (p. 513). Assim o interlocutor compreende, na fala dela, uma crítica ao que ele está narrando, que causa sofrimento; então muda de história, dessa vez contando-a de modo mais harmônico, e assim seguem a viagem.

Dessa forma Boccaccio faz um elogio à oratória, como o próprio relata, a respeito de “ditos espirituosos” em outra novela:

Quero recordar-lhes que a natureza das frases é de tal ordem que elas, como a ovelha morde, também devem morder quem ouve; não devem morder como morde o cão, porque, se assim mordessem, não seriam frases, e sim vilania. (p. 520)

Mesmo não sendo excessivamente descritivo, *Decamerão* pode ser comparado a afrescos, em que cada jornada fornece imagens da época, retratando, além dos valores éticos e morais, elementos cotidianos como vestuário, hábitos alimentares etc. Os protagonistas das novelas compreendem homens e mulheres, podendo ser cristãos, judeus, muçulmanos, homo ou heterossexuais, da nobreza, da burguesia, do clero, que com maior ou menor grau de esperteza lidam com os problemas sociais, familiares, amorosos, financeiros e religiosos, alternando-se nos papéis de heróis ou anti-heróis.

O *Decamerão* para hoje

Após quase setecentos anos de sua publicação, *Decamerão* continua oferecendo um abrigo ao leitor que busca sobreviver psiquicamente à peste. A pandemia do covid-19 ameaça até os mais desavisados e tem potencial de ser uma experiência traumática para grande parte da população. Diante da solidão ressaltada pelo isolamento social e da desesperança, trazidas não só pela ameaça física, mas também pela crise política e financeira, cresce o sentimento de impotência. E assim, observam-se reações muito semelhantes às descritas no início do *Decamerão*: desde a utilização de defesas maníacas, como a negação, até a ativação de núcleos paranoides preexistentes, aumentando os índices de doenças psiquiátricas como depressão e suicídio.

Walter Benjamin, discorrendo sobre a importância da narrativa, lembra que os combatentes de guerra, apesar de viverem inúmeras

2 W. Benjamin, O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov, *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

3 A. Pécora, Dois olhares sobre os jogos de ‘Decameron’, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2013/10/1355203-dois-olhares-sobre-os-jogos-de-decameron.shtml>.

4 W. Benjamin, op. cit., p. 197-221.

5 D. N. Cavallari, “O Decameron de G. Boccaccio: alguns traços de intertextualidade, *Recorte – Revista de Linguagem, Cultura e Discurso*, São Paulo, ano 3, n.5, 2006.

experiências, voltavam das trincheiras mais empobrecidas de histórias para contar, e não mais ricos, porque a vivência traumática é imensurável e por isso inenarrável.⁶

A busca por formas de enfrentamento faz resurgir a necessidade de contar e ouvir histórias. Muitos aplicativos de redes sociais, identificando essa carência como nicho de mercado, passaram a oferecer um recurso chamado *stories*, em que os usuários teoricamente contariam alguma história por meio de palavras ou imagens; mas na prática esse espaço acaba sendo usado para que as pessoas divulguem apenas fatos de seus interesses, com predomínio da informação em detrimento da narrativa. Por outro lado, também houve um grande aumento da procura pelo livro físico ou virtual, levando a leituras individuais ou em grupos online.

A informação pura não traz em si a potência elaboradora que a narrativa possui; por não abrigar metáforas, não tem os nutrientes que colaborariam para a reconstituição do tecido mental esgarçado pelo trauma. Como lembra Benjamin:

A cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação. Metade da arte narrativa está em evitar explicações.⁷

Nesse sentido, a leitura de *Decamerão* encerra em si um grande potencial de colaboração para preservação da saúde mental dos leitores.

6 W. Benjamin, op. cit.

7 W. Benjamin, op. cit.

A escuta do Oriente – o método psicanalítico em ação

Luciana Saddi

Resenha de Fabio Herrmann, *Anotando a China: viagem psicanalítica ao Oriente*. Edição crítica de Fernanda Sofio (Org.). São Paulo, Unifesp, 2019, 198 p.

O livro *Anotando a China: viagem psicanalítica ao Oriente* é obra complexa em si mesma, de gênero híbrido. Permite múltiplas formas de leitura, justapostas e não excludentes. No prefácio, de Leda Herrmann, é apresentada a história do livro. A “Introdução: A China fala”, de Fernanda Sofio, traz a leitura crítica da obra. O livro propriamente dito, *Anotando a China: viagem psicanalítica ao Oriente*, de Fabio Herrmann, em que a palavra “viagem” ganha dimensão psicodélica e reafirma a vocação da psicanálise em tornar possível a criação de novos sentidos, vem em seguida. A edição é complementada por três excelentes ensaios, seminalmente ligados, da lavra de Renato Tardivo, Lilia Moritz Schwarcz e Pedro Meira Moreira.

Ao leitor cabe escolher qual tipo de leitura deseja fazer. Uma leitura virgem, quando se lê inicialmente a parte escrita por Fabio. Uma leitura com preliminares, na qual se acrescentam prefácio e introdução antes da parte fundamental. Ou

com pós-liminares, ensaios consideram afinidades temáticas ao livro de Herrmann, posteriormente. Cada leitor realiza o próprio percurso, como desejar; as partes são compostas separadamente e não obrigam o leitor a nenhum roteiro pré-definido. E, em se tratando de viagem, é sempre bom contar com certa surpresa. Os roteiros abertos satisfazem melhor os viajantes como eu, que tiveram contato primeiro com o coração do livro e deste puderam extrair admiração.

Caso opte por ler a crítica de Sofio, “Introdução: A China fala”, note que o título remete à escuta do analista: afinal, o paciente fala. O incessante trabalho de Fabio Herrmann como analista da cultura, ao caminhar na trilha aberta por Freud e cultivar o método psicanalítico, escutou e fez a cultura falar. E é assim que a China fala. Sofio, por sua vez, oferece muito mais que visão crítica do livro, feito por si só memorável e que a coloca dentre as principais estudiosas da Teoria dos Campos e referência fundamental para a compreensão da obra de Herrmann. Sofio não apenas introduz o leitor, com suavidade e firmeza, à última obra de Herrmann, mas também o transporta para o interior da Teoria dos Campos – era assim que Fabio denominava seus achados a partir da perspectiva metodológica. É como ganhar um brinde, ao adquirir o livro, e o brinde fosse tão valioso quanto o objeto adquirido. Além da excelente análise realizada por Sofio, os principais conceitos do pensamento psicanalítico de Herrmann são revisitados com vivacidade e em linguagem simples. E poderiam compor, com certeza, um dicionário da Teoria dos Campos (ainda não escrito), tal a facilidade de transmissão de conhecimento da autora.

Outra variação bastante explorada na Introdução de Fernanda Sofio é compreender o *Anotando a China* como a materialização última do pensamento metodológico, psicanalítico, ficcional e fenomenológico de Herrmann. Evolução de *A infância de Adão* (2002)¹, livro de contos psicanalíticos. A imaginação de Fabio não conhecia limites. Pela sua arte, gêneros e subgêneros vieram ao mundo. Teoria psicanalítica e metodológica, interpretação crítica da psicanálise, contos, novos

1 F. Herrmann, F. *A Infância de Adão e outras ficções freudianas*. São Paulo, Ed. Casa do Psicólogo, 2002.

Luciana Saddi é psicanalista e escritora. Membro efetivo e docente da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. Mestre em Psicologia pela PUC-SP. Diretora de Cultura e Comunidade da SBPSP. Autora de *Educação para a morte* (Ed. Patuá). Coordenadora da série *O que fazer?* (Ed. Blucher) e coautora do livro *Alcoolismo – série o que fazer?* (Ed. Blucher). Representante do movimento Endangered Bodies no Brasil. Fundadora do Grupo Corpo e Cultura.

conceitos e formulações provenientes do contato de Herrmann seja com o mundo cotidiano, a fenomenologia ou antigo Egito. Com sua criatividade as ideias brotavam e exigiam amplo reconhecimento em diversas categorias a um só tempo. Essa talvez seja a principal vocação da psicanálise: existir como corpo conceitual, história, método, técnicas e múltiplas formas de atendimento clínico, desde a tradicional dupla analista e paciente até arranjos menos ortodoxos; ser tudo isso e algo mais, e ao mesmo tempo, escrita, sonho, imagem, criação de sentido e mistério. Composição de muitas camadas e múltiplas interpretações. O *Anotando a China* é, portanto, transcendência, ruptura de campo, poesia e viagem psicanalítica.

É também o último livro de Herrmann. Ofereço, agora, minha leitura, dentre tantas possíveis. Foi organizado em meio à sua própria agonia. Agonia de se saber acometido por doença incurável. Agonia nascida da consciência da passagem do tempo. É o tique-taque a martelar continuamente. São as horas que escapam e a escuridão que se aproxima.

Os sofrimentos físico e psíquico pelo tempo que rapidamente falta a Herrmann estão presentes de maneira indelével nesse livro raro. A morte é matéria principal, embora tenha sido ocultada em versos e imagens do livro, em que o autor preferiu dar testemunho de vida e de viagem; de escritor e psicanalista; de artista gráfico e poeta; amante e amado da querida companheira de vida e viagens. É prova de vida – talvez todos os livros materializem a insistência na vida; é prova de vida derradeira, de quem se agarra ao galho frágil sobre o abismo. Nos últimos instantes, o que sobra de nós? Um sopro, um gemido ou o testamento de bens? O que deixar para quem?

Anotando a China é o testamento de Herrmann. É *ontos*, ente, ser. É relato de viagem, psicanálise, poesia, grafismo, notas, pensamentos bem-acabados, rabiscos de ideias e despedida. Ultrapassa gêneros. Híbrido que faz do leitor testemunha da vida, do homem, psicanalista e escritor. Do artista que deseja com volúpia engolir o mundo num único trago e devolvê-lo aos que aqui ainda permanecem. O livro é formado por deliciosas sandices,

olhar inteligente, cultura clássica, preciosidades genéricas e gostos variados. Chistes e versos. Textos e grafismos. Apresenta a China e o Japão vistos por Herrmann. Tem caráter absolutamente pessoal, embora não seja apenas pessoal. Traz pensamentos psicanalíticos sobre o Oriente e pensamentos à toa, recolhidos com originalidade. Há imagens, poemas, histórias. Discorre sobre e fala do mundo, no entanto, logo se percebe que o livro é o próprio escritor. Ao se apresentar e se oferecer à sociedade como jovem debutante ou rapazinho no barmitzva, Fabio Herrmann vai além. Faz dessa breve e criativa brincadeira o seu legado. Do final, o começo. Nó no tempo, entrelaça nascimento e morte.

Livros sobre psicanálise e contos psicanalíticos não foram suficientes, Fabio precisava mais. Dar mais de si, se dar por inteiro, sem amarras, sem as limitações dos jargões, conceitos e livros de psicanálise, para ir além da própria obra e pensamento psicanalítico. Continuar nos detalhes de sua visão de mundo. Continuar. Não apenas eternizar o pensamento, mas sobreviver a si mesmo. No mais genuíno desejo de eternizar o homem, na vaidade da imortalidade, a morte infiltra-se sorradeira pelo livro. Como aranha, o tece e faz nascer o livro testemunha e testemunho do autor.

Acompanhei como leitora e psicanalista a obra de Fabio Herrmann. Fiz supervisão com ele, grupos de estudos e fui orientanda por ele no mestrado. Apreciava desfrutar de sua companhia e de seu humor. Aprendi com vagar a compreender a importância da Teoria dos Campos para a psicanálise. Alimentei-me dessa fonte e de sua liberdade criativa. Tive a oportunidade de receber de suas mãos o *Anotando a China* e a missão de editá-lo. Há quase quinze anos atrás fracassei. Mesmo ciente de ter em mãos uma preciosidade, algo ímpar, não logrei obter reconhecimento das qualidades do *Anotando* da parte dos editores. Escrever essa resenha remove um peso dos ombros, assim como satisfazer o desejo do mestre querido.

Referência bibliográfica

Herrmann F. *A infância de Adão e outras ficções freudianas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

Entre fatos e conceitos

Freud sobrevive e revive

Munique Gaio Filla

Resenha de Sigmund Freud, *Manuscrito inédito de 1931*, edição bilíngue, São Paulo, Blucher, 2017, 120 p.

A despeito do interesse imediato que uma obra inédita do criador da psicanálise possa despertar entre seus leitores, discorrer sobre tal manuscrito exige pelo menos a indicação das condições históricas envolvidas em seu surgimento. Se, por um lado, o texto pode ser incluído na série composta por escritos póstumos de peso como o *Projeto de psicologia* ou *Neurose de transferência: uma síntese*, por outro, carrega a marca de controvérsias que lhe conferem certa especificidade. Trata-se da versão íntegra daquele que seria o primeiro capítulo do livro *Woodrow Wilson: a psychological study*, publicado originalmente em 1966, em coautoria de Sigmund Freud e William C. Bullitt¹. Encontrado pelo historiador da psicanálise Paul Roazen em 2004, entre os documentos pessoais

1 Há uma edição em português, publicada em 1984, que não foi recebida com entusiasmo pelo público.

2 S. Freud, *Manuscrito inédito de 1931: edição bilíngue*, São Paulo, Blucher, 2017, p. 8.

3 M. Solms, "Freud and Bullitt: an unknown manuscript", *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 54 (4), New York, 2006, p. 1264-1265. Segundo Solms, tal introdução chegou a ser incluída no *Nachtragsband*, suplemento às *Gesammelte Werke* editado por Angela Richards em 1987.

4 M. Solms, *op. cit.*, p. 1269.

Munique Gaio Filla é psicóloga e doutoranda em Filosofia da Psicanálise pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Carlos, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo 2018/09039-0).

de Bullitt entregues por sua filha à Universidade de Yale, o manuscrito com a caligrafia de Freud, escrito em alemão – já traduzido para o italiano (2005, 2015), o inglês (2006) e o francês (2017) –, apresenta variações significativas em relação ao capítulo do livro publicado. A edição bilíngue em questão conta com a tradução cuidadosa para o português, feita diretamente do original alemão pela psicanalista Elsa Vera Kunze Post Susemihl, com o prefácio esclarecedor de Alexandre Socha e o posfácio não menos lúcido de Luís Carlos Menezes, responsáveis por balizar a leitura dos conteúdos teóricos ali expostos. Além disso, contém as notas sobre a tradução de alguns verbetes fundamentais do léxico freudiano, também escritas por Susemihl.

Desde seu aparecimento, o livro sobre Wilson não teve uma boa recepção, “foi considerado tendencioso, repetitivo, mecânico em suas análises e, por fim, inconsistente”². Por essa razão e pela falta de evidências documentais, suscitou desconfiança por parte de nomes como Anna Freud, Erik Erikson, Max Schur e James Strachey, que atribuem apenas uma das duas introduções deste livro a Freud – pelo fato de somente esta comportar inegavelmente com seu estilo e sua precisão conceitual, ao passo que negam que o restante tenha sido escrito pelo psicanalista vienense³. Tantos anos depois, os documentos encontrados por Roazen parecem ratificar, em alguma medida, que a participação de Freud deva ser encarada sob uma perspectiva crítica, pois mostram detalhes de suas correspondências com Bullitt, os textos trocados entre eles e, justamente, a versão sem cortes do manuscrito de 1931 escrita por Freud, referente ao capítulo inicial do livro. Conforme a análise desse material feita por Mark Solms, o tradutor do manuscrito para o inglês, ainda que Freud tenha colaborado de perto com a preparação do livro, ao menos de alguma versão dele, provavelmente uma parte diminuta foi realmente escrita pelo pai da psicanálise⁴.

Um dos protagonistas dessa história, Bullitt foi um embaixador americano que trabalhou na equipe de Thomas Woodrow Wilson, o vigésimo

oitavo presidente dos Estados Unidos (1913-1921), durante as negociações de paz no desfecho da primeira Grande Guerra. Apesar das promessas grandiosas do presidente, um “profeta embriagado consigo próprio”, emissário de uma “deslumbrante mensagem de autodeterminação, democracia, diplomacia liberal e, sobretudo, esperança”⁵, é um consenso que o Tratado de Versalhes, com as imposições das potências aliadas às nações derrotadas, significou um verdadeiro fracasso, com consequências desastrosas e determinantes para a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Bullitt mostrou-se extremamente insatisfeito com o tratado, chegando a depor na comissão do senado e declarar seu franco descontentamento com o presidente Wilson⁶. Da mesma forma, se nos anos derradeiros da Primeira Guerra Freud havia nutrido algum tipo de confiança em Wilson – o que certamente se devia mais a seu anseio pelo término dos combates do que à figura do presidente em si, uma vez que “os salvadores nunca estiveram entre seus favoritos”⁷ –, o rumo dos acontecimentos fez com que isso se desvanecesse de vez e tomasse a forma de uma antipatia declarada ao “messias americano”⁸. Eis o pano de fundo do qual emerge a relação entre Freud e Bullitt.

Embora haja registros de contato entre ambos já em 1920, a primeira visita de Bullitt a Freud para propor um trabalho em conjunto, o estudo psicológico sobre Wilson, data de 1930. Como bem aponta Socha, há múltiplas razões que levaram o psicanalista a se lançar nesse projeto, entre elas a já mencionada desaprovação em direção a Wilson e, simultaneamente, o interesse por sua personalidade tão contraditória, sentimentos que compartilhava com Bullitt⁹. Assim, por meio de encontros, da troca de correspondências, da elaboração de rascunhos e versões do material a ser produzido, Freud e Bullitt colocaram a parceria em prática e o escrito tomou forma. Em 1932, contudo, as divergências entre ambos se tornaram tão consideráveis que culminaram na interrupção do trabalho. Bullitt, no prefácio ao estudo psicológico de Wilson, afirma que a essa altura o texto já estava em seu último formato, pronto para ser

datilografado, porém Freud decidiu alterá-lo, com a inclusão de novas passagens com as quais o diplomata não concordava¹⁰. Esses acréscimos do psicanalista se encontram precisamente no manuscrito de 1931, conforme revelou a pesquisa de Roazen, e abordam assuntos que pertencem ao próprio âmago da teoria freudiana, como a centralidade da pulsão sexual, a questão da bissexualidade, da angústia de castração, da diferença entre o complexo de Édipo na menina e no menino, mais uma visão crítica, inédita em sua obra, sobre a figura de Cristo, atravessada pela temática da homossexualidade. Trechos decisivos que, possivelmente por não corresponderem às crenças e opiniões de Bullitt, foram suprimidos do primeiro capítulo do livro sobre Wilson publicado.

Apesar disso, o fato é que, em 1938, Freud concorda com a publicação do livro – não se sabe bem com qual versão dele “é como ela diferia da versão ‘impublicável’ que ambos autores assinaram em 1932”¹¹, segundo Solms. A mudança na atitude do psicanalista teria a ver com a gratidão de Freud pelo auxílio indispensável que Bullitt, embaixador americano na França no período, empreendeu para que ele e sua família partissem de Viena, escapando da ameaça nazista. Segundo o diplomata, ele encontrou Freud na estação de trem em Paris, a caminho de Londres, e comentou sobre a publicação então suspensa do livro. Depois chegou a ir para a Inglaterra com o objetivo de tratar do assunto e, finalmente, obteve o consentimento de Freud quanto à eliminação daquelas partes que causaram discórdia entre os autores e à publicação, que só ocorreu após a morte da esposa do presidente¹².

A um só tempo, um cenário de controvérsias e desentendimentos, amparo e gratidão que atravessam o escrito chega até nós. Há muitos outros detalhes instigantes dessa história que o ronda, porém é chegado o momento de apontar algumas das intrigantes formulações freudianas nele presentes. O manuscrito pode ser “uma boa introdução”¹³ ao pensamento de Freud, segundo Socha, na medida em que as premissas fundamentais da psicanálise são apresentadas com uma

linguagem clara e precisa; mas também oferece um aprofundamento dessas ideias, apresentadas “em nova roupagem” e a partir de “novas conexões” que nos convidam a “refletir e enfatizar algumas das lições deixadas pelo fundador da nossa disciplina”, de acordo com Susemihl¹⁴. É possível transitar entre estratos mais introdutórios e mais profundos na leitura dos conceitos. Logo na abertura, depois de se referir à personalidade difícil e contraditória de Wilson, Freud adverte, bem a seu estilo prudente e cauteloso, que fará um estudo psicológico do presidente e não uma psicanálise, afinal, como diz Peter Gay, “ele não estava no divã”¹⁵. Ainda assim, o estudo psicológico se torna possível não apenas pelo conhecimento de vários aspectos de sua vida trazidos por Bullitt, mas também porque se trata de um indivíduo singular, para o qual operam as mesmas leis psíquicas válidas para todas as pessoas e reconhecidas pela psicanálise – jogo entre o particular e o universal que marca o pensamento freudiano.

Assim, antes de adentrar nas peculiaridades psicológicas de Wilson, Freud dispõe-se a apresentar algumas das principais teses da psicanálise que, por sua vez, se desdobram em uma série de pressupostos teóricos e definições conceituais. A primeira delas diz respeito à teoria da libido; a segunda, à bissexualidade do ser humano, e a terceira versa sobre a doutrina das pulsões, na qual Freud se detém por menos tempo, em comparação com as anteriores – o suficiente para expor a luta entre Eros e pulsão de morte e apontar que a libido costuma vir acompanhada de agressão ou prazer destrutivo.

O ponto de partida freudiano consiste em apresentar a libido como uma força, “a energia do instinto sexual”, com o acréscimo de que o último se manifesta em tudo o que pode ser abarcado pela palavra “amor”, de modo que sua extensão coincida “aproximadamente com o conceito de Eros em Platão.”¹⁶ No entanto, tal concessão é seguida, imediatamente, por uma emenda – apesar de que o uso de “Eros” e “erotismo” provavelmente seja preferível ao leigo, não é com eles que a psicanálise opera, e sim com os termos “instinto sexual” e “sexualidade”. Essas reservas de Freud são suprimidas no escrito publicado sob a pena de Bullitt, que prefere se referir à libido tão somente como “energia de Eros”. Isso denuncia um apagamento do sexual, próprio à teoria freudiana, à sombra de categorias metafóricas, como bem aponta Menezes em seu posfácio, no qual compara o texto do manuscrito com o capítulo do livro sobre o Wilson e interpreta com precisão certas escolhas do diplomata¹⁷.

Assim, o manuscrito se debruça sobre os tortuosos e conflitantes caminhos que a libido pode tomar. A segunda tese, de que “todos os seres humanos são constituídos em uma dupla camada, são bissexuais”¹⁸ –, desdobra-se na constatação de que cada indivíduo, homem ou mulher, é composto por elementos de masculinidade e de feminilidade. Freud entende que a libido, desde que ultrapassa a fase do narcisismo puro, tem como possíveis abrigos o próprio narcisismo, tendências masculinas e femininas. Quanto à primeira

5 P. Gay, *Freud: uma vida para o nosso tempo*, São Paulo, Companhia das Letras, 2012, p. 384.

6 P. Gay, *op. cit.*, p. 558.

7 P. Gay, *op. cit.*, p. 384.

8 P. Gay, *op. cit.*, p. 556.

9 S. Freud, *op. cit.*, p. 14-16.

10 S. Freud, *op. cit.*, p. 18.

11 M. Solms, *op. cit.*, p. 1278.

12 M. Solms, *op. cit.*, p. 1278-1279.

13 A. Socha, “Manuscrito de Freud faz leitura psicanalítica inédita da figura de Cristo”, *Folha de São Paulo*, ano 98, n. 32.575, São Paulo, 10 jun. 2018, Ilustríssima.

14 E. V. K. P. Susemihl, “Manuscrito inédito de 1931 – breves notas sobre um texto de Freud até há pouco desconhecido, e recém-traduzido para o português”, *Jornal de Psicanálise*, vol. 51, n. 94, São Paulo, 2018, p. 245.

15 P. Gay, *op. cit.*, p. 556.

16 S. Freud, *op. cit.*, p. 35. A tradutora opta por verter *Trieb* por “instinto”, assim como outros termos que carreguem essa raiz (*Triebwunsch*, por exemplo), e indica as razões para isso em suas já mencionadas notas sobre alguns verbetes. Ela reconhece o debate em torno da tradução e indica que sua escolha vai na direção de “sublinhar o enraizamento dos conflitos psíquicos nas fontes corporais do instinto” (p. 99). Sem maiores delongas, gostaria de apontar que recorro ao termo “pulsão” nas citações que não são literais, em congruência com minhas posições teóricas prévias. Luís Carlos Menezes, no posfácio, também opta por “pulsão” quando não cita o texto diretamente.

17 S. Freud, *op. cit.*, p. 110. A esse respeito, vale notar a contribuição de Mark Solms, que indica todos os trechos que foram deletados da publicação de 1966 em sua tradução para o inglês em suas notas de rodapé.

18 S. Freud, *op. cit.*, p. 39.

possibilidade, remete ao narcisismo como posição que nunca é completamente abandonada, o que significa enfatizar enunciados colocados em relevo desde 1914, com a *Introdução ao narcisismo*. No que diz respeito aos outros destinos, Freud admite a coincidência entre masculinidade e atividade, feminilidade e passividade. A proporção de ambas no ser humano bissexual “parece ser uma determinação constitucional”, mas, “de forma geral”, nos diz Freud, “vale aqui a regra de que essa proporção é decidida pelo sexo manifesto da pessoa”¹⁹. O problema é que para toda regra existem exceções, o que afirma o psicanalista logo na sequência. “Masculinidade anatômica e masculinidade psicológica com frequência não se apresentam juntas”²⁰. Neste ponto, Freud revela uma gama de alternativas, como homens dotados de pouca masculinidade e mulheres com muita masculinidade, e o quanto tais proporções não determinam se o indivíduo será homossexual ou heterossexual. Menezes também nos mostra que, no estudo sobre Wilson, Bullitt deixa de lado a parte crucial em que são explorados o caráter de “indeterminação” e de “fluidez” das tendências masculinas/ativas e femininas/passivas nos homens e nas mulheres, bem como de sua ligação com a orientação sexual²¹.

A hipótese da bissexualidade não é uma novidade, na medida em que atravessa os escritos de Freud pelo menos desde os *Três ensaios sobre teoria sexual*. O que merece atenção é que esse assunto parece tomar o lugar de pilar deste manuscrito, tanto para a explicação subsequente do complexo de Édipo, marcada por certa particularidade, quanto para fundamentar a parte mais original do texto²², a saber, a identificação com Jesus Cristo. A começar pelo primeiro caso, Freud traz a mãe e o pai, ou seus substitutos, enquanto os primeiros objetos com os quais a criança se depara, e estabelece que, a partir daí, há quatro saídas possíveis para a libido: a passividade em direção à mãe ou ao pai e a atividade em direção a ambos, associadas, justamente, às diferentes proporções de masculinidade e feminilidade em cada indivíduo. Da dificuldade de conciliar tantas tendências, surge o complexo de Édipo.

Em *O eu e o isso* (1923), Freud já falava sobre a dependência do Édipo em relação à bissexualidade constitucional do ser humano e à coexistência de atitudes femininas e masculinas em direção aos progenitores. Aqui, contudo, a explicação do complexo focada no menino ganha contornos mais detalhados, por uma série de razões, como o acréscimo das noções correlatas de atividade e passividade²³; o destaque concedido ao relacionamento com o pai – problema mais importante do Édipo²⁴ –, já que a maior dificuldade do menino consiste em querer matá-lo e, ao mesmo tempo, submeter-se a ele passivamente, seguida pelo conflito de querer possuir a mãe e, simultaneamente, sentir repulsa por ela ser um ser castrado; e as diversas saídas que ele tenta traçar, que passam pela identificação, pela própria construção do supereu, pela repressão e pela sublimação. Além disso, em concordância com escritos publicados sobre a feminilidade nesse mesmo período, Freud sinaliza diferenças entre o que se passa com a menina e com o menino, sobretudo em relação ao papel desempenhado pela angústia de castração. Tais questões também são excluídas por Bullitt do estudo sobre o Wilson.

A maior novidade do texto, a identificação com Jesus Cristo, também acaba sendo tributária da disposição bissexual do ser humano e de seus desdobramentos no complexo edípico. Nesse problemático relacionamento com o pai, uma das dificuldades que o menino pode encontrar é a de se haver com a passividade, isto é, com a posição feminina em relação ao progenitor. Uma expressão direta dessa corrente passiva pode acontecer pelo que Freud chama de dupla identificação, com o pai e com um homem mais jovem, “a quem entregará o mesmo amor que desejou receber do pai em consequência da sua passividade não satisfeita”²⁵, tornando-se um homossexual ativo. Porém, existe ainda a saída pela identificação com Jesus Cristo, que Freud considera regular na vida psíquica dos cristãos e que pode também ser encontrada em outras pessoas. Bullitt só inclui o tema até esta constatação no livro, embora o mais interessante esteja por vir: trata-se de uma “conciliação como

que por milagre”²⁶, capaz de satisfazer os dois desejos completamente antagônicos de ser totalmente passivo, e portanto feminino, em relação ao pai, e completamente masculino e potente, tal como o pai. Cristo se submete à vontade de Deus-Pai e se torna ele mesmo Deus, chegando à “conciliação mais perfeita de masculinidade e feminilidade”²⁷, uma forma de expressão para a homossexualidade que é aceita socialmente e está de acordo com o supereu, o que explicaria, segundo Freud, o sucesso permanente da religião cristã. Freud chega ao ponto de dizer que a existência da sociedade humana depende da bissexualidade, mais precisamente da homossexualidade sublimada oriunda desta.

Com esse breve recorte já é possível perceber que o interesse histórico do manuscrito é endossado pelos pontos de vista teóricos que ele apresenta, dos quais pareceu-me importante realçar, sobretudo, a tese sobre a bissexualidade, não só pelo lugar central que ocupa na própria fundamentação da visão original sobre Cristo, mas também pelo diálogo que esse tema pode estabelecer com debates atuais nos quais a psicanálise se encontra inserida, como o das questões de gênero e da problemática do complexo de Édipo. Vemos Freud sustentar o quanto as correntes opostas, masculinas e femininas, ativas e passivas, inserem o indivíduo em uma zona de conflitos que o mobilizam a buscar tantas saídas possíveis. Van Haute e Geyskens fornecem indícios da força dessa tese

freudiana: “A bissexualidade leva Freud – e todos nós? – a se confrontar com uma incerteza estrutural acerca não apenas do objeto de desejo, mas também do *lugar a partir do qual* o desejo ganhar forma”²⁸. Daí a ênfase na disposição bissexual e em suas consequências como um dos pontos chave deste manuscrito, que demonstra como a letra do criador da psicanálise pode ser reavivada e se oferecer como instrumento diante dos desafios que despontam em nossa prática e em nossa reflexão teórica atuais. No mais, que a curiosidade do leitor tenha sido despertada para mergulhar nas palavras de Freud que sobreviveram ao tempo.

Referências bibliográficas

- Freud S. (1905/1992). “Tres ensayos de teoría sexual”, in: *Obras completas Sigmund Freud*, vol. 7. Buenos Aires: Amorrortu, 1992.
- _____. (1914/1992). “Introducción del narcisismo”, in: *Obras completas Sigmund Freud*, vol. 14, Buenos Aires: Amorrortu, 1992.
- _____. (1923/1992). “El yo y el ello”, in: *Obras completas Sigmund Freud*, vol. 19, Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1992.
- Gay, P. (1988/2012). *Freud: uma vida para o nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- Socha A. “Manuscrito de Freud faz leitura psicanalítica inédita da figura de Cristo”, *Folha de São Paulo*, ano 98, n. 32.575, São Paulo, 10 jun. 2018, Ilustríssima.
- Solms M. “‘Freud’ and Bullitt: an unknown manuscript”, *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 54 (4), New York, 2006, p. 1263-1298.
- Susemihl E. V. K. P. “Manuscrito inédito de 1931 – breves notas sobre um texto de Freud até há pouco desconhecido, e recém-traduzido para o português”, *Jornal de psicanálise*, vol. 51, n. 94, São Paulo, 2018, p. 241-252.
- Van Haute P.; Geyskens T. (2016). *Psicanálise sem Édipo? Uma antropologia clínica da histeria em Freud e Lacan*, Belo Horizonte, Autêntica.

19 S. Freud, *op. cit.*, p. 41, grifos meus.

20 S. Freud, *op. cit.*, p. 43.

21 S. Freud, *op. cit.*, p. 112.

22 Parece ser um consenso que esta seja a contribuição mais original do texto. Ver M. Solms, *op. cit.*, p. 1276; E. V. K. P. Susemihl, *op. cit.*, p. 244.

23 Como também mostra a análise da tradutora em E. V. K. P. Susemihl, *op. cit.*, p. 247.

24 S. Freud, *op. cit.*, p. 79.

25 S. Freud, *op. cit.*, p. 77-79.

26 S. Freud, *op. cit.*, p. 79, grifos do autor.

27 S. Freud, *op. cit.*, p. 81.

28 P. V. Haute e T. Geyskens, *Psicanálise sem Édipo? Uma antropologia clínica da histeria em Freud e Lacan*, Belo Horizonte, Autêntica, 2016, p. 68, grifos do autor. Embora os autores não citem o manuscrito de 1931 de Freud, essa análise parece bem pertinente ao que o último explicita.

“Debates clínicos”: em busca de uma conversa sem sectarismo

Claudio Castelo Filho

Resenha de Sérgio Telles, Beatriz Mendes Coroa e Paula Peron (organizadores), *Debates clínicos vol. 1*, São Paulo, Blucher, 2019, 230 p.

Este livro apresenta uma coletânea de materiais clínicos de autores de diferentes orientações psicanalíticas, que foram comentados às cegas por outros psicanalistas de orientações diversas dos apresentadores, na tentativa de desenvolver uma conversa de natureza científica entre as diversas correntes de trabalho, tentando quebrar o “enguetamento” e a construção de igrejas analíticas em que a própria ciência da psicanálise acaba prejudicada. Quem comentou não tinha informação da autoria do material clínico, no intuito de diminuir *a priori* nos comentários, associados a filiações de grupos e de autoridades.

O livro inicia com uma apresentação de Sérgio Telles, que expõe a dificuldade de se publicar trabalhos clínicos da prática psicanalítica. Há o conflito entre a necessidade de manutenção de sigilo do paciente e a de desenvolvimento da ciência e prática psicanalíticas. As propostas de disfarce da identidade do paciente e de distorções do que aconteceu durante os atendimentos podem

comprometer a consistência e relevância do que é narrado, segundo ele, e, ao mesmo tempo, se revelar inúteis. Por outro lado, há o conflito com a manutenção do caráter confidencial do que os analisandos expõem de suas vidas. Como resolver esse paradoxo?

A importância de se contrapor as diferentes formas de abordagem psicanalítica torna essencial que as experiências clínicas dos analistas praticantes sejam publicadas, sobretudo dos mais experientes. Em geral, isso contrasta com o que costuma ocorrer, que é a exposição dos mais iniciantes, enquanto os que ocupam situações de maior status nas instituições psicanalíticas se esquivam, muitas vezes por questões políticas ou de manutenção de idealizações – para que a atividade não se torne algo hermético e sem um real exame daquilo que se pratica de fato, enfraquecendo de forma substantiva o que seria uma atividade de caráter científico e não esotérico.

O primeiro caso, “O boneco assassino”, é de Telles, que discorre sobre o atendimento de uma paciente em forte crise emocional após encontrar correspondência do marido, em que estaria implicada a infidelidade dele. A despeito de os cônjuges exercerem a mesma atividade profissional e de ela ter um veemente discurso de emancipação feminista, na prática, segundo o analista, o marido é o real provedor da casa, enquanto ela permanece ganhando muito aquém dele. Um sonho, que dá título ao caso, completa a descrição. A exposição de Telles privilegia os históricos de vida, a condição social e a frequência do atendimento da paciente – uma vez por semana. Diante da situação de crise que a descoberta desencadeia, o analista propõe sessões extras para conter as angústias avolumadas da paciente. Supõe que o falicismo da paciente ocultaria fortes impulsos orais, que confirmaria um velho axioma teórico, que não deve ser desprezado.

Carlos G. Bigliani, como Telles, privilegia o conteúdo da fala da paciente nas interpretações que são sugeridas. Supõe um pacto de denegação entre terapeuta e paciente, que teria se instalado durante o mês que precedeu a “descoberta de

Claudio Castelo Filho é membro efetivo e analista didata da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, psicólogo pela USP, Full Member da International Psychoanalytical Association, mestre em Psicologia Clínica pela PUC-SP, doutor em Psicologia Social e professor livre-docente em Psicologia Clínica pela USP. Autor do livro *O processo criativo: transformação e ruptura* (2ª ed. revisada, Blucher, 2015); autor e organizador do livro *Sobre o feminino* (Blucher, 2017).

traição”, e que uma interpretação sistemática “kleiniana” da transferência teria encurtado o tempo para se chegar a essa negação.

Com Elizabeth e Elias Rocha Barros, o enfoque muda do conteúdo para o problema de desenvolvimento psíquico da paciente. Destacam a situação mental infantil dela, que acaba colocando o analista como autoridade. Ele não questiona essa condição e, dessa forma, evita o seu crescimento real. Consideram ser de grande relevância a alta frequência dos atendimentos, visto que uma frequência reduzida impediria o analista de dar interpretações mais contundentes e consistentes por medo e que desencadeariam nos analisandos, tornando o trabalho pouco promissor no que diz respeito ao real desenvolvimento mental deles.

O caso 2, “R.,” é de autoria de Mario Eduardo da Costa Pereira, comentado posteriormente por Alcimar de Souza Lima e Marion Minerbo. Mario Eduardo C. Pereira narra sua experiência com um homem que chega para análise queixando-se de estar muito deprimido, prejudicado para exercer adequadamente suas funções de trabalho, temendo perder o emprego que conseguiu, um alto posto numa empresa, depois de ter vivido uma infância penosa com um pai alcoólatra e violento, que acabou morrendo indigente após a esposa ter se separado dele e resolvido criar os dois filhos sozinha, sendo ele o mais novo. Segundo o relato, o paciente se via preterido pela mãe em favor do irmão mais velho, que teria todas as regalias que essa poderia prover para seu desenvolvimento, enquanto que ele mesmo era percebido como um traste que não ia dar em nada e cuja educação recebida foi de escola pública, contrastando com a escola privada do irmão mimado e incensado pela mãe. A despeito dessa discrepância de tratamento, aos 19 anos o paciente casou-se com uma mulher mais velha e teve com ela uma filha. Graduou-se numa faculdade e teve uma carreira de ascensão meteórica, levando-o a um padrão de vida jamais pensado anteriormente – e que temia perder caso sua situação mental perseverasse. Havia quinze anos que não via mais a mãe ou o irmão, e também

fizera votos de jamais revê-los nem o maldito bairro pobre de onde saíra.

São contadas diversas etapas do atendimento, desde a primeira consulta até o momento em que o analista, considerando ter sido superada uma etapa do atendimento, propõe que o paciente passe a se deitar no divã. Essa mudança teria aumentado a possibilidade de analisando aprofundar suas memórias infantis e as vivências de ressentimento em relação à mãe e ao irmão. A esposa começar a trabalhar fora do lar seria o fator desencadeador de seu quadro, a despeito de posteriormente ser informado que ela já se queixava da depressão dele dez anos antes. É destacada uma sessão em que o analista chamou de *turning point* do atendimento.

Os comentários de Alcimar S. Lima enfocam a linguagem do paciente e do analista, chamando a atenção para a narrativa em que o paciente inicialmente é descrito apenas como R. e seu irmão tem um nome e um lugar de existência, Roberto. No decorrer do atendimento R., sem aviso, passa a ser Rui: é nomeado, portanto, segundo ele, passa a ter um lugar, uma existência, um nome. O enfoque tanto da narrativa da análise quanto dos comentários está no conteúdo do que diz o paciente, tomando como factuais as situações descritas por ele. Dos erres de R., Roberto e Rui são destacados, e também tanto pelo analista quanto pelo comentador, a presença da letra e nas falas de *fracassado, ferrando, tramoia, tragédia, maltrato, maltratado...* De acordo com o comentador, os sons trrrr, rr exprimem rudeza, aspereza e agressividade. Pressupõe que o futuro dessa análise terá muita relação com o sadismo, o que levaria o paciente a temer o prosseguimento da análise, que tenderia a “ser intensa, pois tudo nela aponta para transbordamentos, essa mãe *ttrrrágica*, o pai distante muito agressivo e inadequado no contato com os familiares, o bairro simples em que viveu...” (p. 74).

Os comentários de Marion Minerbo consideram o material por duas formas. A primeira é a de que “o analisando enfrenta resistências, mas sustentado pela transferência, é capaz de recordar

cenar de sua história... Elementos inconscientes tornam-se, aos poucos, conscientes”. O trabalho realizado, segundo Minerbo, estaria calcado na primeira tópica de Freud. A segunda forma propõe o sentido da palavra “cuidar” como sendo “o de atender as necessidades básicas do Eu – aquelas que precisam ser atendidas para que o Eu possa se constituir”. Baseia-se na ideia de Roussillon de “dificuldades de constituição do Eu que se manifestam como sofrimento narcísico-identitário”. O paciente vai para análise para ser ajudado a que o seu Eu-sujeito nasça. Considera que a relação dele com a esposa seria a representação possível de um trauma precoce irrecuperável. Questiona a postura do analista em relação ao paciente de que ele renuncie ao desejo edípico, visto que ele não estaria em condições de atendê-la.

O terceiro caso, “Antônio”, é narrado por David Levisky. É um adolescente de 15 anos que se diz homossexual. Os pais se apresentam muito formais e aparentemente aceitam a situação do filho sem questionamentos, mas o analista os sente como falsos-selves. Durante os encontros que Levisky teve com Antônio, o percebeu como um rapaz muito inteligente, de modos femininos mas não afeminados, inicialmente de cabelos longos, depois cortados. Ocorre uma sucessão de entrevistas com o rapaz sem que se chegue a um contrato de trabalho propriamente. Muitas questões relacionadas à sexualidade dele são colocadas, assim como dúvidas quanto à sua real orientação sexual. O analista acaba pressionando para que se formalize um contrato de dois atendimentos semanais e encontra uma forte reticência por parte do rapaz e também de seu pai, que encerra o atendimento sem que o contrato seja feito e sem permitir que o adolescente possa vir se despedir do analista. Também interdita qualquer possibilidade de futuros contatos do analista com o filho.

Christian Dunker destaca uma dissintonia entre o que se apresenta ao analista e a atitude prática tomada por ele durante os atendimentos. O analista tentaria enquadrar os pais e o analisando para que agissem de uma forma que viabilizasse o atendimento analítico sem levar em

conta as condições intrapsíquicas dos participantes, repetindo contratransferencialmente o drama de que foi chamado a pensar a respeito. Questões de ordem prática, como número de sessões e a tentativa de responsabilizar o adolescente para o pagamento do trabalho e o cuidado para preservá-lo, teriam desconsiderado as questões emocionais da família, que impossibilitariam que isso pudesse ocorrer no início do tratamento.

Flávio Ferraz considera que a importância dada ao enquadre seria uma necessidade de enquadrar a família do possível analisando e dele próprio àquilo que deseja o analista: a análise parecia ser algo que atenderia a um desejo explícito do analista, não assumido nem reconhecido pela família e pelo rapaz. O analista liga para a família após a primeira entrevista e não consegue esperar a iniciativa dela, da mesma forma que insiste com o analisando e com seus pais de que a análise seria a prioridade deles e na frequência que seria necessária, numa asserção que vem de fora para dentro e não por reconhecimento real da necessidade dos interessados. Essa linha de ação psicanalítica parece ter sufocado precocemente a análise incipiente que se esboçava.

Nos seus comentários, Flávio dá uma “alfinetada” no que considera ser uma submissão a uma abordagem “bioniana” do analista, que teria comprometido o atendimento. Esse foi o único ponto em todo o livro em que uma observação pareceu-me comprometida por um viés “partidário”. Nos demais comentários, a despeito de diferenças de vértices, não me pareceu haver, de forma evidente, algo dessa natureza.

O caso 4 é “Luciano”. Luiz Carlos Junqueira apresenta o atendimento de um cliente que o procurou após a perda do seu analista anterior, que havia mudado de cidade. Dizia necessitar de análise e se dispôs a vir a todos os horários em um atendimento de “alta frequência”. Da aparente platitude inicial do analisando observada na experiência de análise, o analista passa a verificar a sinceridade, o empenho e o interesse real do analisando pela análise. Extratos de duas sessões são expostos. Junqueira destaca que, para ele, a análise

é um trabalho de formiga, de garimpagem psicanalítica e braçal de separar o joio lógico e psico-lógico do trigo meta-psico-lógico.

Os comentários de Luis Claudio Figueiredo também propõem a “escuta” do texto, tal como se escutaria uma sessão analítica. A apreensão do material clínico privilegiada pelo analista destaca material não associativo, mas sobremaneira o que seria o estilo do analisando nos seus modos de se apresentar às sessões e de se colocar na vida na qual a “figura” vai se formando a partir de pinceladas que introduzem cores, matizes e nuances, como num quadro de Monet. Destaca que o analisando necessita da análise como um insuficiente renal precisaria de diálise e que o analista precisaria colocar vida no analisando da mesma maneira que a filtragem do sangue no procedimento médico. O analisando se beneficia, porém corre o risco, caso o analista não perceba, de ficar eternamente dependendo dessa diálise se o trabalho não evoluir para um crescimento do paciente que o leve a emancipar-se e contar consigo mesmo.

Nos seus comentários, Silvia Alonso menciona a importância do livro para abordar o estabelecimento de “escolas psicanalíticas” que se transformam em guetos que acabam fragmentando e enfraquecendo a psicanálise. Ela chama a atenção para os esforços do analisando não se ver separado do analista e as consequências danosas que a manutenção desse funcionamento poderia ter no psiquismo dele. A tentativa de identificação com o analista implicaria em algo transferencial não elaborado com a figura paterna. No final de seus comentários menciona que o *setting* a ser estabelecido exige conhecimento metapsicológico. Na última frase de seu comentário, porém, levanta uma séria questão: “o que entendemos por metapsicologia?”

O caso 5 é “O homem que ia ao bairro escuro”. Rodolfo Moguillansky faz o extenso relato da análise de um europeu, Pierre, que o procura ao ser transferido para outro país a trabalho, considerando a possibilidade de desestruturar-se com a mudança, seguindo sugestão de seu analista no país de origem. O relato lembra certos filmes

franceses, como *Belle de Jour*, em que um grande conflito é vivido na intimidade do paciente, entre o que seria o seu lado claro e seu lado escuro – entre um sujeito de posições conservadoras e empresário, e outro mergulhado em atividades masturbatórias com prostitutas e vários tipos de fetiches e drogas, e entre trabalhar de forma lícita na empresa ou de sucumbir à corrupção a que era cooptado. Não há sessões relatadas, apenas as interpretações dadas pelo analista aos extensos relatos de ações e sonhos do analisando, em que o analista ressalta o conflito entre um lado ético-moral do paciente, que vive como tedioso, e outro “depravado” (esse termo é meu, para resumir o contexto) que experimenta como excitante.

Os comentários de Bernardo Tânis destacam a contribuições de MacDougall e Roussillon. Tânis propõe uma leitura complementar à do analista, em que o analisando não teve em sua infância e adolescência a “possibilidade de elaboração simbólica e de lutos em relação à constelação edípica. Cenas armadas por Pierre parecem estar no lugar de obturar um vazio subjetivo criado pela clivagem de uma parte significativa do eu. [...] a cena constituída por Pierre seria como um delírio, uma tentativa de cura enxertada”.

Isabel de Viluttis comenta que o bairro escuro evidenciaria algo da ordem do traumático, da compulsão à repetição e da pulsão de morte que associa à vivência do paciente no quarto de seu pai alcoólatra, que dividia com seus irmãos homens (enquanto as irmãs dormiam com a mãe em outro aposento). Refere-se a conteúdos incestuosos relacionados ao pai que comprometem a instalação do Ideal de Eu e que tornam seu Supereu sádico e violento. Considera que é uma situação difícil para a clínica se o trabalho analítico não for orientado por uma procura desejante orientada pelo Ideal do Eu, mas por um mandato sádico superegóico.

O caso 6, “O guardião dos enigmas”, é apresentado por Paulo de Carvalho Ribeiro. O analista expõe o caso de um paciente que o procura por ter a convicção de que a namorada o traiu com um amigo. Teria instalado um programa espião no

celular dela, e registrado o momento em que tiveram relações sexuais numa gravação sonora, sem imagens. Ele ouvia obsessivamente a gravação infinitas vezes, tentando convencer-se da realidade da infidelidade. O foco nessa história foi a essência de quase todas as sessões. O analista considera que a tal gravação era uma espécie de “tesouro”, que o paciente guardava e tentava impedir que se perdesse, salvando-o em inúmeras mídias diferentes. O paciente insistia para que o analista corroborasse sua teoria e insinuava-lhe o interesse de que ouvisse a gravação. Com o evoluir do tratamento e o convite para que o paciente usasse o divã, apareceram associações em que havia muito rancor e ressentimento em relação aos pais do paciente.

O analista considera que provavelmente fracassou no atendimento. Após as férias que ambos tiraram, o paciente voltou para três sessões, já avisando desde a primeira que estava interrompendo a análise e havia interrompido o namoro, pois ia mudar-se de cidade. Depois de ter-se ido, enviou para o analista um arquivo que conteria a tal gravação, para que ele a guardasse “em sua nuvem”. O analista nunca o abriu, porém tampouco conseguiu apagá-lo, permanecendo como um guardião do enigma do paciente e, de certa forma, “tomado” por ele.

Miguel Du Pin e Almeida comenta que aprecia muito o trabalho de Ribeiro e propõe o analista como um guardião da “caixa de Pandora”, que não abre. Sugere uma aproximação de casos-limite como este por meio de abordagem literária da afecção psicótica, que autorizaria um pouco mais de distância e de achatamento. Propõe que a “nuvem” do analista seria capaz de conter as hesitações e incertezas do paciente, sem que o analista enlouqueça, tornando-o “o fiel depositário do que não coube no paciente”.

Lucia Fuks comenta que o aspecto cultural da sociedade burguesa, em que aparentar é mais importante do que ser, está presente na forma como o paciente fica obcecado com o que os outros pensam dele. Considera, por outro lado, que, ao não exigir que o analista ouvisse a gravação, ele inconscientemente queria ser decodificado e que, com o seu relato sendo ouvido milhares de vezes, conseguisse se assegurar de que contava com a escuta do outro, mais do que a reafirmação esperada de sua crença. Para ela, cabe a indagação de qual era a situação psíquica do paciente: “recalque do sentimento de culpa? Autorização ligada à presença de uma dupla moral burguesa?”

Ao iniciar a leitura do livro, temi ver-me em uma situação complicada. Teria capacidade, eu mesmo, de alcançar e compreender abordagens que seriam muito diferentes das que pratico? Preconceitos de vértices teóricos me impediriam uma leitura não enviesada? Entretanto, minha experiência foi de uma leitura bastante agradável, fluida e instigante, na qual pude me perceber tirando proveito de abordagens diversas, que me trouxeram elementos enriquecedores para pensar. Verifiquei uma atitude bastante respeitosa por parte dos comentadores em relação aos apresentadores, em que colocam suas eventuais dissonâncias ou convergências sem que houvesse uma postura de superioridade ou sarcasmo em relação a leituras da psicanálise que não as suas, não repetindo situações que amiúde lembram mais guerras entre torcidas de futebol ou de fundamentalistas religiosos (com uma única exceção que mencionei mais acima, em que um tom partidário pareceu vir rapidamente à tona, sem, contudo, comprometer a qualidade do resto das observações desse comentador). Achei uma excelente iniciativa e espero que outras estejam a caminho.

Luiz Palma, arte-pensador do contemporâneo

David Calderoni

Resenha de Luiz Palma, *Arte e psique: um poder sem majestade*, São Paulo, Escuta, 2019, 168 p.

Um dos eixos principais do instigante livro do artista e psicólogo Luiz Palma consiste em perquirir o lugar da arte numa leitura política de Freud, perspectiva apoiada principalmente em Herbert Marcuse:

Na introdução original de 1955 [de sua obra *Eros e Civilização*¹], Marcuse faz uma extensa digressão sobre a hermenêutica da psicanálise pela via de suas próprias noções e termos, reconhecidos no texto freudiano como sócio-históricos, e posiciona-se dentro desses limites para indagar: 'A relação entre liberdade e repressão, produtividade e destruição, dominação e progresso, constituirá realmente o princípio de civilização? Ou essa inter-relação resultará unicamente de uma organização histórica específica da existência humana?' (Marcuse apud Palma, p. 51)

1 H. Marcuse, *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud* (Rio de Janeiro: LTC, 2009).

David Calderoni é membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, pós-doutor em psicologia pela USP. Idealizador e professor do curso de Psicopatologia e Saúde Pública da F.C.M. da Santa Casa (SP). Autor de documentários, discos de canções, livros de poesia e de psicanálise, entre os quais *O caso Hermes* (Casa do Psicólogo/Fapesp, 2004) e *O silêncio à luz – ensaios para uma ciência do singular* (Via Lettera, 2006). Idealizador e partícipe de diversas coletâneas, entre as quais a Coleção Invenções Democráticas (Autêntica, 5 vol., 1.599 p.).

Levando adiante esta indagação, Palma prossegue:

As pulsões sexuais em uma ordem não repressiva, ou seja, sob condições sociais e existências transformadas, poderiam alcançar aquilo que Marcuse chamou de racionalidade libidinal, que por sua própria dinâmica fundaria relações eróticas duráveis entre os indivíduos, ampliando-as e conduzindo-as para formas superiores de liberdade em sociedade. (p. 59)

E, ainda acompanhando Marcuse, Palma conclui que

superar a ordem estabelecida demanda uma ampliação da consciência política, uma vez que a transformação do sistema de necessidades dependerá das operações e das propriedades da sensibilidade, da imaginação e da razão emancipadas, qualidades essas do reino da estética. (p. 75)

Essas passagens permitem vislumbrar uma das mais caras teses defendidas por Palma em seu ensaio: não só a sensibilidade e a imaginação, mas também a razão, se – e apenas se – conjuntamente emancipadas, inserirão arte e psique na ordem de um poder sem majestade, correspondente ao reino da Estética.

A essa visada utópica concorre uma inquietante interrogação que enlaça e perpassa vida e obra do *arte-pensador* Palma: como alcançar este futuro e almejado estado da arte em “formas superiores de liberdade em sociedade” (p. 59)? Essa questão esbarra no atual estado da arte da civilização contemporânea, na qual, segundo o autor,

Servem-se os déspotas da estupidez instrumental e desse difuso clamor para impor à sociedade um ambiente reacionário e punitivo, moldado pelo mito dos dados e da polifonia de pânico e culpa da própria gente. Narrativa que passa a ser propalada por editoriais de pós-verdade da imprensa, por comentadores de televisão “ao vivo” e pela pastoral do rádio onde mal disfarçam a voz do dono. Na web-arena das redes sociais, o brado “nós e eles” namora com a pulsão mortífera do “todos contra todos”. (p. 110-111)

A arte, longe da indiferença, resiste como vitalidade e amor frente ao atual cultivo da agressividade e do medo pelos quais a sociedade contemporânea se entretete e se mostra a si mesma, resistência em que “articula a humanidade concreta, regida por um *pathos* que não poderia se dissolver: “tecido inexorável de alegria e de tristeza, celebração e desespero, *Eros* e *Thanatos*”².

Adentrando as tensões agonísticas desse *pathos*, Palma nos diz que

a agressividade requer a existência de um objeto para que atue e este, por sua vez, não será inanimado, mas será outro indivíduo humano, e exatamente nesse ponto a alteridade surge com uma importância crescente na elaboração teórica freudiana. (p. 108-109)

Nessa trilha, apoia-se em Mezan para reforçar a ideia de que é necessário um outro para o exercício da agressividade:

Munido dos conceitos de *Eros* como princípio de coesão, e da pulsão de morte como ferramenta de análise dos componentes destrutivos, ele [Freud] descobrirá que o homem exerce esta agressividade não apenas no âmbito erótico, mas também, e sobretudo, no domínio social, nas relações que estabelece com seus semelhantes e que se revelam no que denomina de civilização.³

Dadivoso, o trabalho de Palma permite aventar uma hipótese para explicar por que Freud não adscribe à pulsão de morte um representante psíquico: na medida em que objeto da agressividade se antagoniza ao caráter irredutivelmente proteiforme e contingente das suas figuras de alteridade, opera de modo a identificar e aniquilar sucessivos suportes empíricos dessas figuras, vetorizando a política como guerra sem tréguas.

Disso decorre, em contrapartida, que a pulsão de morte requeira suportes empíricos que só podem ser engendrados em contextos intra e interpsíquicos para os quais a presença do amor e da solidariedade são imprescindíveis e essenciais, a começar pelo elo que une a mãe à sua cria e pelos vínculos eróticos circundantes postos e presupostos aí, *ab ovo*.

Isso bastaria para responder com que energia e com que matéria-prima se plasmam e se sustentam e se acumulam as obras de arte e de pensamento partejadas em tormentosas travessias, momentâneas alegrias e raras epifanias na incessante e cessante jornada rumo ao cabo da boa esperança?

Duas considerações de Palma oferecem esboço ao desenvolvimento dessa questão:

Tem sido reiteradamente afirmado em diferentes correntes da filosofia e da ciência política que, no processo de subjetivação, reside um quantum ingovernável, fora de controle dos dispositivos de poder, que é o início e ao mesmo tempo o ponto de fuga de toda a política. (p. 112)

Marcuse propõe uma orientação dizendo ser imperativo buscar a fonte comum dos dois instintos básicos e observa que Fenichel (1935) identificou um avanço nessa direção quando Freud percebeu a possibilidade da presença de uma ‘energia deslocável, que em si mesma é neutra, mas capaz de aliar-se quer a um impulso erótico, quer a um destrutivo’. (p. 46)

Seja de Vida ou de Morte, toda Pulsão, enquanto expressão de energias espontâneas e endógenas, opõe-se a limites, medidas e controles. Se assim for, sempre haverá um poder sem majestade, e a questão ética e política consiste em saber qual é o ideal de humanidade que se pode pôr em jogo e em que consistiriam as regras, campos e possibilidades de tal jogo:

a democracia é a própria produtividade viva da cooperação humana. A ideia-força da democracia absoluta está na oposição a todo o comando e à soberania que, nessa perspectiva, seria a estratégia política para esse quadro de crise da modernidade. (Palma, op. cit., p. 119)

Mas, em que consistiria a crise da modernidade? Um itinerário para circunscrever esta questão está indicado na dedicatória que Palma manuscreeu no lançamento de seu livro e no próprio percurso que o levou a escrevê-lo:

no original com fonte manuscrita>David, você descobriu o Aleph e aqui está. Verás que Drummond e Borges caminharam com Freud. Aguardo seu retorno. Abraços, Luiz Palma. S.P., 25/11/2019.

Para mim, a arte é também um campo próprio de vivência e expressão. Minhas composições plásticas compõem-se de linguagem abstrata e conceitual com muitas linhas, formas e cores aplicadas que deixam, no entanto, espaços para propriedades mais profundas. Trabalho com a criação que conjuga conhecimento a priori e a forma empírica mais aberta para as emanações do inconsciente. Trata-se de uma operação estética que, ao me conduzir ao ato criativo, transpassa campos e perímetros de conhecimento. Meu tropo aqui é o Astrolábio. [...] Desde 1983 é como denomino meu espaço de artes visuais em São Paulo: 'Astrolábio ateliê et galeria'. Origem: [astrolábio] é um instrumento que serve para medir a altura dos astros acima do horizonte. É o resultado prático de várias teorias matemáticas desenvolvidas pelos gregos, em especial Hiparco (180-120 a.C.), um dos grandes matemáticos da Antiguidade, difundido por Ptolomeu (85-165) em sua importante obra *Almagesto*. Posteriormente desenvolvido pela escola islâmica, no século IX, para enfim ser adaptado pelos portugueses para a navegação, com a criação do astrolábio náutico. (p. 27)

Por mais significativas que sejam, como palmar, decifrar e sintetizar tantas sendas e relações anunciadas pelos significantes Astrolábio, Aleph, Drummond, Borges e Freud?

Já vimos algo acerca do tropo do Astrolábio como instrumento náutico e como nome de ateliê e galeria. Prossigamos para o Aleph, por um excerto testemunhal do protagonista do conto homônimo de Borges:

vi a circulação de meu sangue escuro, vi a engrenagem do amor e a transformação da morte, vi o Aleph, de todos

os pontos, vi no Aleph a Terra, e na Terra outra vez o Aleph, e no Aleph a Terra, vi meu rosto e minhas vísceras, vi teu rosto, e senti vertigem e chorei, porque meus olhos tinham visto aquele objeto secreto e conjectural cujo nome os homens usurpam mas que nenhum homem contemplou: o inconcebível universo.”⁴

Atentemos agora a uma breve passagem da voz de *A máquina do mundo*, de Drummond, poema que, em diálogo de citações, a progressão do livro de Palma correlaciona ao Aleph de Borges:

olha, repara, ausculta: essa riqueza
sobrante a toda pérola, essa ciência
sublime e formidável, mas hermética⁵

Em contraponto a Drummond, recuemos mais de 450 anos, a fim de colher no humanismo épico português – eivado das grandes descobertas, tributárias do astrolábio náutico –, a figura astronômica e literária da máquina do mundo, um invento imaginante que apresenta as esferas celestes de Ptolomeu orbitando em torno da Terra, tematizada entre as estrofes 77 e 144 de *Os Lusíadas*, sobre cuja relevância histórico-artística o professor Antônio José Saraiva não poupa palavras:

é um dos supremos sucessos de Camões [...] as esferas são transparentes, luminosas, veem-se todas ao mesmo tempo com igual nitidez; movem-se, e o movimento é perceptível, embora a superfície visível seja sempre igual. Conseguir traduzir isto por meio da 'pintura que fala' é atingir um dos cumes da literatura universal.⁶

Em contraste à visibilidade, nitidez e luminosidade que viabilizam e ambientam a plena percepção e expressão da articulação interna entre partes e todo de um engenho cosmomimético movente, destacadas por Saraiva em sua descrição da máquina do mundo de Camões, co-extensível em seu geocentrismo ptolomaico ao geometricamente certo astrolábio náutico, no qual Palma colheu inspiração para nomear o seu espaço artístico, tanto *A máquina do mundo* de Drummond como *O Aleph*

2 H. Marcuse apud Palma, *op. cit.*, p. 70

3 R. Mezan, *Freud, pensador da Cultura* (São Paulo: Brasiliense, 1985), p. 449.

4 J.L. Borges, *O Aleph* (trad. Davi Arrigucci Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2016), p.150.

5 C.D. Andrade, "A Máquina do Mundo", *Claro enigma* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1951).

6 Antonio José Saraiva, apud Wikipédia, "Os Lusíadas", consultado em 13 jun. 2020.

de Borges, como também o *inconsciente* de Freud, requerem uma hermenêutica do hermético, ou seja, um esforço interpretativo exigido pelos desenvolvimentos histórico-culturais demarcados por Copérnico e Freud, nos quais a Terra deixou de ser o centro do Universo e a consciência deixou de ser o centro do Homem. Isso dá margem a que Palma se reconheça em Agamben, quando este situa como contemporâneo o sujeito que se orienta nos escuros das luzes estelares que nunca o alcançarão⁷.

Consoante a tal concepção, nas páginas finais de *Arte e psique* há uma seção intitulada *Imagens*, que apresenta esmeradas reproduções de onze impactantes obras visuais de Palma. Num apanhado histórico comparativo, que busca delinear a crise da modernidade pelo viés do autor, cumpre referir as duas primeiras composições imagéticas, justamente intituladas *O Aleph* (p. 155) e *A máquina do mundo* (p. 156). Nessas criações de Palma, tal qual nas obras homônimas de Borges e Drummond, o estranhamento e o enigma tomam o lugar da clareza e da evidência distintivas da consciência de si reflexiva cartesiana que fundou a modernidade filosófica, de onde o humanismo se prolongou na razão iluminista, estruturando nessa corrente histórica as orientações coordenadas e precisas da Máquina do Mundo renascentista e do astrolábio náutico. Já n' *O Aleph* de Palma, as sombras do passado e do presente aparecem projetadas nas costas do artista, que vê ao longe, em formas esféricas tênues e praticamente indiscerníveis, possíveis futuras utopias. Em análoga perspectiva, *A máquina do mundo* de Palma apresenta diversos corpos esféricos, desta feita portentosos e como que postos em vertiginoso movimento por um caudaloso tsunami, onde se divisa tangencialmente uma diminuta figura humana arrastada em rodopio.

A tais figurações interpretativas, acorrem palavras do próprio autor:

Na grande arte, a verdade vem pela sua preservação transcendente em que passado e presente projetam sua sombra como autêntica utopia ao combater a reificação e fazer falar, cantar e talvez dançar o mundo petrificado. (p. 83)

Buscando os fundamentos dessa função re-vitalizante da arte, Palma se alia aos conceitos de *revolução estética* (p. 87) e *inconsciente estético* (p. 94) do filósofo francês Jacques Rancière que, num cativante e erudito percurso argumentativo, propõe determinar na história das artes um campo extraclínico que teria possibilitado a concepção do inconsciente freudiano.

Talvez devido ao incontornável viés clínico de minha prática psicanalítica, não reconheci nessa determinação aquilo que entendo como a característica mais revolucionária do inconsciente freudiano e que o põe em diálogo com as sombras e luzes das complexas semânticas e lógicas trans-históricas e inter-tópicas do Aleph e da máquina do mundo: o postulado de que, como dão a ver Laplanche e Pontalis⁸, as fantasias inconscientes podem ocupar o lugar e a função de cada um e de todos os personagens e enredos do teatro dos sonhos e ainda comunicarem-se com os compósitos fantasmáticos intra e intersubjetivos que interpretarão tais sonhos após o despertar, conjuminando realidade, ficção, desvelamento, construção e cura.

Essa perspectiva, justamente porque dotada do relevo interno, da complexidade e da potência libertária da prática clínica, permite retomar o eixo da leitura política intencionada por Palma. Estamos de acordo quanto ao capitalismo causar crise ao alienar e reificar a produção e a circulação dos bens materiais e simbólicos consubstanciais às esperanças libertárias do Humanismo e da Ilustração, esperanças culminadas numa razão emancipada da autoridade divina e de seus supostos representantes. Isso vem a ser frustrado pelos colonialismos, imperialismos, autoritarismos e totalitarismos que se avolumam na marcha histórica da acumulação capitalista e contradizem formas políticas cooperativas, democráticas, igualitárias e republicanas que poderiam sustentar socialmente o acalentado ideal de uma razão emancipada.

Porém, a espessura histórica do capitalismo vai além dos efeitos acima enunciados, pois, como ensina Paul Singer, cumpre distinguir dois sentidos

do termo “capitalismo”: o *modo de produção e a formação social*⁹. Neste último sentido, o capitalismo abrange diversos modos de produção – o cooperativo, o público, o familiar, o capitalista etc., – derivando de este último ser o predominante em nossa formação social ter-lhe dado o nome.

Dados da Unicopas (União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias) permitem estimar que cerca de um quarto da população do Brasil se sustenta direta e indiretamente mediante cooperativas, isentas da divisão de classes distintiva do modo de produção capitalista e que, não obstante, com este transacionam complexamente. Isso confere significativa ancoragem histórica ao ideário democrático, que comungamos com o autor, na perspectiva de um poder sem majestade no qual arte e psique celebrem mais e mais uma aliança simbólica e real progressista.

Nesse mesmo sentido, há que se assinalar, como estruturante da formação social capitalista, o modo de produção público (que emprega assalariados e oferece bens ou serviços gratuitos no âmbito da saúde, segurança, educação etc.). Não

por acaso, Luiz Palma – a exemplo de inúmeros artistas, entre os quais Borges e Drummond) – fez carreira nesse setor, com que o capitalismo possibilita socializar a cultura como bem comum, participável¹⁰ e impagável. Em suma, não é homogêneo nem estático, mas tem interstícios e articulações internas pelas quais faz sentido pensar em modos de subjetivação fraternos, entreabertos nesta pesquisa tão plena de achados:

A revisão que o próprio Freud empreendeu sobre o processo de sublimação já assinalava que a transformação da pulsão de morte em pulsão sexual tornava possível o erotismo e o trabalho de criação (Freud, 1932, apud Birman, 2009, p. 131). A premissa baseia-se na sublimação não mais como um ato de espiritualização ascendente de razão civilizatória, mas como experiência de lateralização – ao não se desprender de seu registro corpóreo, o sujeito mantém suas ligações com outros sujeitos nos laços sociais. Laços mais implicados ao registro ético e político do que na suposta oposição erotismo/sublimação. Nesse âmbito, encontrar-se-iam as bases para a superação do desamparo conformista. (p. 24)

7 G. Agamben, *O que é o contemporâneo? e outros ensaios* (Chapecó, SC: Argos, 2009), p. 64-65.

8 Cf. J. Laplanche e J.-B. Pontalis, *Fantasia originária, fantasias das origens, origens da fantasia* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988), p. 71-72.

9 P. Singer, *Uma utopia militante: repensando o socialismo* (Petrópolis, RJ: Vozes, 1998), p. 137-138.

10 Tenho em vista a perspectiva originária da filosofia política de Aristóteles, para quem a justiça participativa considera que o poder da cidade como comunidade é um bem participável e indivisível (e, portanto, impassível de quantificação). Cf. M. Chauí, *Introdução à história da filosofia. Dos Pré-Socráticos a Aristóteles* (vol. 1. São Paulo: Cia. das Letras, 2002), p. 468-471.

Colaboradores deste número

Ana Claudia Patitucci
rua Prof. João Arruda, 53
05016-110 São Paulo SP
Tel.: (11) 3873-3457
anapatitucci@hotmail.com

Bela M. Sister
rua Maranhão, 584/ 42
01240-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3666-6443
belasister@terra.com.br

Benilton Bezerra Jr.
av. Rui Barbosa, 300/402
22250-020 Rio Janeiro RJ
beniltonjr@gmail.com

Carla Penna
av. Visc. de Albuquerque, 694, ap 402
22450-000 Rio Janeiro RJ
drclarlapenna@gmail.com

Claudio Castelo Filho
rua Carlos Sampaio, 304, cj. 72
01333-020 São Paulo SP
Tel.: (11) 3284 0424
claudio.castelo@uol.com.br

Cristina Parada Franch
rua João Moura, 647/103
05412-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 3081-4386
crisfranch@uol.com.br

Cristina Perdomo
rua João Moura, 627, cj. 94
05412-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 98383 3871
perdomo.cristina@gmail.com

Daniel Kupermann
rua Carlos Millan, 22, ap. 51
01456-030 São Paulo SP
Tel.: (11) 3032 5647
danielkupermann@gmail.com

Danielle Melanie Breyton
rua Prof. João Arruda, 53
05016-110 São Paulo SP
Tel.: (11) 3873-3457
danibreyton@gmail.com

David Calderoni
rua Sílvio Portugal, 9
01247-060 São Paulo SP
Tel.: (11) 99192 7295
dcalderoni@gmail.com
www.davidcalderoni.art.br

Deborah Joan Cardoso
rua Inácio Pereira da Rocha, 142, cj. 305
05432-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 3032.1385
E-mail: deborah@santacruz.gt2.br

Diego dos Santos Reis
rua Joaquim Meier, 104, ap. 101
20725-050 Rio de Janeiro RJ
Tel.: (21) 97138 1455
diegoreis.br@gmail.com

Eduardo Noriyuki Yamada
rua Durvalino Cesário Bassi, 90
16400-335 Lins SP
Tel.: (14) 99161 2804 e (14) 3513 0652
yamada.eduardo@gmail.com

Fernanda Cristina Dias
rua Helena, 218, cj. 804
04552-050 São Paulo SP
Tel.: (11) 97639 6759
contato@fernandacristinadias.com

Fernanda Fazzio
al. Rio Negro, 911, conj.207
06454-000 Barueri SP
Tel.: (11) 98897 8490
fazziofernanda@gmail.com

Fernanda Sofio
930 Ogden Avenue, apt. 43
10452 Bronx NY
Tel.: 1-609-647-1771
fernanda.sofio@gmail.com

Heitor Amílcar da Silveira Neto
hei.amil@gmail.com

Inês Loureiro

rua Itacolomi, 576/III
01239-020 São Paulo SP
Fone: (11) 3259.7187
e-mail: irblou@netpoint.com.br

Janaína Ribeiro Bueno Bastos

rua Dezesesseis, 381
18147-000 Araçariguama SP
Tel.: (11) 4719 9510
jrbb@usp.br

Leopoldo Fulgencio

rua Marcos Azevedo, 93
05428-050 São Paulo SP
Tel.: (11) 98140 2103
lfulgencio@usp.br

Lia Pitliuk

rua Lincoln Albuquerque, 299, ap. 231
05004-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 99992 5643
lia.internet@gmail.com

Lucas Simões Sessa

rua Apiacás, 756, sala 31
05017-020 São Paulo SP
lucas.sessa@gmail.com

Luciana Saddi

praça Morungaba, 66
01450-090 São Paulo SP
Tel.: (11) 99983-7195
lusaddi@uol.com.br

Mara Selaiibe

rua Maranhão, 554, cj. 23
01240-904 São Paulo SP
Tel.: (11) 3662 4640 e (11) 99685 5594
maraselaiibe@gmail.com

Mario Pablo Fuks

rua Angatuba, 646
01247-000 São Paulo SP
Tel.: (11) -0922
mfuks@uol.com.br

May Parreira e Ferreira

rua Guararapes, 680
04561-000 São Paulo SP
may@oficiodaspalavras.com.br
Tel.: (11) 99976 2692 e (12) 3972 2069
@ParreiraMay e @oficio_das_palavras

Mônica Guimarães Teixeira do Amaral

rua Maranhão, 598, cj. 61
01240-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3662 1142 e (11) 98371 8656
monicagta@hotmail.com

Plínio Walder Prado Jr.

plinio.prado@univ-paris8.fr

Regina Orth

rua Pacheco Leão, 1510 ap. 101
22460-036 Rio de Janeiro RJ

Renato Mezan

rua Amália de Noronha, 198
05410-010 São Paulo SP
rmezan@uol.com.br

Silvana Rea

av. São Gabriel, 149, cj. 1104
01435-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 2872 6214
silvanamrea@gmail.com

Silvio Hotimsky

rua Ilhéus, 135
01251-030 São Paulo SP
Tel.: (11) 3862-7743
silviohotimsky@hotmail.com

Suelena Werneck Pereira

av. Epitácio Pessoa, 4000/301
22471-003 Rio de Janeiro RJ
suelena@uol.com.br

Tatiana Inglez-Mazzarella

rua João Moura, 1096
05412-002 São Paulo-SP
Tel.: (11) 3891-0837
timazza@uol.com.br

Vanessa Figueiredo Corrêa

rua Durvalino Cesário Bassi, 90
16400-335 Lins SP
Tel.: (14) 99141 8347 e (14) 3513 0652
vfcpsiquiatria@gmail.com

Normas para envio de artigos e resenhas

A apresentação de trabalhos para publicação na Revista *Percurso* pressupõe o conhecimento prévio e a aceitação, por parte do articulista, das seguintes normas:

1. Os artigos enviados para publicação, sempre originais e inéditos, deverão ser antecedidos por duas páginas contendo, separadamente, os seguintes dados:

♦ **PÁGINA 1:**

Título e nome do autor, sua qualificação (como deseja ser apresentado ao leitor), endereço (incluir CEP), telefones (incluir DDD) e e-mail.

♦ **PÁGINA 2** (não se aplica a resenhas):

Resumo do artigo enviado, com até cinco linhas, em português, e traduzido para o inglês, com redação ou revisão feita por um profissional da área. Enviar igualmente até seis palavras-chave, em português e inglês.

♦ **NA ÚLTIMA PÁGINA**

Deve figurar o número exato de caracteres do texto, inclusive espaços (limite de 35.000 caracteres+espaços para artigos; 20.000 caracteres+espaços para resenhas), e a data de envio do artigo ou da resenha para a revista.

♦ **TODAS AS PÁGINAS**

Devem incluir número de página no canto superior direito, e, no cabeçalho, o título do trabalho.

2. A página de rosto é destacada quando o artigo é remetido para avaliação, de modo a preservar, durante todo o processo, o sigilo quanto à identidade do autor. Portanto, para identificar de qual artigo se trata, o título deverá ser repetido no cabeçalho de todas as páginas do artigo.

3. Os artigos deverão ser entregues em nove cópias impressas, pessoalmente ou por correio (não é necessário ser via Sedex), à Secretaria do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, aos cuidados de Claudia Dametta, Rua Ministro Godoy, 1484, cep 05015-900, São Paulo SP, Brasil. Não serão aceitos trabalhos enviados por e-mail.

4. As resenhas devem ser encaminhadas, via email, ao Conselho Editorial de Resenhas:

Camila Salles – camila_salles@uol.com.br;
Sergio Telles – setelles@uol.com.br;
Susan Markuszower – susanmark@uol.com.br;
Elisa Maria de Ulhoa Cintra – elcintra01@gmail.com;
Renata Cromberg – renatauc@uol.com.br;
Janaina Namba – janaina.namba@yahoo.com.br;
Pedro Mascarenhas – Pedro.mascarenhas@gmail.com.

5. Todos os textos serão analisados em detalhe pelo plenário do Conselho Editorial de Artigos ou do Conselho Edi-

torial de Resenhas. O Conselho Editorial de Artigos poderá, eventualmente, solicitar ao Conselho Científico Externo um ou mais pareceres. Uma vez aceito o trabalho, um membro destes Conselhos Editoriais transmitirá ao autor do artigo ou resenha eventuais recomendações para mudanças na forma ou no conteúdo, a fim de adequá-lo aos padrões da revista.

6. Os artigos enviados devem ter até 35 mil caracteres (com espaços), incluídas as notas de rodapé e não incluídas as referências bibliográficas do final. As resenhas devem ter até 20 mil caracteres (com espaços). Trabalhos que excedam esses limites poderão ser devolvidos aos autores para que possam adequá-los às normas de publicação, antes de qualquer avaliação.

7. É indispensável seguir os padrões gráficos utilizados por *Percurso*:

♦ **DESTAQUES:**

O que merecer destaque deve vir em itálico; não utilizar sublinhado nem negrito.

♦ **INTERTÍTULOS:**

Colocar intertítulos para facilitar a leitura.

♦ **PALAVRAS ESTRANGEIRAS E TÍTULOS DE LIVROS:**

Devem vir em itálico, sem aspas, quando mencionados no texto.

♦ **TÍTULOS DE ARTIGOS :**

Devem vir entre aspas, em estilo normal, sem destaque;

♦ **CITAÇÕES:**

Devem vir entre aspas, com chamada de nota de rodapé contendo a respectiva referência bibliográfica. As citações de até três linhas devem ser incluídas no corpo do texto; citações de quatro linhas ou mais devem ser destacadas do texto, em parágrafo escrito em fonte menor.

8. As notas deverão vir no rodapé da página em que figura a respectiva chamada, e ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos. Podem ser explicativas ou bibliográficas; neste caso, seguir o formato europeu, como indicado abaixo:

♦ **NOME DO AUTOR:**

Em ordem direta, com maiúsculas somente nas iniciais do nome e do sobrenome. Exemplos: S. Freud; M. Klein; D. W. Winnicott.

♦ **CAPÍTULOS DE LIVROS:**

Título entre aspas, seguido do nome do livro em que aparecem, cidade, editora, ano de publicação e página citada precedida apenas da letra "p." Exemplo: N. Bleichmar e C. Bleichmar, "Os pós-kleinianos: discussão e comentário", in *A Psicanálise depois de Freud*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1994, p. 286. Para livros sem menção a capítulo, apenas o título do livro em itálico, cidade, editora, ano de publicação e página.

♦ **ARTIGOS DE REVISTAS OU PERIÓDICOS:**

Título entre aspas, seguido do nome da revista em itálico, indicando número ou volume, local de publicação, ano e página citada. Exemplo: R. Zygoris, “O olhar selvagem”, *Percurso* n. 11, São Paulo, 1993, p. 12. (Não se usa *in* antes do nome de um periódico).

♦ **TEXTOS CITADOS MAIS DE UMA VEZ:**

A partir da segunda vez inclusive, colocar apenas nome do autor, a expressão *op. cit.* em itálico, e a página citada. Exemplos: R. Zygoris, *op. cit.*, p. 73; Bleichmar e Bleichmar, *op. cit.*, p. 289. Se entre a primeira e a segunda citação for citada OUTRA obra do mesmo autor, escolher uma forma simples de distinguir entre ambas. Exemplo: primeira citação, Marcia Neder, *A arte de formar*, Petrópolis, Vozes, 2002, p. 45; segunda citação, Marcia Neder, *Psicanálise e educação: laços refeitos*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2009; p.70; terceira citação, Bacha, *Laços...*, p. 90; quarta citação, Bacha, *A arte...*, p. 134; e assim sucessivamente.

♦ **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

Ao final do trabalho, deverão constar as referências bibliográficas em ordem de sobrenome dos autores, seguidas pelos dados da obra. Exemplos: Levisky, D. *Um monge no divã*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007; Mezan, R. *Interfaces da Psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

♦ **PARA RESENHAS:**

Título da resenha, seguido da expressão “Resenha de”, nome do autor, título da obra em itálico, cidade, editora, ano de publicação e número de páginas. Exemplo: Freud, o fio e o pavio – Resenha de Chaim Samuel Katz, *Freud e as psicoses: primeiros estudos*, Rio de Janeiro, Xenon, 1994, 274 p. O nome, qualificação, endereço, telefone e e-mail do resenhador devem vir no final do texto, seguindo o solicitado no item 1 destas Normas. Colocar na página de rosto as palavras-chave da resenha: não é necessário apresentar resumo ou abstract.

9. Procedimentos finais:

♦ **PARA ARTIGOS:**

Uma vez atendidas as recomendações do Conselho Editorial de Artigos, o artigo finalizado deve ser enviado, via e-mail, para o seguinte endereço virtual: artigos.percurso@gmail.com. O próprio Conselho Editorial se encarregará de encaminhar o arquivo definitivo do artigo para a Coordenação Editorial. Uma cópia impressa deve ser entregue/encaminhada pelo autor à Coordenação Editorial, aos cuidados de Renato Mezan - Rua Amália de Noronha, 198, CEP 05410-010, São Paulo, SP. Se o envio for via correio, pede-se que não seja Sedex, e sim correspondência simples.

♦ **PARA RESENHAS:**

Uma vez atendidas as recomendações do Conselho Editorial de Resenhas, o texto finalizado deverá ser enviado, via email, para:

Camila Salles – camila_salles@uol.com.br;

Sergio Telles – setelles@uol.com.br;

Susan Markuszower – susanmark@uol.com.br;

Elisa Ulhoa Cintra – elcintra01@gmail.com;

Renata Cromberg – renatauc@uol.com.br;

Janaina Namba – janaina.namba@yahoo.com.br;

Pedro Mascarenhas – pedro.mascarenhas@gmail.com,

que se encarregará de encaminhar o arquivo definitivo da resenha para a Coordenação Editorial.

10. Uma vez publicado o número, cada autor receberá cinco separatas do seu trabalho, além de um exemplar do número em que ele figura. Os trabalhos recusados não são devolvidos.

11. O *copyright* dos textos publicados em *Percurso* pertence aos seus autores. Caso venham a ser publicados em coletâneas ou outros periódicos, inclusive eletrônicos, solicita-se mencionar que a primeira publicação se deu na Revista *Percurso*, número tal, ano tal, páginas x-y. Os autores declaram aceitar a divulgação de seus trabalhos no site da revista: <<http://revistapercurso.uol.com.br>>.

Onde encontrar *Percurso*

Belo Horizonte

Livraria do Psicólogo
Av. do Contorno, 1390
Floresta
Tel.: (31) 3303-1013 / 3428-5000
livrariadopsicologo@livrariadopsico
logo.net

Fortaleza

Livraria Lua Nova
Av. Treze de Maio, 2861
Benfica
Tel.: (85) 3214-5488

Goiânia

Dimensão
R. 1121, nº 249 – setor Marisa
Tel.: (62) 3281.4135
dimens@terra.com.br

Porto Alegre

Livraria Cultura
Av. Túlio de Rose, 85 loja 302
Tel.: (51) 3028-4033 / 3170-4033
dqmanzano@livrariacultura.com.br

Ribeirão Preto

Núcleo Tavola – Instituto de For-
mação e Pesquisa em Psicanálise,
Psicologia e Ciências Humanas
R. Visconde de Abaeté, 210
Tel.: (16) 3623.5780
contato@nucleotavola.com.br

São Paulo

Livraria APG
R. Monte Alegre, 948
Perdizes
Tel.: (11) 3871-2023 / 3862-9065
livrariaapg@terra.com.br

Livraria Cultura – Villa Lobos
Av. das Nações Unidas, 4777 loja 245
Tel.: (11) 3024-3599 / 3024-3570
rodrigho@livrariacultura.com.br

Livraria Cultura – Market Place
Av. Dr. Chucri Zaidan, 902 loja 222
Tel.: (11) 3474-4033
gaalmeida@livrariacultura.com.br

Livraria Cultura – Paulista
Av. Paulista, 2073 loja 153
Conjunto Nacional
Tel.: (11) 3474-4033
cgtorres@livrariacultura.com.br

Livraria da Vila
R. Fradique Coutinho, 915
Vila Madalena
Tel.: (11) 3814-5811

Livraria Pulsional

R. Min. Gastão Mesquita, 132
Perdizes
Tel.: (11) 3865.8950 / 3675.1190
pulsional@uol.com.br

Maura Book's

Vila Guilherme
R. José Gonçalves Gomide, 545
Tel.: (11) 2909.1959 / 3865-1232
mbooks@uol.com.br

Sorocaba

Psicologia no Cotidiano
Av. Presidente Kennedy, 316
Jardim Paulistano
Tel.: (15) 3327-2104
contato@psicologianocotidiano.com.br
www.psicologianocotidiano.com.br

Salvador

Colégio de Psicanálise da Bahia
Urania Tourinho
R. Alfredo Magalhães, 96, 1º andar
Barra
Tel.: (71) 3264-3202

Uberaba

Ilcéa Borba Marquez
R. Alfen Paixão, 599
Mercês
Tel.: (34) 3312.7761



A Dr. Contábil consiste na prestação de serviços contábeis, tributários, trabalhistas e societários e é composta de profissionais qualificados em constante atualização com o objetivo de atender com segurança nossos clientes.

Nosso objetivo é fornecer serviços de qualidade, com postura ética, diferenciada, competência e eficácia.



Acesse nosso site:

www.contabil.net

Avenida Caxingui 94 Butantã
CEP 05579 000 São Paulo Capital
Telefone (11) 3724 9440
menossi@contabil.net

Um produto desenvolvido por:

MEN0551
CONSULTORIA CONTÁBIL

Para assinar *Percurso*

- **Assinatura anual:** R\$ 190,00* (dois números).
- Por telefone:** ligue para (011) 3081-4851, das 9:00 às 16:30, de segunda a sexta-feira. Você receberá uma ficha de compensação, que poderá ser paga em qualquer agência bancária.
- Por cartão:** ligue para (011) 3081-4851, nos mesmos horários. Tenha em mãos o número de seu cartão. Aceitamos Mastercard, Visa e American Express.
- Por cheque:** envie seus dados pessoais e cheque nominal para
Sociedade Civil Percurso
a/c Setor de Assinaturas
R. Amália de Noronha, 198
05410-010 São Paulo SP

Autorização para assinar *Percurso* por cartão de crédito

NOME:	_____	DATA:	___/___/___
ENDEREÇO:	_____		
CEP:	_____	CIDADE:	_____
	_____	ESTADO:	_____
TELEFONE RES.: ()	_____	COM.: ()	_____
CIC:	_____	RG:	_____
E-MAIL:	_____		
Mastercard:	nº <input type="text"/>	<input type="text"/>	val.: /
Visa:	nº <input type="text"/>	<input type="text"/>	val.: /
AmEx:	nº <input type="text"/>	<input type="text"/>	val.: /
Quantidade de Parcelas:	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 5

Remeta este cupom por fax ou ligue, informando seus dados, para:

REVISTA PERCURSO – SETOR DE ASSINATURAS
R. Amália de Noronha, 198
05410-010 São Paulo SP
Tel/Fax: (11) 3081-4851

Você também pode nos enviar um e-mail (percurso@uol.com.br) autorizando-nos a debitar em seu cartão o valor da assinatura. Neste caso, seu cadastro será feito pelo telefone. Por favor, tenha em mãos os documentos necessários.

Alunos dos cursos do Instituto Sedes Sapientiae têm desconto de 25% (R\$ 142,50).

Impresso em São Bernardo do Campo SP, em agosto de 2020,
no parque gráfico da Paym Gráfica e Editora,
para o Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae